

Edmur Antonio Stoppa
Hélder Ferreira Isayama
(ORG.)

LAZER NO BRASIL

REPRESENTAÇÕES E
CONCRETIZAÇÕES DAS VIVÊNCIAS
COTIDIANAS

LEISURE IN BRAZIL
REPRESENTATIONS AND CONCRETIZATIONS OF EVERYDAY EXPERIENCES

AUTORES
ASSOCIADOS 

LAZER NO BRASIL

LEISURE IN BRAZIL



MINISTÉRIO DO
ESPORTE



EEFFTO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA, FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL

UFMG



Edmur Antonio Stoppa
Hélder Ferreira Isayama
(Org.)

LAZER NO BRASIL
representações e concretizações das vivências
cotidianas

LEISURE IN BRAZIL
representations and concretizations of everyday experiences

Coleção Educação física e esportes

Campinas
**AUTORES
ASSOCIADOS** @

2017

Copyright © 2017 by Editora Autores Associados Ltda.

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Autores Associados LTDA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas = Leisure in Brazil : representations and concretizations of everyday experiences. / Edmur Antonio Stoppa, Hélder Ferreira Isayama, (Org.); [tradução português-inglês Top Traduções]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2017. – (Coleção Educação física e esportes)

ISBN 978-85-7496-402-7

Vários autores.

Edição bilíngue: português/inglês.

Bibliografia.

REDE CEDES, Ministério do Esporte - Governo Federal, CELAR, UFMG-EEFFTO, EACH-USP.

1. Educação física 2. Esportes - Brasil 3. Lazer - Aspectos sociais 4. Lazer - Brasil
I. Stoppa, Edmur Antonio. II. Isayama, Hélder Ferreira. III. Título: Leisure in Brazil : representations and concretizations of everyday experiences. IV. Série.

17-09828

CDD-306.483

Índice para catálogo sistemático:

- | | |
|---|---------|
| 1. Brasil : Esportes e lazer : Sociologia | 306.483 |
| 2. Brasil : Lazer e esportes : Sociologia | 306.483 |

Impresso no Brasil – novembro de 2017

EDITORA AUTORES ASSOCIADOS LTDA.

Uma editora educativa a serviço da cultura brasileira

Av. Albino J. B. de Oliveira, 901 | Barão Geraldo
CEP 13084-008 | Campinas-SP
Telefone: +55 (19) 3789-9000
E-mail: editora@autoresassociados.com.br
Catálogo on-line: www.autoresassociados.com.br

Conselho Editorial “Prof. Casemiro dos Reis Filho”

Bernardete A. Gatti
Carlos Roberto Jamil Cury
Dermeval Saviani
Gilberta S. de M. Jannuzzi
Maria Aparecida Motta
Walter E. Garcia

Diretor executivo
Flávio Baldy dos Reis

Coordenadora editorial
Érica Bombardi

Tradução Português-Ingês
Top Traduções

Preparação e revisão
Cleide Salme

Diagramação
Érica Bombardi

Capa e Arte-Final
Érica Bombardi

Imagem de Capa
PEXELS - Creative Commons



www.abdr.org.br
abdr@abdr.org.br
denuncie a cópia ilegal

Apresentação 1
Presentation 143
Silvio Ricardo da Silva

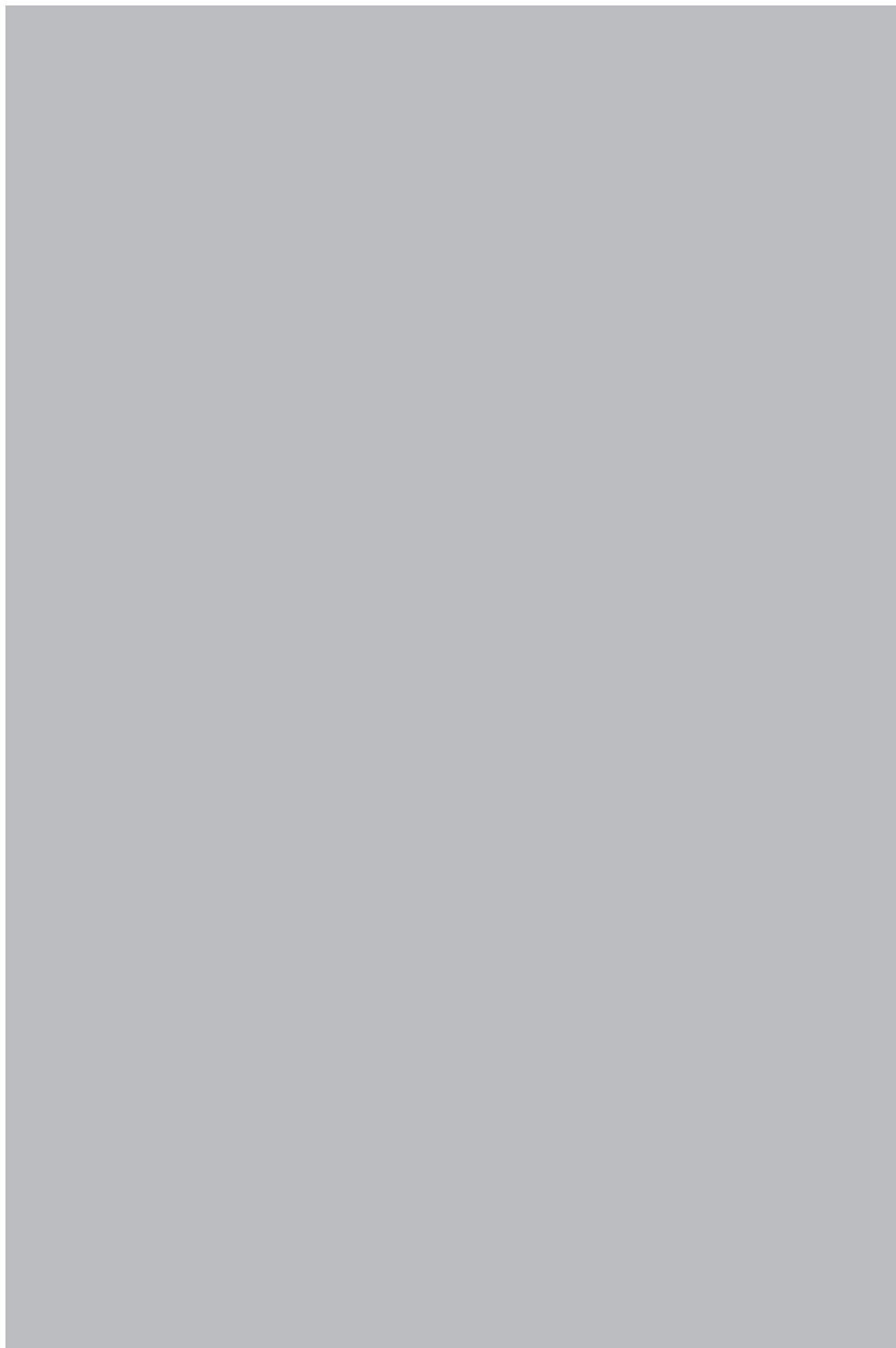
Introdução 3
Introduction 145
Hélder Ferreira Isayama e Edmur Antonio Stoppa

1. O lazer do brasileiro: sexo, estado civil e escolaridade 19
The Brazilian's leisure: sex, marital status and schooling 161
Sarah Teixeira Soutto Mayor e Hélder Ferreira Isayama

2. O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça 37
The Brazilian's leisure: discussion of data collected in schooling, income, social classes and color/race 179
Cinthia Casimiro Pedrão e Ricardo Ricci Uvinha

3. Relações com o trabalho 49
Relations with work 189
Luciene Ferreira da Silva, José Carlos de Almeida Moreno e Katyucia Cardoso Veraldo

4. Esfera da obrigação: em destaque a família/filhos, compromissos religiosos e compromissos político/sociais	65
Obligation sphere: prioritizing family/children, religious commitments and political/social commitments	205
<i>Maria Cristina Rosa e Marcone Rodrigues da Silva</i>	
5. O lazer do brasileiro: representações e concretizações nos espaços e equipamentos	81
The Brazilian's leisure: representations and concretizations in spaces and equipments	221
<i>Gabriela Varjão Gruber e Edmur Antonio Stoppa</i>	
6. O lazer do brasileiro: como é vivenciado o tempo	95
The Brazilian's leisure: how time is experienced	235
<i>Mirleide Chaar Bahia e Ronivaldo dos Santos Brito</i>	
7. O lazer do brasileiro com deficiência: entre o sonho e a realidade	111
Leisure of the Brazilian with disability: between the dream and reality	251
<i>Liana Romera e Liana Poubel</i>	
8. A cartografia e sua aplicação nos estudos do lazer: algumas possibilidades para o entendimento espacial do lazer do brasileiro	125
Cartography and its application in leisure studies: some possibilities for the spatial understanding of the Brazilian's leisure	265
<i>Natália de Souza Carlos Gonçalves, Bruna Eliza Previatello Peçanha e Sidnei Raimundo</i>	



Apresentação

Silvio Ricardo da Silva

Tem-se clareza de que o lazer é um tema recorrente no Brasil há poucas décadas. Existindo desde sempre na forma de divertimentos e descanso e configurando-se enquanto campo de investigação em outros países desde o século XIX, é a partir da década de 1970 que transparece em nosso país, sobretudo e inicialmente com a intervenção do Serviço Social do Comércio (SESC), a noção de quão complexo esse tema é, conseqüentemente da demanda infinita de estudos para seu melhor conhecimento. Essa tarefa inicial da produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil foi sequenciada por muitos, mas cabe destaque o papel exercido pelo extinto Departamento de Estudos do Lazer no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), nos anos de 1990-2000, e pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 2007 até os dias atuais. Hoje é possível ver o campo de estudos do lazer com pesquisas das mais diversas ordens, configurando-se enquanto uma área multidisciplinar.

Certamente, a ideia do lazer enquanto fenômeno social, necessário à sobrevivência, cunhada nas experiências individuais de mulheres e homens e nas experiências coletivas dos mais diversos grupos, influenciou em sua constituição como DIREITO SOCIAL em nossa Carta Magna de 1988. A partir disso, vemos uma latente necessidade e alguma predisposição na formulação de políticas que deem conta dessas expectativas sociais.

A indústria do entretenimento, responsável por geração de empregos e movimentadora de somas exorbitantes na economia mundial, também se atentou para o campo do lazer em virtude da necessidade de prestação de serviços à altura das expectativas daqueles que o consomem, além de objetivar o lucro.

Esse esclarecimento justifica o livro *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*, organizado pelos professores Edmur Antonio Stoppa e Hélder Ferreira Isayama, uma vez que precisamos cada vez mais estar atentos aos valores que emergem da sociedade, e

nada como o conhecimento sobre o que se faz em termos de lazer, o que se gostaria de fazer e por que não se faz.

A obra, gestada por uma pesquisa de âmbito nacional, traz elementos importantes para quem estuda, milita e pensa o lazer. Ao reconhecer na metodologia dessa investigação a dimensão territorial do nosso país e toda a sua diversidade cultural, o livro recorre à experiência e competência de outros pesquisadores do campo do lazer de diversas regiões e estados brasileiros.

Ao apresentar dados dessa amostra diversa e ampla, esta obra contribui para (re)pensar e elaborar novas pesquisas e intervenções de ordem pedagógica e política com base em elementos essenciais como: o perfil de quem busca a vivência do lazer, como se dá a relação com o trabalho e as demais obrigações sociais, familiares, religiosas e políticas, qual a importância dos espaços e equipamentos nessas vivências de lazer e quais as barreiras enfrentadas pelas pessoas para a concretização do lazer.

Fica então o convite aos estudantes, profissionais, gestores e pesquisadores das mais diferentes áreas à leitura atenta a essa importante obra, e que possam todos, por meio dos dados trazidos aqui, contribuir para um lazer cada vez melhor para o povo brasileiro.

Introdução

Hélder Ferreira Isayama
Edmur Antonio Stoppa

A partir da Constituição de 1988, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. A inclusão do lazer nesse documento pode ser considerada um marco em relação à efetivação desse direito, tendo em vista que até então não havia registro na lei que explicitasse seu reconhecimento. Esse aspecto também vem sendo assegurado em praticamente todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios brasileiros.

Além disso, destacamos que o reconhecimento do lazer como *status* de direito foi importante porque abriu possibilidades para se reivindicar do poder público, e de outras esferas da sociedade, formas para sua materialização no cotidiano de vida do cidadão brasileiro. Em contrapartida, a garantia do acesso ao lazer permite a mudança de um quadro existente de vulnerabilidade social no Estado brasileiro porque atua como uma ferramenta de formação do povo, bem como promove o desenvolvimento do convívio social, da melhoria da saúde e da construção de novos valores.

Atualmente, é relevante considerar as ações desenvolvidas no âmbito federal que, crivadas de questionamentos, tentam inaugurar uma nova forma de pensar as políticas públicas de lazer. Importante contribuição foi dada pelo governo federal, por meio do Ministério do Esporte, uma vez que a Política Nacional do Esporte, criada a partir da I Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, orienta as ações da temática e destaca as três linhas de atuação do ministério: o esporte educacional, o esporte de rendimento e o esporte recreativo ou de lazer. Se pensarmos no caráter hegemônico do alto rendimento, podemos interpretar essa iniciativa como uma tentativa de reconhecer outras manifestações esportivas e necessária para a democratização desse direito social.

Além disso, os resultados dessa conferência indicaram a necessidade de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, o que acabou sendo a temática de uma segunda conferência, realizada em abril de 2006, que apresentou quatro eixos fundamentais: estrutura: organização, agentes e competências; recursos humanos e formação; gestão e controle social e financiamento.

Em 2010 foi realizada a III Conferência Nacional do Esporte: por um time chamado Brasil, com o tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, que teve como objetivo construir um plano decenal de esporte e lazer. Essa conferência perspectivou definir diretrizes para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e indicar a forma de aplicação de recursos públicos nesse setor.

Em 2015, foi instituído um Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte. Nesse momento, o sistema deixou de usar a palavra lazer em seu título, mas as discussões continuaram contemplando o tema. No entanto, até o momento ele ainda não foi aprovado. De qualquer maneira, é importante destacar a importância das políticas públicas de lazer, principalmente as vinculadas ao campo esportivo.

Apesar de todas essas ações, observamos que nosso contexto é carente de estudos que apontem a representação do lazer e como essa vivência se concretiza na vida dos brasileiros. Dessa forma, aqui apresentamos pesquisa financiada pelo Ministério do Esporte que objetivou conhecer o lazer do brasileiro buscando compreender três grandes questões: o que o brasileiro faz como lazer? O que gostaria de fazer, mas não faz como vivência de lazer? E por que não o faz?

Portanto, acreditamos que os resultados aqui apresentados possam fornecer subsídios para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, bem como outros elementos que possam contribuir com novos estudos e pesquisas na área.

O universo da pesquisa foi composto de indivíduos que residem no território brasileiro, proporcionalmente divididos em cinco macrorregiões do país, contemplando os 26 estados da federação e o Distrito Federal. O público-alvo é formado por brasileiros maiores de 7 anos, selecionados para compor a amostra da pesquisa.

A pesquisa tem caráter quantitativo e qualitativo, realizada pela técnica de *survey*, por levantamento amostral, com a coleta executada por meio de entrevistas pessoais, face a face, em pontos de fluxo, nas cidades previamente sorteadas para compor a amostra. O instrumento de pesquisa foi o questionário estruturado, composto de perguntas abertas e fechadas (*vide* Anexo I).

A amostra foi construída por cotas representativas da população, considerando as variáveis de região e unidade da federação. Além disso, consideramos em cada estado cotas de sexo, idade, escolaridade e renda

familiar, conforme dados da população apurados no Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Tabela 1 apresenta os dados da população estratificados por região e estado.

Tabela 1 – Total da população brasileira por estado e região

Região	População	Percentual em relação ao total de brasileiros (%)	Percentual em relação ao total da população na região do país (%)
Norte	15.864.454	8,3	100
Rondônia	1.562.409	0,8	9,8
Acre	733.559	0,4	4,6
Amazonas	3.483.985	1,8	22,0
Roraima	450.479	0,2	2,8
Pará	7.581.051	4,0	47,8
Amapá	669.526	0,4	4,2
Tocantins	1.383.445	0,7	8,7
Nordeste	53.081.950	27,8	100
Maranhão	6.574.789	3,4	12,4
Piauí	3.118.360	1,6	5,9
Ceará	8.452.381	4,4	15,9
Rio Grande do Norte	3.168.027	1,7	6,0
Paraíba	3.766.528	2,0	7,1
Pernambuco	8.796.448	4,6	16,6
Alagoas	3.120.494	1,6	5,9
Sergipe	2.068.017	1,1	3,9
Bahia	14.016.906	7,3	26,4
Sudeste	80.364.410	42,1	100
Minas Gerais	19.597.330	10,3	24,4
Espírito Santo	3.514.952	1,8	4,4
Rio de Janeiro	15.989.929	8,4	19,9
São Paulo	41.262.199	21,6	51,3
Sul	27.386.891	14,4	100
Paraná	10.444.526	5,5	38,1
Santa Catarina	6.248.436	3,3	22,8
Rio Grande do Sul	10.693.929	5,6	39,0
Centro-Oeste	14.058.094	7,4	100
Mato Grosso do Sul	2.449.024	1,3	17,4
Mato Grosso	3.035.122	1,6	21,6
Goiás	6.003.788	3,1	42,7
Distrito Federal	2.570.160	1,3	18,3

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

A composição da amostra respeita também as cotas de sexo, faixa etária, escolaridade e renda familiar em cada estado e região do Brasil. A distribuição por sexo respeitou as proporções em cada estado, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Total da população brasileira por sexo

Região	População	Sexo masculino (%)	Sexo feminino (%)
Brasil	190.755.799	49,0	51,0
Norte	15.864.454	50,5	49,5
Acre	733.559	50,2	49,8
Amapá	669.526	50,1	49,9
Amazonas	3.483.985	50,3	49,7
Pará	7.581.051	50,4	49,6
Rondônia	1.562.409	50,9	49,1
Roraima	450.479	50,8	49,2
Tocantins	1.383.445	50,8	49,2
Nordeste	53.081.950	48,8	51,2
Alagoas	3.120.494	48,4	51,6
Bahia	14.016.906	49,1	50,9
Ceará	8.452.381	48,7	51,3
Maranhão	6.574.789	49,6	50,4
Paraíba	3.766.528	48,4	51,6
Pernambuco	8.796.448	48,1	51,9
Piauí	3.118.360	49,0	51,0
Rio Grande do Norte	3.168.027	48,9	51,1
Sergipe	2.068.017	48,6	51,4
Sudeste	80.364.410	48,6	51,4
Espírito Santo	3.514.952	49,3	50,7
Minas Gerais	19.597.330	49,2	50,8
Rio de Janeiro	15.989.929	47,7	52,3
São Paulo	41.262.199	48,7	51,3
Sul	27.386.891	49,1	50,9
Paraná	10.444.526	49,1	50,9
Rio Grande do Sul	10.693.929	48,7	51,3
Santa Catarina	6.248.436	49,6	50,4
Centro-Oeste	14.058.094	49,7	50,3
Distrito Federal	2.570.160	47,8	52,2
Goiás	6.003.788	49,7	50,3
Mato Grosso	3.035.122	51,1	48,9
Mato Grosso do Sul	2.449.024	49,8	50,2

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Na variável de idade, o tamanho do estrato considerou indivíduos acima de 5 anos, visto ser essa a estratificação considerada pelo IBGE, não sendo possível identificar o total da população com 7 anos, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Total da população brasileira por faixa etária

Região	População	5 a 9 anos (%)	10 a 14 anos (%)	15 a 24 anos (%)	25 a 34 anos (%)	35 a 44 anos (%)	45 a 54 anos (%)	55 a 64 anos (%)	Acima de 65 anos (%)
Brasil	190.755.799	7,8	9,0	17,9	17,2	14,1	11,5	7,8	7,4
Norte	15.864.454	10,3	11,1	20,2	17,5	12,6	8,6	5,3	4,6
Acre	733.559	11,2	12,0	20,1	17,2	12,0	7,8	4,9	4,3
Amapá	669.526	10,9	11,8	21,2	17,8	12,6	7,7	4,2	3,4
Amazonas	3.483.985	11,0	11,5	20,2	17,5	12,2	8,1	4,8	4,0
Pará	7.581.051	10,3	11,0	20,3	17,5	12,5	8,6	5,4	4,8
Rondônia	1.562.409	8,9	10,0	19,7	17,9	14,2	10,4	6,0	4,7
Roraima	450.479	11,0	11,5	20,1	17,8	12,2	8,5	4,8	3,5
Tocantins	1.383.445	9,5	10,4	19,6	17,3	13,0	9,4	6,1	5,8
Nordeste	53.081.950	8,7	9,9	19,2	17,0	13,2	10,0	6,8	7,2
Alagoas	3.120.494	9,6	10,8	19,3	16,6	13,0	9,5	6,4	6,0
Bahia	14.016.906	8,5	9,6	18,8	17,7	13,5	10,3	6,9	7,2
Ceará	8.452.381	8,2	10,0	19,8	16,6	13,2	10,1	6,9	7,6
Maranhão	6.574.789	10,2	11,0	20,4	16,7	11,5	8,6	5,9	6,0
Paraíba	3.766.528	8,3	9,3	18,6	16,6	13,4	10,3	7,3	8,5
Pernambuco	8.796.448	8,5	9,5	18,5	17,0	13,8	10,4	7,2	7,4
Piauí	3.118.360	8,7	9,9	19,3	16,8	12,7	10,0	7,1	7,5
Rio Grande do Norte	3.168.027	8,1	9,3	19,2	17,1	13,9	10,6	6,9	7,6
Sergipe	2.068.017	8,7	10,1	19,5	17,4	13,8	9,9	6,4	6,1
Sudeste	80.364.410	7,0	8,2	16,9	17,4	14,7	12,6	8,6	8,1
Espírito Santo	3.514.952	7,5	8,6	17,8	17,7	14,3	12,2	7,8	7,1
Minas Gerais	19.597.330	7,3	8,6	17,6	16,8	14,2	12,4	8,4	8,1
Rio de Janeiro	15.989.929	6,8	8,2	16,1	16,8	14,6	13,1	9,3	8,9
São Paulo	41.262.199	6,9	8,1	16,8	17,8	14,9	12,6	8,5	7,8
Sul	27.386.891	7,0	8,4	17,1	16,4	14,6	13,0	8,9	8,1
Paraná	10.444.526	7,4	8,7	17,5	16,4	14,9	12,4	8,3	7,6
Rio Grande do Sul	10.693.929	6,8	8,1	16,3	15,9	14,1	13,7	9,8	9,3
Santa Catarina	6.248.436	7,0	8,3	17,8	17,2	15,0	12,9	8,3	6,9
Centro-Oeste	14.058.094	8,0	8,9	18,3	18,3	15,0	11,2	6,9	5,8
Distrito Federal	2.570.160	7,8	8,5	18,2	20,3	15,6	10,9	6,4	5,0
Goiás	6.003.788	7,9	8,8	18,1	18,1	15,1	11,3	7,1	6,3
Mato Grosso	3.035.122	8,4	9,3	18,8	18,1	14,8	11,0	6,5	5,1
Mato Grosso do Sul	2.449.024	8,1	9,1	18,2	17,1	14,3	11,5	7,3	6,6

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Com relação à escolaridade, foram considerados cinco categorias que são: sem instrução até ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo até médio incompleto, ensino médio completo até superior incompleto, superior completo até pós-graduação, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Total da população brasileira por escolaridade

Região	População	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	Fundamental completo e médio incompleto (%)	Médio completo e superior incompleto (%)	Superior completo (%)	Não determinado*
Brasil	161.981.299	50,24	17,40	23,45	8,31	0,60
Norte	12.669.874	56,49	16,79	21,07	5,05	0,61
Acre	573.909	57,69	15,89	19,79	5,85	0,79
Amapá	526.975	47,52	17,59	27,26	6,95	0,67
Amazonas	2.728.336	53,66	16,20	23,98	5,31	0,85
Pará	6.062.304	59,33	17,23	18,92	4,08	0,45
Rondônia	1.294.956	56,94	16,66	20,02	5,67	0,71
Roraima	353.679	49,65	16,29	26,51	6,68	0,87
Tocantins	1.129.714	53,27	16,27	22,84	7,08	0,54
Nordeste	44.217.039	59,06	15,30	20,20	4,94	0,49
Alagoas	2.547.711	64,43	14,10	16,38	4,66	0,42
Bahia	11.764.109	58,96	14,64	21,29	4,53	0,58
Ceará	7.111.302	55,84	17,44	21,25	4,95	0,51
Maranhão	5.264.736	61,03	16,00	18,89	3,61	0,47
Paraíba	3.161.232	61,53	13,79	18,61	5,72	0,34
Pernambuco	7.373.671	57,82	15,02	20,94	5,68	0,55
Piauí	2.597.953	62,61	15,10	16,85	5,11	0,33
Rio Grande do Norte	2.676.308	56,20	15,34	22,15	5,91	0,41
Sergipe	1.720.016	58,94	14,76	19,97	5,95	0,38
Sudeste	69.528.259	44,79	18,33	25,72	10,47	0,70
Espírito Santo	3.005.851	49,51	17,19	24,43	8,35	0,53
Minas Gerais	16.890.981	52,70	17,07	21,69	7,95	0,59
Rio de Janeiro	13.908.173	41,52	18,96	28,10	10,90	0,51
São Paulo	35.723.254	41,92	18,77	26,81	11,68	0,83
Sul	23.695.166	47,78	18,77	23,68	9,29	0,48
Paraná	8.962.586	48,75	18,11	22,93	9,70	0,51
Rio Grande do Sul	9.327.696	48,18	18,96	23,75	8,66	0,45
Santa Catarina	5.404.884	45,51	19,51	24,82	9,70	0,46
Centro-Oeste	11.870.960	47,63	17,67	24,28	9,73	0,69
Distrito Federal	2.180.903	34,89	16,82	30,08	17,56	0,64
Goiás	5.092.674	49,63	18,15	23,84	7,75	0,64
Mato Grosso	2.537.660	51,44	17,82	22,02	7,69	1,04
Mato Grosso do Sul	2.059.723	51,48	17,22	22,02	8,87	0,42

* Não determinado = para a pessoa com informações que não permitissem a sua classificação (IBGE, 2010).
Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Na variável renda, para fins de construção da amostra, foi considerada a renda do domicílio (familiar), e não nominal, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Total da população brasileira por renda familiar

Região	Domicílios	Sem rendimento (%)	Até 1 salário mínimo (%)	Entre 1 e 2 salários mínimos (%)	Entre 2 e 5 salários mínimos (%)	Entre 5 e 10 salários mínimos (%)	Entre 10 e 20 salários mínimos (%)	Acima de 20 salários mínimos (%)
Brasil	57.324.185	4,4	14,7	21,5	34,3	15,4	6,4	3,4
Norte	3.975.533	7,5	20,0	24,3	30,1	11,4	4,5	2,2
Acre	190.645	9,12	20,28	23,91	28,75	11,31	4,63	2,00
Amapá	156.284	6,26	15,87	20,66	30,51	16,14	7,39	3,17
Amazonas	799.629	9,49	17,47	22,19	30,72	12,47	5,09	2,58
Pará	1.859.165	7,44	23,10	25,52	28,68	9,78	3,63	1,87
Rondônia	455.599	5,56	13,95	23,61	35,17	14,35	5,31	2,06
Roraima	115.844	9,27	16,84	21,01	29,86	13,82	6,45	2,75
Tocantins	398.367	5,28	20,47	26,27	29,98	11,26	4,52	2,22
Nordeste	14.922.901	4,3	5,0	27,8	28,1	26,4	7,7	3,2
Alagoas	842.884	4,91	29,42	28,95	24,67	7,29	3,21	1,56
Bahia	4.094.405	5,26	27,70	27,56	26,58	7,96	3,20	1,75
Ceará	2.365.276	4,36	28,26	28,78	26,59	7,22	3,01	1,79
Maranhão	1.653.701	6,96	30,69	27,25	24,66	6,64	2,53	1,27
Paraíba	1.080.672	4,11	27,99	29,33	26,06	7,55	3,11	1,84
Pernambuco	2.546.872	5,13	26,21	28,08	27,08	8,04	3,39	2,06
Piauí	848.263	4,28	30,64	28,30	25,31	7,09	2,76	1,62
Rio Grande do Norte	899.513	3,78	22,75	28,09	28,09	9,50	4,24	2,22
Sergipe	591.315	4,62	26,76	27,54	26,13	8,74	4,02	2,20
Sudeste	25.199.799	4,3	9,2	18,5	37,3	18,6	7,9	4,2
Espírito Santo	1.101.394	3,70	11,98	21,94	37,07	15,56	6,62	3,14
Minas Gerais	6.028.223	3,02	13,82	22,84	37,39	14,69	5,46	2,79
Rio de Janeiro	5.243.029	5,47	10,11	19,24	35,43	16,85	8,16	4,75
São Paulo	12.827.153	4,47	6,36	15,76	38,04	21,45	9,13	4,78
Sul	8.891.279	2,6	8,2	18,2	39,8	20,3	7,6	3,3
Paraná	3.298.578	2,70	9,00	19,26	39,72	18,82	7,19	3,31
Rio Grande do Sul	3.599.604	2,67	9,01	19,13	39,17	19,23	7,44	3,35
Santa Catarina	1.993.097	2,21	5,43	14,59	41,07	24,83	8,54	3,33
Centro-Oeste	4.334.673	4,1	10,6	20,3	36,3	16,3	7,6	4,8
Distrito Federal	774.021	3,35	6,03	13,55	28,93	18,98	15,00	14,15
Goiás	1.886.264	4,13	11,54	21,92	38,15	15,58	5,85	2,83
Mato Grosso	915.089	5,62	11,43	21,13	37,37	15,98	5,89	2,58
Mato Grosso do Sul	759.299	2,92	11,78	22,29	37,99	15,74	6,28	3,00

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

O procedimento de amostragem ocorreu por seleção sistemática, realizado por meio de sorteio dos municípios que compõem a amostra. Valendo-se de uma base de dados contendo todos os municípios do Brasil, bem como sua população, oriunda do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, foi definida a unidade amostral mínima como sendo o município de menor população no país, com a qual foram calculadas as proporções de cada município em relação a unidade mínima, conforme exemplo:

- Unidade amostral mínima: 5.000 habitantes
- Município A: 10.000 habitantes; Município B: 50.000 habitantes
- Representatividade do município A na base de dados = 2
- Representatividade do município B na base de dados = 10

Para compor a amostra foram sorteados os municípios de forma que cada unidade sorteada representa 1 entrevista até um total de 2.400. Uma vez sorteada a amostra, os municípios de pequeno porte, definidos como aqueles com até dez mil habitantes, são agrupados e novamente sorteados para que a amostragem mínima em cada um não seja inferior a dez entrevistas.

Como parâmetro de avaliação, em uma amostra probabilística, a pesquisa possuiu um erro amostral máximo de 2% para o país e nível de confiança de 95%. Dessa forma, o tamanho da amostra total foi de 2.400 entrevistas no país, divididas conforme apresentado na Tabela 6.

A equipe de trabalho de campo foi formada por entrevistadores e coordenadores. Os entrevistadores aplicaram as entrevistas individuais de acordo com cotas predefinidas (de município, sexo, idade, escolaridade e renda). Os profissionais possuíam escolaridade mínima de 2º grau, além

Tabela 6 – Tamanho da amostra e erro amostral

Região	População	Percentual em relação ao país (%)	Erro amostral (%)	Amostra
Norte	15.864.454	8,3	± 6,8	200
Nordeste	53.081.950	27,8	± 3,1	1.011
Sudeste	80.364.410	42,1	± 3,8	668
Sul	27.386.891	14,4	± 5,3	344
Centro Oeste	14.058.094	7,4	± 7,5	177
TOTAL	190.755.799	100	± 2,0	2.400

Fonte: *Foco Opinião e Mercado* (2013, p. 3).

de habilidades exigidas para o bom desempenho da função. A pesquisa foi realizada no intervalo de horário das 8h às 20h, em dia úteis e não úteis.

O trabalho de supervisão feito pelos coordenadores buscou: garantir o cumprimento correto das entrevistas; anular questionários que não cumpriram a amostra pela conferência das cotas; anular questionários preenchidos e/ou aplicados incorretamente; fazer cumprir o trabalho de campo dentro do prazo especificado.

Os profissionais que realizaram as entrevistas foram devidamente identificados com crachá contendo nome e logomarca da empresa prestadora do serviço, além de portarem documento oficial de identificação com foto.

Para avaliar a efetividade do instrumento em alcançar os objetivos da pesquisa, foram realizadas cinquenta entrevistas em caráter de pré-teste em unidades da federação. Foram avaliados a receptividade dos entrevistados, a clareza e compreensão das perguntas e o tempo de aplicação de entrevista. Os resultados do pré-teste apontaram ajustes no questionário, que foram apresentados para a equipe de pesquisadores do projeto para avaliação e aprovação.

Para a realização das entrevistas, o profissional apresentou o objetivo da pesquisa, solicitou a participação espontânea do entrevistado e garantiu o anonimato, informando que os dados seriam utilizados apenas para fins estatísticos. Além disso, foi coletada a assinatura do entrevistado em termo de consentimento que constou da folha de rosto do instrumento de pesquisa. Antes da coleta de dados, o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A pesquisa seguiu os princípios do Código Internacional de Conduta da Câmara Internacional de Comércio/Sociedade Europeia para Pesquisa de Opinião e Mercado (ICC/ESOMAR), documento que orienta a prática de pesquisa, aceito em âmbito internacional. Considerando que a amostra da pesquisa incluiu a participação de crianças e adolescentes, para que as entrevistas com esse público fossem realizadas, solicitamos prévia autorização dos pais ou responsáveis, conforme artigo 8 do referido código. No entanto, o documento não define a idade-limite para que as entrevistas possam ser realizadas sem consentimento, de modo que neste estudo convencionou-se que todas os indivíduos com idade igual ou menor a 12 anos somente seriam entrevistados com autorização concedida por escrito, em modelo desenvolvido pela empresa que realizou a coleta de dados e que foi aprovado pela equipe de pesquisadores do projeto.

Para garantir a qualidade dos dados coletados, foi realizada a checagem por telefone, obedecendo o seguinte procedimento: a) confirmação

da existência do entrevistado; b) verificação da aplicação integral do questionário. A checagem telefônica foi realizada em 10% da amostra, aleatoriamente por entrevistador, totalizando 240 checagens. Quando o entrevistado se recusou a fornecer o número de telefone, o endereço foi aceito como referência, em um máximo de 10% das entrevistas de cada pesquisador. Após esse número, as entrevistas foram invalidadas. No caso das crianças, a checagem foi realizada com o pai/mãe ou responsável que autorizou a aplicação da pesquisa, conforme termo de consentimento.

Dessa forma, foram considerados válidos os questionários preenchidos na íntegra, sem qualquer campo ou pergunta em branco, legíveis, possuindo nome e telefone do entrevistado ou, nos casos em que o telefone não foi fornecido (o que não ultrapassou 10% dos questionários de cada entrevistador), contivesse o endereço.

Após checagem e validação, os dados foram inseridos em banco de dados desenvolvido exclusivamente para esse fim, contendo regras de validação que impedem a entrada de dados estranhos às possíveis respostas para as perguntas fechadas. Além disso, foi realizado teste de consistência em 100% dos dados, garantindo a correta e completa digitação.

O sistema de apuração dos dados da pesquisa foi feito inicialmente usando tecnologia Java com banco de dados Postgre, em plataforma *web*. Em virtude da dificuldade de hospedagem do aplicativo, o sistema foi desenhado para uso em modo somente leitura com aplicativo criado em linguagem Delphi, com banco de dados Firebird.

Esse aplicativo, disponibilizado para *download*, permitiu a realização de diversas consultas e cruzamentos sobre os dados relativos a cada pergunta, sejam as relativas ao uso do tempo, bem como as do perfil socioeconômico.

Ao escolher ou trocar uma pergunta, a consulta é realizada exibindo na grade as frequências e as porcentagens de cada resposta, agrupadas por categorias. Logo abaixo da grade são exibidas a soma das frequências e a soma das porcentagens.

O sistema permite também a definição de filtros de perfil socioeconômico para a pesquisa (os mesmos campos dos cruzamentos). Nesse caso, porém, a amostra é reduzida para exibir os resultados de apenas uma das opções do(s) campo(s) escolhido(s). Ou seja, enquanto no cruzamento apenas um campo pode ser escolhido e o resultado é exibido para cada uma de suas opções, no filtro podem ser escolhidos diversos campos, mas apenas uma opção para cada um.

Ao escolher um ou mais filtros, a amostra é reduzida e o seu tamanho é exibido na barra inferior, com sua porcentagem em relação ao total e a margem de erro recalculada para esse tamanho. Realizada uma consulta, é possível salvar seus resultados em forma de planilha (Excel, Open Office, CSV etc.).

Os resultados de uma pesquisa sem cruzamento podem também ser exibidos na forma de gráfico, que pode ser configurado pelo usuário, ser salvo em um arquivo Bitmap ou colocado na área de transferência.

As funcionalidades, conforme previsto, contemplam diversos cruzamentos entre os dados coletados, disponibilizando assim possibilidades e pontos de vista que podem enriquecer os resultados, ao explorar ao máximo as observações possíveis naquele universo.

Dividido em oito capítulos, este livro aborda diferentes categorias conceituais relacionadas ao lazer e faz relações com extratos referentes a sexo, faixa etária, escolaridade, renda familiar, entre outros.

Assim, no capítulo 1, “O lazer do brasileiro: sexo, estado civil e escolaridade”, de Sarah Teixeira Soutto Mayor e Hélder Ferreira Isayama, são discutidas essas categorias como possibilidades de apreensão das formas de vivência do lazer por parte da população brasileira, fomentando problemáticas importantes, tais como representações de gênero e de ideais de construção familiar e acesso a oportunidades educativas e a experiências culturais diversificadas.

No capítulo “O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça”, os autores Cinthia Casimiro Pedrão e Ricardo Ricci Uvinha discutem os dados coletados na pesquisa, tratando-os a partir das barreiras que impedem o acesso igualitário ao lazer. Motivos que abstem o uso de bens e direitos de maneira democrática a todos os cidadãos, especialmente em um país com acentuadas disparidades sociais, como é o caso do Brasil.

Luciene Ferreira da Silva, José Carlos de Almeida Moreno e Katyucia Cardoso Veraldo apresentam o texto “Relações com o trabalho”, terceiro capítulo desta obra, trazendo discussões acerca das categorias trabalho e lazer, relacionadas a sexo, faixa etária, renda, cor/raça, religião, entre outras. Os autores colocam como principal questão o fato de o trabalho aparecer como uma atividade que concorre com o lazer, uma vez que a maior parte das respostas em relação à restrição de vivências do lazer deve-se à falta de tempo, por conta do excesso de dedicação ao trabalho e outras obrigações.

O quarto capítulo, “Esfera da obrigação: em estaque a família/filhos, compromissos religiosos e compromissos políticos/sociais”, de Maria Cristina Rosa e Marcone Rodrigues da Silva, discute a esfera das “obrigações” familiares, religiosas e políticas/sociais em suas relações com o lazer, de forma que possa identificar as principais atividades obrigatórias que os brasileiros realizam em seu dia a dia e a frequência em que elas ocorrem, dando destaque às atividades no âmbito das esferas apontadas e a partir do cruzamento com outras variáveis como faixa etária, classe social, sexo, entre outras.

“O lazer do brasileiro: representações e concretizações nos espaços e equipamentos” é o quinto capítulo, de autoria de Gabriela Varjão Gruber e Edmur Antonio Stoppa. Nesse artigo a discussão apresentará elementos relacionados à temática do espaço, público ou privado, rural ou urbano, real ou virtual, discutindo o lazer do brasileiro em sua representação e concretização, subsidiando a reflexão para a implementação de ações que possam repensar os desequilíbrios existentes no acesso e utilização dos diferentes espaços e equipamentos de lazer.

Mirleide Chaar Bahia e Ronivaldo dos Santos Brito apresentam o sexto capítulo, “O lazer do brasileiro: como é vivenciado o tempo”, tendo a consideração da categoria “tempo” em suas relações com os diferentes conteúdos culturais do lazer. De acordo com os autores, as possibilidades de lazer nos dias atuais estão diretamente relacionadas a um determinado tempo “disponível” nas sociedades modernas, quer seja nos fins de semana ou nas férias, uma vez que nem todos têm a possibilidade de acesso ao lazer por uma série de questões, entre elas a falta de tempo para vivenciar o lazer.

A problemática do lazer para as pessoas com deficiência é a temática do sétimo capítulo, apresentado por Liana Romera e Liana Poubel. Em “O lazer do brasileiro com deficiência: entre o sonho e a realidade”, as autoras, com a proposta de discutir o lazer das pessoas com deficiência e não a deficiência das pessoas, apresentam reflexões sobre os significados do lazer para a vida dessas pessoas, o que fazem, o que gostariam de fazer e os motivos que as impedem de fazer, questões importantes que devem ser, segundo as autoras, alvo de reflexão e proposição de ações, uma vez que a inserção desse grupo no âmbito do lazer ainda não está totalmente garantida em nossa realidade.

Por fim, Natália de Souza Carlos Gonçalves, Bruna Eliza Previatello Peçanha e Sidnei Raimundo apresentam o artigo “A cartografia e sua

aplicação nos estudos do lazer: algumas possibilidades para o entendimento espacial do lazer do brasileiro”. O objetivo do texto foi contribuir com um banco de dados cartográfico, para o entendimento da distribuição espacial das práticas de lazer dos brasileiros, a melhora da representação cartográfica dos estudos dos lazes e o desenvolvimento do entendimento das práticas de lazer do brasileiro para tomadores de decisão e *police makers*.

É importante destacar que o conjunto de trabalhos aqui apresentado não representa todas as possibilidades relativas às vivências de lazer do brasileiro, uma vez que os dados coletados possibilitam, conforme questionário apresentado, novos cruzamentos de categorias e extratos aqui não desenvolvidos, bem como outras leituras em relação à realidade.

Esperamos, portanto, que os textos colocados na sequência sejam fonte de informação e de inspiração para a realização de novas pesquisas na área, quer sejam fruto dos dados coletados neste projeto, quer sejam fruto de novas reflexões, investigações e diálogos, de modo que possam gerar novas práticas, ações e gestões públicas, privadas e relacionadas ao terceiro setor na área do lazer.

Por fim, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos ao Ministério do Esporte, em nome da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), pelo fomento à pesquisa e, em especial, aos autores dos textos, pela paciência, compreensão, colaboração e envolvimento direto, não hesitando em participar ativamente desde a primeira reunião de planejamento do projeto.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

FOCO OPINIÃO E MERCADO. Plano de trabalho. In: Projeto “O lazer do brasileiro”. Florianópolis, 2013. Digitado.

Anexo 1

()	QUESTIONÁRIO	()	Entrevistador:	Data: / /
()	Cidade:			Estado:
()	Você mora na zona urbana ou rural do seu município? 1. Urbana 2. Rural			
Horário de início da entrevista: ____:____ (hh:mm)		Horário de fim da entrevista: ____:____ (hh:mm)		

Perfil socioeconômico

()	1. Sexo: 1. Masculino 2. Feminino	
()	2. Qual a sua idade: _____	
()	3. Faixa etária (não perguntar) 1. 7 a 10 2. 11-14 3. 15-24 4. 25-34 5. 35-44 6. 45 a 54 7. 55 a 64 8. 65 anos ou mais	
()	4. Escolaridade: 1. Analfabeto 2. Lê e escreve mas não frequentou escola 3. Ensino Fundamental incompleto 4. Ensino Fundamental completo 5. Ensino Médio (incompleto ou cursando) 6. Ensino Médio completo 7. Superior incompleto/ cursando 8. Superior completo 9. Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado)	
()	5. Somando a sua renda e a das pessoas que moram com você (incluindo salários, benefícios, aposentadorias e outras fontes), qual é, em média, a renda mensal sua e de sua família? 1. Sem rendimento 2. Até 1 SM 3. Entre 1 e 2 SM 4. Entre 2 e 3 SM 5. Entre 3 e 4 SM 6. Entre 4 e 5 SM 7. Entre 5 e 10 SM 8. Entre 10 e 15 SM 9. Entre 15 e 20 SM 10. Acima de 20 SM 11. Não declarou	
()	6. Atualmente você está trabalhando? 1. Sim 2. Não	
()	7. Qual a sua ocupação?	
()	Trabalhando	Não trabalhando
	1. Empregado em empresa privada 2. Empregado em empresa pública 3. Empregado do setor doméstico 4. Empresário 5. Profissional liberal 6. Funcionário público 7. Autônomo 8. Agricultor/ produtor rural 9. Outro _____	10. Do lar 11. Aposentado 12. Estudante 13. Desempregado 14. Pensionista 15. Outro _____
()	8. Qual é a sua religião? 1. Evangélica Pentecostal (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Cruzada Evangélica, Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Internacional da Graça Divina, "Crente") 2. Evangélica não Pentecostal (Batista, Presbiteriana, Metodista, Luterana, Episcopal, Anglicana, Congregação, Exército da Salvação "Protestantes") 3. Umbanda 4. Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras (Xangô, Batuque, Mina, Omoloco, Catimbó) 5. Espirita Kardecista, Espiritualista 6. Católica 7. Judaica 8. Outras religiões (Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová, Seicho-No-Ie, Messiânica, Perfeita Liberdade, Budista, Santo-Daime, Mulçumano) 9. Não tem religião nenhuma 10. É ateu/ Não acredita em Deus	
()	9. Qual a sua cor/raça: 1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena. Etnia _____	

()	10. Para maiores de 18 anos: Qual a sua orientação sexual: 1. Heterossexual 2. Homossexual 3. Bissexual 4. Outro. Qual?
()	11. Qual seu estado civil? (citar opções) 1. Solteiro 2. Casado civilmente 3. União estável/vive com companheiro 4. Separado 5. Divorciado 6. Viúvo
()	12. É portador de alguma deficiência? 1. Sim 2. Não
()	13. Caso sim: Qual deficiência?

Hábitos relacionados ao uso do tempo livre

()	14. Pensando no seu dia, do momento que acorda ao momento que vai dormir, você possui atividades que são obrigatórias e outras que você faz por escolha no restante do tempo. Quais são as atividades obrigatórias que você realiza no seu dia (espontânea ou estimulada)? 1. Trabalho 2. Estudo/cursos 3. Família, filhos 4. Afazeres domésticos 5. Compromissos religiosos 6. Trabalhos sociais 7. Compromissos políticos/sociais (reunião de condomínio, associações etc.) 8. Outro: Quais: _____
()	15. E, entre essas atividades obrigatórias (mostrar cartão/disco), quais você realiza no seu dia (estimulada)? 1. Trabalho 2. Estuda/faz cursos 3. Cuida dos filhos/ da família 4. Cuida da casa, dos afazeres domésticos 5. Vai à igreja 6. Faz trabalhos sociais 7. Compromissos políticos/sociais (reunião de condomínio, associações etc.) 8. Outro: Quais: _____

16. Pensando no seu fim de semana, excluindo as atividades que são suas obrigações, o que você faz no restante do seu tempo?
17. Com que frequência você ... (citar atividade) nos fins de semana (citar opções)? 1. Todos os fins de semana 2. Quase todos os fins de semana 3. 1 ou 2 fins de semana por mês 4. Ocasionalmente (algumas vezes por ano) 5. Uma ou menos de uma vez por ano
18. Onde você costuma ... (citar atividade)? 1. Em casa 2. No trabalho 3. Na rua/Em locais públicos 4. No meio de transporte 5. Em locais privados para a finalidade 6. No ambiente virtual 7. Outro _____
19. Em uma escala de 0 a 10, qual nível de satisfação você sente ao ... (citar atividade), sendo que 0 significa nenhuma satisfação e 10 satisfação total.
20. O que você busca ao realizar essa atividade? 1. Descanso 2. Divertimento 3. Desenvolvimento pessoal/social 4. Outro: _____
21. Para você essa atividade é lazer? 1. Sim 2. Não

Pergunta 16 Atividade	Pergunta 17 Frequência	Pergunta 18 Local	Pergunta 19 Nota de satisfação	Pergunta 20 Objetivo	Pergunta 21 É lazer?
a)					
b)					
c)					
d)					
e)					
f)					
g)					

22. Agora, durante a semana, quando você não está realizando as atividades que são suas obrigações, o que você faz no restante do seu tempo livre?
23. Quantas vezes na semana você ... (citar atividade) no seu tempo livre? 1. Uma vez 2. Duas vezes 3. Três vezes 4. Quatro vezes 5. Diariamente
24. Quantas horas por dia do seu tempo livre você passa ... (citar atividade)? (anotar em horas)
25. Onde você ... (citar atividade) no seu tempo livre? 1. Em casa 2. No trabalho 3. Na rua/em locais públicos 4. No meio de transporte 5. Em locais privados para a finalidade 6. No ambiente virtual 7. Outro: _____
26. Em uma escala de 0 a 10, qual nível de satisfação você sente ao ... (citar atividade), sendo que 0 significa nenhuma satisfação e 10 satisfação total.
27. O que você busca ao realizar essa atividade? 1. Descanso 2. Divertimento 3. Desenvolvimento pessoal/social 4. Outro: _____
28. Para você esta atividade é lazer? 1. Sim 2. Não

Pergunta 22 Atividade	Pergunta 23 Frequência (x/semana)	Pergunta 24 Horas/dia	Pergunta 25 Local	Pergunta 26 Nota de satisfação	Pergunta 27 Objetivo	Pergunta 28 É lazer?
a)						
b)						
c)						
d)						
e)						
f)						
g)						
29. O que você gostaria de fazer como lazer em seu tempo livre que atualmente não faz?						
30. Por quais razões você atualmente não faz o que gostaria no seu tempo livre?						
()	31. Falamos sobre o que você faz hoje durante o seu tempo livre e sobre o que você gostaria de fazer. Então, de 0 a 10, qual é o seu grau de satisfação com a forma como atualmente você usa o seu tempo livre?					

Perfil de classificação econômica

32. Vou citar alguns itens e gostaria de saber de quais deles você dispõe em sua casa: (marque com X a resposta para cada item)						
Itens		Quantidade de itens				
		0	1	2	3	4 ou +
()	a) Televisão em cores					
()	b) Máquina de lavar					
()	c) Rádio					
()	d) Banheiro					
()	e) Automóvel					
()	f) Videocassete e/ou DVD					
()	g) Geladeira					
()	h) Empregada mensalista					
()	i) Freezer (pode ser um aparelho separado ou fazendo parte da geladeira duplex)					
()	33. Qual o grau de instrução do chefe da família? 1. Analfabeto/Primário Incompleto (Analfabeto – Até 3ª Série Fundamental) 2. Primário Completo / Ginásial Incompleto (Até 4ª Série Fundamental) 3. Ginásial Completo / Colegial Incompleto (Fundamental completo) 4. Colegial Completo / Superior Incompleto (Médio completo) 5. Superior Completo (Superior completo)					
34. Para finalizar, gostaria de saber o que você entende por lazer?						

O lazer do brasileiro: sexo, estado civil e escolaridade

Sarah Teixeira Soutto Mayor¹
Hélder Ferreira Isayama²

Introdução

Neste capítulo abordaremos as vivências de lazer da população brasileira considerando o inter-relacionamento das categorias *sexo*, *estado civil* e *escolaridade*. Compreendido como manifestação histórico-cultural intrínseca às complexidades da vida em sociedade, o lazer, assim como outras dimensões da experiência humana, é constituído pelas e nas relações que os sujeitos estabelecem com seus pares e com as estruturas que compõem a unicidade de cada cenário social. Assim, podemos inferir que o lazer só existe se pensado nas relações que estabelece com outras dimensões, sejam elas concretas, como o trabalho e as inúmeras possibilidades de educação (institucionais ou não); sejam elas simbólicas, como as representações que se processam no tempo, atreladas a certas formas historicamente convencionadas de se viver em um dado contexto, ou seja, por costumes e ideais disputados e negociados na arena conflitiva de interesses que denominamos *cultura* (THOMPSON, 1998).

De fato, pensar o lazer exige a busca por um tempo e um contexto particular ou, como ponderou Williams (2003), por uma estrutura de

- 1 Doutora em estudos do lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFut/UFMG) e do Oricolé – Laboratório sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer.
- 2 Doutor em educação física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente e subcoordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Coordenador geral do Programa de Acompanhamento e Formação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável do Ministério do Esporte. Líder do Oricolé, UFMG. Editor da revista *Licere*.

sentimentos demarcada pela cultura de um período e pelo resultado vital específico dos elementos de sua organização geral. Tarefa que, segundo o autor, permite apenas uma aproximação, tendo em vista que a realidade em si é inapreensível. No entanto, a combinação de incursões teóricas com elementos empíricos rigorosamente trabalhados pode possibilitar que essa aproximação seja capaz de fornecer dados de grande relevância para o exercício de compreensão do contexto estudado.

Nessa perspectiva é que trabalharemos as categorias *sexo*, *estado civil* e *escolaridade* como possibilidades de apreensão das formas de vivência do lazer por parte da população brasileira. Categorias que podem fomentar problemáticas importantes, tais como representações de gênero e de ideais de construção familiar e acesso a oportunidades educativas e a experiências culturais diversificadas. Questões que inegavelmente podem fornecer informações-chave para o mapeamento e a compreensão da constituição e da apropriação do lazer no país; o que também se pode configurar como rica possibilidade para subsidiar ações governamentais adequadas à determinada realidade e minimizar as barreiras que ainda contribuem para o “todo inibidor” da prática do lazer (MARCELLINO, 2008).

Para tanto, elegemos três das questões direcionadas aos sujeitos entrevistados na pesquisa *O lazer do brasileiro: O que faz no fim de semana? O que gostaria de fazer no tempo livre? E por que não o faz no tempo livre?* Sobre as duas primeiras indagações, o entrevistado poderia escolher inúmeras atividades dispostas previamente no questionário, que posteriormente foram agrupadas de acordo com os seguintes interesses culturais do lazer (MARCELLINO, 2007): físico-esportivo; social; turístico; intelectual; manual; e artístico.

As repostas referentes à última pergunta foram agrupadas nas seguintes opções: tempo; espaço/local; saúde; dinheiro/recursos financeiros; outros; nada/faz tudo que gostaria; não sabe/não respondeu. Fatores estes que nos permitem ter uma noção das impossibilidades e dos percalços presentes na vivência do lazer.

De antemão, tornam-se necessários alguns esclarecimentos sobre a forma como tratamos as categorias *sexo*, *estado civil* e *escolaridade*. Sobre o *sexo*, embora o questionário se tenha pautado, sem maiores discussões, nas opções “masculino” e “feminino” (o que remete à própria logística do instrumento), procuramos reconhecer a importância das significações sociais que podem estar presentes na escolha, no desejo e na prática efetiva do lazer de homens e mulheres.

Sobre o estado civil e a escolaridade, em virtude da quantidade de informações que cada uma dessas categorias comporta³, sobretudo quando realizados os inúmeros cruzamentos possíveis, alguns dados foram agrupados. Em se tratando de *estado civil*, serão considerados um conjunto os entrevistados que se declararam solteiros, separados, divorciados e viúvos e, como outro, aqueles que se declararam casados civilmente ou em união estável. Dessa forma, optamos por realizar uma divisão entre os que declararam viver com um(a) parceiro(a) e os que não possuíam relacionamento formalizado. Já, para o perfil de escolaridade, agrupamos da seguinte maneira: um grupo ficou constituído pelos que se declararam analfabetos; outro pelas pessoas que cursam ou já concluíram o ensino fundamental; outro pelos que cursam ou já concluíram o ensino médio; e, por fim, os entrevistados que declararam cursar ou possuir o ensino superior completo formaram o último grupo.

Em linhas gerais, a amostragem da pesquisa foi composta de 49,38% de homens e 50,63% de mulheres. Desse total, 58,12% se declararam solteiros(as), separados(as), divorciados(as) ou viúvos(as); enquanto 41,88% disseram ser casados(as) ou possuírem união estável. Sobre a escolaridade, 2,42% se declararam analfabetos; 45,42% estão cursando ou concluíram o ensino fundamental; 34,12% estão cursando ou concluíram o ensino médio; e 11,89% possuem o ensino superior ou estão com os estudos em curso.

A seguir, esses dados serão destrinchados por meio do intercruzamento das referidas categorias, no intuito de oferecer um panorama acerca das experiências de lazer da população brasileira. A primeira questão dirigida aos entrevistados refere-se às ações que realizam nos fins de semana, o que traz um amplo repertório de conhecimentos sobre o que as pessoas efetivamente fazem nos momentos que destinam ao lazer, considerando também, nesse caso, o que lhes é possível fruir de acordo com algumas das especificidades de sua condição social.

3 Em relação ao estado civil, o entrevistado poderia escolher as opções: solteiro, casado civilmente, separado, divorciado e viúvo. Sobre a escolaridade, havia as seguintes possibilidades: analfabeto; lê e escreve, mas não frequentou escola; ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; ensino superior incompleto; ensino superior completo e pós-graduação. Vale ressaltar que para um estudo mais detalhado, pautado exclusivamente na compreensão da vivência do lazer em relação ao estado civil ou ao nível de escolaridade em específico, é possível a utilização de todas as variáveis separadamente. Como, neste momento, intentamos um cruzamento de dados envolvendo três categorias, ateremo-nos a uma análise menos particularizada.

O que faz no fim de semana?

As tabelas que se seguem detalham os percentuais de cada interesse cultural do lazer em relação à frequência de escolha das pessoas entrevistadas. Em um primeiro momento, observa-se apenas a diferenciação por *sexo*. Posteriormente, podem ser vislumbrados os dados referentes ao cruzamento entre as categorias *sexo* e *estado civil* e *sexo* e *escolaridade*. De igual maneira, assim será feito com as outras perguntas.

Tabela 1 – Interesses culturais do lazer* para o sexo masculino e o feminino – fim de semana

Interesses – homens	(%)**	Interesses – mulheres	(%)
Ócio	3,4	Ócio	5,1
Turístico	33,2	Turístico	41,7
Físico-esportivo	64,0	Físico-esportivo	20,6
Artístico	14,0	Artístico	16,7
Social	58,1	Social	70,9
Manual	0,5	Manual	1,9
Intelectual	1,7	Intelectual	4,7

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

* A classificação de interesses culturais mais difundida e utilizada no Brasil foi elaborada por Dumazedier (1979), distinguindo cinco campos: físico-esportivos; sociais; artísticos; manuais; e intelectuais. Camargo (1986) acrescenta a esses campos um sexto, pertencente aos interesses turísticos. Destacamos que esses campos estão intimamente relacionados, sendo diferenciados apenas para denotar a diversidade cultural que engloba o lazer. Utilizamos essa classificação para o contexto deste estudo; no entanto, foi considerado também o ócio como mais uma possibilidade de lazer, conforme consta nos dados da pesquisa.

** Importante destacar que a soma dos valores obtidos para cada interesse pode ultrapassar 100%, já que os entrevistados poderiam eleger mais de uma opção. Isso vale para todos os outros dados apresentados neste artigo.

Considerando apenas a categoria *sexo*, a pesquisa revelou diferenças significativas na escolha de homens e mulheres, sobretudo em se tratando do interesse físico-esportivo. Os dados podem oferecer indicativos de que ações relacionadas a esse interesse ainda fazem parte, prioritariamente, do universo masculino, o que remete à própria história dos esportes e outras atividades físicas no país, que relegou às mulheres, durante grande período de tempo, uma condição de marginalidade na escolha e vivência de muitas de suas práticas. Com os devidos cuidados de não se incorrer em um anacronismo e produzir relações lineares, é possível tecer reflexões sobre o lugar histórico destinado à mulher nas proposições de intelectuais, médicos, estadistas e demais gestores públicos brasileiros.

Como lembra Soares (1994), a constituição da educação física no país, ensaiada em meados do século XIX, pautou-se declaradamente por uma diferenciação de atividades para homens e mulheres, com vistas à adequação a uma função social que se esperava para cada sexo. A autora lembra que, enquanto para os meninos eram indicados esportes como natação, equitação e esgrima, para as meninas eram incentivadas práticas que pudessem atender aos “preceitos da elegância”, tais como dança, canto, declamação e piano (idem, p. 66). Sobre a ginástica, a autora ressalta que sua prática foi defendida para as mulheres como forma de fortalecer o corpo para as funções maternas, pensamento que ganhou força nas primeiras décadas do século XX, sobretudo por meio das palavras do intelectual Rui Barbosa. Nesse contexto, os esportes até poderiam ser permitidos, mas desde que fossem compatíveis com a delicadeza feminina (idem, p. 102).

Embora essas possam parecer situações ultrapassadas, dados levantados por Goellner et al. (2011) demonstram que ainda há um senso comum que necessita ser superado a respeito da vivência de determinadas práticas esportivas desenvolvidas por homens e mulheres. Em pesquisa realizada com frequentadores do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), nos municípios do Rio de Janeiro e Porto Alegre, os autores constataram que a escolha e a participação nas atividades estavam fortemente relacionadas a estereótipos de gênero. Como exemplo, citam homens que não frequentavam aulas de dança por considerarem uma prática feminina, bem como mulheres que, quando optavam pela prática do futebol, acabavam utilizando quadras secundárias e improvisadas, em horário de pouco uso. Observaram, assim, uma predominância de homens, em todos os núcleos visitados, na prática do futebol, esporte ainda amplamente compreendido como domínio do masculino (DAOLIO, 2006).

Ainda sobre esse interesse, chama atenção, em relação aos homens, a diferença quantitativa da escolha pelos esportes se comparado a outros interesses. O percentual de 64% pode demonstrar, entre outras possibilidades interpretativas, uma realidade educacional e de configuração de políticas públicas no Brasil que fazem desse interesse uma das possibilidades de lazer mais difundidas em nossa sociedade (ISAYAMA, 2007).

Sobre a última realidade, torna-se relevante considerar que, historicamente, foram cunhados diversos programas governamentais relacionados à vivência de conteúdos físico-esportivos (idem), deixando à margem a promoção de experiências pautadas por outros interesses. Se

pensarmos nos nomes de alguns desses programas, temos uma dimensão do protagonismo dos esportes e demais atividades físicas: Esporte para Todos (1973), Mexa-se (1975), Lazer Ativo (1999), Esporte e Lazer na Cidade (2003 – ainda em vigência), entre outros. Mesmo considerando que os referidos programas possam comportar (ou ter comportado) em seus currículos atividades que não se restrinjam (ou se restringiram) aos interesses físico-esportivos, a escolha de seus nomes não é algo isento de intencionalidades. Há, de fato, uma grande associação entre políticas de lazer e esportes que necessita ser repensada para que outros interesses estejam ao alcance da população.

Em relação à educação, pode-se destacar a transmissão de conteúdos da educação física, por exemplo. Esses conteúdos se restringem, em grande parte das escolas, à prática de esportes, o que isenta os alunos do conhecimento de outras possibilidades do movimento humano. Acompanhando uma tendência histórica na qual o esporte foi amplamente relacionado aos valores de disciplina, ordem, moral, civilidade e higiene (SOARES, 1994; RODRIGUES, 1996; SEVCENKO, 2008; LINHALES, 2009; RODRIGUES et al., 2014), ainda hoje é perceptível a sua associação à educação física quase como um sinônimo dela própria. E esse quadro torna-se ainda mais grave se considerarmos que a formação do profissional do lazer ainda é majoritariamente promovida pelos cursos de educação física (MELO, 2007), não adquirindo ou adquirindo pouca importância para outras áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva, para além da educação física, vale destacar o papel pedagógico das outras disciplinas escolares e da própria escola como um todo. A pouca menção dos entrevistados a práticas relacionadas ao conteúdo artístico, manual e intelectual pode ser reflexo de uma seleção de saberes muito preocupada com um pragmatismo profissional pautado pelas exigências do mundo do trabalho e pouco sensível a outras dimensões da experiência humana. Também nessa perspectiva, a pouca presença do ócio pode ser indicativa de uma sociedade ainda fortemente pautada pela moral da produtividade.

Em se tratando da arte, também é preciso questionar as representações que ainda permeiam a sua vivência, especialmente o seu entendimento como algo supérfluo ou como privilégio de poucos setores da sociedade, configurando-se como um elemento de distinção (MARCELLINO, 2004). Ainda sobre as oportunidades de acesso a esse interesse, Melo (2007, p. 69) propõe o seguinte questionamento em relação à realidade

brasileira: quem pode acessar os bens artísticos? O autor concorda com Marcellino (2004), ao apontar que na atualidade a arte ainda é vista como cultura erudita e “mecanismo de privilégio”.

Sobre o interesse intelectual, vale ressaltar a defasagem de serviços públicos ligados à sua oferta, como bibliotecas, museus, pinacotecas, entre outros, bem como o pouco incentivo a uma educação mais ampliada dessas vivências por parte da escola, que se preocupa, sobremaneira, com o ensino das línguas e da literatura “como instrumental verbal para adquirir conhecimentos exigidos em situações formais, como avaliações ou vestibulares” (idem, p. 129). De forma semelhante, também os interesses manuais podem ser menos vivenciados por não cumprirem, pragmaticamente, com as exigências do atual mercado de trabalho. Sua pequena menção pelos entrevistados ocorre em todos os cruzamentos realizados, considerando as três perguntas empregadas.

Compreensões como essas podem constituir-se como fatores de inibição da vivência desses interesses (que se encontram intimamente relacionados) por significativa parcela da população brasileira, principalmente se pensados em suas relações com a escolaridade, como veremos mais adiante. Nesse caso, é possível tecer relações sobre as possibilidades educativas a que as pessoas têm acesso e as escolhas que fazem em seus momentos de lazer.

Tabela 2 – Interesses culturais do lazer, considerando sexo e estado civil – entrevistados(as) que não declararam relacionamento conjugal formal* e entrevistados(as) que declararam união formalizada** – fim de semana

Sem relacionamento conjugal formal			União formalizada		
Interesses	Homens (%)	Mulheres (%)	Interesses	Homens (%)	Mulheres (%)
Ócio	10,95	5,975	Ócio	4,85	5,4
Turístico	15,725	29,675	Turístico	42,5	44,1
Físico-esportivo	47,65	13,325	Físico-esportivo	40,85	9,95
Artístico	11,6	14,2	Artístico	14,95	11,25
Social	63,875	73,95	Social	60,3	73,25
Manual	0,975	1,675	Manual	1,55	3,9
Intelectual	2,275	4,4	Intelectual	2,75	5,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

* Trata-se de pessoas solteiras, separadas, divorciadas e viúvas. Os dados obtidos para esse grupo são resultado da realização de uma média aritmética entre os percentuais individuais de cada um.

** Trata-se de pessoas casadas ou que vivem em união estável. Os dados obtidos para esse grupo são resultado da realização de uma média aritmética entre os percentuais individuais de cada um.

Duas possibilidades de vivência do lazer chamam atenção quando analisado o cruzamento de dados entre sexo e estado civil: o ócio e o interesse turístico. Em relação ao primeiro, percebe-se mais que o dobro de frequência para os homens que não possuem relacionamento conjugal formal, o que pode fornecer pistas sobre as “obrigações” postas também nas vivências de lazer quando se formaliza uma união, possivelmente estabelecidas pelos afazeres familiares.

Sobre a segunda vivência, o turismo, também a constituição familiar pode ser fator para a diferença significativa observada. Percebe-se um percentual mais alto para homens e mulheres com união formalizada, o que pode significar que o ato de exercer o turismo pode estar intimamente relacionado à relação conjugal, ou seja, à existência de um(a) parceiro(a) ou de uma família que incentive tal ação, seja pelo componente “companhia” ou até mesmo pela melhora das condições financeiras que pode advir da união.

Ainda sobre essa possibilidade, vale destacar as viagens que trazem como objetivo a visita a amigos e parentes, o que pode estar relacionado com a existência de uma relação conjugal e com a expansão das relações familiares. De acordo com Uvinha (2007), essa forma de turismo tem experimentado notório crescimento no mundo.

Quando relacionados sexo e escolaridade, não se pode perder de vista as condições de acesso à escola que ainda permeiam o nosso país. Embora a amostra desta pesquisa, em específico, tenha sido composta de apenas 2,42% de analfabetos, a realidade brasileira é preocupante.

Tabela 3 – Interesses culturais do lazer, considerando sexo e escolaridade – homens e mulheres – fim de semana

Interesses	Escolaridade (%)							
	Homens				Mulheres			
	Analfabeto	EF	EM	ES	Analfabeto	EF	EM	ES
Ócio	3,0	3,45	3,6	4,7	20,0	4,45	5,7	6,2
Turístico	9,0	29,05	54,95	47,7	12,0	31,15	43,74	66,7
Físico-esportivo	45,3	67,5	81,35	43,75	8,0	19,3	12,2	14,4
Artístico	3,0	11,45	26,75	20,1	8,0	9,5	18,7	27,3
Social	57,4	49,1	88,15	79,7	64,0	58,65	77,9	88,05
Manual	0,0	0,95	0,2	3,15	0,0	2,6	0,4	2,85
Intelectual	0,0	0,8	3,25	4,55	0,0	2,2	4,6	4,6

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

O último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, evidenciou a seguinte taxa de analfabetismo no Brasil: 3% para a população entre 15 e 29 anos; 9,5% para a população entre 30 e 59 anos; e 26,6% para a população com 60 anos ou mais. Importante destacar que a amostra que compõe a pesquisa *O lazer do brasileiro* é formada, em sua maioria, por pessoas pertencentes à faixa etária entre 15 e 59 anos, o que pode justificar, em parte, a pouca presença de analfabetos se comparada à realidade brasileira geral.

Sobre essa população, chama atenção o percentual de mulheres que disseram dedicar-se ao ócio nos fins de semana. Mesmo compreendendo que essa escolha pode ser pautada pelo próprio desejo da pessoa, é possível tecer relações entre a ausência de instrução e o acesso a outras atividades de lazer, se pensarmos que a vivência dos interesses culturais está intimamente relacionada às possibilidades educativas, institucionalizadas ou não. Nesse caso, podemos perceber que os(as) entrevistados(as) analfabetos, de ambos os sexos, foram os que sinalizaram os menores percentuais referentes a atividades relacionadas aos interesses artísticos, turísticos e intelectuais.

Em se tratando das mulheres, a alta frequência do ócio (20%) pode aproximar-se das constatações obtidas por Goellner et al. (2011, p. 202), ao interrogarem a preferência das mulheres em relação às atividades de lazer, no município de Porto Alegre. Os autores perceberam que as escolhas das mulheres estiveram muito marcadas pela realização de atividades no espaço doméstico, como “ficar deitada”, “não fazer nada” e “ficar tranquila”; enquanto as escolhas dos homens pautavam-se mais pela diversão vivenciada em espaços fora da residência. Para os autores, o lazer, “assim como qualquer outra prática humana, é um espaço generificado e generificador” (idem, ibidem).

Ao nos depararmos com os dados relativos aos interesses turísticos, percebemos relação com o grau de escolaridade. Sua vivência aumenta significativamente a partir do ensino médio, situação que pode estar relacionada com uma condição financeira mais independente e satisfatória. Embora não tenhamos dados suficientes para construir uma relação direta entre esses indicadores, a existência desse crescimento em ambos os sexos não pode passar despercebida. Da mesma forma, percebemos um aumento na vivência de atividades relacionadas aos interesses intelectuais e artísticos em se tratando das pessoas que declararam possuir ou cursar o ensino médio e superior.

Sobre esses interesses, é preciso expandir os olhares para uma alfabetização que não se restrinja apenas à leitura e à escrita (embora esta seja também de fundamental importância). Como pondera Melo (2007, p. 79), é preciso pensar em uma “alfabetização cultural em várias vias”, no intuito de potencializar outras importantes dimensões humanas e permitir que as pessoas possam exercer conscientemente seu direito de escolha. A educação para a arte seria uma dessas possibilidades, bem como o entendimento do interesse intelectual para além das suas funções pragmáticas, como pondera Giroux (1997) ao problematizar a racionalidade que ainda domina o ensino e o currículo escolar, que preconiza a eficácia, os comportamentos objetivos e o trato do conhecimento como algo a ser consumido.

Esses bens culturais, vistos pela ótica defendida pelos referidos autores, ainda são pouco viabilizados para as pessoas, seja por meio da instituição escolar, seja por políticas públicas. Pensar essa viabilidade também implica questionar de que forma esses bens se apresentam na sociedade e quais as possibilidades de acesso dos sujeitos, tanto no que se refere aos espaços (localização) quanto às condições econômicas.

Seguindo essa problematização, serão apresentados a seguir os dados que indicam as escolhas dos entrevistados com referência ao que, de fato, gostariam de usufruir em seu tempo livre.

O que gostaria de fazer no tempo livre?

Essa pergunta é de fundamental importância para estabelecer comparações entre o que os entrevistados fazem (considerando o fim de semana) e o que gostariam de fazer no tempo livre. Dessa forma, é possível problematizar se o que efetivamente fazem como lazer aproxima-se do que gostariam, ou seja, se suas reais ações correspondem às suas aspirações.

Interessante perceber que, quando é delegado às pessoas o poder de escolha, alguns interesses sofrem grandes diferenciações de valores se comparados ao que as pessoas dizem fazer. O que mais chama atenção é a maior escolha pelo turismo em relação a outros interesses que figuravam com maior destaque, como o físico-esportivo e o social. Este último configurou-se como uma das opções mais assinaladas em quaisquer categorias e seus intercruzamentos quando as pessoas responderam ao que faziam nos fins de semana; no entanto, foi bem menos lembrado quando os entrevistados foram questionados sobre o que gostariam de fazer.

Tabela 4 – Interesses culturais do lazer para o sexo masculino e o feminino – O que gostaria de fazer no tempo livre?

Interesses – homens	(%)	Interesses – mulheres	(%)
Ócio	1,5	Ócio	2,3
Turístico	41,3	Turístico	47,8
Físico-esportivo	25,4	Físico-esportivo	19,2
Artístico	3,2	Artístico	6,4
Social	8,8	Social	10,6
Manual	0,5	Manual	1,7
Intelectual	1,0	Intelectual	1,0
Nada; faz tudo que deseja	9,0	Nada; faz tudo que deseja	6,3
Estudos, cursos	4,4	Estudos, cursos	5,8
Não sabe, não respondeu	3,3	Não sabe, não respondeu	1,4

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Esse fato pode estar amplamente associado às barreiras socioeconômicas e às dificuldades relativas ao tempo disponível para a vivência do lazer, já que se pode inferir que o turismo exige maior investimento financeiro e temporal que outros interesses culturais, estando assim menos acessível que outras atividades, como a frequência a festas e reuniões familiares, bares e restaurantes, entre outras possibilidades incluídas no interesse social. Da mesma forma, a notável queda no interesse físico-esportivo pode demonstrar que a sua vivência como uma das principais atividades de lazer do brasileiro (ISAYAMA, 2007) pode estar mais relacionada às possibilidades concretas das pessoas do que às suas aspirações.

Os interesses intelectuais e artísticos mantêm percentuais baixos, o que remete às questões postas anteriormente, sobretudo se considerarmos as artes. Verifica-se uma queda significativa em relação à frequência observada em sua vivência nos fins de semana, situação em que foram verificados os percentuais de 14% para homens e 16,7% para mulheres. Sendo assim, podemos perceber que as artes figuram como um dos interesses menos lembrados pelos(as) entrevistados(as) (Tabela 5).

No cruzamento entre as categorias sexo e estado civil, percebemos resultados bem semelhantes ao que foi verificado na análise exclusiva dos sexos. Há uma valorização significativa do turismo em relação a outros

Tabela 5 – Interesses culturais do lazer, considerando sexo e estado civil – entrevistados(as) que não declararam relacionamento conjugal formal e entrevistados(as) que declararam união formalizada – O que gostaria de fazer no tempo livre?

Sem relacionamento conjugal formal			União formalizada		
Interesses	Homens (%)	Mulheres (%)	Interesses	Homens (%)	Mulheres (%)
Ócio	1,675	3,65	Ócio	2,2	2,2
Turístico	37,675	47,05	Turístico	49,0	51,9
Físico-esportivo	19,775	21,325	Físico-esportivo	20,1	18,2
Artístico	1,5	7,025	Artístico	1,85	4,85
Social	12,2	8,575	Social	7,75	11,13
Manual	0,075	1,55	Manual	0,9	2,05
Intelectual	0,875	2,025	Intelectual	0,6	0,9
Nada; faz tudo que deseja	11,0	8,05	Nada; faz tudo que deseja	8,85	5,8
Estudos e cursos	4,2	4,825	Estudos e cursos	4,5	6,4
Não sabe, não respondeu	3,15	0,55	Não sabe, não respondeu	2,3	1,15

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Tabela 6 – Interesses culturais do lazer, considerando sexo e escolaridade – homens e mulheres – O que gostaria de fazer no tempo livre?

Interesses Sexo masculino	Escolaridade (%)				Escolaridade (%)			
	Homens				Mulheres			
	Analfabeto	EF	EM	ES	Analfabeto	EF	EM	ES
Ócio	0,0	1,7	2,05	1,5	4,0	3,25	2,05	1,25
Turístico	48,4	41,45	41,0	50,35	56,0	42,8	48,05	45,45
Físico-esportivo	12,1	28,15	23,35	26,35	8,0	17,7	20,75	23,15
Artístico	0,0	2,05	3,75	4,7	0,0	2,75	7,55	9,15
Social	12,1	8,7	10,45	5,0	12,0	12,95	9,6	5,0
Manual	0,0	0,2	1,0	0,0	0,0	2,8	1,2	1,25
Intelectual	3,0	1,7	0,4	2,1	0,0	1,95	0,8	0,5
Nada; faz tudo que deseja	12,1	6,85	9,2	6,75	12,0	8,4	5,7	3,35
Estudos e cursos	0,0	3,4	7,85	5,75	4,0	3,6	9,0	6,55
Não sabe, não respondeu	9,0	3,8	1,3	0,8	0,0	1,85	0,6	1,6

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

interesses que até então mantinham certo protagonismo, como o social e o físico-esportivo.

Sobre o interesse turístico, diferente do que ocorreu na pergunta referente ao que o entrevistado realizava no fim de semana, não percebemos distinções significativas em relação ao estado civil (Tabela 6).

Considerando a escolaridade, o turismo também figura como a maior aspiração dos(das) entrevistados(as) em todos os níveis de instrução, evidenciando diferenças relevantes em relação aos outros interesses. Também se mantém em queda os interesses físico-esportivos e sociais, acompanhando as tendências anteriores.

Vale ressaltar que o interesse artístico aumenta consideravelmente quando se eleva o grau de instrução, fato que pode novamente mobilizar discussões sobre oportunidades de acesso a bens culturais e escolarização. No entanto, em relação ao interesse intelectual, observa-se um fato interessante: 3% dos homens que se declararam analfabetos gostariam de exercer alguma atividade relacionada a esse interesse, o que revelou um percentual maior que os demais níveis de instrução. Esse dado pode significar, entre outras interpretações, o desejo dessas pessoas de usufruir de algo que lhes é cotidianamente negado, sobretudo por não deterem os códigos básicos da linguagem.

Ainda sobre o interesse intelectual, vale observar que as mulheres que menos optaram por alguma de suas atividades compõem o público que cursa ou já concluiu o ensino superior. No entanto, se considerarmos o que esse mesmo público assinalou como atividade de lazer no fim de semana, tem-se uma frequência de 4,6%, o que pode justificar a diminuição da escolha para 0,5%, já que essa atividade já se fazia presente para elas, mesmo que timidamente. Em se tratando daquelas entrevistadas que declararam cursar ou possuir o ensino médio, é verificada situação semelhante. Enquanto o interesse intelectual aparece em 0,8% da preferência de escolha no tempo livre, ele se faz presente em 4,6% das respostas das mulheres em relação ao que fazem nos fins de semana, valores sensivelmente maiores que os observados nos homens.

A seguir, tem-se a última pergunta analisada neste artigo, crucial para o desvelamento das distâncias presentes entre o que se faz e o que se gostaria de fazer em se tratando das vivências de lazer da população brasileira.

Por que não o faz no tempo livre?

Os resultados desse questionamento materializam os motivos pelos quais os entrevistados são impossibilitados de realizar as atividades que gostariam de usufruir em seu tempo livre, elemento de fundamental importância para se mapear as barreiras ainda presentes na efetivação do lazer enquanto direito social.

Tabela 7 – Motivos – Por que não o faz no tempo livre? – sexo masculino e feminino

Interesses – homens	(%)	Interesses – mulheres	(%)
Tempo	35,8	Tempo	37,2
Espaço/local	10,6	Espaço/local	8,4
Saúde	4,0	Saúde	3,5
Recursos financeiros	28,6	Recursos financeiros	34,9
Faz tudo que gostaria	9,1	Faz tudo que gostaria	6,6
Não sabe, não respondeu	3,8	Não sabe, não respondeu	2,6

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Observa-se que, tanto para homens quanto para mulheres, o tempo se constitui como o maior percalço para a realização das atividades de lazer que desejam. Isso nos remete à configuração da sociedade atual, que reverbera o já antigo valor adquirido pelo trabalho, somado ao aumento do tempo destinado a ele, que, a despeito das conquistas trabalhistas de regulamentação da jornada diária, parece aumentar tendo em vista as novas (e incessantes) necessidades de consumo e as novas tecnologias empregadas. É perceptível, atualmente, a recorrência a vários empregos ou ao aumento da jornada de trabalho para melhorar a condição salarial, objetivando não apenas à garantia de condições mais dignas de subsistência, mas também, e cada vez mais, à inserção nos novos padrões sociais incentivados pelo mercado.

Em relação às mulheres, vale ressaltar uma situação ainda comum: a dupla jornada de trabalho a que muitas estão submetidas, alternando afazeres profissionais e domésticos, o que pode reduzir, substancialmente, o tempo dedicado ao lazer.

Também é relevante a frequência dos recursos financeiros como barreira para a vivência das atividades desejadas, com maior percentual em relação às mulheres, situação que perdura no cruzamento com as categorias estado civil e escolaridade.

Tabela 8 – Motivos – Por que não o faz no tempo livre? – entrevistados(as) que não declararam relacionamento conjugal formal e entrevistados(as) que declararam união formalizada

Sem relacionamento conjugal formal			União formalizada		
Motivos	Homens (%)	Mulheres (%)	Motivos	Homens (%)	Mulheres (%)
Tempo	30,15	33,7	Tempo	42,75	42,1
Espaço/local	5,35	5,875	Espaço/local	8,35	8,6
Saúde	5,925	6,975	Saúde	4,9	2,7
Recursos financeiros	25,575	36,2	Recursos financeiros	34,25	36,6
Faz tudo que gostaria	11,05	9,4	Faz tudo que gostaria	8,85	5,8
Não sabe, não respondeu	3,9	1,975	Não sabe, não respondeu	2,75	2,65

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Considerando o estado civil, é interessante observar que o tempo torna-se um fator mais limitador para as pessoas que declararam algum tipo de união formalizada, tanto homens quanto mulheres. Isso pode significar um aumento das obrigações advindas da união e da constituição familiar, tais como cuidados com a casa e com os filhos, período de férias escolares, entre outros.

Tabela 9 – Motivos – Por que não o faz no tempo livre? – sexo e escolaridade – homens e mulheres

Motivos	Escolaridade (%)				Escolaridade (%)			
	Homens				Mulheres			
	Analfabeto	EF	EM	ES	Analfabeto	EF	EM	ES
Tempo	15,0	36,45	42,0	55,0	20,0	30,55	39,8	51,1
Espaço/local	18,1	11,35	9,05	10,85	4,0	10,1	8,8	12,05
Saúde	6,0	4,5	2,05	2,2	28,0	3,7	1,95	1,8
Recursos financeiros	36,3	26,5	29,2	24,0	28,0	33,45	36,6	34,55
Faz tudo que gostaria	12,1	6,85	9,45	6,75	12,0	8,6	5,95	4,15
Não sabe, não respondeu	9,0	4,8	2,05	0,8	4,0	3,3	1,5	2,35

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Especificando-se a análise na escolaridade, percebe-se que a escolha pelo tempo como motivo que impede a realização das atividades almeçadas cresce à medida que aumenta o grau de escolaridade. Tanto em relação aos homens quanto em relação às mulheres, aqueles(as) que declararam cursar ou possuir o ensino superior foram os(as) que assinalaram com maior frequência esse motivo. Nessa perspectiva, é possível tecer relações entre a disponibilidade de tempo e as obrigações profissionais do mercado de trabalho, talvez mais exigente para as profissões de nível superior.

Outro dado que chama bastante atenção é a frequência dos recursos financeiros como motivo limitador, como verificado nos cruzamentos anteriores, sobretudo se realizada uma comparação entre homens e mulheres. Nas Tabelas 7, 8 e 9, torna-se perceptível que a barreira proveniente do fator econômico é mais significativa para as mulheres, o que pode suscitar uma série de problematizações referentes, por exemplo, à igualdade de condições salariais. Embora os dados possam apontar para outras direções (como a opção de lazer vislumbrada pelas mulheres entrevistadas estar ligada a ações de maior valor financeiro; ou parte de os homens terem omitido sua insuficiência econômica), cabe problematizar uma sociedade em que ainda existem discriminações salariais referentes ao sexo, nas quais, na maior parte das vezes, a mão de obra feminina é menos valorizada. Esse fato pode ter implicações diretas na acessibilidade às inúmeras possibilidades abarcadas pelos interesses culturais do lazer.

Considerações finais

A análise das categorias sexo, estado civil e escolaridade apontou diferenças nas escolhas de homens e mulheres, principalmente no que se refere ao envolvimento com os interesses físico-esportivos. Enquanto os homens se relacionam mais com essas vivências, as mulheres têm mais contato com interesses sociais. Outro dado importante é que as atividades intelectuais e artísticas mantêm percentuais baixos.

Além disso, destacamos o percentual de mulheres que afirmam dedicar-se ao ócio nos fins de semana. Mesmo compreendendo que essa escolha pode ser pautada pela vontade dos sujeitos, é possível tecer relações entre a ausência de instrução e o acesso a outras práticas de lazer,

se pensarmos que a vivência dos interesses culturais está relacionada às possibilidades de educação, institucionalizadas ou não.

Quando questionados sobre o que gostariam de vivenciar no lazer, é importante destacar que a escolha pelo turismo chama atenção, tendo em vista que, quando descrevem o que fazem, têm destaque o físico-esportivo e o social.

Os sujeitos do estudo apontaram que o tempo pode ser visualizado como a maior dificuldade para a realização das atividades de lazer que desejam. Outra barreira que destacamos nos dados coletados foi o recurso financeiro para a realização das atividades desejadas, com maior percentual em relação às mulheres, situação que perdura no cruzamento com as categorias estado civil e escolaridade.

Importante destacar que os dados apresentados são uma pequena amostra dos resultados da pesquisa, mesmo considerando o recorte das categorias sexo, estado civil e escolaridade. Portanto, outras análises podem e devem ser realizadas para compreendermos o envolvimento e as aspirações quando tratamos as vivências de lazer da população brasileira.

Referências

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 6 abr. 2014.
- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAOLIO, J. *Cultura: educação e futebol*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GOELLNER, S. V. et al. Política de esporte e lazer de inclusão social: analisando as categorias de gênero, raça/etnia, idade e pessoas com deficiência. In: ISAYAMA, H. F. et al. (Org.). *Gestão de políticas públicas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 197-209.
- GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 31-46.

LINHALES, M. A. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: PRIORI, M.; MELO, V. A. (Org.). *A história do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 331-358.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 2004.

_____. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: _____. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 10-30.

_____. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: _____. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008. p. 21-41.

MELO, V. A. Arte e lazer: desafios para romper o abismo. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 65-87.

RODRIGUES, M. A. A. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. 325f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

RODRIGUES, M. et al. Mapeando as primeiras ações públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946). In: RODRIGUES, M.; ISAYAMA, H. F. (Org.). *Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006*. Contagem: MJR, 2014. p. 29-46.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 513-569, v. 3.

SOARES, C. L. *Educação física: raízes europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.

_____. *Educação física: raízes europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2012.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UVINHA, R. R. Turismo e lazer: interesses turísticos. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 47-64.

WILLIAMS, R. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça

Cinthia Casimiro Pedrão¹
Ricardo Ricci Uvinha²

A pesquisa *O lazer do brasileiro* envolve pesquisadores e seus respectivos bolsistas de oito universidades brasileiras e recebe fomento do Ministério do Esporte. Tem como objetivo identificar de maneira ampla o lazer do brasileiro, sua representação e concretização. O trabalho é realizado por meio de pesquisa empírica, com amostragem representativa dos brasileiros de todas as faixas etárias, gêneros e classe social. Enquanto procedimento amplo de raciocínio, também caracterizado como modo de observação, é utilizado o estudo de comparativo entre a representação do lazer e o seu efetivo exercício. Prevê o desenvolvimento das técnicas de observação participante, com utilização de diário de campo e aplicação de formulários.

Aqui se propõe especificamente discutir as variáveis de escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça presentes nos dados coletados para a pesquisa. Tratar das barreiras que impedem o acesso igualitário ao lazer se constitui como criteriosa tarefa em meio à atual sociedade. Diversos são os motivos que absterem o uso de bens e direitos de maneira democrática

1 Bacharel em lazer e turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP); bolsista de intercâmbio na Universitat de Girona, Espanha, por meio da bolsa mérito acadêmico da USP (2015-2016). Bolsista do convênio entre o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/USP) e o Ministério do Esporte na pesquisa *O lazer do brasileiro* (2013-2014).

2 Mestre em estudos do lazer (UNICAMP), doutor em turismo e lazer (USP), pós-doutor em lazer e turismo (Griffith University Austrália), é atualmente professor livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo da USP e co-líder do GIEL/USP.

a todos os cidadãos, especialmente em um país com acentuadas disparidades sociais, como é o caso do Brasil.

Nesse contexto, o estudo das variáveis que mensuram as diferenças nos níveis de escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça do brasileiro mostra-se de fundamental importância para a melhor compreensão das barreiras geradas no âmbito do lazer. Ademais, tal estudo permite possíveis intervenções nessas barreiras que, mesmo com o desenvolvimento vivenciado pelo país nos últimos anos, ainda permeiam o cotidiano de seus habitantes.

Isayama, Silva e Lacerda (2011, p. 165) apontam que:

o lazer vem sendo associado a descanso, a entretenimento alienado ou à possibilidade de consumo de conteúdos culturais passivamente. Essa forma de entender o lazer muitas vezes é resultante das barreiras presentes em nosso contexto, que, em decorrência do modo de produção vigente, mercantiliza essa vivência, tornando-a inacessível nos mais diferentes aspectos.

Os dados coletados na referida pesquisa revelam quanto a visão reducionista a respeito do lazer mostra-se pertinente nos dias atuais, visto que 77,9% dos brasileiros entrevistados associam a palavra “lazer” a divertimento, enquanto 20,5% relacionam tal evento a descanso, e, entre outras opções, apenas 0,3% o visualizam pela perspectiva do desenvolvimento pessoal.

No que se refere à temática da educação e da escolaridade, tem-se a importância da formação escolar para o desenvolvimento da população não reduzida apenas como preparo para a vida profissional, mas também como fator influente para a expansão da capacidade de compreensão e discernimento dos indivíduos perante o mundo e a sociedade.

O direito à educação foi reconhecido no Brasil pela Constituição Federal em 1988, quando o ensino público deixou de ser pensado por uma visão assistencialista e passou a ser dever formal do Estado. Tal documento assegura que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [BRASIL, 1988, art. 205].

Porém, apesar de ser um direito, o número de brasileiros sem acesso ao ambiente escolar ainda é alto. O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 apontou que 50,24% da população brasileira não possui instrução escolar ou tem apenas o ensino fundamental incompleto (IBGE, 2010).

A escolaridade dos habitantes de um país influencia diretamente no desenvolvimento e na construção do saber, sendo a escola um dos principais lugares que proporcionam mudanças na sociedade, desde que ela promova sua função primordial de propagação do saber e construção de uma consciência crítica (PACHECO, 2010). No entanto, entre os 2.400 entrevistados na pesquisa *O lazer do brasileiro*, 39,1% possuem apenas o ensino fundamental incompleto, o que se mostra como um dos possíveis fatores que dificultam a formação de tal consciência crítica, até mesmo no que diz respeito ao lazer.

O aprendizado passa, assim, a desencadear hierarquias e desigualdades na apreensão de conhecimento e na formação de sujeitos em sua dimensão intelectual (FARIA et al., 2011). Souza aponta:

Entender os processos de exclusão de direitos em nossa sociedade, na pós-modernidade, implica tanto pensar nos dispositivos político-sociais que delineiam nossas vidas, como também na educação por nós vivenciada, que marca os nossos olhares e a nossa conduta corporal [SOUZA, 2008, p. 130].

Assim, a pesquisa aponta que os brasileiros com menores níveis de escolaridade, quando questionados sobre as atividades de lazer que conseguem realizar durante a semana, tendem a responder em maior porcentagem sobre as atividades com caráter social e físico-esportivo. Enquanto isso, conforme os níveis de formação escolar vão aumentando, as respostas tendem a não se concentrar apenas nessas duas atividades, apesar de ainda aparecerem significativamente, mas também a se expandir para outras, como as de caráter artístico e intelectual, por exemplo.

Tal fator leva à conclusão de que, quanto maior o nível de escolaridade dos brasileiros entrevistados, maiores opções de lazer aparecem em suas preferências. Para Pinto (2008), o acesso ao lazer depende da educação de cidadãos que consigam identificar e vivenciar as diferentes oportunidades presentes no espaço-tempo de seu cotidiano, considerando-as de valorizada importância. A educação e a escolaridade são, portanto,

um dos caminhos para que as práticas e vivências em lazer possam ser realizadas de maneira voluntária e, ao mesmo tempo, consciente.

Ainda segundo a autora, a intencionalidade do processo educativo é um parâmetro para o desenvolvimento das atividades educativas e os conhecimentos sobre o lazer. Nesse âmbito, a relação entre lazer e educação é tida como um:

Processo de formação humana, que requer não só domínio de conhecimentos específicos sobre lazer como também de competência e habilidades adequadas à formação/atuação política, ética e estética concretizada nas vivências realizadas [idem, p. 48].

Vale ressaltar que o lazer, por si só, possui grande potencial educativo, agindo como um espaço de intervenção no mundo tanto quanto a educação (BASTOS; FONSECA, 2009). Tal referência aponta a importância desse fenômeno para auxiliar no desenvolvimento da educação, aquisição de conhecimento e autonomia dos indivíduos.

Outro fator a ser considerado é que, quando questionados sobre o que gostariam de fazer no tempo livre, as atividades turísticas mostraram-se por unanimidade como as de principal interesse entre todos os níveis escolares dos entrevistados. Adiante, questionou-se o motivo de não realizarem tal prática e foi constatado que as pessoas de níveis escolares mais baixos citam a falta de dinheiro/recursos financeiros, enquanto as de níveis mais elevados apontam a falta de tempo. Essa porcentagem é significativamente alta especialmente entre entrevistados que possuem pós-graduação, em que 57% deles apresentam essa resposta.

Tal fator demonstra quanto o nível de escolaridade interfere não somente naquilo que os brasileiros gostariam de realizar no tempo livre e não podem, mas também nas formas de apropriação e uso do tempo livre da qual desfrutam. Assim, Souza explicita a problemática do acesso desigual à educação e à escolaridade diante das disparidades sociais afirmando:

Uns andam de carro, outros de ônibus, Kombi e trens. Uns frequentam escolas privadas (compram sua educação), outros frequentam as escolas públicas (pagam pelo desleixo do Estado). Uns brincam com jogos eletrônicos, outros, com sucatas. Diferentes formações, distintos acessos ao conhecimento produzido. Diferentes locais de apreensão do conhecimento, distintos conhecimentos apreendidos. Diferentes constituições do olhar, do local que olha

e que lê a sociedade. Diferentes perspectivas de um mesmo espaço. Diferentes sujeitos com diferentes possibilidades de vida (des)partilhando uma mesma cidade, uma mesma plural sociedade [SOUZA, 2008, p. 128].

A partir desses levantamentos, outra questão a ser analisada é que os baixos níveis de escolaridade acarretam mais uma desigualdade enfrentada pela população brasileira, que conseqüentemente atua como uma barreira para o lazer: as disparidades de renda. No Brasil, 4,4% dos domicílios não possuem renda; 14,7% possuem renda de até um salário mínimo; e 21,5% entre um e dois salários mínimos (IBGE, 2010).

Diante dessa realidade e da presente sociedade fortemente marcada pelo capitalismo, a renda torna-se fator fundamental para a aquisição de diferentes bens e serviços, que definem, assim, o *status* social de cada indivíduo. A falta de dinheiro, somada a problemas de espaço, pouco investimento do Estado e o avanço da indústria cultural de massa, é vista por Almeida e Gutierrez (2011) como um dos principais fatores que fazem com que as classes menos favorecidas tenham no lazer um local de exclusão. Os autores complementam ainda que “a grande massa de excluídos do lazer no Brasil possui poucas alternativas, como a atividade física, a socialização em espaços públicos em geral deteriorados, a visita aos parentes e as festas populares” (idem, p. 105).

Essa afirmação é comprovada com dados da pesquisa, que revelam maiores concentrações de respostas nas opções envolvendo o físico-esportivo, correspondendo a 23,7% da amostra, e atividades com caráter social, o equivalente a 17,1% do total, em perguntas que questionavam o que os entrevistados faziam no tempo livre do qual dispunham durante a semana. E, ainda, tem-se por unanimidade de escolha a preferência por realizar atividades ligadas ao turismo durante esse tempo livre, além de constatar-se que, enquanto as parcelas com menores índices de renda alegam a falta de dinheiro/recursos financeiros, as com maiores salários apontam a falta de tempo como principal barreira, fato semelhante ao que ocorre na questão da escolaridade apresentada anteriormente.

Marcellino (2006) aponta que o fator econômico influencia desde o tempo disponível de que os indivíduos desfrutam até a formação escolar, o que dificulta ou inibe o acesso às atividades de lazer, colocando-as como um privilégio restrito a poucos. Com base nisso, ainda segundo o mesmo autor em obra anterior, verifica-se que:

um indivíduo que tenha que se preocupar diariamente com a sua sobrevivência biológica, que vê o poder real do seu salário em curva decrescente, obrigando-o a trabalhar ainda mais para manter o já baixo padrão de vida, dificilmente poderá adotar atitudes produtivas no pouco tempo disponível que acaba lhe restando [MARCELLINO, 1983, p. 49-50].

Dessa maneira, em um país em que a maior parte dos atrativos de lazer pertence à iniciativa privada, as famílias que possuem menores orçamentos priorizam a saúde, alimentação, educação, entre outras esferas sociais, deixando o lazer, na maioria das vezes, em segundo plano. Milton Santos (2000) afirma que o consumo, grande fundamentalismo de nosso tempo, acaba por presidir, entre outras coisas, o lazer, visto que a mercantilização das relações e a submissão ao mercado facilitam tal influência.

Pode-se perceber tal questão entre os entrevistados quando questionados sobre o que fazem nas férias. Enquanto as pessoas com menores índices de renda apontam que o ócio é sua principal ocupação, as com maiores índices citam a prática de atividades turísticas. O extrato que inclui brasileiros que recebem acima de vinte salários mínimos revela a mais significativa porcentagem entre todos, em que o turismo corresponde a 50,9% das atividades realizadas no período de férias.

Tem-se, então, um paradoxo da atualidade: de um lado, o lazer visto como um direito e, portanto, devendo estar disponível igualmente a toda a população. De outro, uma grande maioria de atrativos privados que limitam as práticas de lazer e fazem com que as diferenças de renda aumentem as barreiras de acesso a tais práticas.

Nesse sentido, Souza (2008, p. 128) afirma:

Vivemos apartados socialmente não por marcações necessariamente vistas, mas por ocupações distintas de territórios, de espaços sociais, de espaços culturais. Pobres e ricos, exceto à produção cultural artística de massa, escutam diferentes músicas, assistem a diferentes filmes, frequentam diferentes espaços culturais, diferentes equipamentos de lazer e diferentes pedaços de praias.

Concomitantemente a essa situação, a renda é fator primordial na determinação de outra importante barreira de acesso ao lazer: as classes sociais. Aqueles que são mais ricos assumem situação elevada e digna de

grande prestígio perante a sociedade, enquanto os mais pobres assumem posição secundária e diferenciada.

Para esta pesquisa, foi utilizado o *Critério de classificação econômica Brasil*, proposto pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), vigente em 2013, que estima o poder de compra da população brasileira. Essa classificação faz a divisão do mercado em classes econômicas definidas como A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E, por meio da soma-tória de pontos relativos à posse de itens e grau de instrução do chefe de família (ABEP, 2008).

A situação social do brasileiro enfrenta suas disparidades desde há muito tempo, fruto principalmente da má distribuição de renda que assola o país e que o tem colocado em uma das piores posições nos *rankings* que mensuram tal distribuição no mundo. Dessa maneira, o acesso igualitário ao lazer torna-se prejudicado, uma vez que muitos não podem pagar por determinadas atividades ou, atrelados à formação escolar insuficiente, não se identificam com estas.

Quando questionados sobre as atividades de lazer praticadas durante a semana, por exemplo, a classe A1 apresenta um empate entre atividades de conteúdo físico-esportivo e turístico. As classes A2, B1, B2, C1, C2 e D apresentam como interesse principal o conteúdo físico-esportivo. Já a classe E tem como maioria de escolha as atividades ligadas ao ócio, o que pode ser resultado da influência da classe social dos indivíduos sobre sua apropriação do tempo livre.

A prática das atividades de lazer varia, assim, conforme a classe social de cada indivíduo, devendo-se atentar a sua viabilidade enquanto direito mesmo diante dessa realidade. O consumo e as oportunidades são desiguais, mesmo que a indústria cultural tenda a homogeneizar os costumes (PIMENTEL, 2003).

Isso pode ser visto no fato de que, enquanto a classe A1 aponta as atividades turísticas como as principais praticadas no fim de semana, todas as outras apontam as ligadas ao conteúdo social do lazer.

Ainda sob a visão de Pimentel (idem, p. 90), as propostas de lazer feitas às classes sociais desprivilegiadas acabam por oferecer um “lazer para os pobres” que apenas dá continuidade a situação de pobreza dessa camada da população, em vez de colaborar para que a pobreza educacional, econômica e política sejam supridas. Tal fator desencadeia aquilo que Milton Santos (2000, p. 34) chama de “lazer controlado, arregimentado, normatizado, monitorado, mediocrizado”.

A pesquisa também revelou que, enquanto as classes A1, A2 e B1 apontam as atividades turísticas como a maioria praticada nas férias, as classes B2, C1, C2 e D têm no ócio sua atividade principal. Tem-se nessa questão um fator surpreendente: a classe E apresenta um empate entre atividades ligadas ao ócio e ao turismo, o que demanda análises mais aprofundadas por meio de um estudo qualitativo para melhor compreensão.

Melo (2003) coloca a necessidade de se questionar o lazer cada vez mais caracterizado como um mercado claramente seletivo, que é:

somente acessível em sua plenitude aos privilegiados economicamente, e a ação da indústria cultural, cada vez mais forte, propagando uma visão de cultura linear, superficial e unidimensional, restringindo as possibilidades de vivência de lazer da população e colocando em risco as manifestações tradicionais da cultura popular. Temos o grande desafio de tornar as atividades de lazer acessíveis a todos, de forma qualitativamente superior à que hoje encontramos, bem como o de conceber a intervenção no campo de ação do lazer como algo que possa contribuir para superar essa lógica social pautada na diferença e na desigualdade [MELO, 2003, p. 23].

Ainda segundo Melo (2009), as disparidades ligadas às classes sociais acarretam, assim, outras desigualdades, como a distribuição geográfica de espaços e equipamentos de lazer e dos bens culturais de uma determinada localidade, tornando as cidades – sobretudo as metrópoles – cada vez mais divididas.

Há ainda outra barreira que dificulta o acesso igualitário ao lazer, mesmo em tempos contemporâneos: a que diz respeito à cor e raça. Vale ressaltar, em primeiro lugar, que o uso do termo “raça” gera contradições e incertezas em meio à sociedade e também entre a academia.

Utiliza-se aqui a palavra raça como a composição genética do indivíduo que resulta em características biológicas diferenciadas, incluindo, por exemplo, a textura dos cabelos, o formato dos olhos e a cor da pele. Na pesquisa *O lazer do brasileiro*, foram consideradas as raças branca, preta, parda, amarela e indígena. Isso se diferencia da ideia de etnia, que se refere ao conjunto de propriedades culturais e sociais transmitidas entre as gerações de determinado grupo. Os fatores étnicos incluem, assim, costumes relacionados à família, à religião, ao vestuário e, em destaque para o presente estudo, ao lazer (MCLEAN; HURD; ROGERS, 2005).

Assim, apesar da diferença conceitual, raça e etnia são termos complementares e intrínsecos. Para Yoder (2006), atualmente se tem dedicado maior atenção aos motivos que levam às desigualdades de acesso ao lazer entre diferentes grupos raciais e étnicos. O autor aponta que essa diferença de apropriação e uso do lazer pode ser explicada por meio da chamada hipótese marginal, que considera a menor participação de alguns grupos como resultado de um histórico de discriminação que, conseqüentemente, gerou menores condições socioeconômicas. Outra explicação a esse fenômeno, segundo o autor, é relativa à etnia, que coloca as diversidades de normas, crenças e organizações sociais como causadoras das diferentes taxas e padrões de participação no lazer.

A pesquisa revela dados que permitem a percepção das diferentes formas de lazer exercidas pelos brasileiros de acordo com a raça a que se consideram pertencentes. Quando questionados sobre as atividades de lazer exercidas no tempo livre durante a semana, por exemplo, os indígenas apresentam um empate entre atividades artísticas e ligadas ao ócio, sendo preferência de 24,9% da amostra, enquanto os outros extratos revelam maior frequência na prática do conteúdo físico-esportivo do lazer nesse mesmo tempo.

É ainda interessante ressaltar que, além dos indígenas, os entrevistados considerados amarelos também demonstram, apesar da porcentagem significativa do interesse físico-esportivo (31,4%), maior preferência pelo conteúdo artístico do lazer (18,3%), o que não ocorre nas raças branca, preta e parda, que demonstram como segundo interesse principal o conteúdo social do lazer.

Por unanimidade, todos os entrevistados revelam sentir vontade de praticar atividades relacionadas ao turismo durante esse tempo livre e apontam como principais barreiras a “falta de tempo”, entre os brancos e pardos, e a “falta de dinheiro/recursos financeiros”, entre os amarelos, pretos e indígenas.

Cabe, então, a discussão em torno das atitudes e ações que podem ser adotadas pelos profissionais do lazer para que as diversidades possam ser atenuadas:

Obviamente, questões raciais e étnicas vão além do que os profissionais de recreação e lazer esperam lidar. No entanto, dentro do campo das relações intergrupais, é essencial que os gestores de serviços de lazer planejem programas que contribuam para a compreensão intergrupal e relações favoráveis. Isto pode ser feito

através de celebrações comunitárias, feriados, festivais étnicos e populares, competições amigáveis de esportes, e uma série de outras atividades. É também essencial que os gestores de serviços de lazer continuem a esforçar-se para superar os padrões do preconceito e da discórdia racial que persistem em muitas comunidades nos dias atuais [MCLEAN; HURD; ROGERS, 2005, p. 163].

Torna-se, assim, tarefa árdua – porém não impossível – a conquista da diminuição das desigualdades de escolaridade. Tal cenário poderia trazer uma conseqüente diminuição das disparidades de renda, garantindo, dessa maneira, uma amenização do abismo entre as classes sociais bem como das diversidades relativas à cor e à raça.

Nesse panorama, a sociedade não apenas teria consciência das opções de lazer que tem à disposição, mas também condições educacionais, financeiras e sociais de usufruí-las. Somente com essa conquista pode-se alcançar um “mundo novo, com a busca da plenitude, onde a vida seja vivida como troca e onde o qualitativo seja dominante, permitindo que se instale no planeta o homem integral” (SANTOS, 2000, p. 36-37).

Referências

- ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. *Critério de classificação econômica Brasil*. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.abep.org/new/Servicos/Download.aspx?id=07>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- ALMEIDA, M. B.; GUTIERREZ, G. L. *O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas a globalização*. São Paulo: Phorte, 2011.
- BASTOS, R. S.; FONSECA, Z. V. D. Organização social do conhecimento: um diálogo com a educação popular a partir de Paulo Freire. In: MARCELLINO, N. C.; ALMEIDA, M. P. (Org.). *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. p. 193-200.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- FARIA, E. L.; DEBORTOLI, J. A. O.; RESENDE, L. F.; COELHO, L. S.; LUCE, P. C. Lazer e educação: abordando as práticas culturais de crianças e jovens como contexto de aprendizagem. In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Org.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 7-33.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.
- ISAYAMA, H. F.; SILVA, A. G.; LACERDA, L. L. L. Por onde caminham as pesquisas sobre formação e atuação profissional em lazer no Brasil? In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Org.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 165-177.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1983.
- _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MCLEAN, D. D.; HURD, A. R.; ROGERS, N. B. Race and ethnicity factors influencing leisure. In: _____. *Kraus' recreation and leisure in modern society*. 7. ed. Sudbury, USA: Jones and Bartlett Publishers, 2005. p. 157-163.
- MELO, V. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.
- _____. A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural. In: MARCELLINO, N. C.; ALMEIDA, M. P. (Org.). *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. p. 82-100.
- PACHECO, R. T. B. Lazer, educação e cidadania: qual o papel da escola pública. *Lazer & Sociedade*, São Paulo: Aleph, v. 23, p. 9-23, dez. 2010.
- PIMENTEL, G. G. A. *Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional*. Jundiaí: Fontoura, 2003.
- PINTO, L. M. S. M. Lazer e educação: desafios da atualidade. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008. p. 45-61.
- SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: SESC/WLRA. *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 31-37.
- SOUZA, F. F. Estrutura política excludente, práticas culturais normalizadas, políticas de alívio à pobreza: o lazer em questão. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008. p. 121-137.
- YODER, D. G. Leisure and recreation for individuals in society: leisure, ethnicity and race. In: HUMAN KINETICS. *Introduction to recreation and leisure*. United States: Human Kinetics, 2006. p. 58-59.

Relações com o trabalho

Luciene Ferreira da Silva¹
José Carlos de Almeida Moreno²
Katyucia Cardoso Verardo³

A palavra trabalho originou-se do latim *tripalium* ou *tripalus*, que era uma ferramenta de três paus utilizada para imobilizar cavalos e bois para serem ferrados. A expressão também era atribuída a um instrumento usado para torturar escravos e presos. Originário do verbo *tripaliare*, seu significado era “torturar”. Albornoz (1994) considera que, a partir das derivações da palavra trabalho, as associações se voltam para aflições, fardos, dor, fadiga e suor do rosto, estando este último associado a uma passagem bíblica do livro de Gênesis – (“Tu comerás o teu pão, no suor do teu rosto”), carregando o trabalho o significado de castigo (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

- 1 Licenciada em educação física pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP, 1990), mestre em educação (UNIMEP, 1996), doutora em educação física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2002). Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FC/UNESP, *campus* de Bauru/SP), atua com a formação de professores de educação física e de pedagogos em cursos de graduação e no curso de mestrado em docência na educação básica, abordando temáticas ligadas ao lúdico, lazer e educação. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura (GELC, UNIMEP/CNPq).
- 2 Graduado em educação física pela Escola Superior de Educação Física de São Carlos (1973); mestre e doutor em educação física pela UNICAMP. Atualmente é professor do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB), no curso de educação física.
- 3 É bailarina clássica, iniciando seus estudos na dança em 1997. Graduada em educação física, licenciatura pela FC/UNESP. No decorrer na graduação, aprofundou seus estudos nas áreas da educação, lazer, dança, corporeidade e racismo, participou de projetos de pesquisa e extensão em lazer e educação e foi membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer e Educação (GEPLÉ). Atualmente é professora de ballet clássico.

Albornoz (1994) apresenta o trabalho como a realização de uma obra que expressa, que dá reconhecimento social e permanece para além da vida do sujeito, superando o esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e de incômodo inevitável que também pode apresentar.

Japiassú e Marcondes (2001) escrevem que por meio do trabalho o homem modifica o mundo, a natureza, de forma consciente e voluntária, para satisfazer suas necessidades básicas.

No *Dicionário do pensamento marxista* encontramos que qualquer ato de trabalho caracteriza-se por uma atividade produtiva, de determinado tipo, visando a um objetivo. Por sua vez, essas características do trabalho fazem parte da existência humana e independem de qualquer forma de sociedade. O processo de trabalho em seu significado mais simples é a materialização ou objetivação em valores de uso, ou seja, uma inteiração do indivíduo que trabalha com o mundo natural, no qual os elementos do trabalho são modificados conscientemente (BOTOMORE, 1988).

Essa visualização inspira-se em Marx (2008), que entende que por meio do trabalho o homem põe em movimento as forças de que seu corpo é dotado, a fim de assimilar a matéria, dando-lhe uma forma útil à vida. O trabalho define o homem, gerando condições palpáveis para sua existência. Todavia, esse pensador considera que o trabalho no sistema capitalista poderia ser abstrato e concreto. O abstrato devia gerar lucro ao empregador. É uma dimensão alienante do trabalho. E o trabalho concreto é a dimensão que humaniza o homem, porque gera valor de uso e criação.

Então, para Marx (2008), o que determinaria o valor do produto, resultado do trabalho, seria a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção: “a partir daí, derivaram, sucessivamente, as conhecidas teses de divisão do trabalho, da alienação, da mais-valia, das lutas de classes etc.” (DACOSTA, 2003, p. 12).

A distinção entre trabalho físico e intelectual que vigora na sociedade teve sua origem na Grécia, no período clássico. Os gregos separavam os trabalhos criativos dos artistas e cidadãos da elite do trabalho braçal e árduo dos escravos.

De acordo com Albornoz (1994), o trabalho humano nas sociedades mais antigas apresentava características de complementariedade à natureza, pois o homem não a modificava, e sim sobrevivia do que ela lhe

oferecia. O trabalho estava atrelado à subsistência, não havendo excedentes. Em seguida, avança atuando sobre a natureza para explorá-la, mas de forma muito peculiar a cada indivíduo e grupos de indivíduos.

O exame das coleções de objetos produzidos pelas indústrias pré-históricas demonstra que os múltiplos instrumentos de sílex e de osso, raspadeiras, desbastadores, furadores, machados, serras, implicam diferenças de aptidões entre seus produtores e manejadores [FRIEDMANN, 1983, p. 23-24].

E continua:

Entre os persas, conta-nos Xenofonte, as iguarias que vêm para a mesa real são preparadas de maneira toda especial, da mesma maneira que as artes, em geral, nas grandes cidades, alcançam uma perfeição mais alta. Nas pequenas cidades, com efeito, são os mesmos artesãos que fabricam a cama, a porta, o arado, a mesa, e que até mesmo amiúde constroem a casa, sentindo-se bastante felizes se, com tantos ofícios, encontram clientes suficientes para os alimentar [idem, p. 24].

Com o desenvolvimento da agricultura e conseqüente expansão de terras para o cultivo, houve a aparição dos primeiros clãs baseados na propriedade coletiva dos meios de produção. Segundo Cáceres (1995), é a partir da revolução agrícola, pastoreia, e da utilização dos metais, que houve o aumento das forças produtivas que culminaram com novas relações sociais e conseqüentemente com o desenvolvimento urbano.

Albornoz (1994) destaca que as apropriações de terras mais vastas geraram um maior excedente na economia, o que tornou as trocas desiguais entre os homens e favoreceu a existência de uma classe social ociosa.

Para Cáceres (1995), na Grécia antiga, o ócio era permitido somente aos cidadãos gregos, não incluindo escravos, servos, estrangeiros e mulheres. A riqueza material obtida por meio do trabalho escravo no campo sustentava a classe ociosa. Em Roma, no período monárquico, a característica predominante da economia também era a que se sustentava na mão de obra escrava no campo.

Ainda de acordo com Cáceres (1995), no início da Idade Média viu-se o desenvolvimento do modo de produção feudal baseado em uma economia agropastoril e sem excedentes. Entretanto as cruzadas reabriram o comércio cristão pelo Mediterrâneo, e também houve o aumento da

produção agrícola em virtude de novas técnicas de produção e do crescimento das cidades, sendo estas habitadas na maioria por artesãos. Estes deram início ao comércio originado da produção agrícola, que propiciou o trabalho artesanal, passando a existir, além da troca de espécies, o comércio mediado pela moeda. O comércio e a manufatura passaram a gerar riquezas até então subsidiadas apenas pelas propriedades de terras. A origem da classe burguesa se dera pelas rendas retiradas das atividades comerciais, instituindo uma hierarquia social baseada na moeda.

O Renascimento surgiu a partir dessa classe burguesa, quando os comerciantes mais afortunados empregavam outros trabalhadores, entre eles os artistas (CÁCERES, 1995).

Com a descoberta das Américas, no início da Idade Moderna, surgiu um grande comércio mundial, e o centro econômico até então localizado no mar Mediterrâneo foi transferido para a costa Atlântica, formando o sistema colonial na América, descarregando vastas riquezas na Europa (idem).

Antes da Revolução Industrial, a maior parte dos trabalhadores era dona de suas terras, dos meios de produção e do artesanato, não havia, de maneira generalizada, o trabalhador assalariado. Com a perda de terras para a burguesia, e sem meios de produzir o próprio sustento, os camponeses passaram a vender sua força de trabalho para os burgueses proprietários das fábricas em troca de salário. As indústrias com produtos mais baratos concorreram com o artesanato, os mestres artesãos e os manufatureiros também se transformam em operários.

Com a Revolução Industrial, os camponeses que migraram para as cidades se submetiam a condições insalubres de trabalho. Homens, mulheres e mesmo crianças trabalhavam até oitenta horas semanais. Em Londres, em 1780, a população passou de oitocentos mil habitantes para mais de cinco milhões, em 1880.

Segundo Albornoz (1994), para Marx, uma característica comum no trabalho do homem é a sua capacidade criadora de pensar e projetar a obra ou produto antes mesmo deste existir. O artesão detinha todo o conhecimento de sua obra, da concepção até o produto final. Com o processo de industrialização e mecanização do trabalho em série, o trabalhador perdeu o direito à propriedade do produto e também de afetividade e o sentido de sua tarefa na produção, deixando o trabalho de ser criação para ser forma de alienação.

A sociedade dividiu-se em burguesia, minoritária, dona dos meios de produção e que compra a força de trabalho da parcela majoritária da sociedade, as massas desprovidas dos meios de produção, que não têm outro produto a oferecer a não ser sua força de trabalho em troca de salário. De acordo com Cáceres (1995), o salário passa a pagar apenas uma parte da força de trabalho, a outra fica de graça para o capitalista – a esse fator atribuiu-se a expressão já citada “mais-valia”, de Karl Marx.

Movimentos como o fordismo, o taylorismo e o toyotismo se intercalaram para a sistematização do sistema produtivo fabril em várias partes do mundo. Em síntese, todos visaram à otimização do tempo e à melhoria do ritmo da produção. Foram movimentos de controle do trabalho e do trabalhador nas fábricas e fora delas (GRAMSCI, 1996).

Assim, as mudanças sociais, econômicas e políticas incluindo a Revolução Industrial Inglesa alteraram a percepção de tempo, bem como de sua organização na sociedade, que por sua vez interferiram nas relações sociais e do trabalho. Analisando a percepção de tempo em comunidades pré-industriais, Thompson (1998) observa que a estrutura do trabalho dependia dos ciclos da natureza e pela orientação das tarefas. Os pescadores trabalhavam de acordo com as marés, e os agricultores, durante o horário solar, parecendo cuidar primeiramente do que era uma necessidade básica, sendo mais humanamente compreensível que o trabalho acertado aos ponteiros do relógio. Thompson (idem) aponta que nessa estrutura há menos separação entre o trabalho e a vida, visto que ambos se misturam no cotidiano.

Várias instituições serviram como meio de estabelecer essa ideologia do trabalho marcado. Segundo Thompson (idem), a escola era vista como um treinamento para que os alunos adquirissem o hábito do trabalho, além de servir para internalizar a disciplina. Outra instituição que passou a proliferar tal ideologia foi a Igreja. Thompson (idem) destaca que as religiões abordavam o ócio como negativo e maligno e a mais-valia sendo bem-vista aos olhos de Deus. Contudo, essas ideologias e o horário artificial não foram bem aceitos por parte dos camponeses, pois se confrontavam com os costumes dos povos, conforme afirma Thompson (idem). O patrão ensina o valor do tempo aos operários, no trabalho industrial, fabril, e posteriormente os operários fazem greve por menos horas de trabalho e por melhores salários.

Em seu processo, a Revolução Industrial passou a gerar para a sociedade ocidental moderna o problema do “lazer das massas”. A mentalidade

da camada dominante era de que o trabalhador também consumia em seus horários de lazer, portanto esse tempo não deveria ser tão reduzido. Em consequência disso e de movimentos anarquistas do início do século XX, defendeu-se a ideia de um dia dividido em três partes: oito horas para o trabalho, oito horas para o lazer e oito horas para o descanso. A partir daí surgiu a ideia do lazer como um fenômeno oposto ao trabalho, ou como não trabalho, sendo facilmente confundido com uma válvula de escape das atividades obrigatórias e até mesmo utilizado para favorecer a produção no novo sistema (idem). Com a diminuição do tempo das jornadas de trabalho, o tempo livre destinado ao lazer recebe duas óticas distintas, sendo o lazer, em uma delas, visto pela indústria cultural e do entretenimento como um modo de aproveitamento do tempo enquanto mercadoria.

Em pesquisa realizada a respeito do lazer dos brasileiros, intitulada *O lazer do brasileiro*, o público participante foi composto de brasileiros maiores de 7 anos, selecionados para compor a amostra da pesquisa. Foram contemplados os 26 estados do país e o Distrito Federal, divididos proporcionalmente em cinco macrorregiões⁴. A faixa etária preponderou em: de 15 a 24 anos, 19,83%; de 25 a 34 anos, 19,17%; de 35 a 44 anos, 15,13%; de 45 a 54 anos, 12,42%; e, de 55 a 64 anos ou mais, 8,25%.

Predominaram pessoas de cor/raça branca, 43,96%, seguido por parda com 39,42%. Quanto à classe social, prevaleceram classe C1, 28,25%; classe B2, 22,75%; e classe C2, 21,75%. A maioria da população tinha renda entre R\$1.194,53 e R\$2.012,67 individual, com uma variação de 5,5% para a classe B2, mas o índice de pessoas na classe C2 também é alto, indicativo de que ainda há muitas pessoas vivendo com salários baixos.

A religião católica predominou em 57,58% de respostas, seguida por “não tem religião nenhuma”, 9,88%, e evangélica e pentecostal, com 8%. O grupo pertencia em 88,38% das respostas à zona urbana, e 11,62% dos participantes pertenciam à zona rural. Entre os estados, São Paulo marcou presença com 22,92%, com 550 respondentes. Em Minas Gerais, 216 pessoas responderam ao questionário, correspondendo a 9%, seguido por Rio de Janeiro, com 200 participantes, compondo 8,33%. Na Bahia, 173 pessoas responderam ao questionário, perfazendo 7,21%. No Rio Grande do Sul, 131 pessoas participaram, perfazendo 5,46%. Paraná teve participação de 118 pessoas, compondo 4,92%. E, Pernambuco, 102 respostas,

correspondendo a 4,25%. Os demais estados apresentaram frequência de respostas inferiores a 100. A menor frequência ocorreu em Rondônia, zero respostas, correspondendo a 0%. A região Sudeste teve 42,13% de participação, seguida pela Nordeste com 27,83%, e Sul com 14,33%.

Quanto ao estado civil, 48,21% eram solteiros, 29,50% casados civilmente e 12,38% em união estável ou vivendo com o companheiro. Em relação à escolaridade, 39,13% tinha o ensino fundamental incompleto. O ensino médio apresentou um quadro de 20,04% de participantes que o completaram, e incompletos ou cursando 14,08%. O quadro de analfabetos foi de 2,42%, e de pós-graduados foi de 1,46%.

Quanto ao acesso à internet, 59,78% das respostas foram positivas, e 40,22% de frequência para “não”.

Quanto aos dados que se relacionam diretamente ao trabalho, destaca-se que 53,92% dos pesquisados estavam trabalhando e 45,96% não trabalhavam naquele momento. Quanto à ocupação, 448 participantes, correspondendo a 18,71% do grupo, eram estudantes, número seguido pela resposta “do lar”, com 158 anotações, correspondendo a 6,58%, e “profissional liberal”, com 142 participantes, correspondendo a 5,92%.

Os dados demonstraram que os participantes encontravam-se em sua maioria trabalhando, mas houve índice significativo de pessoas que apontaram não possuir trabalho remunerado naquele momento. Ainda no item ocupação, houve um número significativo de respondentes que estavam estudando. Daí concluímos que muitas pessoas têm procurado se profissionalizar antes da entrada no mercado de trabalho. Verificou-se também que a diferença na porcentagem entre “do lar” e “profissionais liberais” foi mínima, podendo haver correlação entre pessoas que têm preferido dar atenção aos trabalhos domésticos e também a outras formas de trabalho que não o modelo empregador-empregado, permitindo-lhes mais flexibilidade de horário, além da adequação às necessidades naturais e a outras obrigações, como as ligadas ao trato dos filhos, da casa, conciliado à geração de renda da família.

O trabalho realizado em condições não convencionais, fora de controle governamental e das relações legais, sindicais e institucionais, de um modo geral, é uma das peculiaridades da sociedade moderna, embora prática bastante antiga. Efetivamente os seus efeitos, englobados genericamente pela denominação de “economia invisível” ou “submersa”, têm sido significativos nos países pobres ou nos avançados nas últimas décadas [DACOSTA, 2003, p. 17].

⁴ Os percentuais de respostas apresentados são os mais representativos para a configuração do grupo, portanto não alcançam 100.

Com respeito ao uso do tempo, quando indagados sobre o que faziam durante a semana, a frequência de respostas foi de 93,40% para “outros”; “físico-esportivos”, com 23,70%; e “social”, com 17,10%. O “artístico” foi de 9,30%, seguido de “ócio”, com 7,8%, “intelectual” com 7%, e 4,5% para “turístico”.

Para Marcellino (2000), o lazer não deve ser visto como complemento ou compensação do trabalho, ou como atividade consumista, mas sim visto e pensado a partir “do e para” o desenvolvimento pessoal e social. O lazer pode ser vivenciado em qualquer atividade da esfera humana desde que respeitada as suas características criativas, emancipatórias e lúdicas (DUMAZEDIER, 2008).

Observados os dados sobre as obrigações espontâneas de homens e mulheres que exerciam trabalho remunerado, a faixa etária de 45 a 54 anos apresentou um percentual de 98,10% para trabalho, seguido de 29,60% para famílias e filhos e 24,40% para afazeres domésticos.

Já as mulheres da mesma idade apontaram que suas obrigações estavam voltadas, em 92% das respostas, para o trabalho, de 75,5% para afazeres domésticos e 42,5% para famílias e filhos. Na faixa etária de 25 a 34 anos, os homens respondentes apontaram 98,90% de suas obrigações configurando-se como trabalho, seguidos de 28,90% de famílias e filhos e 27,60% de afazeres domésticos. Já as mulheres dessa mesma faixa etária responderam 94,30% para trabalho, percentual seguido de 70,70% para afazeres domésticos e 52,30% de famílias e filhos.

Os dados demonstraram que tanto para homens quanto para mulheres o trabalho configura-se como a atividade que mais toma o tempo das pessoas. O que se mostrou discrepante foram os dados sobre os afazeres domésticos e famílias e filhos, que se revelaram atrelados às mulheres, com índice de respondentes baixo para os homens.

Também em relação a homens e mulheres, verificou-se que na faixa etária de 25 a 34 anos a porcentagem de homens e mulheres que responderam estar estudando foi muito baixa, com 11,10% para os homens e 10,80% para as mulheres.

Homens na faixa etária de 15 a 24 anos que indicaram o trabalho, com 93,70% e 41% para estudos e cursos, seguidos de 23,90% para afazeres domésticos, se diferenciaram das mulheres dessa mesma faixa etária, que também apresentaram o trabalho como a obrigação mais ocupante, respondendo a 90,40%, na sequência com 42,40% para estudos/cursos, e 50% responderam afazeres domésticos. Ou seja, as mulheres brasileiras

trabalham quase que em igualdade com os homens, porém estudam mais e cuidam dos afazeres domésticos. As mulheres estão com o trabalho tomando quase todo o seu tempo.

Meninas na faixa etária de 11 a 14 anos apresentaram 92,20% de resposta de suas obrigações para estudos/cursos, seguindo com 60,70% para afazeres domésticos e de 5,30% para trabalho. Os meninos da mesma faixa etária apresentaram resposta de 94% para estudos/cursos, percentual seguido de 34,40% para afazeres domésticos e de 5,70% para trabalho. Novamente os índices de obrigações domésticas mostraram-se elevados para as meninas desde muito cedo, em comparação com os meninos, o que se pode remeter a uma aprendizagem sociocultural brasileira.

Ao discorrermos sobre o trabalho e as mulheres, levamos em consideração a esfera sociocultural. Thompson (1998), ao escrever sobre as transformações ocorridas no trabalho no século XIX, coloca-nos que o trabalho mais prolongado e árduo era o das mulheres, que revezavam o trabalho remunerado com os afazeres domésticos: “Esse ritmo só era tolerável porque parte do trabalho, com as crianças e em casa, se revelava necessário e inevitável, e não uma imposição externa” (idem, p. 288). Para o autor, essa situação continua presente na atualidade; mesmo com o avanço da tecnologia e o tempo da criança dentro do ambiente escolar, o trabalho com o trato dos filhos e em casa não diminuiu para a mulher, pois ela tem seguido outros ritmos naturais e humanos, e não o do relógio. “Ela ainda não abandonou de todo as convenções da sociedade pré-industrial” (idem, ibidem).

Na pesquisa, o percentual de mulheres, que foi de 50,63%, teve 1.215 respostas quanto à obrigação (estimulada): 93,4% disseram trabalho; afazeres domésticos, com 85,4%; e família e filhos, com 57,7%. Portanto, impera a presença da mulher no mercado de trabalho e seu uso do tempo em obrigações domésticas e com o trato da família e dos filhos. Estudos e cursos também tiveram um número significativo, 21,5%, o que valida o fato de as mulheres também se preocuparem com a carreira profissional.

Dumazedier (1973) expõe que o esquema dos “três oitos” (oito horas de trabalho, oito horas de sono e oito horas de lazer) foi e é organizado como se não existissem as tarefas domésticas, sendo que essas atividades ocupam grande tempo na computação geral do trabalho. Essas tarefas são executadas majoritariamente pela população feminina, que por sua vez desenvolve dois tipos de trabalho: o remunerado e o não

remunerado. A entrada das mulheres no mercado de trabalho aumenta, no entanto, sem reduzir a quantidade dos trabalhos domésticos para elas (PEREIRA; GELINSKI, 2005, p. 3).

Incluimos na esfera de tarefas domésticas também a maternidade, que representa mais uma função para as mulheres, apesar de as obrigações com o trato da casa e dos filhos se constituírem em tarefas que isoladamente já representam um entrave para que a mulher exerça uma profissão em igualdade de condições no mercado de trabalho e a possibilidade de momentos de lazer. Dumazedier (1973) destaca que há diferenças entre o tempo livre dos homens e o das mulheres casadas, salientando que, para uma mulher casada, sem filhos e sem profissão, o tempo de lazer é de quatro horas, e para as mulheres que exercem profissão fora de casa ou as que têm sob sua responsabilidade dois ou três filhos, mesmo permanecendo dentro de casa, a média desse tempo não ultrapassa duas horas e dez minutos. Sendo que esse tempo se reduz para as mulheres que exercem uma profissão e têm dois ou três filhos. No entanto, Dumazedier (idem) indica haver uma forte correlação na redução das tarefas domésticas e o aumento do lazer a partir da modernização. Segundo o autor, no antigo lar, a dona de casa, assim como o artesão, realizava todo o trabalho doméstico, e hoje os trabalhos mais penosos, como o de lavar roupas, ficam à mercê de máquinas. A esse ponto devemos nos atentar, pois, antes da Revolução Industrial, mesmo que a mulher exercesse alguma atividade que gerasse lucro, o trabalho encontrava-se dentro do lar, perto dos filhos e das tarefas domésticas. Já nos dias de hoje o trabalho remunerado encontra-se na maioria das vezes fora do lar, longe dos cuidados com os filhos e com hora marcada. Nesse sentido, Albornoz (1994) coloca que, mesmo que as tecnologias tentem vencer as barreiras do tempo de deslocamento entre o local de moradia e o local de trabalho, elas não tornam esses lugares mais perto dos lares, fator que interfere diretamente na vida das mulheres, pois são elas quem culturalmente cuidam dos filhos.

Pitanguy (2011) indica que o índice de mulheres com nível escolar aumentou, entretanto continuam a receber salários mais baixos em relação aos homens, sendo a maioria nas ocupações informais e mais vulneráveis, correspondendo quase ao total dos empregos domésticos. Na sociedade contemporânea, cada vez mais as mulheres têm se preocupado com a realização profissional, o modelo da família tradicional brasileira mudou e continua mudando. O número de mulheres que trabalha fora de casa contribui para a renda familiar. Também se tornam cada vez mais

expressivas as famílias chefiadas por elas. Esse fator pode ser também o motivo de muitas mulheres se preocuparem com uma atividade que traga recursos financeiros ao seio da família, visto que cada vez mais passa a ser importante a independência financeira diante de um modelo de casamento muitas vezes instável e curto.

Entretanto, Marcuse (1973) assinala que uma característica marcante da sociedade industrial é sufocar as necessidades dos indivíduos que exigem libertação. Por intermédio dos meios de comunicação em massa, os novos controles sociais criam necessidades irresistíveis para o consumo exacerbado, e Albornoz (1994) complementa afirmando que, dessa maneira, o trabalho fatigante e sem sentido tem o objetivo de manter as massas ocupadas, obedientes e inertes perante esse sistema. Dados da pesquisa mostraram que tanto homens quanto mulheres de 45 a 54 anos apresentam baixo percentual de envolvimento com compromissos políticos e sociais: 2,50% para homens e 0,90% para mulheres dessa faixa etária. Esses índices mostraram-se baixos em todas as faixas etárias e também para trabalhos sociais e compromissos religiosos, indicando que muitas das esferas que compõem a vida humana não estão sendo contempladas.

É nesse sentido que o capitalismo mantém o salário baixo, aumentando a necessidade dos indivíduos de trabalharem mais para continuarem a consumir o que necessitam. Aliados a isso há grande estímulo para o aumento do consumo como forma de realização de sonhos e desejos que proporcionem felicidade e *status* social.

Se antes a sujeição dos trabalhadores à camada dominante era mantida com ameaças de perdas dos meios de sobrevivência, atualmente a tecnologia aparece como alvo central da sujeição dos trabalhadores. O uso do computador, da rede mundial de computadores, da televisão, do automóvel particular, entre outros, valida a necessidade de mais trabalho. Os irresistíveis produtos e mercadorias, a indústria cultural e do entretenimento que ficam disponíveis à população, carregam implícitos, em si, atitudes e hábitos com os quais o indivíduo passa a se identificar (MARCUSE, 1973). O trabalho não estaria tão somente alienado pelo seu esvaziamento de sentido, mas também alienante, uma vez que a sua atividade reduz a capacidade de oposição ao sistema e de possíveis transformações.

As modificações ocorridas no trabalho e nos hábitos de vida dos indivíduos produziram alterações que nem sempre representam avanços

do ponto de vista da saúde. O que se observa é uma relação negativa entre trabalho e doenças, fruto das rotinas e dos sistemas de trabalho, que são muitas vezes rápidas demais para permitirem a absorção do seu ritmo e de seu significado (LIPP, 2001).

O homem tem a máquina como seu concorrente. Os trabalhadores podem ser substituídos por qualquer outra pessoa ou por máquinas. Lima (2004) aponta as máquinas que substituem o trabalhador, como os caixas eletrônicos no lugar dos bancários e os cursos por meio de mídias no lugar de professores.

Lipp (2001) aborda que a competição excessiva entre as pessoas, o desejo cada vez maior de possuir, a pressa constante, a pressão cotidiana que as pessoas se impõem a fim de provar sua capacidade, as situações de insegurança e incerteza prejudicam consideravelmente a qualidade de vida, uma vez que essa qualidade só pode estar adequada se tudo estiver em harmonia com todas as esferas que compõem a vida humana, ou seja, do social, do afetivo, do profissional, além do referente à saúde.

Segundo Dejours (1992), a falta de autonomia do homem no trabalho de mudar suas tarefas a fim de adequá-las de acordo com suas necessidades fisiológicas e a seus “desejos psicológicos” causa sofrimento e um bloqueio na relação homem-trabalho. Baseando-se em Marx (1996), Dejours (idem) compreende que a organização do trabalho atual vai contra os desejos, as necessidades e a saúde do homem. O trabalhador confunde seus próprios desejos com as imposições do trabalho. Ainda há a fadiga, que é a última peça para assegurar a organização do trabalho com a alienação do trabalhador, sendo mais fácil de ser obtida com as pessoas cansadas, que preferem descansar e dormir a saírem para se encontrarem, confraternizarem, discutirem, debaterem e se organizarem em seu favor. Portanto é sempre mais fácil uma intervenção, no fim do ano, do que após as férias e também durante a semana do que próximo do fim de semana (idem).

Sobre a participação das crianças na pesquisa, verificou-se que 96,80% delas, de 7 a 10 anos, realizavam estudos e cursos como obrigações estimuladas, e 30,90% já realizavam afazeres domésticos, seguidos de 11,60% de compromissos religiosos.

A divisão de tarefas domiciliares aumentou, há maior envolvimento por parte dos homens, porém, por fatores socioculturais e políticos,

a pesquisa demonstrou que as mulheres têm sob sua responsabilidade carga excessiva de trabalho doméstico associado ao trabalho fora de casa.

Os direitos individuais e sociais das mulheres foram ampliados pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), consolidando a cidadania das mulheres no espaço público e na vida familiar. Temos no Brasil alguns avanços sobre essa questão, mas seria de fato importante se as instituições públicas e privadas fornecessem mais suporte às mulheres a respeito da maternidade, pois muitas precisam trabalhar, mas também precisam cuidar de seus filhos. A consequência é que essas mulheres acabam trabalhando horas a fio e a maior parte do salário fica comprometida com as creches. É claro que as empresas não precisariam dar esse suporte se o tempo destinado ao trabalho remunerado das mulheres fosse reduzido, liberando mais tempo para as mães cuidarem melhor de seus filhos, mas essa solução exigiria, principalmente das empresas, uma lógica que não atendessem somente à do lucro imediato.

Na pesquisa em campo não foram coletados dados diretos sobre o trabalho infantil, mas não podemos abordar o lazer das crianças sem adentrar nessa temática, relevante e importante de ser combatida, por sua resistência e ou persistência. O trabalho infantil tem origem na Revolução Industrial; o avanço das máquinas permitiu a entrada nas fábricas de mão de obra de mulheres e crianças, uma vez que a força muscular dos homens já não era necessária. A procura por trabalho infantil era comparável à venda de escravos, antes o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capitalista, depois passou a vender a força de trabalho de sua esposa e filhos (MARX, 1996). Entretanto a temática do trabalho infantil na atualidade gera debates que vão muito além da esfera do emprego na infância. Neto (2007) evidencia que esse problema encontra-se vinculado à pobreza, à desigualdade e à exclusão social, contudo fatores de origem cultural, econômica, educacional e de organização social da produção também contribuem para que a situação se agrave.

Quando se perguntou às crianças entre 11 e 14 anos “o que faz como obrigação (estimulada)?”, verificou-se que 87,40% delas se dedicavam a estudos e cursos, resultado seguido de afazeres domésticos, com 74,90%, e trabalho remunerado, com 18,70%. Todas as crianças disseram exercer algum tipo de trabalho remunerado.

Em muitas ocasiões as crianças trabalham porque os pais contam com os filhos para sobreviverem, sendo que, nessas conjunturas, pelo trabalho as famílias conseguem somente obter o alimento para a

sobrevivência, e a educação torna-se artigo de luxo, não havendo perspectivas para o futuro (BRASIL, 1988). Nesse sentido, o trabalho nessa fase da vida pode acarretar danos à formação escolar, pois o ambiente social do trabalho diminui o valor que a criança atribui à educação, fato este recorrente entre as crianças de rua (NETO, 2007). Não só os aspectos afetivos e cognitivos são afetados. Neto (idem) evidencia que a criança encontra-se em fase de desenvolvimento, que não suporta as exigências requeridas pelo trabalho; assim, uma forma de trabalho que não ofereça risco a um adulto pode acarretar danos significativos para uma criança. Na zona urbana, o trabalho infantil caracteriza-se por colocar a criança em contato com outros tipos de crime ou situações de risco, como prostituição, tráfico de drogas, entre outras. Na zona rural, o alto risco encontra-se nos fornos de carvão, na extração de pedras, no beneficiamento do sisal, na agroindústria canavieira e na extração de sal (BRASIL, 1998). No entanto, há também o caso de situações relacionadas a fatores com modos tradicionais e familiares de organização econômica, como em pequenas produções agrícolas que levam ao trabalho infantil (idem).

Na sociedade contemporânea essa questão tem assumido vários recortes, pois a cultura de valorização do trabalho tem estimulado a criança desde muito cedo a assumir compromissos e obrigações com o objetivo de retirá-las do ócio. Isso tem certamente a ver com o nível de compreensão das famílias sobre a infância e a importância dos estudos para o futuro. Nesse sentido, as famílias assumem uma postura de formar a criança prematuramente, com a intenção que na vida adulta os filhos estejam preparados para enfrentar a competição de mercado, mais escasso, perante as exigências e a necessidade de instauração de determinadas competências (NETO, 2007). A escola, especialmente a privada, abarrotava as crianças de tarefas, com intuito de conseguirem êxito nos processos seletivos para ingresso no ensino superior. Nesse sentido concordamos com Gonçalves (1994) ao escrever que o ensino nas escolas se constitui em uma preparação para o futuro, esquecendo o momento único e existencial que a criança vive. Dessa maneira, entende-se que tanto o excesso de compromissos e obrigações escolares como a presença de trabalho em troca de dinheiro ou comida roubam o tempo livre destinado ao lúdico, à brincadeira, retirando da criança a maneira com que ela apreende o mundo.

Nesta pesquisa, o trabalho aparece como uma atividade que concorre com o lazer, pois a maior parte das respostas em relação à restrição de vivências do lazer evidencia que isso se deve à falta de tempo em virtude

do excesso de dedicação ao trabalho e outras obrigações. O trabalho associado a obrigações concorre diretamente para a vivência ou não do lazer do brasileiro na atualidade. Isso ficou mais evidente na região Sudeste do país, com 18,10%, com 439 respondentes, resultado seguido de recursos financeiros, também na região Sudeste, com 12,50%, frequência de 303 respondentes, seguido do Nordeste, 10,20%, com 247 respondentes.

Em relação à pergunta “por que não o faz no tempo livre?”, os participantes, entre 7 e 64 anos ou mais, responderam “tempo”, atingindo 8,50%, de 25 a 34 anos; 7,50%, de 15 a 24 anos; 7%, de 35 a 44 anos; 5,20%, de 45 a 54 anos; e 2,70%, de 55 a 64 anos ou mais.

Sobre a indagação a respeito do lazer, “por que não o faz nas férias?”, a região Sudeste foi a que teve o índice mais alto, com 22,30% de respondentes para falta de recursos financeiros como impedimento para a não realização das vivências de lazer que gostariam, seguido da região Nordeste, com 15%, e por último, com 8,10%, a região Sudeste, novamente apontando a falta de tempo. Assim, a pesquisa revelou que a falta de tempo e de recursos financeiros configuram-se como entraves para a realização ou não das vivências de lazer.

Referências

- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho?* São Paulo: Brasiliense 1994.
- BOTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Editora Tavares & Tristão; Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- _____. Presidência da República. *Trabalho infantil no Brasil: questões e políticas*. Brasília, DF, 1998.
- CÁCERES, F. *História geral*. São Paulo: Moderna, 1995.
- DACOSTA, L. P. Lazer e trabalho: um único ou múltiplo olhares? In: DACOSTA, L. P.; MULLER, A. (Org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho*. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez, 1992.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva; SESC, 1973.
- _____. *Sociologia empírica do lazer*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva; SESC, 2008.

- FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- GONÇALVES, M. A. S. *Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação*. Campinas: Papirus, 1994.
- GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LIMA, F. B. *Stress, qualidade de vida, prazer e sofrimento no trabalho de call center*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.
- LIPP, M. E. N. Estresse emocional: a contribuição de estressores internos e externos. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 28, n. 6, p. 347-349, 2001. Disponível em: <<http://urutu.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol28/n6/artigos/art347.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- _____. *O capital*. Edição condensada. Bauru: EDIPRO, 2008.
- NETO, H. A. *Trabalho infantil na terceira revolução industrial*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2007.
- PEREIRA, R. S.; GELINSKI, C. O. Mulher e trabalho não remunerado. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre: FEE, v. 5, p. 79-87, 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2714>>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- PITANGUY, J. *O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Esfera da obrigação: em destaque a família/filhos, compromissos religiosos e compromissos político/sociais

Maria Cristina Rosa¹
 Marcene Rodrigues da Silva²

Introdução

A sociedade contemporânea é marcada pela aceleração e pela sensação crescente de falta de tempo. A divulgação e a circulação de informações, tecnologias e pessoas são intensas; os muitos deslocamentos físicos e virtuais criam novas configurações nos modos de viver, alterando relações interpessoais e sociais, estruturas familiares, processos educacionais, profissões, tempos/espacos de trabalho, tempos/espacos de lazer, entre outras práticas.

No âmbito do trabalho, por exemplo, as tendências que impactam uma carreira hoje são a busca por melhor qualidade de vida, o efeito no meio ambiente e o uso intenso de tecnologias. Entre as carreiras do futuro destacam-se: gerente de ecorrelações, diretor de inovação e conselheiro de aposentadoria (VESTIBULAR DE INVERNO..., 2014), profissões estas que não imaginávamos a alguns anos atrás, em que hábitos e costumes eram outros e a expectativa de vida menor.

- 1 Doutora em educação e mestre em educação física, ênfase em estudos do lazer. É professora associada da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua na graduação em educação física e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer.
- 2 Bacharel e licenciado em educação física pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, 2013). Especialista em lazer pela UFMG (2015) e mestre em ciências biológicas, área de concentração bioquímica metabólica e fisiológica (UFOP, 2017). Possui experiência em educação física escolar, lazer e saúde e fisiologia endócrina e cardiovascular.

No âmbito do lazer, há também mudanças significativas estimuladas pela indústria do lazer e do entretenimento, que, em ritmo crescente, aumenta demandas e opções. O curso de lazer e turismo está, conforme pesquisa, entre os que mais vão gerar vagas até 2020 (idem), corroborando com dados da pesquisa *O lazer do brasileiro* (2014), revelando que entre as atividades realizadas pelos brasileiros no tempo disponível nos fins de semana predominam os interesses: social (28,1%, E=2%), físico-esportivo (18,4%, E=2%) e turístico (16,4%, E=2%). No período de férias, o ócio (36,8%, E=2%) e o interesse turístico (27%, E=2%) são os mais destacados. Além disso, 78% dos pesquisados desejam nas férias vivenciar atividades de interesse turístico, revelando o potencial da área.

Nessa sociedade em profusa transformação, como são os hábitos dos brasileiros? Trabalha-se muito ou pouco? Para além do trabalho, quais atividades fazem por obrigação, quais fazem por escolha? Como é o fazer cotidiano?

Relações entre lazer, trabalho e outras obrigações são discutidas por diferentes autores. A ideia de separação entre lazer e trabalho é pouco presente na produção acadêmica atual, predominando a de contraponto, que leva em conta a influência dialética entre ambos (MARCELLINO, 2007; BRUHNS, 1997; DUMAZEDIER, 1980). Todavia, há outras formas de perceber as relações entre essas duas esferas da vida.

Stebbins (2014), ao escrever sobre as interfaces entre lazer e trabalho, evidencia a relação entre o *serious leisure* e o *devotee workers* e destaca a presença de “um campo em comum” que influencia um ao outro, ocorrendo em ambos como recompensa primária o enriquecimento pessoal e a autorrealização. Para Gomes (2014), os limites entre lazer e trabalho na vida cotidiana estão cada vez mais tênues e difusos, consequência de características como flexibilização laboral, gradativa divisão internacional do trabalho e avanço tecnológico. A autora destaca relações dialógicas múltiplas entre lazer e trabalho e afirma ser inexpressivo lidar com oposição entre eles, pensar o lazer apenas a partir do trabalho produtivo.

A sobreposição entre tempo de trabalho, atividades familiares e tempo livre é revelada em pesquisa realizada com italianos, em que são mostradas profissões cujos trabalhadores têm dificuldades de separar esses tempos (ROMANO, 2002). Da mesma forma, Perista (2002, 2010) mostra que os tempos e temporalidades das mulheres são mais complexos, fragmentados, múltiplos, sobrepostos. A divisão entre trabalho doméstico e de prestação de cuidados, tempo de lazer e tempo pessoal é pouco clara: “os múltiplos papéis socialmente cometidos às mulheres levam a uma compressão dos

seus tempos e/ou à supressão de alguns dos mesmos, como sejam o tempo de lazer ou o tempo para si próprias” (PERISTA, 2002, p. 453).

A dinâmica da vida é complexa, e a intensidade e complexidade das transformações cotidianas muitas vezes não foram ainda captadas pelos estudos, que possuem outros ritmos, além de tradições teórico-metodológicas difíceis de se romper, influências políticas e culturais. Importante levar em conta que lazer e trabalho se relacionam e, para diferentes autores (MARCELLINO, 2007; LOBO, 2011; GOMES, 2014; STEBBINS, 2014), o aspecto tempo, às vezes associado a outros, como atitude (MARCELLINO, 2007) ou espaço/lugar (GOMES, 2003, 2014), é relevante para se compreender o lazer.

O tempo é uma construção cultural, objeto social (PERISTA, 2002; BOSI, 1995; LE GOFF, 1990). As sequências de minutos, dias, que constituem hora, semana, e assim por diante, estão ligadas à cultura e não à natureza (LE GOFF, 1990). Segundo Perista (2002, p. 447), “enquanto expressão de um modo de representar e pensar a organização social, o significado social do tempo está longe de ser neutro, nele residindo uma forma de quantificar, mas também de qualificar – de atribuir valor –, as atividades humanas” nas diferentes esferas da vida.

A maioria das pesquisas dimensiona o tempo apenas considerando o trabalho em que há remuneração, não levando em conta os não relacionados à lógica de produção, como o doméstico e a prestação de cuidados familiares (idem). No Brasil, apenas a partir de 2011 o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), coleta dados também sobre outras tarefas, como cuidados pessoais e lazer, para além das ocupações produtivas.

Mas o que é ocupação? O que é obrigação?

Para Constantinidis (2012), o termo ocupação não tem uma definição muito precisa e é muito associado ao senso comum, ao cotidiano, ao sistema de valores de uma determinada cultura. Entre esses valores, o entendimento de que “a ocupação reforça os contornos identitários, dando um direcionamento à existência [...], estar ocupado pode equivaler a sentir-se útil, e esse sentimento pode ser o eixo orientador de pessoas em situações de vulnerabilidade diversas”. A ocupação também está “articulada ao ser produtivo, a ter uma postura ativa diante da vida, como condição necessária para o bem-estar, para a saúde” (idem, p. 697).

A ocupação está, pois, muito associada a valores do trabalho, supervalorizado na sociedade capitalista em que produção e consumo se

destacam, sendo este reconhecido como algo que identifica o sujeito e sem o qual sua identidade entra em crise (idem). O lazer configura-se como oportunidade para vivenciar situações que proporcionam prazer e aprendizagem, participação cultural (MARCELLINO, 2007; STOPPA, 2007), felicidade e desenvolvimento (LOBO, 2011). Ainda que o lazer seja considerado uma necessidade humana (GOMES, 2014), muitas vezes fica em um plano secundário.

No Brasil, embora seja direito constitucional, não é tão simples de se vivenciar o lazer, assim como também não é algo muito acessível à população. De acordo com Sampaio (2006), um dos fatores que interferem é o ritmo do trabalho e das obrigações sociais que são movidos por um sistema econômico excludente e competitivo, o que pode levar as pessoas a não valorizar devidamente o lazer como direito à prazerosidade, à felicidade e mesmo à condição de saúde.

A obrigação é compreendida como “aquilo que é ou se tornou necessidade moral de alguém”; “dever, encargo”; “aquilo de que se é incumbido”; “ofício, serviço, tarefa”. Ela pode ser compreendida como ocupação, quando entendida como “obrigação a cumprir, papel a desempenhar em determinados setores profissionais ou não; cargo, função, ofício” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Entender as diferentes formas de obrigação nos ajuda a compreender como ocorre a partilha e a ocupação do tempo, como se dá a responsabilidade das tarefas, o investimento em qualificação, o compromisso com instituições, a concretização do lazer.

Segundo dados do IBGE, os brasileiros ocupam o seu tempo com atividades no âmbito do trabalho, cuidados pessoais e lazer, sendo elas: dormir, trabalho e trabalho voluntário; estudo; cuidados pessoais e de atenção à própria saúde; afazeres domésticos; uso de meios de comunicação de massa; jogos, passatempos e *hobbies* e esportes; socialização e cuidado de pessoas da família (COMO O BRASILEIRO..., 2013). Não há indicação sobre a obrigatoriedade ou não da realização das atividades.

Neste capítulo, destacamos, conforme a temática central abordada, atividades vinculadas à família/filhos, compromisso político/social e compromisso religioso. Essas temáticas se relacionam com outras, como família/filhos, que está muito interligada com os afazeres domésticos.

As atividades com família/filhos são amplas, envolvendo cuidados com filhos e outros parentes, no que se refere à saúde, bem-estar, lazer, alimentação, sociabilidade; deslocamentos para escola, hospital, passeios, entre outros. Junto agregam-se os afazeres domésticos elencados

pelo IBGE, como: preparar, servir a comida e lavar louça, limpar o domicílio, compras e manutenção de roupas e sapatos (idem).

Perista (2002), ao examinar dados do Inquérito à Ocupação do Tempo – 1999, de Portugal, mostra que os afazeres domésticos envolvem tarefas como preparar alimentos, arrumar a casa, cuidar das roupas, cuidar do jardim, fazer compras, administrar contas, cuidar de animais. Além da administração da casa e execução das tarefas, abrange também cuidar dos filhos e de suas tarefas escolares.

Quanto aos cuidados com pessoas da família, segundo dados do IBGE, eles compreendem cuidado com criança, deslocamentos, cuidado com adultos (idem). Há famílias em que ainda são necessários cuidados especiais com parentes doentes ou com alguma deficiência.

Blascovi-Assis (1999, p. 106) destaca as dificuldades sociais das famílias de pessoas com deficiência mental, que chegam a interferir em toda a dinâmica familiar, e pergunta: “Como fica então o lazer dessas famílias nesse primeiro momento? O caminho menos doloroso acaba sendo o isolamento social, e o lazer fica para depois; afinal, lazer não é importante, é algo secundário, supérfluo”.

Como mostra Perista (2002, p. 460), “as famílias ainda representam a principal fonte de prestação de cuidados às crianças e a adultos que exigem cuidados especiais – por motivo de idade, doença ou deficiência – e que a maior parte desses cuidados é assegurada por mulheres”. Mesmo entre as mulheres cientistas e altamente qualificadas, essa predominância permanece (PERISTA, 2010).

As atividades da família/filhos estão muito atreladas ao domicílio, embora existam atividades externas, como levar e buscar os filhos na escola e para outras aulas especializadas, como esporte e idioma. Em Portugal:

A prestação de cuidados quotidianos a crianças (alimentação, higiene diária, etc.), o acompanhamento da sua vida escolar (ajuda nos trabalhos de casa, reuniões na escola, etc.) e, em menor grau, o acompanhamento dos filhos ao médico contam-se entre as tarefas mais frequentemente assumidas pelas mulheres. Igualmente sobre-feminizadas, mas com diferenças entre homens e mulheres menos pronunciadas, estão tarefas de acompanhamento das crianças em actividades desportivas, de lazer e entretenimento: levá-las à ginástica ou à natação, brincar com elas, levá-las ao teatro, cinema, concertos [PERISTA, 2002, p. 461].

Vale destacar que grande parte do tempo e das atividades de lazer tem lugar dentro do círculo familiar (RIBEIRO, 1997).

Romano (2002) analisa o contexto italiano e afirma que a percepção de tempo varia conforme sexo, idade e situação familiar e, o mais relevante, pelo estatuto profissional. Fazer parte do mercado de trabalho afeta fortemente a organização da vida cotidiana, do tempo livre e da percepção de como se gasta o tempo. Segundo mostra, as mulheres italianas desempregadas têm menos tempo livre do que os homens na mesma condição e em qualquer idade. Trabalhar fora de casa é, portanto, paradoxalmente, uma forma de proteção para as mulheres no quesito tempo disponível, uma vez que contribui para reduzir a diferença com os homens.

No Brasil, os homens trabalham em média 1 hora e 27 minutos a mais que as mulheres. Nos afazeres domésticos, a atividade que apresenta mais diferença entre os sexos e cuidados de pessoas da família apresenta que as mulheres estão mais envolvidas (COMO O BRASILEIRO..., 2013). Em Portugal a situação é similar, pois os homens apresentam um investimento preferencial no trabalho remunerado e trabalham mais que as mulheres cerca de uma hora por dia no trabalho profissional. No entanto, no trabalho doméstico e na prestação de cuidados à família as mulheres dedicam três horas a mais por dia do que os homens. No Brasil, essa média de horas é de 2 horas e 22 minutos (idem).

Em relação aos compromissos político/sociais, que compreendem atividades de associativismo, reunião de condomínio, entre outros, e aos compromissos religiosos, que dizem respeito a preceitos, como rituais e cerimônias que os crentes devem seguir, ainda são poucos os estudos que dizem sobre a ocupação tempo ou o entendimento da obrigatoriedade ou não dessas atividades.

No trabalho de Aguiar (2011), por exemplo, há tabelas sobre o uso do tempo de oito países, de diferentes continentes, que incluem itens como: compras, cuidados pessoais, cuidados com a casa e família, lazer, estudo e participação. Todavia, não há apontamentos sobre atividades referentes aos compromissos político/sociais e religiosos. O mesmo ocorre nos dados do IBGE (COMO O BRASILEIRO..., 2013). Em um momento, Aguiar (2011) cita a participação de pessoas em atividades voluntárias, em que compromissos políticos/sociais podem estar presentes, todavia não se pode afirmar.

A PNAD (2011) traz dados referentes à associação/filiação de empregados a sindicatos. Uma das observações é que se tem aumentado o número de sindicatos, mas não de sindicalizados. Esse dado dá pistas sobre o envolvimento de trabalhadores em atividades de cunho

político/social. Nos dados do IBGE (COMO O BRASILEIRO..., 2013) aparecem atividades de sociabilidade que podem abranger atividades nesses dois âmbitos (político/social e religioso), todavia não se pode afirmar por não estarem descritas as atividades. Os dados mostram que os homens são os mais adeptos a essas atividades.

Como afirma Stoppa (2007, p. 122), “o processo de conscientização, mobilização e participação política das pessoas não ocorre de forma automática. Isso ocorre em virtude das restrições da vida cotidiana, que acabam por dificultar as oportunidades de desenvolvimento da politização dos indivíduos”.

Alguns estudos estabelecem relações entre o lazer e o associativismo (MARCELLINO, 1999; STOPPA, 2007), destacando o potencial de ambos quanto aos interesses sociais do lazer. Para Marcellino (1999, p. 89), “as associações nascem em decorrência das necessidades sentidas pelos membros de uma comunidade, que não estão sendo atendidas pelo conjunto da sociedade”. Geralmente são grupos de interesse que se reúnem por uma causa comum, estabelecem vínculo com a sociedade, constituem-se como grupo de convivência e de encontro. Stoppa (2007) ressalta a possibilidade de engajamento social e de experiência coletiva por meio do associativismo e releva os movimentos sociais como uma ação potencial nesse âmbito.

Estudos também trazem aproximações entre lazer e religião, mostrando como religiões, como a católica e a pentecostal, têm se utilizado de atividades de lazer em suas ações (CARMO; SALOMÃO, 2005); aproximações com restrições e às vezes de forma harmônica entre essas duas esferas (GABRIEL; MARCELLINO, 2007); a vivência por jovens de rituais como atividades de lazer, como ir à missa ou ao culto (SANTOS; MANDARINO, 2005). A temática é interessante e polêmica uma vez que, por exemplo, as festas religiosas abrangem tanto devoção e divertimento, perpassando por práticas lícitas e ilícitas.

No âmbito dos estudos do lazer, ainda são raras as pesquisas que estudam a dinâmica da vida dos brasileiros, compreendendo formas de ocupação do tempo, atividades desenvolvidas e como ocorre a concretização do lazer. Menos ainda as que abordam essas temáticas a partir de uma análise qualitativa e quantitativa.

Considerando que trabalho, lazer e outras obrigações estão conectados e, por isso, sofrem/provocam interferências múltiplas, análises sobre a esfera da obrigação são importantes.

O presente capítulo objetivou identificar as principais atividades obrigatórias que os brasileiros realizam em seu dia a dia e a frequência

em que elas ocorrem, dando destaque às atividades no âmbito da família/filhos, dos compromissos religiosos e dos compromissos sociais/políticos e, além disso, a partir do cruzamento com outras variáveis, trazer contribuições para as discussões no âmbito do lazer.

Metodologia

A análise das atividades obrigatórias pode abranger diferentes variáveis, como trabalho, afazer doméstico, compromisso político, religião, família/filho, trabalho social, estudo/curso, entre outras. Nessa investigação buscou-se compreender as obrigações relacionadas à família/filhos, compromisso político/social e compromisso religioso.

A pesquisa foi desenvolvida em cinco regiões do Brasil, com amostra de 2.400 pessoas, compreendendo 1.215 mulheres e 1.185 homens de diferentes faixas etárias, classes sociais, escolaridades, ocupações, religiões. Foi aplicado um questionário constituído de 39 questões. A questão central desenvolvida neste capítulo é: “Pensando no seu dia, do momento que acorda ao momento que vai dormir, você possui atividades que são obrigatórias e outras que você faz por escolha no restante do tempo. Quais são as atividades obrigatórias que você realiza no seu dia?”. As respostas foram dadas de forma espontânea pelo respondente.

Posteriormente foi realizada outra pergunta: “E, entre essas atividades obrigatórias, quais você realiza no seu dia?”, cujas respostas foram estimuladas por meio de um cartão/disco em que constava atividades obrigatórias mais comuns, sendo elas:

- 1) Trabalho
- 2) Estuda/faz cursos
- 3) Cuida dos filhos/da família
- 4) Cuida da casa, dos afazeres domésticos
- 5) Vai à igreja
- 6) Faz trabalhos sociais,
- 7) Compromissos políticos sociais (reunião de condomínio, associações etc.)
- 8) Outro (outros tipos de atividades que o indivíduo considera obrigação).

Nas duas situações o respondente podia marcar mais de uma opção.

Para análise dos dados apresentados foi feita análise descritiva (média, mediana, desvio padrão) para as variáveis quantitativas, como

obrigação, sexo, faixa etária, classe social, região e religião e distribuição de frequência para as variáveis categóricas (ou qualitativas).

Na maioria das análises foram adotados os dados estimulados. Os resultados apresentados trazem gráficos na proporção de 100% da frequência das respostas. A margem de erro da estimativa (E) é igual a 5%.

Resultados e discussão

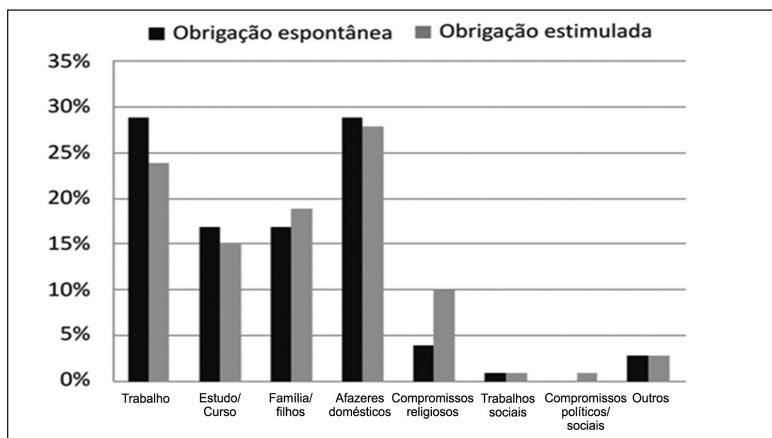
Obrigações (espontânea) e obrigações (estimulada)

Ao analisar os dados considerando as perguntas respondidas de forma espontânea e estimulada (utilizando-se o cartão/disco), encontraram-se os seguintes resultados (Gráfico 1) para as respostas espontâneas: trabalho (29%), estudo/cursos (17%), família/filhos (17%), afazeres domésticos (29%), compromissos religiosos (4%), trabalhos sociais (1%), compromissos políticos/sociais (0%), outros (3%); e para as respostas estimuladas: trabalho (24%), estudo/cursos (15%), família/filhos (19%), afazeres domésticos (28%), compromissos religiosos (10%), trabalhos sociais (1%), compromissos políticos/sociais (1%), outros (3%).

Diante dos resultados apresentados, pode-se considerar que, quando comparado às porcentagens da forma espontânea e da forma estimulada, houve uma redução no que se refere ao que os indivíduos consideram como obrigação nos itens trabalho; estudos/cursos e afazeres domésticos. Já para os outros itens ocorreu um aumento considerável sugerindo que, quando os indivíduos são estimulados a compreender as atividades obrigatórias, eles destacam família/filhos, compromissos religiosos e compromissos políticos/sociais. Isso pode indicar que em algumas situações houve dificuldade de compreender o que é uma atividade dessa natureza e que determinadas atividades podem, na vida diária, ter caráter obrigatório ou não para os indivíduos, levando-nos a questionar sobre o limite entre o que é ou não obrigatório. Já observando os resultados especificamente em relação à temática deste trabalho, podemos considerar que os indivíduos passam a identificar e reconhecer a família/filhos, compromissos religiosos e compromissos políticos/sociais como uma das principais obrigações cotidianas, o que pode influenciar no tempo disponível para as vivências no lazer.

Um fato interessante é que pessoas, muitas vezes, querem preencher o seu tempo disponível com atividades que estão normalmente elencadas

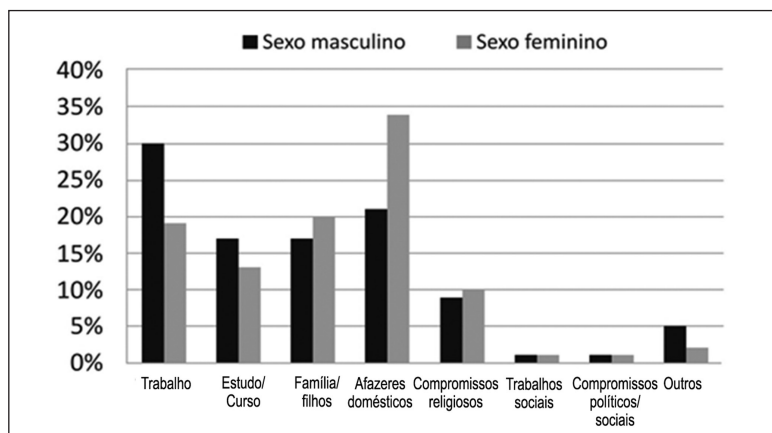
Gráfico 1 – Cruzamento entre atividade obrigatória – espontânea e estimulada



Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Nota: Variação de resultados do cruzamento entre atividade obrigatória de forma espontânea, com 4.400 respostas, e estimulada (cartão/disco), com 5.558 respostas. Os resultados expressos foram baseados na proporção de 100% da frequência de resposta para cada atividade obrigatória, com E=2%.

Gráfico 2 – Cruzamento entre atividade obrigatória (estimulada) e sexo



Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Nota: Variação de resultados do cruzamento entre atividade obrigatória (estimulada) e sexo masculino (2.492 respostas) e feminino (3.073 respostas). Os resultados expressos foram baseados na proporção de 100% da frequência de resposta para cada atividade obrigatória, com E=2,8% para ambos os sexos.

como obrigatórias, como ocorreu em Portugal, onde tanto homens quanto mulheres em proporções diferentes desejavam preencher o tempo disponível com trabalhos domésticos e cuidados da família (4,1% e 9,4% para mulheres e homens respectivamente), trabalho (3,8% e 3%), estudo (2,8% e 4,1%) (PERISTA, 2002). No Brasil, também há vontade de no tempo disponível realizar atividades de qualificação-estudo/curso (4,4% e 5,8%) (O LAZER DO BRASILEIRO, 2014), corroborando dados mostrados por Perista.

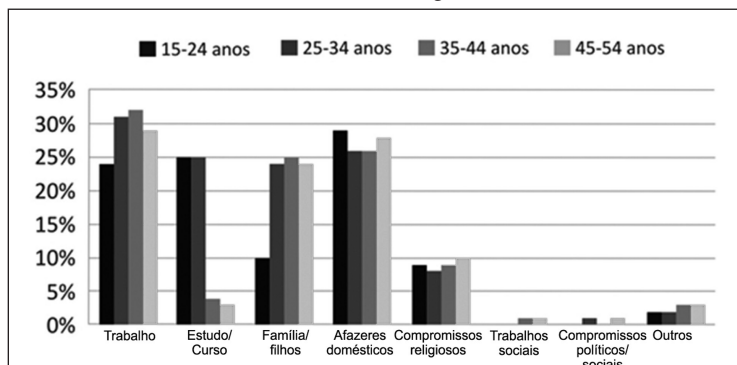
Obrigação (estimulada) e sexo

Após analisar os dados quando feito os cruzamentos de obrigação estimulada com o sexo masculino e o feminino (Gráfico 2), observa-se que os homens têm como principal obrigação o trabalho (30%) e os afazeres domésticos (21%), seguidos de estudos/cursos, família/filhos (17%), compromissos religiosos (9%); trabalhos sociais e compromissos políticos/sociais (1%); enquanto as mulheres possuem como principal obrigação os afazeres domésticos (34%); família/filhos (20%); trabalho (19%); compromissos religiosos (10%); trabalhos sociais e compromissos políticos/sociais (1%). Quando analisada a relação de respostas para a temática deste estudo, observa-se que as mulheres dedicam maior parte do tempo disponível com família e filhos (20%), compromissos religiosos (10%). Para os resultados encontrados com relação à família/filhos, podemos inferir que esse achado vai de encontro aos resultados publicados pelo IBGE (COMO O BRASILEIRO..., 2013) e por Perista (2002, 2010), pois mesmo as mulheres adentrando mais no mercado de trabalho, além de se comprometerem muito mais que os homens com os afazeres domésticos, são as principais responsáveis na prestação de cuidados à família/filhos, bem como aos cuidados com familiares deficientes e/ou doentes (PERISTA, 2002, 2010). Observou-se que não houve diferença ao se comparar mulheres e homens quando analisados os compromissos políticos/sociais (1%).

Obrigação (estimulada) e faixa etária

Quando analisados os dados dos cruzamentos obrigação (estimulada) com faixa etária (Gráfico 3), para o que diz respeito à relação com a família/filhos, apresentam-se resultados diferenciados para as idades: para a faixa etária de 15-24 anos (10%), 25-34 anos (24%), 35-44 anos

Gráfico 3 – Cruzamento entre atividade obrigatória (estimulada) e faixa etária

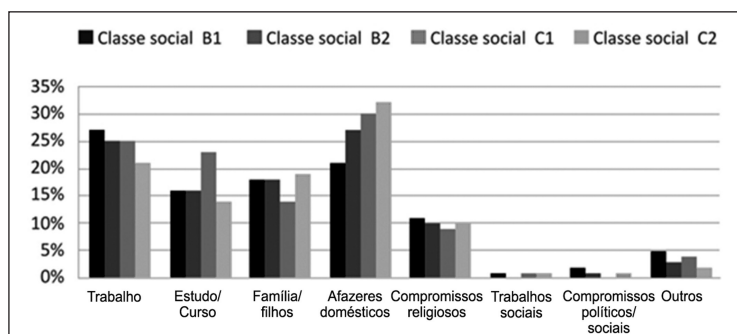


Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Nota: Variação de resultados do cruzamento entre atividade obrigatória (estimulada) e faixa etária 15-24 anos (1.081 respostas); faixa etária 25-34 anos (1.177 respostas); faixa etária 35-44 anos (942 respostas) e faixa etária 45-54 anos (758 respostas). Os resultados expressos foram baseados na proporção de 100% da frequência de resposta para cada atividade obrigatória e E=4,5% para faixa etária 15-24 anos, E=4,6% para faixa etária 25-34 anos, E=5,1% faixa etária 35-44 anos, E=5,7% para faixa etária 45-54 anos.

Gráfico 4 – Cruzamento atividade obrigatória (estimulada) e classe social



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Nota: Variação de resultados do cruzamento entre atividade obrigatória (estimulada) e classe social. Os resultados expressos foram baseados na proporção de 100% da frequência de resposta para cada atividade obrigatória, com E=5,9% para 692 respostas da classe social B1; E=4,2% para 1.286 respostas da classe social B2; E=3,2% para 1.509 respostas da classe social C1 e de E=4,3% para 1.163 respostas da classe social C2.

(25%), e 45-54 anos (24%). Podemos considerar que indivíduos na faixa etária de 35-44 anos tendem a dedicar mais tempo à família/filhos, por ser um período de consolidação familiar e que, embora haja mais compromisso com trabalho, há um menor investimento em estudo/cursos.

Já para os compromissos religiosos, observa-se uma tendência de maior participação na faixa etária de 45-54, enquanto os compromissos políticos/sociais correspondem (1%) para a faixa etária de 25-34 e uma tendência (1%) para faixa etária de 45-54 anos.

Obrigações (estimuladas) e classe social

Quando analisados os dados dos cruzamentos obrigação (estimulada) com classe social (Gráfico 4), observaram-se separadamente as classes sociais B1 (com 692 respostas, E=5,9%); a classe social B2 (com 1.286 respostas, E=4,2%); a classe social C1 (com 1.509 respostas E=3,8%) e a classe social C2 (com 1.163 respostas E=4,3%) para os dados gerais apresentados. Constata-se que a classe B1 tem como principal atividade o trabalho, (correspondendo a 27% das respostas), já as classes B2, C1 e C2 têm como principal atividade os afazeres domésticos (correspondendo 27%, 30% e 32%, respectivamente, das respostas). Quando observados os resultados relacionados com a temática deste trabalho, percebe-se que a classe social C2 (19%) dedica maior tempo para família/filhos e afazeres domésticos, isso ocorre possivelmente em virtude da menor qualificação, o que implica maior tempo dentro de casa. A classe social B1 (11%), seguida das classes sociais B2 (10%) e C2 (10%), apresenta maior percentual de atividades relacionadas com compromissos religiosos, já quando observados os compromissos políticos/sociais a classe social B1 apresenta maior envolvimento.

Obrigações (estimuladas) e religião

Os dados encontrados do cruzamento de atividade obrigatória (estimulada) e religião (Tabela 1) apresentam um domínio da religião católica às demais religiões relacionadas. Quando analisados em relação à temática de estudo deste trabalho, encontrou-se que os adeptos da religião evangélica pentecostal dispõem de 3% do seu tempo para realizar atividades com a família/filhos, 6% para realizar atividades relacionadas ao compromisso religioso, percentual este que é superior ao da religião católica, ou seja, os evangélicos pentecostais utilizam mais tempo com

compromissos religiosos. Sendo assim, podemos considerar que possivelmente a religião evangélica pentecostal tem proporcionado aos jovens, por exemplo, mais vivência nos ritos e/ou culto, que envolvem atividades de lazer, o que possivelmente colaboraria com o aumento de adeptos. Quando se avalia os dados na religião católica, os católicos dedicam 12% do tempo para atividades que envolvem a família/filhos e apenas 3% com compromissos religiosos; já para os compromissos políticos/sociais, apenas adeptos dessa religião, 1% do resultado, foram encontrados.

Tabela 1 – Cruzamento entre atividade obrigatória (estimulada) e religião – (%)

	Evangélica Pentecostal (%)	Evangélica não Pentecostal (%)	Umbanda (%)	Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras (%)	Espírita Kardecista, Espiritualista (%)	Católica (%)	Judaica (%)	Outras religiões (%)	Não tem religião nenhuma (%)	É ateu/não acredita em Deus (%)
Trabalho	4	2	0	0	1	14	0	0	2	2
Estudo/Curso	3	1	0	0	0	9	0	0	2	0
Família, filhos	3	2	0	0	0	12	0	0	1	0
Afazer domésticos	6	2	0	0	1	16	0	0	3	0
Compromissos religiosos	6	1	0	0	0	3	0	0	0	0
Trabalhos sociais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compromissos políticos/ sociais	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Nota: Variação de resultados após cruzamento entre atividade obrigatória (estimulada) e religião (com 5.434 respostas). Os resultados expressos foram baseados na proporção de 100% da frequência de resposta para cada atividade obrigatória, com E=2%.

Conclusão

Este trabalho estudou atividades obrigatórias que afetam o tempo dos sujeitos e, conseqüentemente, interferem no lazer, uma vez que o tempo é um dos aspectos para a sua viabilidade. Os dados revelam que há inúmeras atividades que são realizadas no campo das obrigações e não são reconhecidas como tal. Isso demonstra que há uma dificuldade dos indivíduos em reconhecê-las como atividades obrigatórias.

Também apresentou dados importantes para a compreensão do fazer cotidiano dos brasileiros, possibilitando compreender melhor como as pessoas usam o tempo, o que pode contribuir na elaboração de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida principalmente das mulheres,

já que são predominantes as questões de gênero. Embora também estejam cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, há maior envolvimento das mulheres nas atividades vinculadas a família/filhos, gerando diminuição em seu tempo livre, situação também recorrente em outros países.

Existe um número reduzido de estudos sobre as temáticas compromisso político/social e compromisso religioso. Dados apontados neste capítulo mostram que os indivíduos apresentam pouco ou nenhum envolvimento com ambas as esferas. Vê-se a necessidade de se realizar mais pesquisas, bem como estudos comparativos com outras populações, especialmente da América Latina.

Referências

- AGUIAR, N. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. *Política e Trabalho: revista de ciências sociais*, João Pessoa: UFPB, n. 34, p. 73-106, abr. 2011.
- BLASCOVI-ASSIS, S. M. Lazer para deficientes mentais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lúdico, educação e educação física*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999. p. 101-111.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRUHNS, H. T. Relações entre a educação e o lazer. In: _____. (Org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 33- 50.
- CARMO, G. C. M.; SALOMÃO, A. F. *Lazer e religião: algumas aproximações*. SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 9., 2005. Ponta Grossa: UTFPR, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processos-civilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa_debates/art14.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- COMO O BRASILEIRO usa o seu tempo. *O Globo Economia*. 8 ago. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/pesquisa-uso-do-tempo/>>. Acesso em: 1 jun. 2014.
- CONSTANTINIDIS, T. C. “Cabeça vazia, oficina do diabo”: concepções populares do termo ocupação e terapia ocupacional. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte: ABPS, v. 3, n. 24, p. 691-700, 2012.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- GABRIEL, O. P. B.; MARCELLINO, N. C. Algumas aproximações possíveis entre lazer e religião. *Licere*, Belo Horizonte: UFMG, v. 10, n. 3, p. 1-22, dez. 2007.
- GOMES, C. L. Recreação e lazer: apontamentos históricos no contexto da educação física. In: _____. (Org.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 15-56.

_____. Lazer necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte: ANPEL, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

O LAZER DO BRASILEIRO, 2014. [Pesquisa Mimeografada].

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOBO, F. Lazer, felicidade e desenvolvimento: uma perspectiva latino-americana. In: FORTINI, J. L. M.; GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. (Org.). *Desafios e perspectivas da educação para o lazer*. Belo Horizonte: Editorial SESC/OTIUM, 2011.

MARCELLINO, N. C. *Para tirar os pés do chão: corrida e associativismo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: _____. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 9-30.

PERISTA, H. Gênero e trabalho não pago: o tempo das mulheres e o tempo dos homens. *Análise Social*, v. XXXVII, n. 163, p. 447-474, 2002.

_____. Mulheres, homens e usos do tempo: quinze anos após a Plataforma de Ação de Pequim, onde estamos, em Portugal? *Revista de Estudos Demográficos*, n. 47, p. 47-63, jun. 2010.

PESQUISA NACIONAL por Amostragem Domiciliar, Rio de Janeiro, v. 31, p. 1-135, 2011.

RIBEIRO, O. C. F. *A influência dos agentes sociais nos interesses físico-esportivos do lazer*. 88f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ROMANO, M. C. *Working time and not working time: what relation?* Lisboa: International Association of Time Use Research (IATUR), 2002. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cisep/conferencias/conferencia_20021016/Papers/romano86.PDF>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SANTOS, E. S.; MANDARINO, C. M. Juventude e religião: cenários no âmbito do lazer. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo: PUC, n. 3, p. 161-177, 2005.

SAMPAIO, T. M. V. Tecendo cultura com mediações que unem corpo, saúde e lazer. *Revista Movimento*, Porto Alegre: UFRGS, v. 12, n. 3, p. 73-96, set./dez. 2006.

STEBBINS, R. A. Quando trabalho é essencialmente lazer. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte: ANPEL, v. 1, n. 1, p. 42-56, jan./abr. 2014.

STOPPA, E. A. Associativismo, sociabilidade e lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 119-134.

VESTIBULAR DE INVERNO é opção para alunos ingressarem na faculdade. *Jornal Hoje*, 9 jun. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

O lazer do brasileiro: representações e concretizações nos espaços e equipamentos

Gabriela Varjão Gruber¹
Edmur Antonio Stoppa²

Introdução

A partir da Constituição de 1988 o lazer passa a ser entendido como um direito social de todos os brasileiros, situação também assegurada em praticamente todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios de nosso país. No entanto, uma série de problemas, como a prevalência ainda em nossos dias de uma política de hierarquização de necessidades, a precária difusão e a sistematização de pesquisas e os poucos recursos disponíveis, faz com que a área ainda careça de ações que abranjam de forma efetiva os municípios, os estados e a esfera federal.

A apresentação de novos estudos na área, com a realização de congressos, vem mudando, pouco a pouco, o panorama quanto à pesquisa. O número de grupos de pesquisa sobre a temática vem crescendo muito nos últimos anos, e a organização dos gestores públicos em associações específicas e em fóruns de discussões também vem contribuindo para a troca de experiências e organização do setor. Destaque ainda para a importante contribuição dada pelo governo federal, por meio do Ministério do Esporte, com a realização da Conferência Nacional do Esporte.

1 Bacharel em lazer e turismo na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), bolsista do convênio entre o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/USP) e o Ministério do Esporte na pesquisa *O lazer do brasileiro*.

2 Mestre e doutor em educação física, na área dos estudos do lazer pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), docente do curso de graduação em lazer e turismo e do Programa de Pós-Graduação em Turismo da EACH/USP, e co-líder do GIEL.

Entretanto faltam pesquisas sobre a representação e a concretização do lazer desenvolvido pelos brasileiros.

Nosso objetivo com este projeto foi conhecer de maneira ampla o lazer do brasileiro, no que diz respeito a sua representação e concretização. A finalidade desta pesquisa foi a de orientar ações de políticas públicas e dar novas bases para pesquisas na área.

Neste artigo a discussão apresentará elementos relacionados à temática do espaço, seja ele público ou privado, rural ou urbano, real ou virtual. Portanto os dados apresentados são especificamente relacionados à temática em questão.

Lazer, espaço e equipamentos

O espaço social pode ser entendido como um conjunto de relações que condiciona atributos e define as posições ocupadas pelos indivíduos distribuídos nesses locais (RIBEIRO; LAGO, 2000). Segundo Fernandes (1992), todo sistema de relações se inscreve em um espaço em que se relacionam estreitamente o lugar, o social e o cultural, situação também apontada por Portuguesez (2001), que afirma que espaços, principalmente os de consumo, estabelecem e firmam relações sociais.

No dicionário encontramos as definições de espaço geralmente como sendo relacionados à capacidade de local ou remetendo ao entendimento de lugar, porém Santos (1994), mais que isso, sugere entender o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e de ações indissociáveis uns dos outros.

Assim, não resta mais dúvida de que, quando falamos de espaço de lazer, estamos nos referindo principalmente ao espaço urbano, pois é nele que encontramos o maior contingente populacional e o maior número de equipamentos específicos de lazer que atendam aos diversos interesses culturais da sociedade, assim como os maiores centros educacionais, hospitais, ofertas de emprego, centros culturais, entre outros itens (MARCELLINO, 2008).

No entanto, com o desenvolvimento acelerado das áreas urbanas e a concentração dos espaços de lazer em áreas centrais ou mais valorizadas, grande parte da população vive em áreas mais periféricas dos centros urbanos e, assim, distantes dos principais equipamentos de lazer de uma metrópole, como em São Paulo (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005).

Além disso, ainda prevalece a questão de que as pessoas das classes populares evocam certo “ar de santuário” aos equipamentos específicos de lazer (CAMARGO, 1979), criando a ideia de que espaços como museus, grandes *shopping centers*, teatros e bibliotecas não são para essa parcela da população (MARCELLINO, 2002).

A centralização desses espaços em áreas centrais ou valorizadas, com a sua conseqüente escassez nas regiões periféricas da cidade, levanta a necessidade de se pensar em questões importantes a fim de se minimizar os problemas advindos de tais situações. De acordo com Marcellino (2008), se o espaço de lazer e suas vivências são privilégios de poucos, a sua democratização não pode ficar na dependência da construção de outros equipamentos específicos de lazer, mas na conservação dos espaços de lazer já existentes, bem como sua divulgação, além da revitalização do patrimônio ambiental urbano e a manutenção dos espaços vazios, enquanto espaço de convivencialidade.

Marcellino (2002, p. 25) aponta que “o espaço para o lazer é o espaço urbano” e, considerando uma série de variáveis à sua democratização e com a aceleração tecnológica, o crescimento e o desenvolvimento da cidade acabam evoluindo em desarmonia. Segundo esse autor, o nosso espaço já não é mais o natural, mas social, de natureza política, com reflexos nos espaços e equipamentos de lazer. Da mesma forma que na zona urbana, tais situações também podem ser encontradas, guardadas suas características, na zona rural de nosso país.

Seguindo essa linha de raciocínio, diversos autores na área do lazer apontam que com a crescente valorização do lazer ocorre uma necessidade de disseminação de equipamentos de lazer, o que por si só não é garantia de desenvolvimento de uma ação eficaz, sendo necessário, além disso, a associação com um sistema de animação cultural eficiente, a fim de garantir, além do descanso e divertimento, o desenvolvimento pessoal e social dos participantes por meio da realização das atividades de lazer (MARCELLINO, 2002; DUMAZEDIER, 1980b; MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

Além disso, é de se destacar a importância dos equipamentos não específicos de lazer, que, dentro de uma política na área, devem ser devidamente adaptados para o desenvolvimento de ações específicas em qualquer um dos conteúdos do lazer, além da manutenção e valorização dos espaços vazios da cidade enquanto possibilidade de encontro e convívio humano, bem como revelador de diferenças e conflitos (MARCELLINO, 2001, 2008; BARBUY, 1980; CAMARGO, 1979).

Ao contrário dessa questão, Padovani (2003, p. 17) afirma que “o poder público se exime, cada vez mais, de uma proposta séria no que se refere aos espaços públicos”. Para a autora, esse tipo de preocupação não ocuparia o rol de prioridades dos governos justamente por não ser interessante criar espaços de convivência nos quais os indivíduos possam alcançar a proposta de desenvolvimento integral em seu tempo de lazer, ao contrário da construção de espaços privados para o lazer, que recebe grandes estímulos, o que explica, entre outros fatores, o aumento considerável das propostas dessas construções.

Outra questão importante, que está cada vez mais tomando conta do universo do lazer, é o ciberespaço. A utilização de tecnologia e computadores para a comunicação tornou-se algo comum e de extrema importância. Schwartz e Moreira (2007) dizem até que esses novos meios viabilizam modelos mentais de socialização. Para as autoras, “o ambiente virtual, utilizado no contexto do lazer, também é apontado como uma nova maneira de transmissão cultural, atendendo às expectativas atuais” (idem, p. 159).

A internet surgiu como um facilitador para disseminar informações a militares para agilizar a defesa de ataques nucleares. Até então usado apenas para esse fim, a partir da década de 1990 o ambiente virtual foi divulgado e aberto a civis. Desde então a internet vem facilitando encontros físicos entre pessoas distantes e, mais que isso, fez, e ainda faz, com que esses encontros se tornassem supostamente dispensáveis tendo em vista a evolução das máquinas e a facilidade do acesso aos mais diversos povos.

Não é à toa que hoje existem as famosas redes sociais, entendidas sempre como “um conjunto de atores e suas relações” (RECUERO, 2009, p. 69). Além de ser um dos principais meios de comunicação, a internet possibilita a comunicabilidade em tempo real para uma grande quantidade de pessoas no mesmo instante. Quando relacionamos o uso dessas redes com o lazer, é perceptível a importância desse meio no tempo de lazer e de convívio, substituindo até a interação presencial para grande parte dos brasileiros.

Assim, os desequilíbrios existentes no acesso e na utilização dos diferentes espaços e equipamentos de lazer apontam a necessidade de desenvolvimento de ações específicas na área. E, para que as ações possam ser desenvolvidas a partir dos valores da participação cultural, é fundamental a discussão de como essas políticas de lazer estão sendo desenvolvidas.

Aqui é importante destacar que não estamos falando somente de uma política de atividades, fato mais comumente encontrado em nosso cotidiano, quando as administrações desenvolvem sua ação baseada em um rol de eventos, muitas vezes somente com a intenção de divertir e desviar a atenção das pessoas para outras questões, mas também em relação a uma política de animação sociocultural, ao processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação, à necessidade de uma política de reordenação do solo urbano, bem como de reordenação do tempo e, fundamentalmente, em relação à temática de nosso artigo, à questão da construção e administração de espaços e equipamentos de lazer, sem perder de vista o contexto social em que ela é desenvolvida, o que leva à necessidade de entender as políticas de lazer em estreita relação com as diferentes políticas públicas ligadas à área do social (MARCELLINO, 2001, 2008; REQUIXA, 1980; DUMAZEDIER, 1980b; CAMARGO, 1985).

O lazer do brasileiro: os dados coletados e suas análises

Foram entrevistados 2.400 pessoas nas zonas urbana e rural do país. Na zona urbana o tamanho da amostra foi de 2.121 entrevistados e, destes, 7,3% responderam que praticam o ócio durante a semana (média de 3,8 horas por dia) e 4,7% responderam praticar atividades turísticas (média de 2,6 horas por dia). Um dado que chamou atenção nessa questão foi a porcentagem referente aos que praticam atividades físico-esportivas, uma vez que 24,3% (aproximadamente 16% homens e 8% mulheres) responderam praticá-las em média 2,2 horas por dia. Já o conteúdo artístico foi apontado por 9,7% dos entrevistados, 17,4% apontaram os sociais, 1,7% os manuais e 7,2% apontaram os intelectuais. Além dessas respostas, 94,8% apontaram outras atividades e 2,7% qualificação (cursos e estudos)

É importante lembrar que nesse caso, por ser uma pergunta de múltiplas escolhas, a soma das porcentagens foi maior que 100% e a margem de erro foi de 2,1% para mais ou para menos. O destaque fica por conta da baixa porcentagem relacionada ao objetivo da realização das atividades, uma vez que somente 13,3% das pessoas apontaram ter como objetivo o desenvolvimento pessoal e social, ao contrário do descanso e divertimento, que foram apontados mais comumente como fator da vivência das atividades.

Na zona rural, de 279 entrevistados, 30 respostas indicaram a prática do ócio durante a semana, sendo 8,4% destas com objetivo de divertimento ou descanso (4,2% e 4,2%, respectivamente), e somente 1,7% das respostas indicaram o objetivo do desenvolvimento pessoal ou social. As atividades físico-esportivas na zona rural também se destacaram como uma das mais apontadas pelos entrevistados: durante a semana, 12,8% homens e 6,7% mulheres responderam praticá-las com objetivos de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal/social. Em relação a essa amostra, temos uma margem de erro de 5,9% para mais ou para menos.

Interessante destacar aqui a importância das políticas de lazer (MARCELLINO, 2001, 2008; REQUIXA, 1980; DUMAZEDIER, 1980b; CAMARGO, 1985) enquanto instrumento de desenvolvimento de ações específicas na área para que as ações possam ser realizadas com base nos valores da participação cultural, privilegiando nesse caso o desenvolvimento pessoal e social, a partir de uma política de animação sociocultural.

As atividades realizadas nas zonas urbana e rural mais citadas foram assistir à TV, com 64,75%; navegar na internet, com 20,67%; leitura, com 6,42%; e descansar/dormir, com 5,88%. Interessante notar que a primeira atividade físico-esportiva que aparece na lista de atividade mais realizada foi brincar, com 3,29%, e academia, com 2,50%, em oitavo e nono lugares respectivamente. Tal dado permite apontar que as representações sobre o que as pessoas fazem, tanto no meio rural quanto na zona urbana, condizem com a concretização daquilo que efetivamente fazem. Tal questão já havia sido anteriormente apontada por Marcellino (2001) ao discutir o querer e o fazer do lazer das pessoas.

Em relação ao local em que as atividades são realizadas, a casa foi o principal equipamento não específico de lazer citado em cinco dos seis conteúdos culturais do lazer e também quando as pessoas optam pelo ócio como possibilidade de lazer, com 17,6% das respostas. E exceção nesse dado ficou por conta dos conteúdos sociais, apontados por 5,5% das respostas como sendo realizados em locais públicos.

Na zona rural, as respostas para essa questão seguem a mesma tendência da zona urbana em relação a cinco dos seis conteúdos e do ócio, com 23,6%. A diferença fica em relação ao conteúdo intelectual, que é mais realizado em locais públicos que em casa. Esse dado reforça apontamentos feitos anteriormente por diferentes autores da área do lazer, que mencionam a casa como o principal equipamento utilizado para a

realização das vivências de lazer por parte das pessoas, com a necessidade de desenvolvimento de ações específicas na área, que estimulem as pessoas a conhecer e participar de atividade fora do ambiente doméstico (MARCELLINO, 2008, 2002; CAMARGO, 1985; DUMAZEDIER, 1980a).

Em relação ao uso da internet como opção de lazer no espaço virtual, do total de entrevistados, 1.435 participantes da pesquisa, ou seja, 59,8%, número altamente expressivo, responderam que acessam a internet durante a semana, com uma margem de erro de 2,6% para mais ou para menos. Destes, 7% afirmam que realizam o ócio; 5,1%, o conteúdo turístico; 26,7%, o físico-esportivo; 9,5%, atividades artísticas; 18,5%, o social; 7,4% ,intelectual; e apenas 1,4% apontam realizar atividades manuais.

Com uma margem de erro de 2,6% para mais ou para menos, os espaços e equipamentos utilizados para o acesso à internet durante a semana mais citados foram principalmente a casa, com 52,4%, seguida do trabalho, com 8,2%, e as *lan houses*, com 4,8% das respostas. É importante destacar que, da mostra total da pesquisa, 20,67% dos entrevistados apontam o uso da internet como possibilidade de lazer, segunda atividade mais desenvolvida pelas pessoas durante a semana.

Entre as atividades realizadas no espaço virtual, destaque para as vivências físico-esportivas, com 18,5% da preferência, e 12,6% para as sociais. Destaque “negativo” para a baixa porcentagem relacionada às atividades intelectuais, com 7,1%; as turísticas, com 4,5%, e as manuais, com 1% das respostas.

Nas perguntas relacionadas aos fins de semana, do total de entrevistados, com margem de erro de 2% para mais ou para menos, na zona urbana os destaques foram as vivências relacionadas ao conteúdo social, com 58,1%; os físico-esportivos, com 37,7%; o turístico, com 34,2%; e um pouco mais abaixo o artístico, com 14,2%. Os demais conteúdos aparecem com baixa porcentagem, sendo 1,1% para o interesse manual e 3,5% para o intelectual. Já na zona rural não ocorreu destaque em nenhum dos interesses, com o social obtendo 6,2% das vivências, maior porcentagem entre todos os conteúdos.

Tais questões apontam a necessidade das ações voltarem suas atenções na zona urbana mais detidamente para as possibilidades de lazer em relação aos conteúdos menos desenvolvidos, estimulando sua prática a partir de processos de animação socioculturais. Da mesma forma, essa questão deve ser pensada na zona rural com o estímulo, a informação adequada para a realização de todos os conteúdos de modo que possa

ampliar as possibilidades de lazer para as pessoas nos fins de semana (MARCELLINO, 2002; CAMARGO, 1985; MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

Na zona urbana, com margem de erro de 2,1% para mais ou para menos, os locais utilizados para a realização das diferentes vivências variaram de acordo com os interesses em questão. Para 15,7% dos entrevistados, os conteúdos turísticos são desenvolvidos principalmente em locais públicos; seguidos dos locais privados, com 7,2%; da casa, com 7%; e da rua, com 6,1%. Situação equilibrada também pode ser encontrada com os interesses físico-esportivos, que tiveram 13,1% na rua, 11% em casa, 9,7% em locais públicos e 6,6% em locais privados para essa finalidade. Destaque para as vivências do conteúdo social em locais públicos, com 21,6%; seguidos dos locais privados para essa finalidade, com 13,7%; da casa, com 13,5%; da rua, com 12,1%; de outros locais, com 2,8%; e do trabalho, com 2,1% das respostas. Os conteúdos intelectuais, manuais e artísticos tiveram baixa porcentagem de respostas, não ultrapassando o teto de 5,6% nos diferentes locais.

Na zona rural, com margem de erro de 5,9% para mais ou para menos, destaque para as atividades físico-esportivas realizadas na rua, com 15,6%, e as sociais, com 18% em locais públicos, 14,3% em casa, 10,6% na rua e 10,3% em locais privados para essa finalidade. Os demais conteúdos não tiveram destaque maior em relação às porcentagens apresentadas. Fora das atividades de lazer, a maior porcentagem de respostas ficou na categoria “outros”, com 31% em casa, englobando atividades como afazeres domésticos, ajudar a mãe, arrumar a casa, consertar a casa, cuidar das tarefas dos filhos, entre outras respostas.

Da mesma forma que a discussão anterior, as ações necessárias para a democratização cultural deveriam passar pela análise da situação das questões apontadas anteriormente, de modo que possa ampliar o acesso e as possibilidades de lazer, otimizando o uso dos diferentes espaços e equipamentos na zona urbana e rural.

Sobre a utilização da internet como espaço virtual de lazer, os dados iniciais são semelhantes ao acesso durante a semana. Da mostra total, 1.435 participantes da pesquisa, ou seja, 59,8%, com margem de erro de 2,6% para mais ou para menos, responderam que acessam a internet no fim de semana. No entanto, a realização dos conteúdos sofre alterações nos diferentes conteúdos e em relação ao ócio. As respostas apontam que 3,7% realizam o ócio; 45,4% o conteúdo turístico; 45,6% o físico-esportivo; 17,8% atividades artísticas; 67,3% o social; 4,3% intelectual; e

apenas 0,9% aponta realizar atividades manuais. Além disso, a categoria “Outros” foi citada por 59,1% dos entrevistados. Assim, como nas demais questões, é importante lembrar que, por ser uma pergunta de múltiplas escolhas, a soma das porcentagens foi maior que 100%.

Terceira atividade no fim de semana mais citada na pesquisa, com 11,67%, navegar na internet é uma atividade realizada principalmente em casa, nos diferentes conteúdos do lazer, seguida do trabalho e de *lan houses*. Também aqui o destaque são as atividades turísticas, físico-esportivas e sociais, comparativamente aos demais conteúdos do lazer.

Quando a pesquisa direcionou suas perguntas ao o que as pessoas fazem em suas férias, dos 2.121 entrevistados na zona urbana, 36,3% responderam desenvolver o ócio; 27,9%, o interesse turístico; apenas 3,3%, o físico-esportivo; 2,4%, o social; 0,8% respondeu outros; e 0,1% apontou a qualificação com estudo e cursos. O conteúdo manual teve apenas uma frequência nas respostas, não gerando porcentagem acima de zero nessa pergunta. Já na zona rural, dos 279 entrevistados, os dados apontam que 40,8% desenvolvem o ócio, 20,7% o interesse turístico, 2,1% o físico-esportivo, 1,7% o social, não aparecendo respostas para os conteúdos intelectuais, manuais e artísticos. Destaque negativo na pergunta foi a grande porcentagem relacionada à categoria “Não sabe, não respondeu” com 33,6% das respostas.

Em relação à internet, a prevalência foi de respostas relacionadas ao ócio enquanto possibilidade de lazer, com 37,4%, e o interesse turístico, com 33,1%, seguidos dos interesses físico-esportivo e social, com 3,9% e 3,35, respectivamente. Aqui a categoria “Não sabe, não respondeu” teve 21,1% das respostas. E mais uma vez a casa foi o principal local de acesso, com 53,6% das respostas.

Outra pergunta da pesquisa foi sobre o que as pessoas gostariam de fazer em seu tempo livre. E aqui podemos perceber diferenças entre aquilo que as pessoas fazem durante a semana ou no fim de semana e o que elas gostariam de fazer em seu tempo livre na zona urbana.

A primeira constatação é de que as pessoas gostariam de ficar no ócio muito menos do que efetivamente ficam, pois, se no fim de semana, 3,9% das pessoas ficam no ócio, durante a semana 7,3% optaram por tal situação, e a pergunta aponta que apenas 1,8% gostaria de fato de tal vivência.

Situação semelhante pode ser vista em relação ao conteúdo turístico. Apesar dos números serem próximos entre “o que faz no fim de semana”,

com 38,7%, e “o que gostaria de fazer no tempo livre”, com 43,8%, a pergunta tem resultados bastante diferentes quando relacionada ao “o que faz durante a semana”, com apenas 4,7% das respostas.

Outra constatação pode ser apontada em relação aos conteúdos físico-esportivos. De forma parecida ao ócio, as vivências físico-esportivas têm um querer fazer bem menor, com 23,1% das respostas, do que as relacionadas ao o que efetivamente as pessoas fazem no fim de semana, com 42,6%, e semelhante ao “o que faz durante a semana”, com 24,3%.

Tal descompasso pode estar relacionado ao restrito entendimento do lazer e/ou do ócio em nosso cotidiano, aliado ao fato de algumas vivências de lazer serem pouco oferecidas, dificultando às pessoas a possibilidade de escolha entre as várias opções, ocasionando, conforme Marcellino (2002), a realização das mesmas vivências de lazer no cotidiano.

Diferentemente desses conteúdos, o artístico tem sua realização apontada em valores bem mais altos do que aqueles que são colocados como “o que gostaria de fazer no tempo livre”, uma vez que 5,1% das respostas apontam a necessidade de realização desse tipo de atividade, ao passo que 16% afirmam fazer atividades ligadas a esse campo de interesse no fim de semana e 9,7% durante a semana.

Relação semelhante também pode ser encontrada nos interesses sociais do lazer na relação entre o que faz durante a semana e no fim de semana e o que gostaria de fazer no tempo livre. Nos dois primeiros, os valores são superiores (17,4% e 65,7%, respectivamente) ao o que gostaria de fazer (9,8%), quando perguntado nessa questão.

Aparece como fator para a não realização das atividades a falta de tempo, com 37,8%, em virtude da necessidade de realização de outras atividades, como cuidar dos filhos, o excesso de trabalho, com a necessidade de ter mais de um trabalho, bem como a questão da falta de recursos financeiros para 31,7%. A dificuldade com relação ao local e espaços de lazer foi citada por 9,1% das respostas, aparecendo questões como morar longe do local, falta de transporte, porque frequenta lugares que não têm disponibilidade de equipamentos para as atividades, entre outras questões. A saúde foi outro fator de impedimento da atividade para 3,5%. Outros fatores foram citados por 16,8% das respostas, tais como falta de motivação, não ser sócio do espaço, falta de companhia, porque gosta de ficar em casa, entre outros. Destaque para 7,7% das respostas, que afirmam não querer fazer nada, porque já fazem tudo que gostariam.

Situação semelhante à zona urbana pode ser encontrada na rural quando 2,1% dos entrevistados afirmaram que gostariam de ficar no ócio, número muito inferior ao respondido pelos entrevistados quando perguntados o que faziam durante a semana (11,3%) e o que faziam no fim de semana (8,1%). Destaque maior pode ser encontrado em relação ao conteúdo turístico, quando 50,5% das pessoas afirmaram que gostariam de fazer tais atividades em seu tempo livre, ao passo que somente 1,7% afirmou que desenvolvia tais atividades durante a semana, 29,6% nos fins de semana e 20,7% nas férias.

Os fatores citados como impedimentos para a realização daquilo que gostariam de fazer foram a falta de tempo, com 27,2% (“não coincide com as férias dos pais”, “por causa do trabalho”, “precisa cuidar dos filhos”, entre outros fatores); questões relacionadas aos espaços e locais de realização das atividades, com 12,4% (“mora longe”, “não tem energia elétrica onde mora”, “falta de transporte”, “faltam locais”, “falta um local que seja perto de casa”, entre outros); 5,7% em virtude da saúde, 32,9% por falta de recursos financeiros, 18,9% para outros (“não sou sócio”, “falta motivação”, “não anda de avião”, “os pais só levam para os mesmos lugares”, “gosta de ficar em casa” etc.). Entre os entrevistados, 8,6% responderam que não querem fazer nada, pois fazem tudo que gostariam.

Por fim, na zona urbana, quando perguntados o que gostariam de fazer nas férias, 79,1% responderam que gostariam de realizar atividades relacionadas aos conteúdos turísticos, seguidos dos demais conteúdos com baixa porcentagem de respostas, como os conteúdos sociais, com 3,1%, físico-esportivo com 2,7% e o ócio, com 1,5%. A grande aspiração das pessoas entrevistadas nas cidades estava relacionada aos passeios, viagens, passeios com a família, ir para a praia, entre outras respostas relacionadas a esse interesse. Nessa questão também aparece uma diferença muito grande entre a aspiração e a realização das atividades nos diferentes conteúdos, em especial nos turísticos, uma vez que “somente” 27,9% das pessoas afirmaram realizar atividades nessa categoria.

Outra diferença importante, que pode ser verificada entre o que as pessoas gostariam de fazer nas férias e o que fazem nas férias, diz respeito ao ócio. No primeiro caso, 1,5% disse que gostaria de ficar no ócio durante as férias, enquanto 36,3% afirmaram desenvolver situações nessa categoria durante suas férias.

Entre os motivos que levam as pessoas a não desenvolverem as atividades que gostariam, aparecem questões relacionadas à falta de tempo, com 17,9%; questões relacionadas aos espaços e locais das atividades foram 2%; saúde, com 0,7%; falta de recursos financeiros para 56%; outros fatores para 14,9%; e 4,1% não sabiam/não responderam.

Dados semelhantes foram encontrados na zona rural. Novamente o conteúdo turístico foi o mais citado, com 76,7% das respostas, seguido de não sabe/não respondeu, com 13,9%; outras atividades englobando obrigações cotidianas e atividades relacionadas ao ambiente doméstico, com 2,5%; dos interesses sociais, com 2,1%; o ócio, com 1,7%; o conteúdo físico-esportivo, com 1,4%; e o interesse artístico, com 0,7%. As diferenças entre o que gostaria e o que faz nas férias mais uma vez aparecem nas respostas, uma vez que ou as pessoas fazem muito mais do que gostariam, caso do ócio, com 40,8% de realização nas férias, ou faz muito menos do que gostariam, caso do interesse turístico, com “apenas” 20,7% nesse período.

Os dados que mostram os impedimentos para a não realização das atividades são muito próximos aos da zona urbana. Questões relacionadas à falta de tempo aparecem em 16,8% das respostas; situações voltadas aos espaços e locais das atividades foram 2,1%; saúde com 0,7%; falta de recursos financeiros foram 53,7%; outros fatores para 17,9%; e 3,2% não sabiam/não responderam.

Considerações finais

Os dados apresentados na pesquisa *O lazer do brasileiro*, em suas relações com os espaços e equipamentos, apontam a necessidade de ações específicas na área voltarem suas atenções mais detidamente para as possibilidades de lazer em relação aos conteúdos menos desenvolvidos, estimulando sua prática a partir de processos de animação sociocultural, sem deixar de lado o estímulo, a iniciação e a orientação adequada dos conteúdos historicamente desenvolvidos nas diferentes localidades das zonas urbana e rural de nosso país, de modo que possa ampliar as possibilidades de lazer para as pessoas em seu cotidiano.

Os desequilíbrios existentes entre as representações e concretizações do lazer do brasileiro devem ser objeto de desenvolvimento de medidas específicas na área que tenham como meta discutir e implementar ações na área do lazer, relacionadas aos diferentes elementos de uma política de

lazer, tais como a construção e administração de espaços e equipamentos que facilitem, entre outras questões, o acesso a esses locais, o desenvolvimento de uma política de animação sociocultural, com uma política de atividades que tenham como objetivo atender a determinadas aspirações não concretizadas das pessoas durante o seu tempo disponível, de forma articulada com outras políticas públicas ligadas à área social, como as políticas de transportes, saúde, habitação, educação, entre outras.

Referências

- BARBUY, S. *O espaço do encontro humano*. São Paulo: ECE, 1980.
- BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Org.). *Retrato da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.
- CAMARGO, L. O. L. Recreação pública. *Cadernos de Lazer*, São Paulo: SESC, n. 4, p. 29-36, 1979.
- _____. Política de lazer. *Estudos do lazer*, São Paulo: SESC, n. 1, p. 3-7, 1985.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980a.
- _____. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. São Paulo, SESC, 1980b.
- FERNANDES, A. T. Espaço social e suas representações. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Portugal: Imprensa Portuguesa Porto, série I, v. 2, p. 61, 1992. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id25&sum=sim>>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: _____. (Org.). *Lazer e esporte*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 5-29.
- _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. Espaços e equipamentos de lazer. In: _____. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: São Paulo: Editora Alínea, 2008. p. 133-152.
- MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.

PADOVANI, E. G. R. A cidade: o espaço e o tempo de lazer. In: GERARDI, L. H. O. (Org.). *Ambientes: estudos de geografia*. Rio Claro: UNESP; Associação de Geografia Teórica (AGETEO), 2003. p. 171-184.

PORTUGUEZ, A. P. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Roca, 2001.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. *Cadernos Metrópole: desigualdade e governança*. São Paulo: EDUC, n. 4, p. 9-32, 2000. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9300>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHWARTZ, G. M.; MOREIRA, J. C. C. O ambiente virtual e o lazer. In: MARCELLINO, N. C. *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 149-170.

O lazer do brasileiro: como é vivenciado o tempo

Mirleide Chaar Bahia¹
Ronivaldo dos Santos Brito²

Este capítulo tem por objetivo abordar as vivências de lazer da população brasileira considerando a categoria “tempo”, valendo-se de uma pesquisa mais ampla intitulada *O lazer do brasileiro*.

A concepção teórica de lazer aqui adotada segue a mesma proposta no projeto-base, na qual lazer é entendido como “cultura³ – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 2011, p. 31).

As vivências de lazer contemporâneas se encontram intimamente dependentes de um tempo “disponível” nas sociedades modernas, portanto se faz necessário compreender a categoria “tempo”, haja vista que historicamente as formas de se perceber o tempo (e também o espaço) variaram de acordo com cada sociedade, ao longo do seu processo civilizador (ELIAS, 1998).

1 Doutora em desenvolvimento socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA).

2 Graduando em Educação Física da UFPA.

3 “Conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (MACEDO, 1982, p. 35).

O lazer, na configuração conhecida atualmente, é um fenômeno moderno, que se configura a partir do surgimento da sociedade urbano-industrial. Demarca-se, portanto, que a partir da Revolução Industrial houve a passagem de um tempo antigo, o qual seguia um ritmo baseado nas mudanças ocorridas na natureza (tempo circular e biológico), para um tempo moderno, agora baseado numa lógica padronizada (tempo linear e mecânico).

Antes desse período não havia uma divisão que separasse instâncias tão próximas e inter-relacionadas na vida das pessoas (tempo de lazer, tempo de trabalho e natureza). Como descreve Thompson (1998), entre os primitivos a lógica do tempo ligava-se ao ciclo de trabalho ou a sucessão de tarefas domésticas (hora de plantar, de colher, de pescar, de levar os bois ao pasto etc.).

Boullón (2004) também ilustra essa realidade e descreve que os jogos e as festas, nas comunidades primitivas, não eram organizados em tempos de pouca atividade, quando não se tinha o que fazer, mas, ao contrário, continuavam ligados aos períodos de atividade, de forma que o trabalho era feito permeado a cantorias e os jogos se misturavam às atividades produtivas e às influências do ciclo biológico do tempo, regido pela natureza. Apenas com a inatividade invernal ou as temporadas com chuvas mudavam seus hábitos de permitir os festejos.

no início, nas comunidades primitivas, o jogo uniu-se ao descanso físico e ao mesmo trabalho durante os festejos religiosos e mágicos que a ele se misturavam [...]. Durante muitos séculos, a conduta social foi muito influenciada pelo ciclo dia-noite e pelas mudanças das estações que, com seu ritmo, impunham intenso trabalho nas épocas de plantio e de colheita. Nos tempos remotos, o sol e as longas noites de inverno indicavam períodos de atividade ou passividade [idem, p. 20].

Rybczynski (2000) traz outros registros que revelam que no século XVIII não havia uma divisão que separasse, na vida das pessoas, instâncias tão próximas e inter-relacionadas como lazer-trabalho-meio ambiente. O trabalho, vivenciado em família, nas colheitas dos campos, possuía uma íntima relação com o lazer, pois não havia separação entre os momentos vividos, já que as colheitas eram permeadas por festas, danças, cantos e alegria. O tempo se estabelecia com as estações do ano, com o nascer e o pôr do sol. A vida girava em torno dos sinais demonstrados pela natureza e se estabelecia numa interdependência entre estes.

para o operário do século XVIII, a linha divisória entre trabalho e lazer não era muito distinta. O trabalho estava ligado a um certo prazer e o lazer sempre despertou muito interesse. Além disso, muitas atividades de recreação estavam diretamente ligadas ao local de trabalho, já que as corporações costumavam organizar passeios, tinham seus clubes de canto e bebida e suas tavernas preferidas [idem, p. 99].

Em decorrência das mudanças sociais complexas de uma sociedade urbano-industrial, houve a necessidade de utilização de mecanismos de autorregulação cada vez mais precisos, para medir, controlar e regular o tempo de suas atividades. O tempo passa a ser um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem, o qual se caracteriza como um dos símbolos que os seres humanos passam a apreender e com os quais, a partir da evolução da sociedade, passam a se utilizar como meio de orientação. Para Elias (1998, p. 85), “o tempo físico representa uma ramificação relativamente tardia do tempo social”.

Alguns símbolos foram criados para que houvesse a possibilidade de orientação. De acordo com Elias (idem, p. 84), “O que chamamos tempo nada mais é do que um elemento comum a essa diversidade de processos específicos que os homens procuram marcar com a ajuda de relógios e calendários”. Como um dos mecanismos de medida do tempo, adota-se a utilização do relógio, o qual serve para materializar concretamente uma norma social, uma ação estabelecida no meio ambiente natural e/ou social.

Os relógios e os instrumentos de medição do tempo em geral, sejam eles de fabricação humana ou não, reduzem-se a movimentos mecânicos, de um tipo particular, que os homens colocam a serviço de seus próprios fins [idem, p. 95].

O relógio, para além de apenas mensurar o tempo social, também passa a servir como controlador da vida produtiva, enraizada no capitalismo, caracterizando-se como um tempo demarcado e controlado “pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho, impôs-se uma nova disciplina de tempo” (THOMPSON, 1998, p. 297).

É nesse contexto de evolução do processo civilizador das sociedades que se justifica compreender, na contemporaneidade, como se tem

caracterizado o uso do tempo. Por essa razão, a presente pesquisa se justifica relevante, na medida em que pretende desvelar as formas de vivência do lazer do brasileiro, pela ótica de como é vivenciado o seu tempo disponível, podendo trazer elementos significativos para diagnosticar problemáticas que podem indicar como se configura o tempo de lazer do cidadão brasileiro; qual a realidade do uso do tempo nas zonas urbana e rural; de que forma os brasileiros utilizam o seu tempo e porque nem sempre o tempo é utilizado da forma como gostariam.

Tais mapeamentos podem vir a contribuir para visualizar a representação e a concretização do lazer dos brasileiros, vindo a subsidiar ações governamentais adequadas à essa realidade, com o intuito de minimizar as barreiras existentes à vivência do lazer na sociedade moderna (MARCELLINO, 2008).

Nesse recorte da pesquisa maior foram selecionadas algumas questões direcionadas aos sujeitos entrevistados no projeto: 1) O que faz no tempo livre (fim de semana)?; 2) O que faz no tempo livre (férias)?; 3) O que gostaria de fazer no tempo livre?; 4) Por que não o faz no tempo livre?

Nas perguntas 1, 2 e 3, o entrevistado tinha como opção a escolha de inúmeras atividades dispostas previamente no questionário, que posteriormente foram agrupadas de acordo com os seguintes interesses culturais do lazer (MARCELLINO, 1996): físico-esportivo; social; turístico; intelectual; manual; e artístico.

Na pergunta 4, havia a possibilidade de o entrevistado optar por algumas alternativas que foram agrupadas da seguinte forma: tempo; espaço/local; saúde; dinheiro/recursos financeiros; outros; nada/faz tudo que gostaria; não sabe/não respondeu. Essas opções dão indicativos das impossibilidades e barreiras impostas ao cidadão no que se refere à vivência do lazer.

Cabe ressaltar que, em virtude da quantidade de cruzamentos entre diversas categorias de análise, gerando uma quantidade bastante significativa de informações, neste texto foi necessário realizar opções em relação a algumas destas, tendo sido elencadas, para cada uma das quatro perguntas descritas, as informações referentes ao público geral. A seguir, é possível ver o detalhamento das informações e a análise do que demonstram os dados.

A primeira questão busca saber sobre as vivências de lazer nos fins de semana, demonstrando as escolhas em âmbito geral, de acordo com suas possibilidades e barreiras.

As tabelas trazem detalhamento do percentual de escolha de cada interesse (ou conteúdo) cultural do lazer para o público geral. Esse mesmo procedimento será executado nas demais perguntas.

O que faz no fim de semana?

A partir do século XIX, a forma de vivenciar o lazer tomava novos contornos e adquiria características bem diferentes das que existiam antes; agora havia um tempo especial para dedicar-se ao lazer, além de um lugar especial para desfrutá-lo.

Não era o lazer misturado ao trabalho nem vice-versa. O lazer da classe média, que foi surgindo e influenciou toda a sociedade, tinha algo de novo: um limite de hora e lugar bem marcados, separando diversão e trabalho. Mais do que qualquer outra coisa, esse limite – do qual o fim de semana é exemplo – veio caracterizar o lazer moderno [RYBCZYNSKI, 2000, p. 113].

Desvendar o que as pessoas escolhem para fazer no fim de semana é um indicador importante para conhecer quais são suas escolhas no tempo disponível que dispõem, considerando-se o contexto de vida social atual. Esses dados podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Interesses culturais do lazer encontrados por meio de mapeamento levando em consideração atividades realizadas durante o fim de semana

Interesses do público geral	(%)
Social	64,6
Outros	58,5
Físico-esportivo	42,1
Turístico	14,0
Artístico	15,4
Ócio	4,5
Intelectual	1,7
Manual	1,3
Qualificação/Estudos/Cursos	0,7

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Em um panorama geral do que os brasileiros optam por realizar durante o seu fim de semana, em primeiro lugar, com 64,6%, as atividades de cunho social, como estar em família, sair para almoçar, ir a barzinho,

ir à boate, conversar, ir a eventos, sair à noite, fazer visitas, estar e sair com amigos.

Perceber que as pessoas buscam atividades que propiciem o convívio social faz refletir sobre como existe uma predisposição e necessidade de se ter esse convívio social. O que se tem visto é que no mundo moderno e urbanizado os espaços públicos de convivência social, na maioria das cidades, têm sido diminuídos e, muitas vezes, nem mesmo existem.

Nas grandes cidades atuais sobra pouca ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência, pois da forma pela qual são constituídas e renovadas, o vazio que fica entre o amontoado de coisas é insuficiente para permitir o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos [MARCELLINO et al., 2007, p. 18].

Esse interesse maior pelas atividades de cunho social revelam uma necessidade humana para tal, portanto é preciso pensar em políticas públicas e distribuição de espaços públicos nas cidades que possam proporcionar essa oportunidade de convivência social.

Como reflete Bonalume (2002) e Marcellino et al. (2007), há uma crescente privatização dos espaços públicos de convivência social em favor de espaços privatizados que, na maioria das vezes, privilegiam as classes mais favorecidas. Vários exemplos podem ser apontados: o bairro é substituído pelo condomínio fechado, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento e as ruas pelos *shoppings centers*.

Mesmo saqueada e esvaziada dos valores do encontro humano, a cidade, no entanto, não é eliminada. Ela resiste, à medida que o valor de uso do espaço não é eliminado de vez. E ele reaparece, entre outras possibilidades, nas práticas de lazer, da perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, do encontro e da convivencialidade, do corpo, em contraposição ao lazer mercador – valor de troca –, ou na recuperação da festa, de que nos fala Lefebvre [MARCELLINO et al., 2007, p. 18].

A acessibilidade ao lazer, ao tempo, ao espaço público, ou seja, à própria cidade e a seus equipamentos públicos, não é somente física, pois possui subjetividades e nuances “que ultrapassam o *design* físico de ruas,

praças, parques, largos, *shoppings centers* e prédios públicos” (SERPA, 2009, p. 16).

Essa acessibilidade não se reduz à questão material, mas pressupõe, igualmente, representações sociais e é carregada de simbolismos, com algumas interdições (barreiras físicas, paisagísticas, imagéticas etc.) que dificultam a acessibilidade dos indivíduos ao lazer e ao tempo/espaço (BAHIA, 2012).

As ruas e as calçadas, por exemplo, principais locais públicos de uma cidade, para além de comportar apenas o fluxo de veículos e de pedestres, como representação de passagem e circulação, possuem outros fins e, como defende Jacobs (2000, p. 29), “são seus órgãos mais vitais”. Esses espaços públicos estão carregados de significados, enquanto lugares de vivências e experiências cotidianas das pessoas.

Para a autora, existe uma vida social nas ruas e calçadas, exatamente por serem públicas, já que reúnem pessoas que não se conhecem, no entanto, “aparentemente despreziosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade” (idem, p. 78).

Os espaços públicos, entendidos também como áreas de sociabilidade e lazer, são indispensáveis ao cotidiano das cidades e também podem ser percebidos com dupla função, pois, de acordo com Figueiredo (2008), ao mesmo tempo em que proporcionam lazer aos moradores, podem ser vistos como uma pequena amostra cultural do que determinada sociedade possui, atraindo os visitantes que querem conhecer o que pode ser classificado como típico do lugar.

Na pesquisa também surge outro dado, em que 58,5% dos entrevistados afirmaram realizar outras atividades, como afazeres domésticos, ajudar nos deveres, cuidar dos parentes, fazer compras, lavar o carro, navegar na internet, resolver problemas pessoais e realizar trabalhos sociais.

Esse, talvez, seja um indicativo para se perceber que as pessoas não distinguem muito bem o lazer como um tempo de vivência descompromissada de obrigações e listam algumas obrigações (domésticas, familiares, sociais) como momentos de lazer. Ou, ainda, que seu tempo de lazer se torna cada vez mais diminuído e “estrangulado” diante das demandas de obrigações a serem realizadas na sociedade moderna, fazendo com que não haja muita alternativa senão atender a tais demandas no tempo dito “livre”.

Lembrando Munné (1980), existem quatro tipos fundamentais de tempo social: o tempo psicobiológico (utilizado para suprir as necessidades elementares – sono, alimentação, necessidades fisiológicas, entre outras); o tempo socioeconômico (utilizado para suprir as necessidades econômicas fundamentais – atividades de trabalho, de estudo, afazeres domésticos); o tempo sociocultural (utilizado para suprir a necessidade de sociabilidade dos indivíduos); e o tempo livre (utilizado para suprir as necessidades de liberdade e de própria escolha). Este pode ser utilizado conforme sua consciência de valor sobre seu tempo.

Outro aspecto importante de se conhecer na presente pesquisa é sobre o que as pessoas fazem nas férias e quais são os seus interesses no uso desse tempo “disponível para férias”, o qual foi conquistado, pelas lutas das classes trabalhadoras e atualmente se constitui como um direito trabalhista.

O que faz no tempo livre?

A promulgação do decreto-lei n. 5.452, em 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recebida como um avanço nas relações sociais brasileiras e um passo decisivo para o desenvolvimento econômico, social e humano da classe trabalhadora. Segundo Pinto (2009), a CLT dispôs sobre um período mínimo de descanso para os trabalhadores (art. 66); intervalo para repouso/alimentação no trabalho (art. 71); remuneração para repouso semanal (art. 67 a 69), feriados (art. 70) e férias (art. 129 a 153, grifo nosso).

Como resultado de uma longa batalha social, a conquista de direitos representou o reconhecimento do indivíduo como cidadão. Ao lado dos direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais passam a constar na agenda internacional, sendo considerados uma prerrogativa essencial de respeito à vida e à dignidade humanas (BAHIA, 2012). Entre as conquistas trabalhistas, o tempo de férias se configura como um direito legal adquirido, que deve ser usufruído.

Mas como será que o cidadão brasileiro vivencia esse tempo de férias diante das necessidades humanas e da carga de trabalho cada vez mais aumentada? É o que a Tabela 2 demonstra.

Percebe-se que 36,8% dos entrevistados optaram pelo ócio em seu tempo livre e 29,4% não souberam responder ou não responderam.

Tabela 2– Interesses culturais do lazer encontrados por meio de mapeamento do público geral levando em consideração o que faz nas férias

Interesses do público geral	(%)
Ócio	36,8
Turístico	27,0
Físico-esportivo	3,2
Social	2,3
Manual	0,0
Outros	0,7
Qualificação/Estudos/Cursos	0,2
Não sabem, não responderam	29,4

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Cabe lembrar que a palavra ócio, derivada do latim *otium*, tem como significado o desfrute das horas vagas, do descanso e da tranquilidade, podendo ter como possibilidade o sentido de ocupação prazerosa.

Na Antiga Grécia, trabalho e ócio figuravam como conceitos antagônicos e com valores muito distintos dos que se conhecem hoje. Se, hoje, a temporalidade é o recurso da cisão entre trabalho e “não trabalho”, ali, segundo Aristóteles, o ócio era um estado, ou seja, era uma condição de liberdade relativa à necessidade de trabalhar [AQUINO; MARTINS, 2007, p. 490].

Em uma sociedade enraizada em valores de produtividade, muitas vezes a opção pelo ócio pode representar o esgotamento do indivíduo perante o complexo movimento da sociedade e as exigências cada vez maiores de produtividade, tendo como compreensão a necessidade humana desse tempo para seu usufruto.

Mas também se pode perceber um percentual significativo daqueles que não sabem ou não responderam o que fazem no tempo livre. Existem algumas hipóteses para esse resultado.

Muitas pessoas não compreendem o uso do tempo livre como uma possibilidade de usufruto do seu tempo livre/tempo de lazer ou não priorizam isso em na vida. Esse fato pode ir ao encontro do que Magnani (2003) classifica como baixa “ressonância social do lazer”, de forma que a população, em meio à rotina extenuante de trabalho, não percebe a importância que o lazer tem em sua vida e não o relaciona como um direito básico de felicidade, prazer e realização.

Portanto, a ressonância social do lazer é bastante diferente daquela que trata os outros aspectos da vida cotidiana, ditos como “sérios”. O que demonstra dois fatos interessantes: um, a discriminação ainda latente sobre o tema lazer; e o outro, que as pessoas vivenciam o lazer e este possui importância em sua vida, mas muitas vezes não identificam o que fazem como lazer.

A tentativa de desvendar o que esses indivíduos têm como desejo de vivência em seu tempo de férias pode trazer alguns novos elementos de análise para a pesquisa.

O que gostaria de fazer no tempo livre?

A variação desse tempo na vida dos indivíduos, seja esta maior ou menor, pode organizar-se conforme alguns padrões assimilados na sociedade de como se deve dispor o tempo para as diversas atividades e como os indivíduos utilizam e valorizam o sentido do tempo cotidiano para si.

Saber o que gostariam de fazer no tempo livre pode dar indicativos de desejos e necessidades que existem dentro de si, mas que podem ou não ser concretizados. A Tabela 3 demonstra o que as pessoas indicam como seus desejos.

Tabela 3 – Interesses culturais do lazer encontrados por meio de mapeamento, levando em consideração o que gostaria de fazer no tempo livre

Interesses do público geral	(%)
Ócio	1,5
Turístico	78,8
Físico-esportivo	2,5
Artístico	0,1
Social	3,0
Manual	0,0
Intelectual	0,0
Outros	1,2
Nada/Faz tudo que gostaria	1,2
Qualificação/Estudo/Cursos	0,6
Não sabem, não responderam	10,5

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Verifica-se um percentual de 78,8% de entrevistados com o desejo de vivenciar o conteúdo turístico, ou seja, de viajar, de deslocar-se e conhecer novos lugares, novas culturas.

Segundo Figueiredo (1999), a palavra turismo provém do latim *tornare*, que quer dizer “dar uma volta, voltar ao ponto inicial”. Foi absorvida pelo termo *grand-tour* na língua francesa, que significa as viagens realizadas nos séculos XV, XVI e XVIII pelos filhos dos aristocratas e novos burgueses para completar os estudos.

A partir daí a língua inglesa utilizou o termo para designar as viagens de lazer, para conhecer outros lugares.

a experiência da viagem é importante para o ser humano, pois se configura como um momento sagrado, de transformação, de encontro com o próprio eu, de descoberta da diversidade e da identidade. A viagem é uma necessidade transformadora. Os relatos de viagem e a literatura sobre viagens criam e reforçam a ideia da viagem como ação humana importante para a formação do homem. Leiam-se as aventuras de Marco Polo, os relatos de Humboldt, Charles Darwin, Wallace, Bates, da maior parte dos narradores de viagens, dos cronistas aos cientistas. Viajar é um ato de transformação e de educação. É uma prática densa, uma experiência profunda. A densidade da viagem é demonstrada, por exemplo, no trabalho de James Clifford (2003) que, como viajante, analisa quatro museus da costa noroeste dos Estados Unidos e do Canadá [FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004, p. 179].

Pelo que se percebe, a partir do significativo percentual indicando o turismo ou a viagem como desejos dos brasileiros, qualquer tempo que sobre seria motivo para uma viagem.

Entretanto, considerando-se o quadro social em que se vive atualmente, muitas pessoas se veem obrigadas a vender seu período de férias e realizar novas jornadas de trabalho para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, ou até mesmo em busca de “sonhos de consumo”. Esse é um comportamento que compromete a qualidade de vida das pessoas e a possibilidade de vivências significativas de lazer (WERNECK, 2003).

Atualmente, com o crescimento contingencial do desemprego e/ou do trabalho precarizado, a redução da jornada e o direito ao trabalho voltam ao cenário como principal bandeira social, e com isso o aumento do tempo livre do trabalhador, infelizmente, tem significado, cada vez mais, perdas e achatamentos salariais.

O conflito sobre o tempo, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, tem-se materializado como uma das grandes tensões geradas pela

sociedade capitalista. A questão do tempo de trabalho e sua consequente redução, historicamente, sempre estiveram presentes como uma das reivindicações centrais na luta dos trabalhadores por sua emancipação. Portanto é necessário se pensar em políticas de reordenação do tempo em direção à construção coletiva de políticas de lazer e democratização cultural.

Por que não o faz no tempo livre?

Diante do cenário em que a sociedade se depara, torna-se interessante mapear as razões que fazem com que as pessoas não consigam concretizar seus desejos de escolha do que fazer em seu tempo livre. E a Tabela 4 demonstra esse panorama.

Tabela 4 – Motivos encontrados que justificam o porquê de os entrevistados não fazerem o que gostariam de fazer no tempo livre

Motivos do público geral	(%)
Tempo	17,8
Espaço/Local	2,0
Saúde	0,7
Dinheiro/Recursos Financeiros	55,7
Outros	15,2
Não sabem, não responderam	4,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Em um panorama geral, os brasileiros não fazem o que gostariam de fazer em seu “tempo livre” por falta de dinheiro e também pela falta do próprio tempo. Dessa forma, percebe-se que, ao se vincular o uso do tempo livre e a possibilidade de se vivenciar o lazer, há um forte vínculo com a questão socioeconômica.

A possibilidade de vivência do lazer nem sempre faz parte da vida das pessoas, pois algumas barreiras socioculturais, que podem existir entre as diversas classes sociais (interclasses) ou dentro das próprias classes sociais (intraclasses), mostram-se como fatores limitantes a esse acesso (MARCELLINO, 1987).

Nem todos têm, por exemplo, a possibilidade de acesso ao lazer propriamente dito, aos espaços públicos e aos equipamentos de lazer das cidades, seja por falta de condições econômicas, que limitam o próprio deslocamento para ter acesso a estes, seja por falta de tempo

para vivenciar o lazer, ou ainda por falta de políticas públicas de lazer no intuito de uma democratização cultural.

Dessa forma, é preciso reconhecer que há diferenças socioculturais e econômicas e limites de acessibilidade ao lazer de certos indivíduos e grupos sociais, cabendo ao poder público minimizar tais diferenças e barreiras com o estabelecimento de políticas de lazer capazes de ampliar e diversificar as oportunidades, buscando a democratização do acesso à vivência cultural do lazer.

a “democratização” (direitos sociais ao alcance de todos) implica “inclusão” que requer “equidade”. Essas, por sua vez, implicam “acessibilidade” (vivência concreta das oportunidades disponíveis) dos sujeitos e grupos às oportunidades de lazer [PINTO, 2009, p. 32].

No entanto, geralmente há uma verdadeira metamorfose no entendimento da noção de direito, com o direito de propriedade contraditando com os direitos sociais, com o direito do consumidor sobrepondo-se aos chamados direitos de cidadania. E, nessa lógica, o lazer configura-se como um tipo específico de propriedade, ao qual apenas uma minoria pode ter acesso.

Somente de posse deste “direito”, adquirido numa relação de compra e venda, efetuada no mercado nem sempre de modo direto, que o *cidadão-consumidor*, como proprietário, pode valer-se do direito ao consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante convencionaremos chamar por *mercolazer*, forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria [MASCARENHAS, 2005, p. 105-106, grifo do original].

A cidade contemporânea tem sido lugar de contradições e lutas simbólicas, alicerçadas pelo capitalismo. Nesse cenário, tanto a cidade quanto o lazer acabam virando mercadorias.

O acesso ao lazer – compreendido como direito social básico, ao lado do trabalho, da educação, da saúde, da habitação etc. – pode ser entendido como pressuposto de cidadania e qualidade de vida; e é dever do poder público garantir a execução de políticas que efetivamente consigam cumprir com esse papel.

As desigualdades produzem profundas segregações, abalando as bases estratégicas de vida dos excluídos. Por isso, uma política de

“inclusão com equidade” nos coloca diante do reconhecimento e da valorização das necessidades das pessoas e seu desenvolvimento social e humano, fruto de ações em um conjunto de condições objetivas e subjetivas que proporcionam a qualidade de vida [PINTO, 2009, p. 29].

É necessário que seja priorizado o acesso às políticas públicas de lazer, ou seja, a participação do cidadão em programas, projetos e ações de lazer, no exercício de seus direitos, garantidos pela Constituição de 1988. Para Pinto (idem, p. 36, grifo do original), “na perspectiva da ‘acessibilidade’, o lazer é tempo/espaço/opportunidade de liberdade de escolha, com vistas à vivência diversificada de práticas culturais”.

A questão da acessibilidade às políticas públicas de lazer, portanto, depende de políticas que considerem, como prioridade, o cumprimento dos direitos sociais e o atendimento à inclusão com equidade.

Referências

- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza: UNIFOR, v. 7, n. 2, set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2014.
- BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará*. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BONALUME, C. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A.; DACOSTA, L. P. (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 189-214.
- BOULLÓN, R. C. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista*. Tradução Maria Elena Ortega Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2004.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FIGUEIREDO, S. L. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: _____. (Org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1999. p. 75-126.
- _____. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: _____. (Org.). *Turismo, lazer, planejamento urbano e regional*. Belém: UFPA; NAEA, 2008. p. 79-92.
- _____.; RUSCHMANN, D. V. M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, Belém: UFPA, v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/40/34>>. Acesso em: 12 nov. 2012.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MACEDO, C. C. Algumas observações sobre a cultura do povo. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J. (Org.). *A cultura do povo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1982.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. *Lazer e humanização*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- _____. *Pedagogia da animação*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, É. A. O. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: OPUS, 2007.
- MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. 308f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- MUNNÉ, F. *Psicosociologia del tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trilhas, 1980.
- PINTO, L. M. S. M. *Políticas participativas de lazer*. Belo Horizonte, 2009. Mimeografado.
- RYBCZYNSKI, W. *Esperando o fim de semana*. Tradução Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SERPA, Â. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304
- WERNECK, C. L. G. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. 322f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

O lazer do brasileiro com deficiência: entre o sonho e a realidade

Liana Romera¹
Liana Poubel²

Pensar o lazer do brasileiro reportando-se ao seu imaginário, àquilo que faz e o que gostaria de fazer no tempo disponível, nos fins de semana e nas férias, descortinando a compreensão que constrói sobre esse tempo social, o que sonha e o que realiza representaram as molas propulsoras do presente estudo.

Neste capítulo, em especial, tem destaque o grupo social representado pelas pessoas com deficiência que, por razões múltiplas que serão aqui discutidas, enfrentam maiores dificuldades de acesso aos espaços públicos e privados de lazer. Nesse sentido, a proposta deste texto é discutir o lazer das pessoas com deficiência e não a deficiência das pessoas, ressaltando algumas das barreiras por elas encontradas.

A conjunção de lutas pelos direitos humanos tem dado destaque à temática da deficiência nas últimas décadas, especialmente a partir da promulgação de leis que visam facilitar o acesso dos deficientes aos diferentes espaços urbanos, garantindo direitos humanos e dignidade a uma parcela da população que historicamente pouco acesso tem aos bens culturais e sociais.

1 Licenciada em pedagogia e educação física, tem especialização em estudos do lazer, mestrado e doutorado em educação física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado em estudos do ócio pela Universidade de Deusto, Espanha. Atualmente é docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) na graduação e mestrado. Coordena o Grupo de Pesquisa Andaluz/CNPq com estudos sobre lazer, juventude e uso de drogas.

2 Licenciada em educação física pela UFES. Integrante do Grupo de Pesquisa Andaluz/CNPq com estudos sobre lazer, juventude e uso de drogas.

A Constituição Federal de 1988, o Plano Decenal para a Educação para Todos, de 1993, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e mais especificamente a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007) são alguns documentos oficiais representativos de buscas por melhorias e visibilidade dessa parcela da população.

Além desses, o decreto federal n. 3.298/1999 trata da política nacional de integração, e o n. 5.296/2004 refere-se a normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A partir das discussões internacionais sobre direitos humanos, teve origem na Organização das Nações Unidas (ONU) a primeira convenção internacional do novo milênio, da qual o Brasil participou ativamente no processo de construção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada no ano de 2007.

O importante documento sinaliza garantias de direitos da pessoa com deficiência não somente no que tange à educação e trabalho, uma vez que se faz também extensivo a outros direitos, entre os quais tem destaque a acessibilidade, bem como o acesso à informação e aos bens culturais, esporte e lazer, por estarem mais diretamente relacionados à temática aqui propostas.

Com relação à acessibilidade, um dos principais obstáculos para a participação no lazer das pessoas com deficiência, o artigo 9º do referido documento assim expõe:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes³ tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a

3 A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que garantem monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado, foram assinados, sem reservas, em 30 de março de 2007, em um gesto de total compromisso do governo brasileiro e mais 192 países-membros da ONU, cujos signatários são chamados de Estados-partes.

identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros: a. Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e locais de trabalho; b. Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência; 2. Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para: a. Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público; b. Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência; c. Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam; d. Dotar os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público de sinalização em Braille e em formatos de fácil leitura e compreensão; e. Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e estruturas do corpo como desvio importante ou perda.

O documento tem por objetivo assegurar o direito à cidade, à mobilidade urbana, bem como o acesso seguro e sem constrangimentos aos espaços públicos e privados, garantindo dignidade e minimizando barreiras externas.

Nos últimos anos também ocorreram modificações na forma de tratamento dessas pessoas. Estudiosos do campo buscam os melhores modos para referirem-se a esse público específico e apresentam distintas concepções para as pessoas com deficiência, entre as quais: pessoas portadoras de necessidades especiais, deficientes físicos, pessoa portadora de deficiência, pessoas com necessidades especiais, enfim, a partir de distintas denominações reportam-se ao mesmo grupo, que neste capítulo será mencionado como pessoas com deficiências. Para tal, valemo-nos do conceito de deficiência apresentado no documento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência por entendê-lo o mais abrangente:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua

participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas [BRASIL, 2007, p. 16].

No referido documento está reconhecido ainda o dinamismo que permeia tal conceito e seu caráter de transitoriedade:

é um conceito em evolução e a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [idem, p. 14].

Entendemos a abrangência do conceito apresentado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência não somente por acolher todas as formas de deficiência indistintamente, mas também porque destaca, entre as barreiras enfrentadas por esse grupo, duas importantes instâncias, o ambiente e as atitudes, deixando transparecer as dificuldades que se apresentam para além das limitações arquitetônicas dos espaços e equipamentos urbanos ou rurais.

Marcellino (2003) menciona algumas barreiras para o acesso ao lazer às quais denomina de “todo inibidor”, formado por inúmeros elementos que minimizam as possibilidades de acesso e vivência, de modo geral representados por fator econômico, sexo, idade e educacional. De acordo com o autor, mulheres, crianças e idosos representam os personagens com maior dificuldade para vivenciar situações de lazer, especialmente se estas acontecerem fora do espaço doméstico.

À lista dos sujeitos com maiores dificuldades de vivências de lazer apresentadas pelo destacado sociólogo podemos acrescentar as pessoas com deficiências e, ao rol de fatores que inibem tais vivências, três modalidades de barreiras inibidoras especialmente enfrentadas: barreiras arquitetônicas, sociais e de informação.

As barreiras arquitetônicas estão relacionadas à mobilidade urbana motivadas pelo não cumprimento às regras de acessibilidade que deveriam figurar nos distintos espaços e equipamentos de lazer.

De acordo com Blascovi-Assis (2003), as barreiras sociais são muitas vezes mais difíceis de serem transpostas que as físicas, os preconceitos e padrões estabelecidos pela sociedade para conviver com as diferenças acabam obrigando parte dos deficientes ao isolamento social forçado. Carvalho (2006), que denomina essas dificuldades de barreiras atitudinais, destaca que elas se tornam, muitas vezes, mais difíceis de serem

transpostas, pois dependem de mudança de atitudes e comportamentos da sociedade. Tais mudanças, mais complexas, sugerem ações no âmbito da educação em um esforço conjunto entre escola, família e sociedade, visando à diminuição dos preconceitos que marcaram a história das pessoas com deficiência e que por muito tempo forçaram esse grupo social à total reclusão⁴, dificultando o acesso às oportunidades de vida em sociedade.

Nesse sentido, Blascovi-Assis (2001, p. 102) destaca diferenças entre integração social e a simples inserção das pessoas com deficiências nos ambientes públicos como elementos que dificultam a vida em sociedade das pessoas com deficiência.

Hoje, os estudos mostram que a integração é algo bem maior do que simplesmente a ocupação do mesmo espaço, sendo necessário que este processo seja cuidadosamente observado, uma vez que a não interação da criança deficiente mental com a criança “normal” pode gerar ansiedades e frustrações à primeira. Portanto, a simples inserção destas pessoas em locais públicos não garante que haja uma interação positiva e benéfica e muito menos uma integração social [idem, ibidem].

Para além das barreiras arquitetônicas, já reconhecidamente discutidas como sendo rampas de acesso, elevadores, corrimão, entre inúmeros outros meios de acesso físico, as barreiras sociais, que se referem aos estigmas e preconceitos sofridos pelas pessoas com necessidades especiais, faz-se também necessária a adequação de recursos audiovisuais, braile e outros mecanismos que oportunizem o acesso à informação e cultura, conforme preconizado no artigo 21 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007, p. 27) referente à liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, conforme o disposto

⁴ Na história da humanidade, há relatos de exclusão das pessoas com deficiência e o não reconhecimento de seus direitos como cidadão, conforme verificado em Carmo (1988), Pessoti (1984), Blascovi-Assis (2001), entre outros.

no artigo 2º da presente Convenção, entre as quais: a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência todas as informações destinadas ao público em geral em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência; b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência; c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência; d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência; e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais.

Se a acessibilidade urbana é importante para diminuir os fatores de exclusão dessa população, a atenção às diferentes formas de acesso à informação, como placas indicativas em braille, linguagem de sinais, orientações sonoras, também representam fatores essenciais para o exercício inclusivo nos espaços e equipamentos de lazer.

As dificuldades compostas dessas três barreiras inibidoras do acesso ao lazer, bem como a capacitação do profissional do lazer para o atendimento do referido público nos espaços de lazer, representam fatores que restringem os acessos ao lazer dessa camada da população e demandam políticas públicas focais.

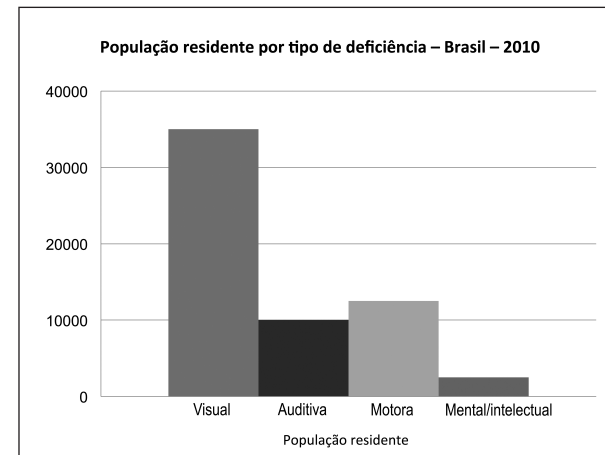
Pesquisas que abordem o lazer das pessoas portadoras de deficiência no Brasil são ainda pouco comuns, sinalizando a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre tal relação. De modo geral, pesquisas envolvendo essa população estão mais voltadas às questões referentes à inclusão no universo escolar e no mercado de trabalho, sinalizando ainda um olhar funcionalista que rege a sociedade. É reforçada ainda a percepção de uma preocupação pela inclusão profissional em detrimento da social da pessoa portadora de deficiência física, conforme afirmam França, Pagliuca e Baptista (2008, p. 113): “a inclusão social é entendida, tanto pela sociedade plural como pelo segmento das pessoas com deficiência, como inclusão no trabalho”.

Análise e discussão dos dados

Como antes anunciado, optamos por tratar neste capítulo do lazer das pessoas com deficiência e não de suas deficiências, assim discutiremos aqui algumas questões por elas levantadas sobre sua relação com esse tempo e espaço. As variáveis aqui destacadas são: 1) significados do lazer para a vida da pessoa com deficiência; 2) o que fazem durante o tempo disponível durante a semana; 3) o que gostariam de fazer nas férias/tempo livre; 4) motivos que as impedem de fazer o que gostariam nas férias/tempo livre.

Trata-se de um universo de pessoas bastante considerável, pois, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, cerca de 45,6 milhões de pessoas se declararam portadoras de alguma deficiência. Esse número corresponde a 23,9% da população brasileira (GARCIA, 2012). Vejamos no Gráfico 1 os tipos de deficiência declarados no Censo 2010.

Gráfico 1 – Tipos de deficiências



Fonte: Garcia (2012).
Elaboração das autoras.

Ainda de acordo com o IBGE, algumas pessoas declararam possuir mais de um tipo de deficiência. Por isso, quando somadas as ocorrências de deficiências, o número é maior que 45,6 milhões, que representa o número de pessoas, não o de ocorrências de deficiência.

De modo geral, as pessoas com deficiência participantes da pesquisa, uma amostra representativa, entendem o lazer como fonte propiciadora de divertimento, 68,3%, e descanso, 23,3%, representando o descansar e divertir-se como principais entendimentos de lazer, totalizando 91,6% das respostas obtidas.

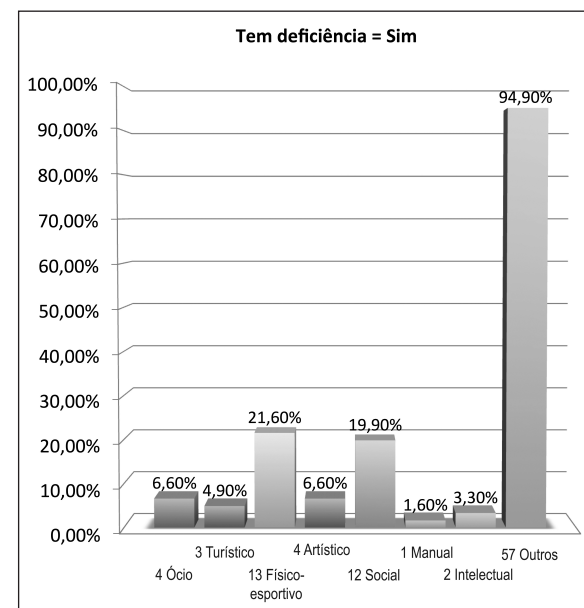
De acordo com Dumazedier (1964), o lazer é caracterizado pelo descanso, divertimento e desenvolvimento, duas das funções das quais os entrevistados concordam ser ingredientes propiciadores de prazer. Essa teoria apresentada pelo sociólogo francês na década de 1960 foi bastante importante em dado momento histórico, principalmente no Brasil, quando do início dos estudos da temática, no entanto passou a sofrer críticas referentes ao caráter compensatório que permeia tal concepção. Tal crítica é dirigida mais enfaticamente ao terceiro “D”, referente ao desenvolvimento, pois revela certa contradição às características inerentes ao lazer. Por tratar-se de busca de prazer e relaxamento, não teria que haver tal necessidade de desenvolver-se, pois isso poderia, em certa medida, mascarar outros interesses que não aquele do próprio lazer.

Com relação às atividades desenvolvidas no tempo disponível durante os dias da semana, os entrevistados sugeriram alguns interesses culturais do lazer, conforme demonstrado no Gráfico 2, cuja pergunta também dava ao entrevistado a possibilidade de escolher mais de uma atividade.

Como se dá o uso do tempo disponível durante os dias da semana? Esse tempo foi apontado por 94,9% dos entrevistados no item “outros”, representado por inúmeras situações da vida diária que ficaram agrupadas em três categorias distintas: a primeira relacionada ao cuidar de si e dos outros, compreendendo ajudar nos afazeres domésticos e ajudar pessoas da família, como filhos, netos, sobrinhos, pais.

O segundo grupo está relacionado aos serviços humanitários, como aulas de catequese, evangelização, serviços voluntários e trabalhos comunitários. Os dois primeiros usos do tempo disponível durante a semana apontados pelos entrevistados aproximam-se da categorização desenvolvida por Stebbins (1992), denominada pelo autor de lazer sério. De acordo com o sociólogo canadense, o lazer sério é compreendido por atividades desenvolvidas pelos amadores, pessoas que cultivam um *hobby* e as atividades de voluntariado. Os amadores estão ligados a vivências relacionadas às artes, ciências, esportes e entretenimento. Os *hobbys*

Gráfico 2 – O que as pessoas com deficiência gostam de fazer durante a semana



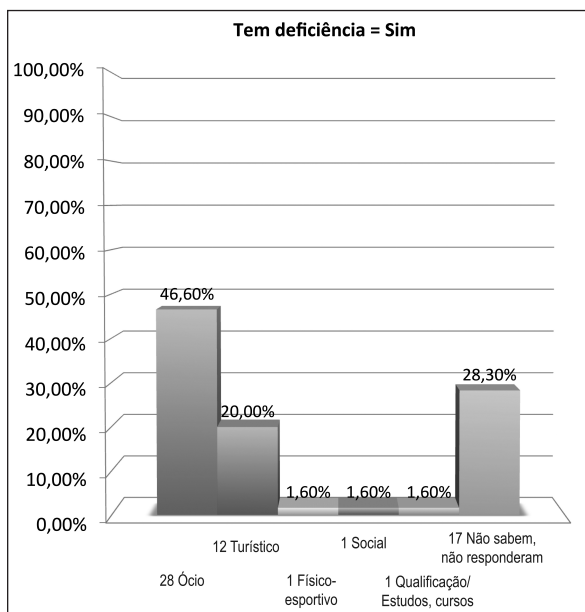
Fonte: Garcia (2012).
Elaboração das autoras.

são marcados pelos colecionismos em geral e o terceiro grupo relacionado ao trabalho voluntário e humanitário.

O terceiro grupo de empregos do tempo disponível durante os dias da semana, apontado pelos entrevistados, refere-se ao uso das mídias: assistir televisão (programas esportivos, filmes, novelas) falar ao telefone, usar o computador, navegar nas redes sociais.

Importante observar que o expressivo número de entrevistados prefere desenvolver as atividades do tempo livre no ambiente doméstico ou, no caso do segundo grupo, em ambiente conhecido, com o qual esteja familiarizado. Acreditamos que essa escolha pode estar ainda relacionada a uma forma de proteção às barreiras sociais caracterizadas por atitudes que envolvem preconceitos e estigmas. De acordo com Blascovi-Assis (2001), as barreiras sociais são caracterizadas por formas de tratamento marcadas pelos preconceitos, fazendo com que as pessoas com deficiência prefiram vivenciar o tempo livre em ambiente doméstico, ou seja, reclusas no próprio lar.

Gráfico 3 – O que faz durante o período de férias?



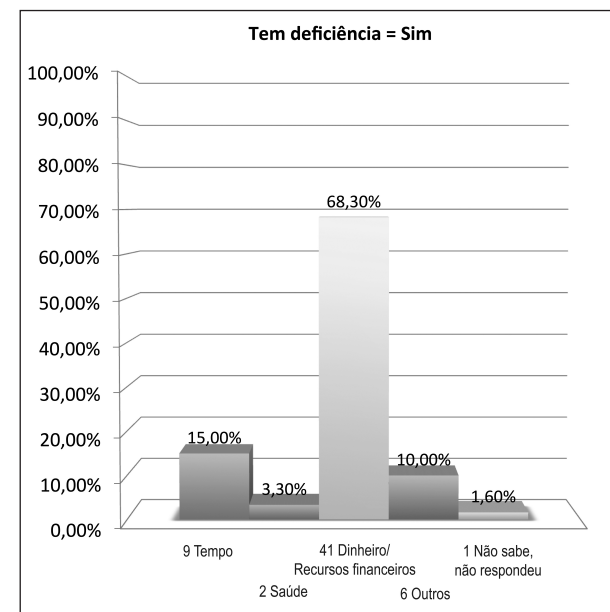
Fonte: Garcia (2012).
Elaboração das autoras.

Quando questionados sobre o que fazem durante as férias, 46,6% dos entrevistados optaram por mencionar o termo ócio, que, segundo eles, está relacionado a ficar em casa, descansar/dormir, ficar sozinho, não fazer nada, tomar sol. Novamente aqui as ações domésticas que evitam a necessidade de exposição são observadas de forma expressiva, conforme Gráfico 3.

Nesse mesmo sentido, Chicon, Mendes e Sá (2013) pesquisaram a relação das crianças com deficiência no âmbito escolar durante as aulas de educação física e destacam:

a escola, no processo de inclusão, pode estar formando os alunos para perpetuarem/reproduzirem atitudes de segregação de alunos com NEEs (necessidades especiais) por deficiência, tornando natural a não participação deles nas atividades escolares e sociais, mantendo, por dentro do processo de inclusão, a exclusão. Ou seja, não contribuindo para transformar o quadro de segregação e discriminação existente antes do movimento de inclusão.

Gráfico 4 – Justificativas para não realizar o que deseja



Fonte: Garcia (2012).
Elaboração das autoras.

Quando a referência ao lazer está relacionada ao que as pessoas gostariam de fazer durante o tempo das férias, 80% dos entrevistados declararam vontade de viajar, desejo também apontado pelos demais entrevistados não deficientes.

Porém, entre as justificativas para não fazer o que gostariam, os entrevistados apontaram falta de tempo, 15%; problemas com saúde, 3,3%; questões financeiras, 68,3%; além de outros fatores que envolvem, segundo eles, a falta de motivação, com oportunidades e companhia e representando 10% das respostas (Gráfico 4).

As questões financeiras representam um forte argumento para a não participação nas modalidades de lazer desejada, ou seja, o turismo.

Estudos do IBGE, o Censo 2010, apontam que, entre os brasileiros acima de 10 anos com deficiência e engajados no mercado de trabalho, 46,4% ganham, no máximo, um salário mínimo. Se, por um lado, os baixos salários estão relacionados ao nível escolar, as possibilidades de viagens estão atreladas ao poder econômico desse público, impossibilitando a realização da vivência daquilo que desejariam fazer em suas férias.

Carmo (2002, p. 12) também defende o acesso das pessoas com deficiência aos bens culturais e assim provoca:

independente do indivíduo ser paraplégico, hemiplégico, deficiente mental ou visual, não podemos negar-lhe a possibilidade de acesso ao conhecimento e às riquezas da humanidade que ele, de alguma forma, também ajudou a produzir, e que, por questões de poder e dominação, não tenha tido acesso.

Nesse sentido, observa-se a complexidade que permeia a questão da vivência do lazer por parte desse grupo, que em muitos casos vai ultrapassar os limites do vencimento das barreiras anteriormente discutidas.

Considerações finais

Embora as últimas décadas apontem avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e vários esforços tenham sido envidados no intuito de garanti-los, objetivando assim maior participação social, a inserção desse grupo no âmbito do lazer ainda não está totalmente garantida.

Se considerarmos os fatores extrínsecos motivadores ou cerceadores do lazer da pessoa com deficiência, podemos observar barreiras pragmáticas e atitudinais, representadas não somente pela falta de estrutura física e arquitetônica, mas também pelo preconceito, estigma, reflexos ainda da desinformação.

A conjunção desses elementos irá impactar em fatores intrínsecos de demandas pelo lazer, provocando um exercício de reclusão doméstica dessa parcela da população.

Possivelmente as dificuldades para vencer as barreiras sociais impostas por atitudes sejam mais difíceis de serem removidas que aquelas encontradas na forma de barreiras arquitetônicas. Tal observação faz supor a necessidade de uma educação para as diversidades, bem como melhor preparo dos profissionais do lazer para o atendimento dos diversos públicos.

Se muito vale o já feito, ainda há muito por fazer para que as barreiras arquitetônicas, sociais e da informação, aqui apontadas, possam ser transpostas oportunizando às pessoas com deficiência a vivência do lazer de forma mais livre, autônoma e distanciada dos estigmas e preconceitos que ainda animam parte da sociedade.

Referências

BLASCOVI-ASSIS, S. M. *Lazer e deficiência mental: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. Lazer para deficientes mentais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lúdico, educação e educação física*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 101-111.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)*. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismosde-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-deapoio-do-minc-apoio-a-projetos/>>. Acesso em: 17 out. 2007.

_____. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Ação Social. *Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: CORDE, 1997.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis n. 10.148, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

_____. *Convenção sobre direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais: protocolo facultativo sobre a convenção sobre direitos das pessoas com deficiências*. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

CARMO, A. A. *Deficiência física: a sociedade cria, recupera e discrimina*. Brasília, DF: MEC; Secretaria de Desportes, 1988.

_____. Inclusão escolar e a educação física: que movimentos são estes? *Revista Integração*, Brasília, SEE; MEC, n. 14, p. 6-13, mar. 2002. Edição Especial: Educação Física Adaptada.

CARVALHO, R. E. *Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CHICON, F. F.; MENDES, K. A. M. O.; SÁ, M. G. C. S. Educação física e inclusão: a experiência na Escola Azul. *Revista Movimento*, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 4, p. 185-202, out./dez. 2013.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1964.

FARIA, M. D.; FERREIRA, D. A.; CARVALHO, J. L. F. O portador de deficiência como consumidor de serviços de lazer extra doméstico. *Revista Turismo Visão e Ação*, Itajaí: Univali, v. 12, n. 2, p. 184-203, maio/ago. 2010.

FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F.; BAPTISTA, R. S. Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo: UNIFESP, v. 21, n. 1, p. 112-116, 2008.

GARCIA, V. *Censo IBGE: 46% das pessoas com deficiência recebem até um salário mínimo*. 2 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.deficienteciente.com.br/2012/07/censo-ibge-46-das-pessoas-com-deficiencia-recebem-ate-1-salario.html>>. Acesso em: 8 maio 2014.

HINGEL, M. A. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1993.

LIMA, R. M. C.; RIBEIRO, P. R. Q.; TONELLO, M. G. M. Percepção da qualidade de vida por pessoas com deficiências físicas praticantes e não praticantes de atividades de lazer. *Revista Licere*, Belo Horizonte: UFMG, v. 15, n. 4, p. 1-14, dez. 2012.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

SILVA, S. C.; ROSA, M. C. Lazer, deficiência física e acessibilidade. In: ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Outro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2003. p. 195-217.

PESSOTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

STEBBINS, R. A. *The serious leisure: a perspective for our time*. New Jersey: Transaction, 1992.

A cartografia e sua aplicação nos estudos do lazer: algumas possibilidades para o entendimento espacial do lazer do brasileiro

Natália de Souza Carlos Gonçalves¹
Bruna Eliza Previatello Peçanha²
Sidnei Raimundo³

Introdução

A partir da Constituição de 1988, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. Isso é assegurado também em todas as constituições estaduais e leis orgânicas municipais de nosso país.

Contudo essa área ainda demanda ações que envolvam efetivamente as três esferas do governo. Nesse sentido, faltam pesquisas sobre a representação e a concretização do lazer desenvolvido pelos brasileiros, embora as pesquisas acerca do lazer acabem permeando diversas outras disciplinas. Nessa linha, Marcellino (1992) aponta a necessidade de utilizar esse caráter multidisciplinar do lazer, unindo pesquisadores de várias áreas, a fim de alcançar a interdisciplinaridade.

1 Bacharel em lazer e turismo pela Universidade de São Paulo (USP).

2 Graduação em gestão de negócios internacionais e turismo global no Programa de Gestão e Turismo pela LCC - ISS Faculdade de Idiomas e Carreira de British Columbia. Bacharel em lazer e turismo pela USP.

3 Professor associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. É bacharel e mestre em geografia pela USP, doutor em geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pós-doutorado pela Faculdade de Turismo da Universidade de Girona, Espanha.

As práticas de lazer podem acontecer em locais construídos exclusivamente ou em outros não específicos. Nessa linha, Santos (2006) lembra que, para se conhecer o esporte praticado na cidade, há a necessidade de conhecer qual é o espaço geográfico em que ele acontece, e Marcellino *et al.* (2007) vai além e ressalta a importância do espaço geográfico não apenas para o conteúdo físico-esportivo, como também para os outros conteúdos culturais do lazer.

Considerando essas informações, a cartografia, enquanto técnica de representação espacial, pode ser uma ferramenta poderosa para o estudo do lazer. Ela possibilita demonstrar alterações ocorridas ao longo do tempo, por meio de representações cartográficas das práticas de lazer e suas transformações no espaço, tanto sociais quanto econômicas, culturais e naturais (SANSOLO; BACK, 2008, p. 1). Também possibilita representar o lazer de determinada região, melhorando o entendimento sobre suas necessidades e auxiliando em sua promoção e planejamento, de forma que possa proporcionar aos gestores de lazer maior acesso às informações e conhecimento no processo de tomada de decisão.

Considerando a aplicação da cartografia, em conjunto com a tecnologia do Sistema de Informação Geográfica (SIG)⁴, de forma mais direta ao lazer, desenvolvemos a pesquisa que originou este capítulo. Trata-se de uma contribuição não só para demonstrar as práticas de lazer no espaço com base nos dados coletados pela pesquisa *O lazer do brasileiro*, como também promover possibilidades de novas pesquisas e fornecer informações para ações de políticas públicas.

O propósito da pesquisa apresentada neste capítulo é, portanto, mostrar algumas possibilidades de mapeamento dos lazeres dos brasileiros, contribuindo assim com um banco de dados cartográfico para o entendimento da distribuição espacial das práticas de lazer dos brasileiros, a melhora da representação cartográfica dos estudos dos lazeres e o desenvolvimento do entendimento das práticas de lazer do brasileiro para tomadores de decisão e *police makers*.

4 Conjunto de procedimentos facilitados por *softwares* específicos, que correlacionam informações de um banco de dados (aqui oriundos da pesquisa *O lazer do brasileiro*) com informações espaciais, permitindo a produção de mapas.

Bases teóricas da cartografia e sua aplicação aos estudos do lazer

Desde a pré-história os homens criaram formas de comunicações por meio de sinais para representar suas atividades diárias e seu deslocamento. Ao longo dos séculos, outras maneiras de representação, como livros e mapas, foram produzidas e com elas técnicas e mecanismos para a melhoria da sua reprodução foram desenvolvidas. Atualmente, com o auxílio de novas tecnologias, são inúmeras as formas de representação de informações, sendo a cartografia uma delas (MARTINELLI, 2008, p. 7-11).

Nos anos de 1980, a cartografia deu um salto em virtude do avanço tecnológico de comunicação e de informática. Vários programas, pagos ou gratuitos, com ou sem auxílio da internet, foram criados como instrumentos que favoreceram a elaboração e o desenvolvimento dos mapas. Alguns exemplos desses são o *Google Earth*, o *World Wind*, o *ArcGlobe* e o *ArcGis* (QUEIROZ FILHO; RODRIGUES, 2007, p. 11-12).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda hoje o conceito de cartografia mais aceito é o da Associação Cartográfica Internacional (ACI), concebido em 1966, que posteriormente, porém no mesmo ano, foi retificado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que indica:

A Cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização⁵.

Como expresso na citação, a cartografia é ciência, técnica e arte que reúne diferentes meios de representação da realidade.

A cartografia, considerada como uma linguagem visual compreendida por todos universalmente, tem várias funções e objetivos que devem ser alcançados por meio de regras para que haja melhor entendimento (JOLY, 2009, p. 10-11). Com o intuito de manter uma relação entre o emissor, a mensagem e o receptor, a cartografia se apoia na semiologia gráfica, que permite avaliar a representação gráfica baseada nas variáveis visuais

5 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoes/introducao.html>. Acesso em: 23 jan. 2014

empregada na simbologia cartográfica (QUEIROZ FILHO; RODRIGUES, 2007, p. 37).

Nesse sentido, a elaboração de um mapa é um processo muito complexo e exige diferentes habilidades. Existem várias etapas que vão desde pesquisa bibliográfica, levantamento de campo, a produção dos desenhos até a impressão e publicação da versão final do mapa (JOLY, 2009, p. 8-17).

Para esta pesquisa, entre outros que complementam os tipos de representação cartográfica, o mais adequado instrumento escolhido foi o mapa, que é uma tentativa de representar a realidade por meio de usos de símbolos, sinais e ferramentas apropriadas. Pelo mapa é possível colher informações como a localidade, avaliação de distâncias, objetos, formas, fatos, relações contidas num espaço estudado (idem, p. 7-9). Segundo o IBGE, um mapa pode apresentar aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de uma área tomada na superfície terrestre em uma representação plana e geralmente em escalas menores, delimitada por elementos físicos, político-administrativos, destinada aos mais variados usos, temáticos, culturais e ilustrativos.

Um mapa pode ter diferentes características, conforme seus objetivos e usuários destinados. Assim, ele é classificado em três categorias: mapas gerais, mapas especiais e mapas temáticos (OLIVEIRA, 1993). Para este trabalho, optamos pela elaboração de mapas temáticos, pois é a que mais se adéqua aos objetivos de lazer.

Segundo Oliveira (idem, p. 32), o mapa temático tem a seguinte definição:

Trata-se de documentos em quaisquer escalas, em que, sobre um fundo geográfico básico, são representados os fenômenos geográficos, geológicos, demográficos, econômicos, agrícolas, etc., visando ao estudo, à análise e à pesquisa dos temas, no seu aspecto especial.

Nesse tipo de categoria, a simbologia utilizada para a representação de inúmeros e diversificados assuntos é variada, já que, na diversidade de temas a salientar, suas formas de expressão podem ser qualitativas, quantitativas, ou ambas, ordenadas ou não, ou ainda dinâmicas (idem, ibidem). A abordagem dos fenômenos pode ser estática, na qual há representações qualitativas, quantitativas ou ordenadas, ou ainda pode ser dinâmica, na qual há representações das transformações de estados e das variações quantitativas do tempo ou dos movimentos no espaço (MARTINELLI, 2008, p. 34).

Adotamos nesta pesquisa a representação qualitativa. Essa é uma forma de mostrar em um mapa a presença, a localização e a extensão das ocorrências das categorias dos fenômenos que se distinguem pela sua natureza e característica de forma a serem classificados pela ciência que os estudam (MARTINELLI, 1999, p. 112).

Cada mapa temático elaborado é produto de um tema, um elemento, com objetivos práticos. Desse modo, é possível estudar um fenômeno isolado permitindo uma ótima maneira de análise científica ou técnica do espaço geográfico (JOLY, 2009, p. 61). Nesse sentido, foi possível elaborar mapas que abordaram diferentes temas da pesquisa *O lazer do brasileiro*.

Todas as formas de representação são mais ágeis de serem elaboradas e também mais precisas, se realizadas com soluções digitais com o auxílio de *softwares* específicos.

No Brasil, convencionou-se denominar de geoprocessamento esse conjunto de operações realizadas em *softwares* específicos. Para Moura, Oliveira e Leão (2006, p. 78), o geoprocessamento é a compreensão de “atividades de aquisição, tratamento, análise e representação de dados especializados, ou seja: georreferenciados por um sistema de representação da Terra”, e engloba várias tecnologias, como o SIG, no qual processa e analisa os dados em forma de mapas digitais.

Nesse contexto, o SIG é a constituição:

de dispositivos automatizados, para a aquisição, gerenciamento, análise, síntese, e apresentação de dados georreferenciados que interessam ao espaço, objeto de estudo geográfico, monitorados no tempo, além de proporcionar simulações de eventos e situações complexas da realidade [MARTINELLI, 2008, p. 28].

Sansolo e Back (2008, p. 4) indicam que o SIG é composto de quatro partes básicas: o computador (*hardware*), para armazenamento e processamento; os programas específicos (*software*) para aplicação; dados (banco de dados georreferenciados/tabelas); e o usuário para interagir com esses elementos.

Desse modo, os SIG colaboram com o conhecimento nessa área, permitindo o armazenamento de informações em um banco de dados, a rápida e objetiva recuperação por meio de representações computacionais e a comunicação mais acessível (idem, p. 2). Quando, em um estudo, sobressair a palavra “onde” em questões e problemas que precisem ser

resolvidos por meio de um sistema informatizado, pode-se fazer uso dos SIG (idem, p. 4). Esses sistemas poderão conceder as respostas desses impasses.

Procedimentos metodológicos

Anteriormente ao início da efetivação deste trabalho, foi realizada uma capacitação em um *software* de SIG – o *ArcGis* –, por meio de um minicurso oferecido pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), sob autorização do professor doutor Reinaldo Miranda de Sá Teles, coordenador dessa atividade nessa instituição.

Esse curso possibilitou a familiarização e o domínio de princípios básicos e técnicas cartográficas, como projeções, coordenadas, orientação, escala, assim como a geração de base de dados sobre as variáveis e os fenômenos estudados que foram extraídos da pesquisa *O lazer do brasileiro* e aplicados em modelos de análise espacial (mapas digitalizados), além do manejo do referido *software*.

Com o propósito de alcançar os objetivos propostos deste trabalho, posteriormente se realizou uma pesquisa bibliográfica que possibilitou uma revisão e melhor compreensão dos conteúdos abordados – pesquisa esta indicada no tópico anterior deste capítulo. Em seguida, executou-se a sistematização das informações provenientes da pesquisa *O lazer do brasileiro* em classes referentes aos equipamentos utilizados e disponíveis, às práticas de lazer, aos estados, às regiões e às zonas.

A partir de então, iniciou-se efetivamente a produção da cartografia temática, por meio das mais variadas representações, qualitativas, quantitativas, ordenadas e dinâmicas, no programa escolhido: o *ArcGis*.

Silva e Machado (2010, p. 5) explicam:

o *ArcGis* é um conjunto de *softwares* de Sistema de Informação Geográfica produzido pela empresa americana ESRI (*Environmental Systems Research Institute*), que fornece ferramentas baseadas em padrões para realização de análise espacial, armazenamento, manipulação, processamento de dados geográficos e mapeamento.

Para este capítulo, em virtude do espaço limitado de páginas, elegeram-se apenas cinco mapas. Estes exibem o correlacionamento entre uma das perguntas centrais: “O que faz no fim de semana?”, inserida no tema “O que faz”, e duas variáveis: gênero (masculino e feminino) e renda

(calculada com base no salário mínimo), dentro de determinados espaços geográficos (os Estados e as cinco regiões do país). As análises espaciais não puderam chegar a escalas mais detalhadas, devido à limitação do banco de dados que se referia às regiões ou aos Estados. A partir dessa correlação de dados, foi possível analisar em qual espaço geográfico os conteúdos culturais do lazer são os mais praticados pela população brasileira.

Além disso, esses cinco mapas são temáticos e têm expressão qualitativa, ou seja, foi possível neles representar: a presença, a localização e a extensão dos conteúdos culturais do lazer no espaço brasileiro. Em todos eles alcançou-se a representação da diversidade dos fenômenos estudados, em virtude da propriedade de seletividade das variáveis visuais escolhidas.

Nesses mapas foi utilizada uma combinação de variáveis visuais, como a forma, a granulação e o valor (tons cinza), variando assim na textura e na orientação (hachuras) para que ficassem facilmente compreendidos. Além disso, os mapas, seguindo as convenções cartográficas, contêm uma legenda que se associa a cada rubrica, de maneira que o leitor entenda melhor o conteúdo temático no mapa (MARTINELLI, 2008, p. 38-39).

Considerando essas informações, apresentamos a seguir os resultados cartográficos desenvolvidos.

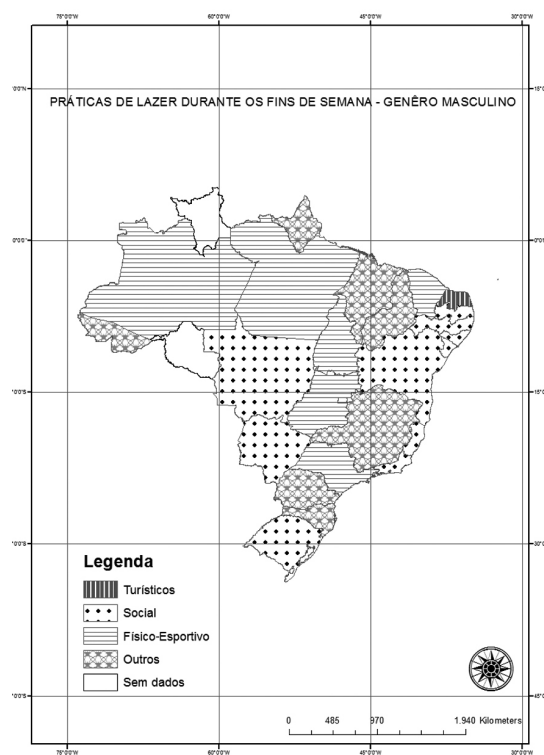
Cartografia do lazer do brasileiro: algumas possibilidades

Baseado nos recursos do SIG, os Mapas I e II são produtos da análise das práticas de lazer nos fins de semana de acordo com o gênero e o estado em que residem os indivíduos. E os Mapas III, IV e V, resultado da análise das mesmas práticas, porém de acordo com a renda econômica e a região onde estão os habitantes.

O Mapa I é resultante da análise das práticas de lazer nos fins de semana, de acordo com o gênero masculino em cada estado do Brasil, conforme os conteúdos culturais de Dumazedier (1980) e Camargo (1986).

Conforme a legenda, pode-se notar cinco rubricas diferentes, nas quais estão inseridos os aspectos tratados. São eles: turísticos, em linhas verticais mais grossas; social, em textura fina (círculos pequenos); físico-esportivo, em linhas horizontais finas; outros, com a combinação de texturas (círculos com estrelas inseridas); e sem dados em branco.

Mapa I – Práticas de lazer nos fins de semana - homens



Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Identifica-se que existe uma mescla entre dois conteúdos culturais, o social e o físico-esportivo, e também há o dado “outros”, que remete a práticas que não se firmam entre os seis conteúdos culturais.

Em relação ao aspecto social, é importante atentar que há uma predominância na região Nordeste, assim como no Centro-Oeste, em contraponto com apenas um estado da região Sul. Já em relação ao físico-esportivo, é interessante observar que estados com realidades tão divergentes preferam o mesmo conteúdo.

Além disso, outro elemento que merece destaque é que os estados de Roraima e Rondônia apresentam dados inconsistentes. Em Roraima, todos os conteúdos culturais foram citados igualmente, e em Rondônia não há dados.

Mapa II – Práticas de lazer nos fins de semana - mulheres



Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

O Mapa II é resultante da análise das práticas de lazer aos fins de semana, conforme os conteúdos culturais, de acordo com o gênero feminino em cada estado do Brasil.

Na legenda, constata-se quatro rubricas diferentes, nas quais estão inseridos os aspectos tratados. São eles: turísticos, em linhas verticais mais grossas; social, em textura fina (círculos pequenos); outros, com a combinação de texturas (círculos com estrelas inseridas); e sem dados em branco.

Em alguns estados, os interesses culturais são diferentes em comparação ao público masculino. Por exemplo, nos estados de Goiás, Pará, Amapá, Ceará e Paraná, o público feminino apresenta a predominância do interesse social. Já em Mato Grosso, São Paulo e Tocantins, o feminino

opta por outros interesses além dos denominados por Dumazedier (1980) e por Camargo (1986). Outra mudança relevante é que, no estado do Amazonas, o principal interesse muda para turístico. O que permanece nos dois gêneros é o interesse social nos estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e alguns estados da região Nordeste.

Um fato significativo e curioso é que tanto no público masculino quanto no feminino o estado do Rio Grande do Norte desenvolve as práticas turísticas nos fins de semana predominantemente.

Nos Mapas III, IV e V, percebe-se que apenas três conteúdos culturais estarão presentes nas legendas, sendo eles: social, turístico e físico-esportivo. Identificados por três rubricas diferentes, de acordo com o conteúdo abordado, sendo: turísticos, em linhas verticais mais grossas; social, em textura fina (círculos pequenos); e físico-esportivo, em linhas horizontais finas.

No Mapa III, pode-se notar a análise das práticas de lazer nos fins de semana, conforme os conteúdos culturais, de acordo com a renda mais alta, chamada de classe A, nas cinco regiões do país. A divisão da população por renda seguiu os critérios de classificação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)⁶.

Percebe-se, portanto, que os habitantes do país que integram a classe A (com renda superior a dez salários mínimos) têm hábitos de lazer que possibilitam identificar similaridades em regiões diferentes.

A exemplo disso, vemos a predominância do conteúdo físico-esportivo nas regiões Norte e Sul. Ambas apresentam características naturais, dimensões territoriais e hábitos culturais diferentes, de acordo com o processo de colonização, mas apresentam como semelhança a preferência pelo conteúdo físico-esportivo.

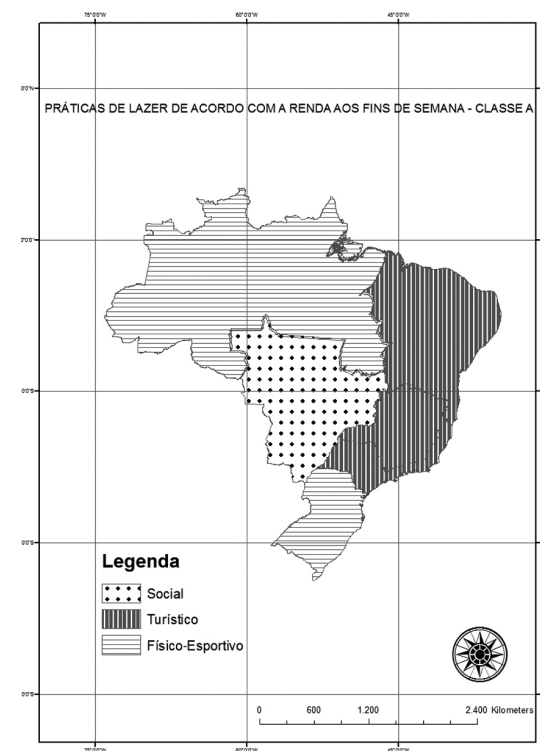
Um fato importante de se observar é que tanto nessa quanto nas demais classes econômicas, a região Centro-Oeste apresenta como interesse principal o social, conforme veremos nos Mapas IV e V.

Outra similaridade com os demais mapas é o fato de a região Nordeste predominantemente, e independente da classe social, apresentar como seu principal interesse o conteúdo turístico.

Merece destaque que tais características podem estar associadas ao imaginário dos entrevistados, pois é de se supor que as regiões Sudeste (principal polo emissor de turistas) e Nordeste (principal receptor)

⁶ Classificação calculada de acordo com a renda média mensal em salários mínimos. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17711>>. Acesso em: maio 2014.

Mapa III – Principais interesses culturais de lazer da classe A nas regiões brasileiras



Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

tenham no turismo um importante setor de desenvolvimento econômico, que pode refletir em seu principal interesse cultural. Contudo o banco de dados não considerou tais situações e trabalhos futuros podem ser desenvolvidos nessa linha.

No Mapa IV, a análise efetuada é acerca das práticas de lazer durante os fins de semana na classe B (com renda entre quatro e dez salários mínimos), nas cinco regiões do país. Pode-se perceber que há uma predominância do conteúdo turístico nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte. Em relação ao Mapa III, sobre a classe A, há o incremento da região Norte nos interesses turísticos quando correlacionado com a renda da classe B.

Mapa IV – Interesses culturais de lazer da classe B nas regiões brasileiras



Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Uma possível inferência é acerca do surgimento de novos consumidores de produtos turísticos, que obtiveram um acréscimo na renda mensal com o aumento do salário mínimo e passaram a consumir produtos de lazer relacionados a essa área.

Conforme já observado, a região Centro-Oeste manteve o interesse social como o mais citado, e a região Nordeste também manteve o interesse turístico como o mais praticado. No caso da região Sul, novamente vemos a predominância do conteúdo cultural físico-esportivo entre as práticas mais habituais durante os fins de semana.

Percebe-se pelo Mapa IV, que há uma curiosa variação nos interesses, que nos permite refletir acerca dos hábitos de lazer e de sua relação, independentemente da renda em alguns casos. É errôneo afirmar que

Mapa V – Interesses culturais de lazer das classes C, D e E nas regiões brasileiras



Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

pessoas que transitam na mesma classe social têm os mesmos hábitos de lazer sem levar em consideração o local onde habitam.

O que vemos nesse caso é que, por razões ainda desconhecidas, pessoas que possuem a mesma renda média mensal têm preferência por práticas de lazer diferentes. Dessa forma, a visualização cartográfica permite identificar com maior facilidade tais diferenças e fomentar novas pesquisas acerca desse e de outros fenômenos que estão representados.

O último mapa apresentado (Mapa V) trata dos hábitos de lazer durante os fins de semana de acordo com a renda das classes C, D e E (renda de até quatro salários mínimos) levando em consideração as cinco regiões do país.

A primeira mudança notável do Mapa V em relação às classes mais abastadas da sociedade é o fato de o conteúdo social aparecer não só na região Centro-Oeste, como também na região Sul, despertando assim um novo questionamento. Em hipótese, podemos dizer que a mudança tem ligação direta com a renda, pois quanto menor a renda maior o contato social entre os indivíduos, em virtude das impossibilidades de praticar outros interesses que demandariam recursos extras, como o turístico e o cultural. Fica o questionamento ligado ao Nordeste, que mantém como seu principal interesse o turístico. Tais abordagens, porém, ficam como questionamentos e sugestão para pesquisas futuras, por não haver no banco de dados disponível possibilidades para se aprofundar nas peculiaridades de cada região.

Outra mudança interessante é perceber que apenas nas chamadas classes de baixa renda da sociedade o conteúdo físico-esportivo predomina na região Sudeste, fato que novamente abre um leque de opções e questionamentos que podem ser aprofundados em trabalhos futuros.

Uma similaridade interessante e outra possível reflexão é acerca da região Norte apresentar o interesse físico-esportivo tanto na renda mais alta quanto na renda mais baixa. Apenas a faixa intermediária se interessa predominantemente pelo turístico.

Desse modo, analisando em conjunto os três mapas com a variável renda, é possível perceber conexões entre diferentes faixas salariais e diferentes regiões do país. Nesse ponto, as distâncias espaciais e sociais não interferem na confluência de interesses.

Considerações finais

Encerrando este capítulo sem ter a pretensão de esgotar o assunto, dada a sua riqueza e a possibilidade de novas discussões, acreditamos ser interessante ressaltar alguns pontos anteriormente citados.

Primeiramente, a pesquisa *O lazer do brasileiro* fornece informações ricas em conteúdo para os mais diversos tipos de análise e desenvolvimento, incluindo novas pesquisas de cunho cartográfico.

Elaborar este capítulo é dar início a uma série de possíveis trabalhos a serem realizados, bem como explorar a arte cartográfica em um campo em que ela se apresenta ainda muito timidamente, ou seja, a cartografia do lazer. Isso porque, dentro da cartografia temática, é possível encontrar mapas ligados mais ao turismo que ao lazer.

Em um segundo momento, acreditamos que a informação explicitada dessa maneira simples e de leitura dinâmica pode facilitar o surgimento de estudos nos estados ou regiões específicas de acordo com os gêneros e renda diferentes. Permitindo assim, até mesmo, pensar em políticas públicas ou projetos de lazer de maneira mais assertiva, de acordo com o estado ou região escolhida.

Os mapas nos permitem visualizar quanto é perigoso generalizar os hábitos de lazer de acordo com o gênero ou com a renda, considerando o país como um todo para a aplicação dessas políticas. Ao verificar as preferências específicas de cada local, evitando generalizações do território nacional, a possibilidade de sucesso da intervenção pode aumentar.

Dessa forma, esperamos contribuir com o aumento do banco de dados acerca das questões do lazer. Entendendo-o em toda a sua complexidade e auxiliando em sua compreensão, fazendo uso de seu aspecto multidisciplinar ao relacioná-lo com a geografia e a cartografia temática.

Referências

- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Noções básicas de cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/indice.htm>. Acesso em: nov. 2013.
- JOLY, F. *A cartografia*. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2009.
- MARCELLINO, N. C. O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre: CBCE, v. 12, n. 1, p. 313-317, 1992.
- _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MARCELLINO, N. C. et al. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: Opus, 2007.
- MARTINELLI, M. As representações. In: _____. *As representações gráficas da geografia: os mapas temáticos*. 1999 (Concurso de Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 112-118.

_____. *Mapas da geografia e cartografia temática*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, R. Pesquisa promete definir classes econômicas. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 12 ago. 2013. Economia. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=131649>>. Acesso em: maio 2014.

MOURA, A. C. M.; OLIVEIRA, S. P.; LEÃO, C. Cartografia e geoprocessamento aplicados aos estudos em turismo. *Geomática*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 77-87, 2006.

OLIVEIRA, C. *Curso de cartografia moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

QUEIROZ FILHO, A. P.; RODRIGUES, M. *A arte de voar em mundos virtuais*. São Paulo: Annablume, 2007.

SANSOLO, D. G.; BACK, G. Inovação da pesquisa na América Latina. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR), 5., 2008, Caxias do Sul. *Resumos...* Universidade de Caxias do Sul, 2008. p. 1-4.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. *Revista Raêga*, Curitiba: UFPR, v. 11, p. 25-33, 2006.

SILVA, V. C. B.; MACHADO, P. S. *Curso de geografia e análise ambiental: iniciando no Arc-Gis*. Belo Horizonte: Departamento de Ciências Biológicas, Ambientais e da Saúde, 2010.

ENGLISH

It is clear that leisure is a recurring theme in Brazil a few decades ago. Since always, its existence can be found in the form of entertainment and rest and being configured as a field of research in other countries, since the nineteenth century, it is from the 1970's that transpires in our country, especially and initially with the intervention of the National Trade Social Service (SESC), the notion of how complex this theme is, hence the infinite demand for studies so they have a better understanding of the theme. This initial task of the production of knowledge about leisure in Brazil was sequenced by many, but it is important to highlight the role played by the extinct Department of Leisure Studies in the Graduate Program of the Faculty of Physical Education of the State University of Campinas (UNICAMP), In the years 1990-2000, and the Interdisciplinary Graduate Program in Leisure Studies of the School of Physical Education, Physiotherapy and Occupational Therapy of the Federal University of Minas Gerais (UFMG) from 2007 to the present day. Today it is possible to see the leisure studies with researches of the most diverse orders, configuring itself as a multidisciplinary area.

Certainly, the idea of leisure as a social phenomenon, necessary for survival, coined in the individual experiences of women and men and in the collective experiences of the most diverse groups, influenced its constitution as SOCIAL RIGHT in the Magna Carta of 1988. From this point, we see a latent need and some predisposition in the formulation of policies that take account of such social expectations.

The entertainment industry, responsible for job creation and exorbitant sum of money in the world economy, has also been attentive to the field of leisure due to the need to provide services that live up to the expectations of those who consume it, in addition to profit.

This clarification justifies the book *Leisure in Brazil: representations and concretizations of everyday experiences*, organized by professors Edmur Antonio Stoppa and Hélder Ferreira Isayama, since we need to be more attentive to the values that emerge from society, and nothing like

knowledge on what is done in terms of leisure, what you would like to do and why you do not do it.

The work, created by a research of national scope, brings important elements for those who study, work and think about leisure. By recognizing the territorial dimension of our country and all its cultural diversity in the methodology of this research, the book draws on the experience and competence of other researchers from the leisure field of several Brazilian regions and states.

By presenting data from this diverse and broad sample, this work contributes to (re)thinking and elaborating new researches and pedagogical and political interventions based on essential elements such as: the profile of those who seek the experience of leisure, an individual's relationship with work and other social, family, religious and political obligations, the importance of spaces and equipment in these leisure experiences and what barriers people face in order to achieve leisure.

An invitation is extended to students, professionals, managers and researchers from different areas to read this important work, and all of them, through the data presented here, can contribute to a better quality of leisure for the Brazilian people.

Introduction

*Hélder Ferreira Isayama
Edmur Antonio Stoppa*

Since the Constitution of 1988, leisure has become a social right to all Brazilian citizens. The inclusion of leisure in this document can be considered a milestone in relation to the effectiveness of such right, since up to that time there was no record in the law that would spell out its recognition. This aspect has also been ensured in practically all state constitutions and organic laws of the Brazilian municipalities.

In addition, we emphasize that the recognition of leisure as a status of law was important because it opened possibilities for claiming from the public power, and other spheres of society, ways for its materialization in the everyday life of the Brazilian citizen. On the other hand, the guarantee of access to leisure allows the change of an existing framework of social vulnerability in the Brazilian state because it acts as a tool for training the people, as well as promoting the development of social interaction, health improvement and the construction of new values.

Currently, it is relevant to consider the actions developed at the federal level, which, based on questions, try to inaugurate a new way of thinking about public leisure policies. An important contribution was made by the federal government, through the Ministry of Sports, since the National Sports Policy, created after the 1st National Sports Conference, in 2004, which guides the actions of the theme and highlights the three lines of action of the ministry: the educational sport, the sport of income and the recreational or leisure sport. If we think about the hegemonic character of high income, we can interpret this initiative as an attempt to recognize other sports manifestations and necessary for the democratization of this social right.

In addition, the results of the 1st National Sports Conference indicated the need to create the National Sports and Leisure System, which ended up being the theme of the second conference, held in April 2006, which presented four fundamental pillars: structure: organization, agents and skills; human resources and training; management and social and financing control.

In 2010, the 3rd National Sports Conference was held: by a team called Brazil, with the theme “Decennial Plan of Sport and Leisure – 10 points in 10 years for planning Brazil among the top 10”, which aimed to build a decennial plan for sport and leisure. This conference aimed to define guidelines for the National Sports and Leisure System and to indicate a form of application of public resources in this sector.

In 2015, a Working Group was created with the purpose of elaborating the Bill of Directives and Bases of the National Sports System. At that time, the system stopped using the word leisure in its title, but the discussions continued to contemplate the theme. However, so far it has not yet been approved. In any case, it is important to highlight the importance of public leisure policies, mainly related to the sports field.

In spite of all the actions, we noted that our context lacks studies that point to the representation of leisure and how this experience materializes in the life of Brazilian citizens. Thus, here we present a research funded by the Ministry of Sport, which aimed to explore the Brazilian’s leisure seeking to understand three major issues: what does the Brazilian citizen do as leisure? What would he/she would like to do, but doesn’t as a leisure experience? And why doesn’t he/she?

Therefore, we believe that the results presented here can provide support for the planning, execution, monitoring and evaluation of public policies, as well as other elements that may contribute to new studies and research in the area.

The universe of research was composed of individuals residing in the Brazilian territory, proportionally divided into five macroregions within the country, contemplating the 26 states of the Federation and the Federal District. The target audience is formed by Brazilian citizens older than 7 years, selected to compose the research sample.

The research has a quantitative and qualitative nature, conducted by the survey technique, through a survey sampling, with the collection carried out through personal interviews, face to face, location-based surveys, in the cities previously drawn to compose the sample. A structured questionnaire was the research instrument, composed of open and closed questions (see Annex I).

The sample was constructed by representative quotas of the population, considering the variables of the region and state. In addition, we consider in each state quotas of sex, age, schooling and family income, according to data of the population ascertained in the Demographic

Census of 2010 of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Table 1 presents a population data stratified by region and state.

Table 1 – Total Brazilian population by state and region

Region	Population	Percentage in relation to the total number of Brazilian citizens (%)	Percentage in relation to the total population in that region of the country (%)
North	15,864,454	8.3	100
Rondônia	1,562,409	0.8	9.8
Acre	733,559	0.4	4.6
Amazonas	3,483,985	1.8	22.0
Roraima	450,479	0.2	2.8
Pará	7,581,051	4.0	47.8
Amapá	669,526	0.4	4.2
Tocantins	1,383,445	0.7	8.7
Northeast	53,081,950	27.8	100
Maranhão	6,574,789	3.4	12.4
Piauí	3,118,360	1.6	5.9
Ceará	8,452,381	4.4	15.9
Rio Grande do Norte	3,168,027	1.7	6.0
Paraíba	3,766,528	2.0	7.1
Pernambuco	8,796,448	4.6	16.6
Alagoas	3,120,494	1.6	5.9
Sergipe	2,068,017	1.1	3.9
Bahia	14,016,906	7.3	26.4
Southeast	80,364,410	42.1	100
Minas Gerais	19,597,330	10.3	24.4
Espírito Santo	3,514,952	1.8	4.4
Rio de Janeiro	15,989,929	8.4	19.9
São Paulo	41,262,199	21.6	51.3
South	27,386,891	14.4	100
Paraná	10,444,526	5.5	38.1
Santa Catarina	6,248,436	3.3	22.8
Rio Grande do Sul	10,693,929	5.6	39.0
Central-West	14,058,094	7.4	100
Mato Grosso do Sul	2,449,024	1.3	17.4
Mato Grosso	3,035,122	1.6	21.6
Goiás	6,003,788	3.1	42.7
Distrito Federal	2,570,160	1.3	18.3

Source: Demographic Census 2010 (IBGE, 2010).

The sample composition also respects the quotas of sex, age, schooling and family income in each state and region of Brazil. The distribution by gender respected the proportions in each state, according to Table 2.

Table 2 – Total Brazilian population by sex group

Region	Population	Men (%)	Women (%)
Brazil	190,755,799	49.0	51.0
North	15,864,454	50.5	49.5
Acre	733,559	50.2	49.8
Amapá	669,526	50.1	49.9
Amazonas	3,483,985	50.3	49.7
Pará	7,581,051	50.4	49.6
Rondônia	1,562,409	50.9	49.1
Roraima	450,479	50.8	49.2
Tocantins	1,383,445	50.8	49.2
Northeast	53,081,950	48.8	51.2
Alagoas	3,120,494	48.4	51.6
Bahia	14,016,906	49.1	50.9
Ceará	8,452,381	48.7	51.3
Maranhão	6,574,789	49.6	50.4
Paraíba	3,766,528	48.4	51.6
Pernambuco	8,796,448	48.1	51.9
Piauí	3,118,360	49.0	51.0
Rio Grande do Norte	3,168,027	48.9	51.1
Sergipe	2,068,017	48.6	51.4
Southeast	80,364,410	48.6	51.4
Espírito Santo	3,514,952	49.3	50.7
Minas Gerais	19,597,330	49.2	50.8
Rio de Janeiro	15,989,929	47.7	52.3
São Paulo	41,262,199	48.7	51.3
South	27,386,891	49.1	50.9
Paraná	10,444,526	49.1	50.9
Rio Grande do Sul	10,693,929	48.7	51.3
Santa Catarina	6,248,436	49.6	50.4
Central-West	14,058,094	49.7	50.3
Distrito Federal	2,570,160	47.8	52.2
Goiás	6,003,788	49.7	50.3
Mato Grosso	3,035,122	51.1	48.9
Mato Grosso do Sul	2,449,024	49.8	50.2

Source: Demographic Census 2010 (IBGE).

In the age variable, the size of the stratum considered individuals above 5 years of age, since this was the stratification considered by the IBGE, and it was not possible to identify the total population at 7 years of age, according to Table 3.

Table 3 – Total Brazilian population by age group

Region	Population	5 to 9 years (%)	10 to 14 years (%)	15 to 24 years (%)	25 to 34 years (%)	35 to 44 years (%)	45 to 54 years (%)	55 to 64 years (%)	Above 65 years (%)
Brazil	190,755,799	7.8	9.0	17.9	17.2	14.1	11.5	7.8	7.4
North	15,864,454	10.3	11.1	20.2	17.5	12.6	8.6	5.3	4.6
Acre	733,559	11.2	12.0	20.1	17.2	12.0	7.8	4.9	4.3
Amapá	669,526	10.9	11.8	21.2	17.8	12.6	7.7	4.2	3.4
Amazonas	3,483,985	11.0	11.5	20.2	17.5	12.2	8.1	4.8	4.0
Pará	7,581,051	10.3	11.0	20.3	17.5	12.5	8.6	5.4	4.8
Rondônia	1,562,409	8.9	10.0	19.7	17.9	14.2	10.4	6.0	4.7
Roraima	450,479	11.0	11.5	20.1	17.8	12.2	8.5	4.8	3.5
Tocantins	1,383,445	9.5	10.4	19.6	17.3	13.0	9.4	6.1	5.8
Northeast	53,081,950	8.7	9.9	19.2	17.0	13.2	10.0	6.8	7.2
Alagoas	3,120,494	9.6	10.8	19.3	16.6	13.0	9.5	6.4	6.0
Bahia	14,016,906	8.5	9.6	18.8	17.7	13.5	10.3	6.9	7.2
Ceará	8,452,381	8.2	10.0	19.8	16.6	13.2	10.1	6.9	7.6
Maranhão	6,574,789	10.2	11.0	20.4	16.7	11.5	8.6	5.9	6.0
Paraíba	3,766,528	8.3	9.3	18.6	16.6	13.4	10.3	7.3	8.5
Pernambuco	8,796,448	8.5	9.5	18.5	17.0	13.8	10.4	7.2	7.4
Piauí	3,118,360	8.7	9.9	19.3	16.8	12.7	10.0	7.1	7.5
Rio Grande do Norte	3,168,027	8.1	9.3	19.2	17.1	13.9	10.6	6.9	7.6
Sergipe	2,068,017	8.7	10.1	19.5	17.4	13.8	9.9	6.4	6.1
Southeast	80,364,410	7.0	8.2	16.9	17.4	14.7	12.6	8.6	8.1
Espírito Santo	3,514,952	7.5	8.6	17.8	17.7	14.3	12.2	7.8	7.1
Minas Gerais	19,597,330	7.3	8.6	17.6	16.8	14.2	12.4	8.4	8.1
Rio de Janeiro	15,989,929	6.8	8.2	16.1	16.8	14.6	13.1	9.3	8.9
São Paulo	41,262,199	6.9	8.1	16.8	17.8	14.9	12.6	8.5	7.8
South	27,386,891	7.0	8.4	17.1	16.4	14.6	13.0	8.9	8.1
Paraná	10,444,526	7.4	8.7	17.5	16.4	14.9	12.4	8.3	7.6
Rio Grande do Sul	10,693,929	6.8	8.1	16.3	15.9	14.1	13.7	9.8	9.3
Santa Catarina	6,248,436	7.0	8.3	17.8	17.2	15.0	12.9	8.3	6.9
Central-West	14,058,094	8.0	8.9	18.3	18.3	15.0	11.2	6.9	5.8
Distrito Federal	2,570,160	7.8	8.5	18.2	20.3	15.6	10.9	6.4	5.0
Goiás	6,003,788	7.9	8.8	18.1	18.1	15.1	11.3	7.1	6.3
Mato Grosso	3,035,122	8.4	9.3	18.8	18.1	14.8	11.0	6.5	5.1
Mato Grosso do Sul	2,449,024	8.1	9.1	18.2	17.1	14.3	11.5	7.3	6.6

Source: Demographic Census 2010 (IBGE, 2010).

With regard to schooling, five categories were considered: uninstruced until incomplete elementary school, complete elementary school until incomplete secondary school, complete secondary school until incomplete upper secondary school, according to Table 4.

Table 4 – Total Brazilian population by schooling

Region	Population	Uninstruced and incomplete elementary education (%)	Complete elementary education and incomplete secondary education (%)	Complete secondary education and incomplete tertiary education (%)	Complete tertiary education (%)	Not determined* (%)
Brazil	161,981,299	50.24	17.40	23.45	8.31	0.60
North	12,669,874	56.49	16.79	21.07	5.05	0.61
Acre	573,909	57.69	15.89	19.79	5.85	0.79
Amapá	526,975	47.52	17.59	27.26	6.95	0.67
Amazonas	2,728,336	53.66	16.20	23.98	5.31	0.85
Pará	6,062,304	59.33	17.23	18.92	4.08	0.45
Rondônia	1,294,956	56.94	16.66	20.02	5.67	0.71
Roraima	353,679	49.65	16.29	26.51	6.68	0.87
Tocantins	1,129,714	53.27	16.27	22.84	7.08	0.54
Northeast	44,217,039	59.06	15.30	20.20	4.94	0.49
Alagoas	2,547,711	64.43	14.10	16.38	4.66	0.42
Bahia	11,764,109	58.96	14.64	21.29	4.53	0.58
Ceará	7,111,302	55.84	17.44	21.25	4.95	0.51
Maranhão	5,264,736	61.03	16.00	18.89	3.61	0.47
Paraíba	3,161,232	61.53	13.79	18.61	5.72	0.34
Pernambuco	7,373,671	57.82	15.02	20.94	5.68	0.55
Piauí	2,597,953	62.61	15.10	16.85	5.11	0.33
Rio Grande do Norte	2,676,308	56.20	15.34	22.15	5.91	0.41
Sergipe	1,720,016	58.94	14.76	19.97	5.95	0.38
Southeast	69,528,259	44.79	18.33	25.72	10.47	0.70
Espírito Santo	3,005,851	49.51	17.19	24.43	8.35	0.53
Minas Gerais	16,890,981	52.70	17.07	21.69	7.95	0.59
Rio de Janeiro	13,908,173	41.52	18.96	28.10	10.90	0.51
São Paulo	35,723,254	41.92	18.77	26.81	11.68	0.83
South	23,695,166	47.78	18.77	23.68	9.29	0.48
Paraná	8,962,586	48.75	18.11	22.93	9.70	0.51
Rio Grande do Sul	9,327,696	48.18	18.96	23.75	8.66	0.45
Santa Catarina	5,404,884	45.51	19.51	24.82	9.70	0.46
Central-West	11,870,960	47.63	17.67	24.28	9.73	0.69
Distrito Federal	2,180,903	34.89	16.82	30.08	17.56	0.64
Goiás	5,092,674	49.63	18.15	23.84	7.75	0.64
Mato Grosso	2,537,660	51.44	17.82	22.02	7.69	1.04
Mato Grosso do Sul	2,059,723	51.48	17.22	22.02	8.87	0.42

* Not determined = for people who provided information that didn't allow for a proper classification (IBGE, 2010). Source: Demographic Census 2010 (IBGE, 2010).

In the income variable, for the sample construction, household income was considered, and non-nominal, according to Table 5.

Table 5 – Total Brazilian population by family income

Region	Households	No income (%)	Up to 1 minimum wage (%)	Between 1 and 2 minimum wages (%)	Between 2 and 5 minimum wages (%)	Between 5 and 10 minimum wages (%)	Between 10 and 20 minimum wages (%)	Above 20 minimum wages (%)
Brazil	57,324,185	4.40	14.70	21.50	34.30	15.40	6.40	3.40
North	3,975,533	7.50	20.00	24.30	30.10	11.40	4.50	2.20
Acre	190,645	9.12	20.28	23.91	28.75	11.31	4.63	2.00
Amapá	156,284	6.26	15.87	20.66	30.51	16.14	7.39	3.17
Amazonas	799,629	9.49	17.47	22.19	30.72	12.47	5.09	2.58
Pará	1,859,165	7.44	23.10	25.52	28.68	9.78	3.63	1.87
Rondônia	455,599	5.56	13.95	23.61	35.17	14.35	5.31	2.06
Roraima	115,844	9.27	16.84	21.01	29.86	13.82	6.45	2.75
Tocantins	398,367	5.28	20.47	26.27	29.98	11.26	4.52	2.22
Northeast	14,922,901	4.30	5.00	27.80	28.10	26.40	7.70	3.20
Alagoas	842,884	4.91	29.42	28.95	24.67	7.29	3.21	1.56
Bahia	4,094,405	5.26	27.70	27.56	26.58	7.96	3.20	1.75
Ceará	2,365,276	4.36	28.26	28.78	26.59	7.22	3.01	1.79
Maranhão	1,653,701	6.96	30.69	27.25	24.66	6.64	2.53	1.27
Paraíba	1,080,672	4.11	27.99	29.33	26.06	7.55	3.11	1.84
Pernambuco	2,546,872	5.13	26.21	28.08	27.08	8.04	3.39	2.06
Piauí	848,263	4.28	30.64	28.30	25.31	7.09	2.76	1.62
Rio Grande do Norte	899,513	3.78	22.75	28.09	28.09	9.50	4.24	2.22
Sergipe	591,315	4.62	26.76	27.54	26.13	8.74	4.02	2.20
Southeast	25,199,799	4.30	9.20	18.50	37.30	18.60	7.90	4.20
Espírito Santo	1,101,394	3.70	11.98	21.94	37.07	15.56	6.62	3.14
Minas Gerais	6,028,223	3.02	13.82	22.84	37.39	14.69	5.46	2.79
Rio de Janeiro	5,243,029	5.47	10.11	19.24	35.43	16.85	8.16	4.75
São Paulo	12,827,153	4.47	6.36	15.76	38.04	21.45	9.13	4.78
South	8,891,279	2.60	8.20	18.20	39.80	20.30	7.60	3.30
Paraná	3,298,578	2.70	9.00	19.26	39.72	18.82	7.19	3.31
Rio Grande do Sul	3,599,604	2.67	9.01	19.13	39.17	19.23	7.44	3.35
Santa Catarina	1,993,097	2.21	5.43	14.59	41.07	24.83	8.54	3.33
Central-West	4,334,673	4.10	10.60	20.30	36.30	16.30	7.60	4.80
Distrito Federal	774,021	3.35	6.03	13.55	28.93	18.98	15.00	14.15
Goiás	1,886,264	4.13	11.54	21.92	38.15	15.58	5.85	2.83
Mato Grosso	915,089	5.62	11.43	21.13	37.37	15.98	5.89	2.58
Mato Grosso do Sul	759,299	2.92	11.78	22.29	37.99	15.74	6.28	3.00

Source: Demographic Census 2010 (IBGE, 2010).

The sampling procedure was carried out by means of a random selection of the municipalities that make up the sample. Using a database containing all the Brazilian municipalities, as well as its population, from the demographic census conducted by IBGE in 2010, the municipality with the lowest population in the country was defined as the minimum sample unit, with which the proportions of each municipality in relation to the minimum unit was calculated, according to the example:

- Minimum sample unit: 5,000 inhabitants
- Municipality A: 10,000 inhabitants; Municipality B: 50,000 inhabitants
- Representativeness of municipality A in the database = 2
- Representativeness of municipality B in the database = 10

To compose the sample, the municipalities were randomly selected so that each unit drawn represents 1 interview up to a total of 2,400. Once the sample is drawn, small municipalities, defined as those with up to ten thousand inhabitants, are grouped and re-drawn so that the minimum sampling in each of them is not less than ten interviews.

As a parameter of evaluation, in a probabilistic sample, the survey had a maximum sample error of 2% for the country, with a 95% confidence level. Thus, the total sample size was 2,400 interviews in the country, divided as shown in Table 6.

The fieldwork team consisted in interviewers and coordinators. Interviewers carried out the individual interviews according to predefined quotas (of municipality, sex, age, schooling and income). The professionals had a minimum secondary education level, as well as the skills required for the good performance of the job. The research was

carried out in the time interval from 8:00 a.m. to 8:00 p.m., on working and non-working days.

The supervisory work done by the coordinators sought to: guarantee the correct fulfillment of the interviews; cancel questionnaires that did not comply with the sample by means of the quota conference; void questionnaires completed and/or applied incorrectly; comply with the fieldwork within the specified timeframe.

The professionals who carried out the interviews were duly identified with a badge containing the company's name and logo, as well as carrying an official photo identification.

In order to evaluate the effectiveness of the instrument in achieving the research goals, fifty interviews were conducted as pre-test in the states. The assessment was conducted based on the interviewees' receptiveness, clarity and comprehension of the questions and the interview application time. The results of the pre-test indicated adjustments in the questionnaire, which were presented to the team of researchers of the project for evaluation and approval.

In order to conduct the interviews, the professional presented the research goal, requested spontaneous participation of the interviewee and guaranteed anonymity, stating that the data would be used only for statistical purposes. In addition, the interviewee's signature was collected in the consent form, which consisted of the cover page of the research instrument. Prior to data collection, the research project was approved by the Ethics Committee of the Federal University of Minas Gerais (UFMG).

The research followed the principles of the International Code of Conduct of the International Chamber of Commerce/European Society for Opinion and Marketing Research (ICC/ESOMAR), which guides internationally accepted research practice. Considering that the research sample included the participation of children and adolescents, so that the interviews with this audience were carried out, we requested previous authorization from parents or guardians, according to article 8 of said code. However, the document does not define the age limit so that interviews can be conducted without consent, so that in this study it was agreed that all individuals aged 12 years or younger would only be interviewed with written authorization, according to a model developed by the company that conducted the data collection and was approved by the team of researchers of the project.

In order to guarantee the quality of the data collected, a telephone check was performed, following the following procedure: a) confirmation

Table 6 – Sample size and sample error

Region	Population	Percentage in relation to the country (%)	Sample error (%)	Sample
North	15,864,454	8.3	± 6.8	200
Northeast	53,081,950	27.8	± 3.1	1,011
Southeast	80,364,410	42.1	± 3.8	668
South	27,386,891	14.4	± 5.3	344
Central-West	14,058,094	7.4	± 7.5	177
TOTAL	190,755,799	100	± 2.0	2,400

Source: Foco Opinião e Mercado (2013, p. 3).

of the interviewee's existence; b) verification of the full application of the questionnaire. The telephone check was randomly performed in 10% of the sample by an interviewer, totaling 240 checks. When the interviewee refused to provide a telephone number, the address was accepted as a reference, in a maximum of 10% of the interviews of each researcher. After this number, interviews were invalidated. As for children, the check was performed with a parent or guardian who authorized the application of the research, according to the consent form.

That way, all questionnaires filled out in full, without any blank field or question left blank, readable, with the respondent's name and telephone number were considered valid, as well for the cases where a telephone number was not provided (which did not exceed 10% of the questionnaire of each interviewer), containing instead the address.

After checking and validating, the data were inserted in a database developed exclusively for this purpose, containing validation rules that prevent the entry of extraneous data to the possible answers to closed questions. In addition, a consistency test was performed on 100% of the data, ensuring correct and complete typing.

The research data collection system was initially done using Java technology with Postgre database, in web platform. Due to the difficulty of hosting the application, the system was designed for use in a read-only mode with an application created in Delphi language, with Firebird database.

This application, made available for download, allowed for several queries and cross-checks on the data for each question, whether related to the time use, as well as those of the socioeconomic profile.

When choosing or changing a question, the query is performed by displaying the frequencies and percentages of each response in the grid, grouped by categories. Just below the grid, the sum of the frequencies and the sum of the percentages are displayed.

The system also allows the definition of socioeconomic profile filters for the search (the same fields as the cross-checks). In this case, however, the sample is reduced to display the results of only one of the options in the field(s) chosen. That is, while in the cross-check only one field can be chosen and the result is displayed for each of its options, several fields can be chosen in the filter, but only one option for each one.

When choosing one or more filters, the sample is reduced and its size is displayed in the bottom bar, with its percentage in relation to the total and the recalculated margin of error for that size. After a query is

done, you can save your results in the form of a spreadsheet (Excel, Open Office, CSV, etc.).

Results of a research without cross-check can also be displayed in graph form, which can be configured by the user, saved in a Bitmap file, or placed on the clipboard.

The functionalities, as planned, contemplate several cross-checks between the collected data, thus offering possibilities of visions, points of view that can enrich the results, when exploring to the maximum possible observations in that universe.

Divided into eight chapters, this book addresses different conceptual categories related to leisure, connecting extracts referring to sex, age group, schooling, family income, among others.

Thus, in chapter 1, "The Brazilian's Leisure: sex, marital status and schooling", by Sarah Teixeira Soutto Mayor and Hélder Ferreira Isayama, these categories are discussed as possibilities of apprehension of the forms of leisure experience by the Brazilian population, instigating issues such as gender representations and ideals of family construction and access to educational opportunities and diverse cultural experiences.

In the chapter "The Brazilian's Leisure: discussion of data collected in schooling, income, social classes and color/race", the authors, Cinthia Casimiro Pedrão and Ricardo Ricci Uvinha, discuss the data collected in the research, discussing them from the barriers that prevent equal access to leisure. Reasons that abstain the democratically use of goods and rights to all citizens, especially in a country with marked social disparities, as is the case in Brazil.

Luciene Ferreira da Silva, José Carlos de Almeida Moreno and Katyucia Cardoso Veraldo present the text "Relations with work", the third chapter of this book, discussing the categories of job and leisure related to sex, age, income, color/race, religion, among others. The authors point out the fact that work appears as an activity that competes with leisure, since most of the answers regarding the restriction of leisure experiences are due to lack of time due to over-dedication to work and other obligations.

The fourth chapter, "Obligation sphere: prioritizing family/children, religious commitments and political/social commitments", by Maria Cristina Rosa and Marcone Rodrigues da Silva, discusses the sphere of family, religious and political/social "obligations" in their relationships with leisure, in a way that can identify the main obligatory activities that Brazilian citizens do in their daily life and the frequency in which they

occur, highlighting the activities within the spheres pointed out and from the intersection with other variables such as age, social class, sex, among others.

“The Brazilian’s leisure: representations and concretizations in spaces and equipment” is the fifth chapter, authored by Gabriela Varjão Gruber and Edmur Antonio Stoppa. In this article, the discussion will present elements related to the theme of public or private space, rural or urban, real or virtual, discussing the Brazilian’s leisure in its representation and concretization, subsidizing the reflection for the implementation of actions that can rethink the existing imbalances in the access and use of different spaces and leisure equipment.

Mirleide Char Bahia and Ronivaldo dos Santos Brito present the sixth chapter, “The Brazilian’s leisure: how time is experienced”, considering the category of “time” in its relations with the different cultural contents of leisure. According to the authors, the possibilities of leisure in our days are directly related to a certain time “available” in modern societies, either on weekends or holidays, since not everyone has the possibility of access to leisure by a series of issues, among them the lack of time to experience leisure.

The issue of leisure for people with disabilities is the theme of the seventh chapter, presented by Liana Romera and Liana Poubel. In “Leisure of the Brazilian with disability: between the dream and reality”, the authors, with the proposal to discuss the leisure of people with disabilities and not their disability, present reflections on the meanings of leisure for the life of these people, what they do, what they would like to do and the reasons that prevent them from doing so, important issues that, according to the authors, should be the subject of reflection and proposition of actions, since the insertion of this group in the field of leisure is not yet totally guaranteed in our reality.

Finally, Natália de Souza Carlos Gonçalves, Bruna Eliza Previatello Peçanha and Sidnei Raimundo present the article “Cartography and its application in leisure studies: some possibilities for the spatial understanding of the Brazilian’s leisure”. The objective of the text was to contribute with a cartographic database, to understand the spatial distribution of leisure practices of Brazilian citizens, to improve cartographic representation of leisure studies and to develop the understanding of leisure practices of the Brazilian citizen for decision makers and police makers.

It is important to highlight that the set of papers presented here does not represent all the possibilities related to the leisure experiences of the Brazilian citizens, since the data collected allows, according to the questionnaire presented, new cross-checks of categories and extracts not developed herein, as well as other readings in relation to reality.

We hope, therefore, that the texts placed next will be a source of information and inspiration for new research in the area, whether they are the result of the data collected in this project, or are the result of new reflections, investigations and dialogues, so that they can generate new practices, actions and public, private and related to the third sector in the field of leisure.

Finally, we would like to express our gratitude to the Ministry of Sport, on behalf of the National Secretariat of Sport, Leisure Education and Social Inclusion (SNELIS), for promoting research and, especially, to the authors of the texts, for the patience, understanding, collaboration and direct involvement, not hesitating to participate actively since the first project planning meeting.

References

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- FOCO OPINIÃO E MERCADO. Plano de trabalho. In: Projeto “O lazer do brasileiro”. Florianópolis, 2013. Digitado.

Anexx 1

()	QUESTIONNAIRE	()	Interviewer:	Date: / /
()	City:			State:
()	Do you live in the urban or rural area of your municipality? 1.Urban 2.Rural			
Interview start time: ____:____ (hour: minute)			Interview end time: ____:____ (hour: minute)	

Socioeconomic profile	
()	1. Sex: 1. Male 2. Female
()	2. What is your age: _____
()	3. Age group (don't ask) 1. 7 to 10 2. 11-14 3. 15-24 4. 25-34 5. 35-44 6. 45 to 54 7. 55 to 64 8. 65 or above
()	4. Schooling: 1. Illiterate 2. Reads and writes but has not attended school 3. Incomplete Primary School 4. Complete Primary School 5. Secondary School (incomplete or attending) 6. Complete Secondary School 7. Incomplete/attending higher education 8. Higher education 9. Graduate degree (specialization, master's, doctorate, postdoctoral)
()	5. By adding your income and that of the people living with you (including wages, benefits, pensions, and other sources), what is your average monthly family income? 1. No income 2. Up to 1 MW 3. Between 1 and 2 MW 4. Between 2 and 3 MW 5. Between 3 and 4 MW 6. Between 4 and 5 MW 7. Between 5 and 10 MW 8. Between 10 and 15 MW 9. Between 15 and 20 MW 10. Above 20 MW 11. Didn't inform
()	6. Are you currently working? 1. Yes 2. No
()	7. What is your occupation?
()	Working
()	Not working
()	1. Employee at a private company 2. Employee at a public company 3. Domestic worker 4. Entrepreneur 5. Liberal professional 6. Public servant 7. Self-employed 8. Farmer/rural producer 9. Other _____ 10. Homemaker 11. Retiree 12. Student 13. Unemployed 14. Pensioner 15. Other _____
()	8. What is your religion? 1. Pentecostal Evangelical (Christian Congregation in Brazil, Assembly of God, Evangelical Crusade, Foursquare Gospel, Brazil for Christ, House of Blessing, God is Love, Universal Church of the Kingdom of God, Reborn in Christ, International of Divine Grace, Christian) 2. Non-Pentecostal Evangelical (Baptist, Presbyterian, Methodist, Lutheran, Episcopalian, Anglican, Congregation, "Protestant" Salvation Army) 3. Umbanda 4. Candomblé or other Afro-Brazilian religions (Xangô, Batuque, Mina, Omoloco, Catimbó) 5. Kardecist Spiritist, Spiritualist 6. Catholic 7. Jewish 8. Other religions (Mormon, Adventist, Jehovah's Witness, Seicho-No-Ie, Messianic, Perfect Freedom, Buddhist, Santo-Daime, Muslim) 9. Has no religion 10. Atheist/ Does not believe in God
()	9. What is your color/race: 1. White 2. Black 3. Pardo 4. Yellow 5. Indigenous. Ethnicity _____
()	10. For those over 18 years of age: What is your sexual orientation: 1. Heterosexual 2. Homosexual 3. Bisexual 4. Other, please specify.

()	11. What is your marital status? (mention options) 1. Single 2. Civilly married 3. Stable union/lives with partner 4. Separated 5. Divorced 6. Widowed
()	12. Do you have any disability? 1. Yes 2. No
()	13. If so, please specify.
Habits related to the use of spare time	
()	14. Thinking about your day, from the moment you wake up to the moment you go to bed, you have activities that are mandatory and others that you do by choice in the remaining time. What are the mandatory activities you do in your day (spontaneous or stimulated)? 1. Work 2. Study/courses 3. Family, children 4. Chores 5. Religious commitments 6. Social work 7. Political/social commitments (meeting of condominium, associations, etc.) 8. Other, please specify: _____
()	15. And among these mandatory activities (show card/disc) which ones do you do in your day (stimulated)? 1. Work 2. Studies/takes courses 3. Takes care of the children/family 4. Takes care of household chores 5. Goes to church 6. Does social work 7. Political/social commitments (meeting of condominium, associations, etc.) 8. Other, please specify: _____
()	16. Thinking about your weekend, apart from the activities that are your obligations, what do you do in the rest of your time?
()	17. How often do you (mention activity) on weekends (mention options)? 1. Every weekend 2. Almost every weekend 3. 1 or 2 weekends per month 4. Occasionally (a few times during the year) 5. One or less than once a year
()	18. Where do you usually ... (mention activity)? 1. At home 2. At work 3. On the street/In public places 4. During commuting 5. In private places specific for the purpose 6. In the virtual environment 7. Outro _____
()	19. On a scale of 0 to 10, what level of satisfaction do you feel when (mention activity), where 0 means no satisfaction and 10 total satisfaction.
()	20. What are you looking for when doing this activity? 1. Resting 2. Having fun 3. Personal/social development 4. Other: _____
()	21. Do you consider it as leisure? 1. Yes 2. No

Question 16 Activity	Question 17 Frequency	Question 18 Location	Question 19 Rating of Satisfaction	Question 20 Goal	Question 21 Is it leisure?
a)					
b)					
c)					
d)					
e)					
f)					
g)					

()	22. Now, during the week, when you are not doing the activities that are your obligations, what do you do in the rest of your spare time?
()	23. How many times in the week do you ... (mention activity) in your spare time? 1. Once 2. Twice 3. Three times 4. Four times 5. Everyday
()	24. How many hours a day of your spare time do you spend (mention activity)? (write down the hours)
()	25. Where do you ... (mention activity) in your spare time? 1. At home 2. At work 3. On the street/ in public places 4. During commuting 5. In private places specific for the purpose 6. In the virtual environment 7. Other: _____
()	26. On a scale of 0 to 10, what level of satisfaction do you feel when ... (mention activity), where 0 means no satisfaction and 10 total satisfaction.
()	27. What are you looking for when doing this activity? 1. Resting 2. Having fun 3. Personal/social development 4. Other: _____
()	28. Do you consider it as leisure? 1. Yes 2. No

Question 22 Activity	Question 23 Frequency (x/week)	Question 24 Hours/day	Question 25 Location	Question 26 Rating of satisfaction	Question 27 Goal	Question 28 Is it leisure?
a)						
b)						
c)						
d)						
e)						
f)						
g)						
29. What would you like to do as leisure in your spare time that you currently don't do?						
30. What are the reasons you currently don't do what you would like to in your spare time?						
()	31. We talked about what you do today during your spare time and what you would like to do. So, from 0 to 10, how satisfied are you with the way you currently use your spare time?					

Economic classification profile						
32. I will mention a few items and I would like to know which of them you have in your house: (mark the answer to each item with X)						
Items		Number of items				
		0	1	2	3	4 or +
()	a) Color television					
()	b) Washing machine					
()	c) Radio					
()	d) Bathroom					
()	e) Car					
()	f) Video recorder and/or DVD					
()	g) Fridge					
()	h) Maid					
()	i) Freezer (it can be a separate appliance or part of a conventional fridge)					
()	33. What is the head of the family's level of education? 1. Illiterate/Incomplete Primary Education (Illiterate - Up to 3rd Grade of Elementary Education) 2. Complete Primary Education / Incomplete High School (Up to 4th Grade of Elementary Education) 3. Complete High School/ Incomplete High School (complete Elementary Education) 4. Complete High School / Higher education (complete Secondary Education) 5. Complete Higher Education (Complete higher education)					
34. Finally, I would you like to know, what do you consider as leisure?						

The Brazilian's leisure: sex, marital status and schooling

Sarah Teixeira Soutto Mayor¹
Hélder Ferreira Isayama²

Introduction

In this chapter, we will discuss the leisure experiences of the Brazilian population, considering the interrelationship between the categories *sex, marital status and schooling*. Understood as a historical-cultural manifestation intrinsic to the complexities of life in society, leisure, as well as other dimensions of human experience, is constituted by and in relationships that the subjects establish with their peers and with the structures that make up the uniqueness of each social background. Thus, we can infer that leisure exists only if it is thought of the relations that it establishes with other dimensions, be it concrete, as a job and the numerous possibilities of education (institutional or not); (be it symbolic, such as representations and representations that are processed in time, linked to certain historically agreed forms of living in a given context, i.e., customs and ideals disputed and negotiated in the conflicting arena of interests that we call *culture* (THOMPSON, 1998).

1 PhD in Leisure Studies at Federal University of Minas Gerais (UFMG). Researcher at Study Group about Football and Fans (GEFUT/UFMG) and at Oricolé (Laboratory about Education and Professional Performance in Leisure).

2 PhD in Physical Education at UNICAMP. Professor and vice coordinator at Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer at UFMG. Leader of Oricolé. Editor of the magazine *Licere*.

In fact, thinking about leisure requires searching for a particular time and context or, as Williams (2003) argued, for a structure of feelings distinguished by the culture of a period and for the specific vital result of the elements of its general organization. A task which, according to the author, allows only an approximation, since reality itself is inapprehensible. However, the combination of theoretical incursions with rigorously worked empirical elements can enable this approach to be able to provide data of great relevance for the exercise of understanding the studied context.

From this perspective, we will work on the categories of *sex, marital status and schooling* as possibilities of apprehension of the forms of leisure experience by the Brazilian population. Categories that can promote important issues such as gender representations and ideals of family construction and access to educational opportunities and diverse cultural experiences. Issues that can undeniably provide key information for mapping and understanding the constitution and appropriation of leisure in the country; which can also be configured as a rich possibility to subsidize government actions appropriate to a given reality and to minimize the barriers that still contribute to the “all inhibiting” of the practice of leisure (MARCELLINO, 2008).

To do so, we chose three of the questions asked to the subjects interviewed in the Brazilian Leisure Project: *What do you do on the weekend? What would you like to do in your spare time? And why don't you do it on your spare time?* On the first two inquiries, the interviewee could choose several activities previously arranged in the questionnaire, which were later grouped according to the following cultural interests of leisure (MARCELLINO, 2007): physical-sports; social; tourism-related; intellectual; manual; and artistic.

The answers to the last question were grouped in the following options: time; space/location; health; money/financial resources; others; nothing/does everything they want to; does not know/did not answer. Factors that allow us to have a sense of the impossibilities and mishaps present in the experience of leisure.

In advance, some clarification is necessary on how we treat the categories *sex, marital status and schooling*. Regarding *sex*, although the questionnaire was based on the “masculine” and “feminine” options (which refers to the instrument's own logistics), we tried to recognize the importance of the social meanings that may be present in the choice, in the desire and the effective practice of leisure for men and women.

Regarding marital status and schooling, due to the amount of information that each of these categories entails³, especially when conducting the many possible cross-checks, some data were grouped. In the case of *marital status*, interviewees who declared themselves to be unmarried, separated, divorced and widowed, and others who declared themselves to be civilly married or in a stable union, shall be considered as stable union. In this way, we chose to make a division between those who declared that they lived with a partner and those who did not have a formal relationship. As for the schooling profile, we grouped as follows: one group was constituted by those who declared themselves illiterate; another by people who are attending or have completed primary school; others who are attending or have completed high school; and, finally, interviewees who declared to be attending or have completed higher education composed the last group.

In general terms, the survey sample consisted of 49.38% of men and 50.63% of women. Of this total, 58.12% declared themselves single, separated, divorced or widowed; while 41.88% said they were married or are in stable union. As for schooling, 2.42% declared themselves illiterate; 45.42% are attending or have completed primary school; 34.12% are attending high school or have finished high school; and 11.89% have higher education or are currently studying.

Next, these data will be sliced and diced through the intersection of these categories, in order to provide an overview of the leisure experiences of the Brazilian population. The first question asked to the interviewees refers to the actions they do on weekends, which brings a wide repertoire of knowledge about what people actually do in the moments they allocate for leisure, also considering, in this case, what is possible for them to do according to some of the specificities of their social condition.

³ Regarding marital status, the interviewee could choose the options: single, civilly married, separated, divorced and widowed. On schooling, there were the following possibilities: illiterate; reads and writes, but did not attend school; incomplete primary school; complete primary school; incomplete high school; complete high school; incomplete higher education; complete higher education and graduate degree. It is worth mentioning that for a more detailed study, based exclusively on the understanding of the leisure experience in relation to the marital status or specifically for the level of schooling, it is possible to use all variables separately. Since, at that time, we were attempting to cross-data into three categories, we focused on a less particularized analysis.

What do you do on the weekend?

The following tables detail the percentages of each cultural interest of leisure in relation to the frequency of choice of the people interviewed. At first, only the differentiation by sex is observed. Subsequently, data on the cross-referencing between sex and *marital status and sex and schooling* can be glimpsed. In the same way, this will be done with the other questions.

Table 1 – Cultural leisure interests* for men and women – weekend

Interests – men	(%)**	Interests – women	(%)
Idleness	3.4	Idleness	5.1
Tourism-related	33.2	Tourism-related	41.7
Physical-sports	64.0	Physical-sports	20.6
Artistic	14.0	Artistic	16.7
Social	58.1	Social	70.9
Manual	0.5	Manual	1.9
Intellectual	1.7	Intellectual	4.7

Source: Research database.

Author's elaboration.

* The more widespread and used classification of cultural interests in Brazil was elaborated by Dumazedier (1979), distinguishing five fields: physical-sports; social; artistic; manual; and intellectual. Camargo (1986) adds to these fields a sixth one, belonging to tourism-related interests. We emphasize that these fields are closely related, being differentiated only to denote the cultural diversity that encompasses leisure. We used this classification for the context of this study, however, idleness was also considered as one more possibility of leisure, as it appears in the data of the research.

** It is important to highlight that the sum of the values obtained for each interest can exceed 100%, since the interviewees could choose more than one option. This holds true for all the other data presented in this article.

Taking into consideration only the sex category, the research revealed significant differences in the choice of men and women, especially in the case of physical-sports interest. The data can provide indications that actions related to this interest are still a priority part of the masculine universe, which refers to the history of sports and other physical activities in the country, which relegated women, for a long period of time, to a marginality condition in the choice and experience of many of their practices. With due care and attention not to incur in an anachronism and produce linear relations, it is possible to reflect on the historical place destined to women in the propositions of intellectuals, doctors, statesmen and other Brazilian public administrators.

As Soares (1994) reminds us, the constitution of physical education in the country, practiced in the middle of the nineteenth century, was reportedly based on a differentiation of activities for men and women, with a view to adapting to a social function that was expected to each sex. The author recalls that, while boys were steered towards sports such as swimming, horse riding and fencing, girls were encouraged to practice the “precepts of elegance” such as dancing, singing, reciting, and piano (idem, p. 66). Regarding gymnastics, the author emphasizes that the practice was defended for women as a way to strengthen the body for maternal functions, a thought that gained strength in the first decades of the twentieth century, especially through the words of the intellectual Rui Barbosa. In this context, sports could even be allowed, but provided they were compatible with feminine delicacy (idem, p. 102).

Although these may appear to be outdated situations, data collected by Goellner et al. (2011) demonstrate that there is still a common sense that needs to be overcome regarding the experience of certain sports practices developed by men and women. In a survey conducted with members of the City Sports and Leisure Program (PELC), in the municipalities of Rio de Janeiro and Porto Alegre, the authors found that the choice and participation in those activities were strongly related to gender stereotypes. As an example, they mention men who did not attend dance classes because they considered it a women's practice, as well as women who, when they chose to practice soccer, ended up using secondary and improvised courts during less busy hours. They noted, therefore, a predominance of men, in all the nuclei visited, in the practice of soccer, a sport still widely understood as a male domain (DAOLIO, 2006).

Still on this interest, men's attention is drawn to the quantitative difference in choice for sports compared to other interests. The percentage of 64% can demonstrate, among other interpretative possibilities, an educational reality and configuration of public policies in Brazil that make this interest one of the most widespread leisure possibilities in our society (ISAYAMA, 2007).

On the last reality, it is relevant to consider that, historically, several government programs were created, related to the experience of physical-sports content (idem), leaving aside the promotion of experiences guided by other interests. If we think of the names of some of these programs, we can have an idea of the protagonism of sports and other physical activities: *Esporte para Todos* (1973), *Mexa-se* (1975), *Lazer Ativo* (1999), *Esporte e*

Lazer na Cidade (2003 – still in effect), among others. Even considering that these programs may entail (or carry) in their curricula activities that are not restricted (or are restricted) to the physical-sports interests, the choice of their names is not something without intentionalities. There is, in fact, a great association between leisure and sports policies that needs to be rethought so that other interests are within the reach of the population.

In relation to education, we can highlight the transmission of physical education contents, for example. These contents are restricted, in most schools, to the practice of sports, which exempts the students from the knowledge of other possibilities of the human movement. Following a historical trend in which the sport was largely associated to the values of discipline, order, morality, civility and hygiene (SOARES, 1994; RODRIGUES, 1996; SEVCENKO, 2008; LINHALES, 2009; RODRIGUES et al., 2014), to this day it's still noticeable its association with physical education almost as a synonym of itself. And this picture becomes even more serious if we consider that the training of the leisure professional is still mostly promoted by physical education courses (MELO, 2007), not acquiring or acquiring little importance for other areas of knowledge.

In this perspective, besides physical education, it is worth emphasizing the pedagogical role of other school disciplines and of the school itself as a whole. The few mentions by the interviewees of practices related to artistic, manual and intellectual content may be a reflection of a selection of knowledge very concerned with a professional pragmatism based on the demands of the labor world and not sensitive to other dimensions of human experience. Also in this perspective, the lacking presence of idleness can be indicative of a society still strongly based on the morality of productivity.

As for the art, it is also necessary to question the representations that still permeate their experience, especially their understanding as something superfluous or as a privilege of few sectors of society, becoming an element of distinction (MARCELLINO, 2004). Still on the opportunities of access to this interest, Melo (2007, p.69) proposes the following questioning regarding the Brazilian reality: who can access the artistic goods? The author agrees with Marcellino (2004), when pointing out that nowadays art is still seen as erudite culture and a “mechanism of privilege”.

Regarding the intellectual interest, it is worth mentioning the lack of public services associated to its offer, such as libraries, museums, art

galleries, among others, as well as the lack of incentive for a broader education of these experiences by schools, deeply worried about the teaching of languages and literature “as verbal instruments to acquire knowledge required in formal situations, such as tests or entrance exams” (idem, p. 129). Similarly, manual interests may also be less experienced because they do not comply, pragmatically, with the demands of the current labor market. Its few mentions by the interviewees occurs in all the cross-checks made, considering the three questions used.

Such understandings may constitute as inhibiting factors in the experience of these interests (which are closely related) by a significant portion of the Brazilian population, especially if they are thought of in their relation to schooling, as we shall see later. In this case, it is possible to establish relationships about the educational possibilities to which people have access and the choices they make in their leisure time.

Table 2 – Cultural leisure interests, considering sex and marital status – interviewees who did not declare formal marital relationship* and interviewees who declared formalized union** – weekend

No formal marital relationship			Formalized union		
Interests	Men (%)	Women (%)	Interests	Men (%)	Women (%)
Idleness	10.95	5.975	Idleness	4.85	5.4
Tourism-related	15.725	29.675	Tourism-related	42.5	44.1
Physical-sports	47.65	13.325	Physical-sports	40.85	9.95
Artistic	11.6	14.2	Artistic	14.95	11.25
Social	63.875	73.95	Social	60.3	73.25
Manual	0.975	1.675	Manual	1.55	3.9
Intellectual	2.275	4.4	Intellectual	2.75	5.0

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

* These are single, separated, divorced and widowed individuals. The data obtained for this group are the result of an arithmetic mean between the individual percentages of each one of them.

** These are married individuals or living on a stable union. The data obtained for this group are the result of an arithmetic mean between the individual percentages of each one of them.

Two possibilities of experiencing leisure are worthy of attention when analyzing the cross-referencing of sex and marital status: idleness and tourist interest. In relation to the former, the frequency is twice as larger for men who do not have a formal marital relationship, which can

provide clues about the “obligations” also placed in the leisure experiences when a union is formalized, possibly established by the family demands.

On the second experience, tourism, the family constitution can also be a factor for the significant difference observed. A higher percentage is perceived for men and women with formalized union, which may mean that the act of exercising tourism may be closely related to the conjugal relationship, that is, to the existence of a partner or a family that encourages such action, either by the component “company” or even by the improvement of the financial conditions that can come from the union.

Still on this possibility, it is worth mentioning the trips with the purpose of visiting friends and relatives, which may be related to the existence of a conjugal relationship and the expansion of family relationships. According to Uvinha (2007), this form of tourism has experienced notorious growth in the world.

Table 3 – Cultural leisure interests, considering sex and schooling – men and women – weekend

Interests	Schooling (%)							
	Men				Women			
	Illiterate	PE	SE	HE	Illiterate	PE	SE	HE
Idleness	3.0	3.45	3.6	4.7	20.0	4.45	5.7	6.2
Tourism-related	9.0	29.05	54.95	47.7	12.0	31.15	43.74	66.7
Physical-sports	45.3	67.5	81.35	43.75	8.0	19.3	12.2	14.4
Artistic	3.0	11.45	26.75	20.1	8.0	9.5	18.7	27.3
Social	57.4	49.1	88.15	79.7	64.0	58.65	77.9	88.05
Manual	0.0	0.95	0.2	3.15	0.0	2.6	0.4	2.85
Intellectual	0.0	0.8	3.25	4.55	0.0	2.2	4.6	4.6

Source: Research database.

Author's elaboration.

When it comes to sex and schooling, one cannot lose sight of the conditions of access to school that still permeate our country. Although the sample of this research, in particular, was composed of only 2.42% of illiterates, the Brazilian reality is worrisome. The last demographic census conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in 2010 showed the following illiteracy rate in Brazil: 3% for the population between ages 15 and 29; 9.5% for the population between ages 30 and 59; and 26.6% for the population with 60 years or over. It is important to emphasize that the sample that makes up the research “The

Brazilian's leisure” is formed, for the most part, by people belonging to the age group between 15 and 59 years, which may justify, in part, the low presence of illiterates compared to the general Brazilian reality.

On this population, the percentage of women who said they dedicate themselves to idleness on weekends is noteworthy. Even if we understand that this choice can be guided by the person's own desire, it is possible to establish relationships between the absence of education and access to other leisure activities, if we think that the experience of cultural interests is closely related to educational possibilities, institutionalized or not. In this case, we can see that the illiterate interviewees, of both sexes, were the ones that indicated the lowest percentages regarding activities related to the artistic, tourism-related and intellectual interests.

In the case of women, the high frequency of idleness (20%) may approximate the findings obtained by Goellner et al. (2011, p. 202), when they questioned the preference of women in relation to leisure activities in the city of Porto Alegre. The authors realized that women's choices were very marked by performing activities in the domestic space, such as “lying down”, “doing nothing” and “relaxing”; while men's choices were more influenced by the fun they experienced in spaces outside their home. For the authors, leisure, “like any other human practice, is a generalized and generalizing space” (idem, *ibidem*).

When we come across data on tourist interests, we perceive the relationship with the degree of schooling. Their experience increases significantly from high school, a situation that may be related to a more independent and satisfactory financial condition. Although we do not have enough data to build a direct relationship between these indicators, the existence of such growth in both sexes cannot go unnoticed. In the same way, we perceive an increase in the experience of activities related to intellectual and artistic interests when it comes to people who declared to have completed or to attend secondary and higher education.

Concerning these interests, it is necessary to expand the perspective for literacy that is not restricted only to reading and writing (although this is also of crucial importance). As Melo (2007, 79) points out, one must think of “multicultural literacy” in order to optimize other important human dimensions and enable people to consciously exercise their right to choose. Education for art would be one of these possibilities, as well as the understanding of intellectual interest beyond its pragmatic functions, as Giroux (1997) ponders when he problematizes the rationality that

still dominates teaching and the academic curriculum, which advocates efficacy, objective behaviors and treatment of knowledge as something to be consumed.

These cultural assets, seen from the perspective defended by these authors, are still not very feasible for people, either through a school institution or through public policies. Thinking about this viability also implies questioning how these assets present themselves in society and what are the possibilities of access of these subjects, as far as spaces (location) and economic conditions are concerned.

Following this problem, the following data will indicate the choices of the interviewees with reference to what they would like to enjoy in their spare time.

What would you like to do in your spare time?

This question is of utmost importance in establishing comparisons between what interviewees do (considering the weekend) and what they would like to do in their spare time. This way, it is possible to question whether what they actually do as leisure comes close to what they would like to do, that is, if their real actions correspond to their aspirations.

Table 4 – Cultural leisure interests for men and women – What would you like to do in your spare time?

Interests – men	(%)	Interests – women	(%)
Idleness	1.5	Idleness	2.3
Tourism-related	41.3	Tourism-related	47.8
Physical-sports	25.4	Physical-sports	19.2
Artistic	3.2	Artistic	6.4
Social	8.8	Social	10.6
Manual	0.5	Manual	1.7
Intellectual	1.0	Intellectual	1.0
Nothing; does everything it wishes to do	9.0	Nothing; does everything it wishes to do	6.3
Study, courses	4.4	Study, courses	5.8
Doesn't know, didn't answer	3.3	Doesn't know, didn't answer	1.4

Source: Research database. Author's elaboration.

It is interesting to realize that, when people have the power to choose, some interests suffer great differences in values when compared to what people say they do. What is most striking is the greater choice by tourism in relation to other interests that were more prominent, such as physical-sports and social. This last one was configured as one of the options most marked in any categories and their inter-checks when people answered what they did on weekends; however, it was less remembered when interviewees were asked what they would like to do.

This fact can be broadly associated with the socioeconomic barriers and difficulties related to the time available for the leisure experience, since it can be inferred that tourism requires more financial and temporal investment than other cultural interests, being less accessible than other activities, such as attendance at family gatherings and reunions, bars and restaurants, among other possibilities included in the social interest. Likewise, a notable drop in the physical-sports interest may demonstrate that their experience as one of the main leisure activities of the Brazilian citizen (Isayama, 2007) may be more related to people's concrete possibilities than to their aspirations.

Intellectual and artistic interests maintain low percentages, which refers to the questions posed above, especially if we consider the arts. There was a significant drop in relation to the frequency observed during the weekends, in which the percentages of 14% for men and 16.7% for women were verified. Thus, we can see that arts represent one of the interests least remembered by the interviewees.

Table 5 – Cultural leisure interests, considering sex and marital status – interviewees who did not declare formal marital relationship and interviewees who declared a formalized union – What would you like to do in your spare time?

No formal marital relationship			Formalized union		
Interests	Men (%)	Women (%)	Interests	Men (%)	Women (%)
Idleness	1.675	3.65	Idleness	2.2	2.2
Tourism-related	37.675	47.05	Tourism-related	49.0	51.9
Physical-sports	19.775	21.325	Physical-sports	20.1	18.2
Artistic	1.5	7.025	Artistic	1.85	4.85
Social	12.2	8.575	Social	7.75	11.13
Manual	0.075	1.55	Manual	0.9	2.05
Intellectual	0.875	2.025	Intellectual	0.6	0.9
Nothing; does everything as wishes to do	11.0	8.05	Nothing; does everything as wishes to do	8.85	5.8
Study, courses	4.2	4.825	Study, courses	4.5	6.4
Doesn't know, didn't answer	3.15	0.55	Doesn't know, didn't answer	2.3	1.15

Source: Research database. Author's elaboration.

At the cross-checks between the categories sex and marital status, we perceived results very similar to what was verified in the exclusive analysis of the sexes. There is a significant appreciation of tourism in relation to other interests that until then had maintained a certain role, such as social and physical-sport.

Regarding tourist interest, unlike what occurred in the question regarding what the interviewee was doing on the weekend, we did not perceive any significant distinctions regarding the marital status.

Table 6 – Cultural interests of leisure, considering sex and schooling – men and women – What would you like to do in your spare time?

Interests Men	Schooling (%)				Schooling (%)			
	Men				Women			
	Illiterate	PE	SE	HE	Illiterate	PE	SE	HE
Idleness	0.0	1.7	2.05	1.5	4.0	3.25	2.05	1.25
Tourism-related	48.4	41.45	41.0	50.35	56.0	42.8	48.05	45.45
Physical-sports	12.1	28.15	23.35	26.35	8.0	17.7	20.75	23.15
Artistic	0.0	2.05	3.75	4.7	0.0	2.75	7.55	9.15
Social	12.1	8.7	10.45	5.0	12.0	12.95	9.6	5.0
Manual	0.0	0.2	1.0	0.0	0.0	2.8	1.2	1.25
Intellectual	3.0	1.7	0.4	2.1	0.0	1.95	0.8	0.5
Nothing; does everything it wishes to do	12.1	6.85	9.2	6.75	12.0	8.4	5.7	3.35
Study, courses	0.0	3.4	7.85	5.75	4.0	3.6	9.0	6.55
Doesn't know, didn't answer	9.0	3.8	1.3	0.8	0.0	1.85	0.6	1.6

Source: Research database.
Author's elaboration.

Considering schooling, tourism also appears as the greatest aspiration of the interviewees at all levels of education, showing relevant differences in relation to other interests. Physical-sports and social interests have also dropped, in line with previous trends.

It is worth mentioning that artistic interest increases considerably when the level of education is raised, a fact that can once again mobilize discussions about opportunities for access to cultural goods and schooling. However, in relation to intellectual interest, an interesting fact is observed: 3% of men who declared themselves illiterate would like to engage in some activity related to this interest, which revealed a higher percentage than other levels of education. This data can mean, among

other interpretations, the desire of those people to enjoy something that is denied to them on a daily basis, mainly due to the fact that they do not possess the basic concepts of language.

Still on the intellectual interest, it is worth noting that the women who least have chosen for some of their activities make up the public that attends or has already completed higher education. However, if we consider what this same audience marked down as a leisure activity on the weekend, there is a frequency of 4.6%, which may justify the decrease of the choice to 0.5%, since this activity was already made present to them, even if timidly. As for those interviewees who declared to attend high school or have already graduated, a similar situation is noted. While the intellectual interest appears in 0.8% of preference of the spare time choice, it is present in 4.6% of women's responses to what they do on weekends, values significantly higher than those observed in men.

Next, we discussed the last question analyzed in this article, crucial for the unveiling of present distances between what is done and what one would like to do when it comes to the leisure experience of the Brazilian population.

And why don't you do it on your spare time?

The results of this questioning materialize the reasons why interviewees are unable to fulfill the activities they would like to do in their spare time, an element of fundamental importance to map the barriers still present in the fulfilling of leisure as a social right.

Table 7 – Reasons – Why don't you do it in your spare time? – men and women

Reasons – men	(%)	Reasons – women	(%)
Time	35.8	Time	37.2
Space/location	10.6	Space/location	8.4
Health	4.0	Health	3.5
Financial resources	28.6	Financial resources	34.9
Does everything it wishes to do	9.1	Does everything it wishes to do	6.6
Doesn't know, didn't answer	3.8	Doesn't know, didn't answer	2.6

Source: Research database.
Author's elaboration.

It can also be noted that, for both men and women, time is a major obstacle to the leisure activities they desire. This brings us back to the configuration of today's society that reverberates the already old value acquired by labor, added to the increase of time dedicated to it, which, despite labor achievements that regulate daily work, seems to increase in view of the new (and incessant) consumption needs and new technologies employed. Currently, a recurrence of various jobs or the increase of the working day to improve the salary situation is perceptible, aiming not only to guarantee more decent conditions of subsistence, but also, and more and more, to the insertion in the new social patterns encouraged by the market.

In relation to women, it is worth mentioning a still common situation: the double working hours to which many of them are subjected, alternating professional and domestic chores, which can substantially reduce leisure time.

It is also relevant the frequency of financial resources as a barrier to the desired activities, with a higher percentage in relation to women, a situation that persists at the cross-checks with the marital status and schooling categories.

Table 8 – Reasons – Why don't you do it in your spare time? – interviewees who did not declare formal marital relationship and interviewees who declared a formalized union

No formal marital relationship			Formalized union		
Reasons	Men (%)	Women (%)	Reasons	Men (%)	Women (%)
Time	30.15	33.7	Time	42.75	42.1
Space/location	5.35	5.875	Space/location	8.35	8.6
Health	5.925	6.975	Health	4.9	2.7
Financial resources	25.575	36.2	Financial resources	34.25	36.6
Does everything it wishes to do	11.05	9.4	Does everything it wishes to do	8.85	5.8
Doesn't know, didn't answer	3.9	1.975	Doesn't know, didn't answer	2.75	2.65

Source: Research database. Author's elaboration.

Considering the marital status, it is interesting to note that time becomes a more limiting factor for people who have declared some kind of formalized union, both men and women. This may mean an increase in obligations arising from the union and the family constitution, such as home and child care, school holidays, and so on.

Table 9 – Reasons – Why don't you do it in your spare time? – sex and schooling – men and women

Reasons	Schooling (%) Men				Schooling(%) Women			
	Illiterate	PE	SE	HE	Illiterate	PE	SE	HE
Time	15.0	36.45	42.0	55.0	20.0	30.55	39.8	51.1
Space/location	18.1	11.35	9.05	10.85	4.0	10.1	8.8	12.05
Health	6.0	4.5	2.05	2.2	28.0	3.7	1.95	1.8
Financial resources	36.3	26.5	29.2	24.0	28.0	33.45	36.6	34.55
Does everything it wishes to do	12.1	6.85	9.45	6.75	12.0	8.6	5.95	4.15
Doesn't know, didn't answer	9.0	4.8	2.05	0.8	4.0	3.3	1.5	2.35

Source: Research database. Author's elaboration.

Specifying the analysis in schooling, we noticed that the choice by time as a reason that prevents the fulfilling of the desired activities grows as the level of schooling increases. For both men and women, those who declared that they attended higher education or had already graduated were the ones who marked this reason more frequently. From this perspective, it is possible to establish relationships between the availability of time and the professional obligations of the labor market, perhaps more demanding for professions that require higher education.

Another aspect that draws a great deal of attention is the frequency of financial resources as a limiting reason, as verified in previous cross-checks, especially if a comparison between men and women was made. In Tables 7, 8 and 9, it becomes clear that the barrier from the economic factor is more significant for women, which can lead to a series of problematizations concerning, for example, equal pay conditions. Although the data may point to other directions (as the leisure option envisaged by the interviewed women is linked to actions of greater financial value; or part of the men have omitted their economic insufficiency), it is necessary to problematize a society in which a gender pay gap still exists, in which, for the most part, female labor is less valued. This fact may have direct implications for accessibility to the innumerable possibilities encompassed by the cultural interests of leisure.

Final considerations

The analysis of sex, marital status and schooling categories showed differences in the choices of men and women, especially regarding the involvement with physical-sport interests. While men relate more to these experiences, women have more contact with social interests. Another important fact is that intellectual and artistic activities maintain low percentages.

In addition, we highlight the percentage of women who say they dedicate themselves to leisure on weekends. Even if we understand that this choice can be based on the will of the subjects, it is possible to establish relations between the absence of education and access to other leisure practices, if we consider that the experience of cultural interests is related to the possibilities of education, institutionalized or not.

When questioned about what they would like to experience in leisure, it is important to emphasize that the choice for tourism calls attention, considering that when they describe what they do, they emphasize physical-sports and social.

The subjects of the study pointed out that time can be visualized as the greatest difficulty for the leisure activities they desire. Another barrier that we highlight in the data collected was the financial resources fulfill the desired activities, with a higher percentage in relation to women, a situation that persists at the cross-checks with the marital status and schooling categories.

It is important to note that the data presented is a small sample of the research results, even considering the sex, marital status and schooling categories. Therefore, other analyzes can and should be conducted to understand the involvement and aspirations when we treat the leisure experiences of the Brazilian population.

References

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 6 abr. 2014.
- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAOLIO, J. *Cultura: educação e futebol*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GOELLNER, S. V. et al. Política de esporte e lazer de inclusão social: analisando as categorias de gênero, raça/etnia, idade e pessoas com deficiência. In: ISAYAMA, H. F. et al. (Org.). *Gestão de políticas públicas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 197-209.
- GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 31-46.
- LINHALES, M. A. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: PRIORI, M.; MELO, V. A. (Org.). *A história do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 331-358.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 2004.
- _____. *Lazer e cultura: algumas aproximações*. In: _____. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 10-30.
- _____. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: _____. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008. p. 21-41.
- MELO, V. A. Arte e lazer: desafios para romper o abismo. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 65-87.
- RODRIGUES, M. A. A. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. 325f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- RODRIGUES, M. et al. Mapeando as primeiras ações públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946). In: RODRIGUES, M.; ISAYAMA, H. F. (Org.). *Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006*. Contagem: MJR, 2014. p. 29-46.
- SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 513-569, v. 3.
- SOARES, C. L. *Educação física: raízes europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.
- _____. *Educação física: raízes europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2012.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UVINHA, R. R. Turismo e lazer: interesses turísticos. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 47-64.

WILLIAMS, R. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

The Brazilian's leisure: discussion of the data collected in schooling, income, social classes and color/race

Cinthia Casimiro Pedrão¹
Ricardo Ricci Uvinha²

The research “The Brazilian’s Leisure” involves researchers and their respective fellows from eight Brazilian universities and receives support from the Ministry of Sports. The purpose is to identify in a broad way the leisure of the Brazilian citizen, its representation and concretization. The work is carried out through empirical research, with a representative sample of Brazilians of all age groups, genders and social class. As a general reasoning process, also characterized as an observation mode, the comparative study between the representation of leisure and its effective exercise is used. It provides for the techniques development of participant observation, using field diary and application of forms.

With this study, we specifically propose to discuss the variables of schooling, income, social classes and color/race present in the data collected for the research. Addressing the barriers that prevent equal access to leisure is a critical task in today’s society. Reasons that abstain the democratically use of goods and rights to all citizens, especially in a country with marked social disparities, as is the case in Brazil.

1 Bachelor in Leisure and Tourism by the School of Arts, Sciences and Humanities of the University of São Paulo (EACH-USP); an exchange fellowship at the Universitat de Girona, Spain, through the academic merit scholarship of USP(2015-2016). Scholarship holder of the Interdisciplinary Group of Studies of Leisure GIEL/USP and the Ministry of Sports in the research *The Leisure of the Brazilian* (2013-2014).

2 Master of Leisure Studies (UNICAMP), PhD in Tourism and Leisure (USP), Post-Doctor in Leisure and Tourism (Griffith University Australia), is currently Professor of the Postgraduate Program in Tourism of the USP and co-leader of the GIEL/USP.

In this context, the study of variables that measure the differences in the levels of schooling, income, social classes and color/race of the Brazilian population is of utmost importance for the better understanding of the barriers generated in the scope of leisure. In addition, such a study allows possible interventions in these barriers that, even with the development experienced by the country in the last years, still permeate the daily life of its inhabitants.

Isayama, Silva and Lacerda (2011, p.165) suggest that:

leisure has been associated with resting, alienated entertainment or the possibility of passively consuming cultural content. This way of understanding leisure is often the result of barriers present in our context, which, due to the current mode of production, marketed this experience, rendering it inaccessible in the most different aspects.

The data collected in this research reveal that the reductionist view regarding leisure is relevant today, since 77.9% of the Brazilians interviewed associate the word “leisure” with fun, while 20.5% relate such an event as resting, and among other options, only 0.3% visualize it from the perspective of personal development.

With regard to education and schooling, we have the importance of school education for the development of the population not only reduced as a preparation for the professional life, but also as an influential factor for the expansion of the capacity of understanding and discernment of individuals to the world and to society.

The right to education was recognized in Brazil by the Federal Constitution in 1988, when public education ceased to be considered a welfare service and became the formal duty of the State. The document ensures that:

The education, a right of all and a duty of the State and the family, will be promoted and encouraged with the collaboration of society, aiming at the full development of the person, preparing them for the exercise of citizenship and qualification for work [BRASIL, 1988, art. 205].

However, despite being a right, the number of Brazilians without access to the school environment is still high. The last census conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in 2010 indicated that 50.24% of the Brazilian population does not have a school education, or only have incomplete elementary education (IBGE, 2010).

The schooling of the inhabitants of a country directly influences the development and construction of knowledge, and the school is one of the main places that provide changes in society, as long as it promotes its primordial function of propagating knowledge and building a critical consciousness (PACHECO, 2010). However, among the 2,400 interviewees in the Brazilian Leisure Survey, 39.1% have only incomplete elementary education, which is one of the possible factors that hinders the formation of such a critical consciousness, even when it comes to leisure.

The learning process thus introduces hierarchies and inequalities in knowledge acquisition and in the formation of subjects in their intellectual dimension (FARIA et al., 2011). Souza points out:

Understanding the rights exclusion processes in our society, in postmodernity, implies both thinking about the socio-political devices that outline our lives, as well as on the education we live through, which marks our looks and our corporeal behavior [SOUZA, 2008, p. 130].

Therefore, the study points out that Brazilians with lower levels of schooling, when asked about the leisure activities that they can accomplish during the week, tend to respond in greater percentage on the activities with a social and physical-sports nature. Meanwhile, as levels of schooling increase, responses tend not to focus only on these two activities, although they still appear significantly, but also to expand to others, such as those of an artistic and intellectual nature, for example.

This factor leads to the conclusion that, the higher the level of education of the Brazilians interviewee, the greater the leisure options appear in their preferences. For Pinto (2008), access to leisure depends on the education of citizens who can identify and experience the different opportunities presented in the space-time of their daily life, considering them as a valuable importance. Thus, education and schooling are one of the ways in which leisure practices and experiences can be carried out in a voluntary, and at the same time, conscious way.

According to the author, the intentionality of the educational process is a parameter for the development of educational activities and knowledge about leisure. In this context, the relationship between leisure and education is considered as a:

Human training process, which requires, not only a specific knowledge of leisure, but also competence and skills appropriate to

the political, ethical and aesthetic formation/practice concretized in the experiences carried out [idem, p. 48].

It is noteworthy that leisure alone has a great educational potential, acting as a space of intervention in the world as much as the education does (BASTOS; FONSECA, 2009). Such reference points to the importance of this phenomenon to assist in the development of education, acquisition of knowledge and autonomy of individuals.

Another factor to be considered is that, when questioned about what they would like to do in their spare time, tourism-related activities were unanimously shown to be of primary interest among all school levels of interviewees. Next, the reason for not doing so was questioned, and it was found that people at lower school levels cite lack of money/financial resources, while those at higher levels point to lack of time. This percentage is significantly high especially among graduate interviewees, in which 57% of them answered that.

This factor demonstrates how much the level of schooling interferes not only with what Brazilians would like to do in their spare time and are unable to do so, but also with the forms of appropriation and use of that spare time to do what they actually enjoy. Thus, Souza explains the problematic of unequal access to education and schooling in the face of social disparities, stating:

Some drive car, others ride the bus, van and trains. Some attend private schools (buying their education), others attend public schools (paying for the State's neglect). Some play electronic games, some play with scraps. Different formations, different accesses to the produced knowledge. Different places of knowledge apprehension, different knowledge learned. Different constitutions of perception, of a location that sees and reads society. Different perspectives of the same space. Different subjects with different possibilities of life (un) sharing the same city, the same plural society [SOUZA, 2008, p. 128].

From these surveys, another issue to be analyzed is that low levels of schooling lead to more inequality faced by the Brazilian population, which consequently acts as a barrier to leisure: income disparities. In Brazil, 4.4% of households do not have income; 14.7% have income of up to one minimum wage; and 21.5% between one and two minimum wages (IBGE, 2010).

Faced with this reality and the current society strongly marked by capitalism, income becomes a fundamental factor for the acquisition of

different goods and services, which thus define the social status of each individual. The lack of money, coupled with problems of space, scarce investment by the State and the advance of the mass cultural industry, is seen by Almeida and Gutierrez (2011) as one of the main factors which prevents the less favored classes from being included in all the makes up the leisure experience. The authors also add that “[...] the large number of leisurely excluded in Brazil has few alternatives, such as physical activity, socialization in generally deteriorated public spaces, visits to relatives and popular parties” (p. 105).

This assertion is supported by research data that reveal greater concentrations of responses in options involving the physical-sports, corresponding to 23.7% of the sample, and social activities, equivalent to 17.1% of the total, in questions that wondered what the interviewees did in their spare time during the week. Furthermore, the preference for carrying out activities linked to tourism during the spare time has been unanimously chosen, in addition to the fact that, while the parcels with the lowest income levels claim the lack of money/financial resources, the ones with higher wages point to lack of time as the main barrier, a fact similar to what occurs in the issue of schooling presented previously.

Marcellino (2006) points out that the economic factor influences from the time available that individuals have to enjoy until school education, which hinders or inhibits access to leisure activities, placing them as a privilege restricted to a few. Based on this, according to the same author in a previous work, we noted that:

An individual who has to worry daily about their biological survival, who sees the real power of their wages in a decreasing curve, forcing them to work even harder to maintain their already low standard of living, can hardly adopt productive actions in the short time available that is left to them [MARCELLINO, 1983, p. 49-50].

Thus, in a country where most of the leisure attractions belong to the private sector, families with the lowest budgets prioritize health, food, education, among other social spheres, leaving leisure mostly as second plan. Milton Santos (2000) states that consumption, a great fundamentalism of our time, ends up presiding over, among other things, leisure, since the commodification of relationships and submission to the market facilitates such influence.

One can perceive this issue among the interviewees when asked about what they do on vacation. While people with lower income rates

indicate that leisure is their main occupation, those with higher rates cite tourist activities. The extract that includes Brazilians who receive more than twenty minimum wages reveals the most significant percentage among all, in which tourism corresponds to 50.9% of activities carried out during the vacation period.

We have then a current paradox: on the one hand, leisure seen as a right and, therefore, should be available equally to the entire population. On the other hand, there's a large majority of private attractions that limit leisure practices and make differences in income increase the barriers to access such practices.

In this sense, Souza (2008, p. 128) states:

We live socially apart, not by markers necessarily seen, but by distinct occupations of territories, social spaces, and cultural spaces. Poor and rich, except for mass artistic cultural production, they listen to different songs, watch different movies, attend different cultural spaces, different leisure equipment and different parts of beaches.

Concomitantly to this situation, income is a prime factor in determining another important barrier of access to leisure: social classes. Those who are richer assume a high status and are highly esteemed by society, while the poorest take a secondary and differentiated position.

For this research, the *Brazilian Criteria of Economic Classification*, proposed by the Brazilian Association of Research Companies (ABEP), in force in 2013, was used to estimate the purchasing power of the Brazilian population. This classification makes the division of the market into economic classes defined as A1, A2, B1, B2, C1, C2, D and E, by means of the sum of points relative to the possession of items and the degree of education of the head of the family (ABEP, 2008).

The Brazilian social situation has been facing its disparities for a long time, mainly due to the poor distribution of income that plagues the country and has placed it in one of the worst positions in the rankings that measure such distribution in the world. That way, the equal access to leisure becomes impaired, since many cannot pay for certain activities or, coupled with insufficient school education, do not identify with them.

When questioned about leisure activities practiced during the week, for example, class A1 presents a tie between activities of physical-sports content and tourism. Classes A2, B1, B2, C1, C2 and D presented as their main interest physical-sports content. On the other hand, class E has as

its main choice activities related to idleness, which can be the result of influence of the social class of these individuals on their appropriation of free time.

The practice of leisure activities therefore varies according to the social class of each individual, and their viability must be considered as a right even in the face of this reality. Consumption and opportunities are unequal, even if the cultural industry tends to homogenize customs (PIMENTEL, 2003).

This can be seen in the fact that, while class A1 indicates tourism-related activities as the main choices practiced on the weekend, all the others point to those related to the social content of leisure.

Still according to Pimentel (2003, p. 90), the leisure proposals made to the underprivileged social classes end up offering a "leisure for the poor" that only continues the poverty situation of this layer of the population, instead of collaborating for the educational, economic, and political poverty to be overcome. This factor unleashes what Santos (2000, p. 34) called "controlled, regimented, normalized, monitored, mediocrized leisure".

The research also revealed that while classes A1, A2 and B1 point to tourism-related activities as the most practiced during vacation, classes B2, C1, C2 and D have idleness as their main activity. There is a surprising factor in this question: class E presents a tie between activities linked to idleness and tourism, which demands more in-depth analysis through a qualitative study for better understanding.

Melo (2003) places the need to question leisure increasingly characterized as a clearly selective market, which is:

only accessible in its fullness to the economically privileged, and the action of the cultural industry, increasingly strong, propagating a linear, superficial and one-dimensional culture vision, restricting the possibilities of the leisure experience for the population and putting at risk the traditional manifestations of popular culture. We have the great challenge of making leisure activities accessible to all, in a way that is qualitatively superior to what we have today, as well as conceiving intervention in the leisure sphere of action as something that can contribute to overcome this social logic based on difference and inequality [MELO, 2003, p. 23].

Still according to Melo (2009), social class disparities also lead to other inequalities, such as geographic distribution of leisure spaces and

equipment and cultural good of a given location, dividing even more the cities – especially metropolises.

There is yet another barrier that hinders equal access to leisure, even in contemporary times: with regards to color and race. It is worth mentioning, first of all, that the use of the term “race” generates contradictions and uncertainties in among society and also between academia.

The word race is used here as the genetic makeup of the individual which results in differentiated biological characteristics, including, for example, the hair texture, the eyes shape and the skin color. In the research *The Brazilian's Leisure*, the races white, black, *pardo*, yellow and indigenous were considered. This differs from the idea of ethnicity, which refers to the set of cultural and social properties transmitted between generations of a particular group. Ethnic factors thus include customs related to family, religion, clothing and, in this study, to leisure (MCLEAN; HURD; ROGERS, 2005).

Therefore, despite the conceptual difference, race and ethnicity are complementary and intrinsic terms. For Yoder (2006), more attention has been paid to the reasons that lead to inequalities in access to leisure between different racial and ethnic groups. The author points out that this difference in appropriation and use of leisure can be explained by the so-called marginal hypothesis, which considers the smaller participation of some groups as a result of a history of discrimination that, consequently, generated lower socioeconomic conditions. Another explanation for this phenomenon, according to the author, is related to ethnicity, which places the diversity of norms, beliefs and social organizations as the cause of different rates and patterns of participation in leisure.

The research reveals data that allow the perception of different forms of leisure exercised by Brazilians according to the race to which they are considered to belong. When questioned about leisure activities in their spare time during the week, for example, the indigenous interviewees present a tie between artistic and idle activities, where such activities are preferred by 24.9% of the sample, while, at the same time, the other extracts show a higher frequency in physical-sports content of leisure.

It is also interesting to note that, in addition to the indigenous, interviewees considered as yellow also show, despite the significant percentage of physical-sports interest (31.4%), a greater preference for the artistic content of leisure (18.3%), something that doesn't occur in the white, black and brown races, who demonstrate social content as their second main interest of leisure.

Unanimously, all the interviewees show a desire to practice activities related to tourism during their spare time and point out as main barriers the “lack of time”, among white and *pardo*, “lack of money/financial resources”, among yellow, black and indigenous.

Thus, a discussion about the attitudes and actions that can be adopted by leisure professionals can be made so that the diversities can be attenuated:

Obviously, racial and ethnic issues go beyond what recreation and leisure professionals expect to deal with. However, within the field of intergroup relations, it's essential that leisure service managers devise programs that contribute to intergroup understanding and favorable relationships. This can be done through community celebrations, holidays, ethnic and popular festivals, friendly sports competitions, and by hosting other activities. It is also essential that leisure service managers continue to strive to overcome the patterns of prejudice and racial discord that persist in many communities today [MCLEAN; HURD; ROGERS, 2005, p. 163].

Hence, why it's an arduous task – but not impossible – to achieve the reduction of educational inequalities. Such scenario could lead to a consequent reduction in income disparities, thus ensuring a mitigation of the gap between social classes as well as the diversity of color and race.

In this scenario, society would not only be aware of the leisure options they have available, but they would also have educational, financial and social conditions to enjoy them. Only with this accomplishment can we achieve a “[...] new world, seeking fulfillment, where life is lived as an exchange and where the qualitative is dominant, allowing the integral man to be integrated on the planet” (SANTOS, 2000, p. 36-37).

References

- ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. *Critério de classificação econômica Brasil*. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.abep.org/new/Servicos/Download.aspx?id=07>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- ALMEIDA, M. B.; GUTIERREZ, G. L. *O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas a globalização*. São Paulo: Phorte, 2011.
- BASTOS, R. S.; FONSECA, Z. V. D. Organização social do conhecimento: um diálogo com a educação popular a partir de Paulo Freire. In: MARCELLINO,

N. C.; ALMEIDA, M. P. (Org.). *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. p. 193-200.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

FARIA, E. L.; DEBORTOLI, J. A. O.; RESENDE, L. F.; COELHO, L. S.; LUCE, P. C. Lazer e educação: abordando as práticas culturais de crianças e jovens como contexto de aprendizagem. In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Org.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 7-33.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

ISAYAMA, H. F. ; SILVA, A. G.; LACERDA, L. L. L. Por onde caminham as pesquisas sobre formação e atuação profissional em lazer no Brasil? In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Org.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 165-177.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 1983.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MCLEAN, D. D.; HURD, A. R.; ROGERS, N. B. Race and ethnicity factors influencing leisure. In: _____. *Kraus' recreation and leisure in modern society*. 7th. ed. Sudbury, USA: Jones and Bartlett Publishers, 2005. p. 157-163.

MELO, V. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.

_____. A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural. In: MARCELLINO, N. C.; ALMEIDA, M. P. (Org.). *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. p. 82-100.

PACHECO, R. T. B. Lazer, educação e cidadania: qual o papel da escola pública. *Lazer & Sociedade*, São Paulo: Aleph, v. 23, p. 9-23, dez. 2010.

PIMENTEL, G. G. A. *Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional*. Jundiaí: Fontoura, 2003.

PINTO, L. M. S. M. Lazer e educação: desafios da atualidade. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008. p. 45-61.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: SESC/WLRA. *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 31-37.

SOUZA, F. F. Estrutura política excludente, práticas culturais normalizadoras, políticas de alívio à pobreza: o lazer em questão. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008. p. 121-137.

YODER, D. G. Leisure and recreation for individuals in society: leisure, ethnicity and race. In: HUMAN KINETICS. *Introduction to Recreation and Leisure*. United States: Human Kinetics, 2006. p. 58-59.

Relations with work

Luciene Ferreira da Silva¹
José Carlos de Almeida Moreno²
Katyucia Cardoso Veraldo³

The Latin word *tripalium* or *tripalus* is the source for many work-related words, from which was a tool consisting of three stakes used to immobilize horses and oxen so their hooves could be shod. The expression was also attributed to an instrument used to torture slaves and prisoners. Originating from the verb *tripaliare*, its meaning was “to torture”. Albornoz (1994) considers that, from the derivations of the word work, the associations turn to afflictions, burdens, pain, fatigue and facial sweating, the latter being associated with a biblical passage from the book of Genesis – (“By the sweat of your face You will eat bread”), carrying the meaning of punishment (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

- 1 Graduated in Physical Education, at Methodist University of Piracicaba (UNIMEP). Master in Education at UNIMEP. PhD in Physical Education from State University of Campinas (UNICAMP). Professor at the Paulista State University Júlio de Mesquita Filho (FC / UNESP, campus of Bauru/SP), works with the training of Physical Education teachers and Pedagogues in undergraduate courses and in the Master's Degree in Teaching in Basic Education, addressing related topics Leisure, and Education. He is a member of Group of Studies and Research in Leisure, Coroprais Practices and Culture (GELC, UNIMEP / CNPq).
- 2 Graduated in Physical Education from the School of Physical Education of São Carlos (1973); Master and PhD in Physical Education from UNICAMP. He is currently a professor at the University Center of the Educational Foundation of Barretos-UNIFEB, in Physical Education courses.
- 3 She is a classical dancer, beginning her studies in dance in 1997. Graduated in Physical Education Bachelor's degree from UNESP. In the course of graduation she furthered her studies in the areas of Education, Leisure, Dance, Corporeity and Racism, she participated in the research and extension projects in Leisure and Education and she was a member of the Group of Studies and Research in Leisure and Education (GEPLÉ). She is currently a Classical Ballet teacher.

Albornoz (1994) presents refers to work as the realization of a type of piece of work that expresses, that delivers social recognition and remains beyond the life of the subject, overcoming the routine and repetitive effort, without freedom, consumable result and unavoidable nuisance that can also present.

Japiassú and Marcondes (2001) write that through work man modifies, consciously and voluntarily, the world and nature, to satisfy his basic needs.

In the *Dictionary of Marxist Thought* we find that any act of labor is characterized by a productive activity of a certain type, aiming at a goal. In turn, these work characteristics are part of the human existence and are independent of any form of society. The labor process in its simplest meaning is the materialization or objectification as use-value, that is, an understanding of the individual who works with the natural world, in which the elements of work are consciously modified (BOTOMORE, 1988).

This view is inspired by Marx (2008), who understands that through labor man puts in motion the forces of which his body is endowed, in order to assimilate matter, giving it a useful form of life. Work defines man, generating tangible conditions for his existence. However, this thinker considers that labor in the capitalist system could be abstract and concrete. The abstract was supposed to make a profit for the employer. It is an alienating dimension of work. And concrete labor is the dimension that humanizes man, because it generates value of use and creation.

Then, for Marx (2008), what would determine the value of the product, a result of the work, would be the amount of socially necessary labor time for its production: “from then on, the well-known theses of division of labor, alienation, surplus value, class-struggles, etc.” (DACOSTA, 2003, p. 12).

The distinction between physical and intellectual work that prevails in society originated in Greece in the classical period. The Greeks separated the creative works of the artists and citizens of the elite from the hard and laborious work of the slaves.

According to Albornoz (1994), human labor in older societies presented characteristics of complementarity to nature, since the man did not modify it, but survived what it offered to him. The labor was linked to subsistence, without surpluses. Then he moves forward on nature to explore it, but in a very peculiar way to each individual and groups of individuals.

The examination of the collections of objects produced by prehistoric industries shows that the multiple instruments of flint and bone, scrapers, sharpeners, drills, axes, saws, imply differences of aptitude between their producers and users [FRIEDMANN, 1983, p. 23-24].

He also states that:

Among the Persians, Xenofonte tells us, the delicacies that come to the royal table are prepared in a very special way, just as the arts, in general, in the great cities, achieve a higher perfection. In small towns, in fact, the same craftsmen who make the bed are also the ones to make the door, the plow, the table, and even often build the house, feeling quite happy if, with that many trades, they find clients to feed them [idem, p. 24].

With the development of agriculture and consequent expansion of land for cultivation, the first clans based on the collective ownership of the means of production emerged. According to Cáceres (1995), it is from the agricultural revolution, shepherding, and use of metals, that there was an increase in the productive forces that culminated in new social relations and consequently in urban development.

Albornoz (1994) points out that larger land appropriations generated a greater surplus in the economy, which made the exchanges unequal among men and favored the existence of an idle social class.

For Cáceres (1995), in ancient Greece, idleness was permitted only to Greek citizens, not including slaves, servants, foreigners and women. The material wealth obtained through slave labor in the countryside sustained the idle class. In Rome, during the monarchic period, the predominant characteristic of the economy was also the one that was based on the slave labor in the field.

Still according to Cáceres (1995), the beginning of the Middle Ages saw the development of the feudal mode of production based on an agropastoral economy and without surpluses. However, the Crusades reopened the Christian trade throughout the Mediterranean, and there was also an increase in agricultural production due to new production techniques and the growth of cities, which were mostly inhabited by artisans. From that, the trade originated from agricultural production began, which provided the artisanal work, and in addition to the exchange of species, the trade mediated by the currency. The trade and

manufacturing began to generate wealth hitherto subsidized only by land properties. The origin of the bourgeois class was a result of incomes derived from commercial activities, instituting a social hierarchy based on the currency.

The Renaissance emerged from this bourgeois class, when the more fortunate merchants employed other workers, among them the artists (CÁCERES, 1995).

With the discovery of the Americas at the beginning of the Modern Age, a great world trade arose, and the economic center hitherto located in the Mediterranean Sea was transferred to the Atlantic Coast, forming the colonial system in America, bringing vast riches in Europe (idem).

Prior to the Industrial Revolution, most workers owned their land, the means of production, and the craftsmanship, there was, in general, no paid worker. With the loss of land for the bourgeoisie, and without the means to produce their own livelihood, the peasantry began to sell their labor to the bourgeois factory owners in exchange for wages. The industries with cheaper products competed with the crafts, the master artisans and the manufacturers also became workers.

With the Industrial Revolution, the peasants who migrated to the cities underwent unhealthy working conditions. Men, women, and even children, worked up to eighty hours a week. In London in 1780, the population rose from eight hundred thousand to over five million in 1880.

According to Albornoz (1994), for Marx, a common characteristic in the labor of man is his creative capacity to think and project the work or product before it even exists. The artisan possessed all the knowledge of his work, from conception to the final product. With the industrialization and mechanization process of serial work, the worker lost the right to ownership of the product and also to affectivity and the sense of his task in production, leaving the work to stop being a creation to be a form of alienation.

Society has been divided into a minority bourgeoisie, owner of the means of production and who buys the labor force from the majority share of society, the masses deprived of the means of production, who have no other product to offer but their labor power in exchange for salary. According to Cáceres (1995), the wage paid only part of the labor force, the other is free of charge to the capitalist – the already cited expression “surplus value”, of Karl Marx, was attributed to this factor.

Movements such as Fordism, Taylorism and Toyotism have been intercalated for the systematization of the industrial production system in various parts of the world. In short, all these movements aimed at optimizing the time and improving the pace of production. These were labor and worker control movements in and out of factories (GRAMSCI, 1996).

Thus, social, economic, and political changes including the English Industrial Revolution altered the perception of time, as well as of its organization in society, which in turn interfered in social and work relations. Analyzing the perception of time in preindustrial communities, Thompson (1998) observes that the structure of work depended on the cycles of nature and the orientation of tasks. Fishermen worked according to the tides, and farmers worked during sun-hours, seeming to take care first of what was a basic necessity, being more humanly comprehensible than the right work to the hands of the clock. Thompson (idem) points out that in this structure there is less separation between work and life, since both mingle in everyday life.

Various institutions served as a means of establishing this ideology of marked work. According to Thompson (idem), the school was seen as a training for students to acquire the habit of work, serving as well as to internalize the discipline. The Church was another institution that began to proliferate such ideology. Thompson (idem) points out that religions treated idleness as negative and evil and the surplus value being well-seen in the eyes of God. However, these ideologies and the artificial time were not well accepted by the peasants, as they were confronted with the customs of the peoples, according to Thompson (idem). The employer teaches the value of time to workers in industrial and factory work, and later, workers strike for shorter hours and better wages.

In its process, the Industrial Revolution began to generate the problem of “mass leisure” for modern Western society. The mentality of the dominant layer was that the worker also consumed in their leisure time, so that time should not be that much reduced. As a result of this and anarchist movements of the early twentieth century, the idea of a day divided into three parts was defended: eight hours for working, eight hours for leisure and eight hours for resting. From then on came the idea of leisure as an opposite phenomenon to work, or how not to work, being easily confused with an escape valve of compulsory activities and even used to favor production in the new system (idem). With the

reduction of working time, free time for leisure receives two distinct optics, with leisure being in one of them seen by the cultural industry and entertainment as a way to use time as a commodity.

In a survey conducted about the Brazilians' leisure, titled *The Brazilian's Leisure*, the participating public was composed of Brazilians over 7 years old, selected to compose the research sample. The 26 states of the country and the Federal District were divided proportionally into five macro-regions⁴. The age group prevailed in: from 15 to 24 years, 19.83%; from 25 to 34 years, 19.17%; 35 to 44 years, 15.13%; from 45 to 54 years, 12.42%; and, from 55 to 64 years or older, 8.25%.

People of color/white people predominated, 43.96%, followed by pardo with 39.42%. As for the social class, class C1 prevailed, 28.25%; class B2, 22.75%; and class C2, 21.75%. The majority of the population had income ranging from BRL 1,194.53 and BRL 2,012.67 individual, with a variation of 5.5% for class B2, but the index of people in class C2 is also high, indicating that there are still many people living with low wages.

The Catholic religion predominated in 57.58% of responses, followed by "no religion at all", 9.88%, and Evangelical and Pentecostal, with 8%. The group belonged in 88.38% of the responses to the urban zone, and 11.62% of the participants belonged to the rural zone. Among the states, São Paulo had a presence of 22.92%, with 550 respondents. In Minas Gerais, 216 people answered the questionnaire, corresponding to 9%, followed by Rio de Janeiro, with 200 participants, making up 8.33%. In Bahia, 173 people answered the questionnaire, accounting for 7.21%. In Rio Grande do Sul, 131 people participated, making up 5.46%. Paraná had a participation of 118 people, comprising 4.92%. And, Pernambuco, 102 responses, corresponding to 4.25%. The other states presented frequency of responses lower than 100. The lowest frequency occurred in Rondônia, zero responses, corresponding to 0%. The Southeast region had a 42.13% participation, followed by the Northeast with 27.83%, and the South with 14.33%.

As for marital status, 48.21% were single, 29.50% were civilly married and 12.38% were in a stable union or living with their partner. In relation to schooling, 39.13% had incomplete primary education. Secondary education presented a picture of 20.04% of participants who

⁴ The percentages of responses presented are the most representative for the configuration of the group, so they do not reach a hundred.

completed their schooling, and incomplete or attending 14.08%. The illiterate population was 2.42%, and postgraduate was 1.46%.

As for internet access, 59.78% of the responses were positive, and 40.22% of the frequency were "no".

As for the data that relates directly to the work, it is worthy paying attention that 53.92% of the respondents were working and 45.96% did not work at that time. As for the occupation, 448 participants, corresponding to 18.71% of the group, were students, followed by the "homemaker" response, with 158 notes, corresponding to 6.58%, and "liberal professional", with 142 participants, corresponding to 5.92%.

The data showed that mostly participants were working, but there was a significant index of people who indicated that they did not have a paid work at that time. Still in the occupation category, there were a significant number of respondents who were studying. Hence, we conclude that many people have sought to become professionalized before entering the labor market. It was also verified that the difference in the percentage of "homemaker" and "liberal professionals" was minuscule, and there may be a correlation between people who have preferred to pay attention to domestic chores and to other forms of work other than the employer-employee model, allowing them more flexible schedules, as well as adapting to the natural needs and other obligations, such as those related to caring for their children, the house, reconciled with the generation of income of the family.

Work carried out under unconventional conditions, outside government control and legal, trade union, and institutional relations, is, in general, one of the peculiarities of modern society, although a very old practice. Actually, its effects, generically encompassed by the term "submerged" or "invisible economy", have been significant in poor or advanced countries in recent decades [DACOSTA, 2003, p. 17].

Regarding the use of time when asked about what they did during the week, the frequency of responses was 93.40% for "others", followed by "physical-sports", with 23.70%, and "social", with 17.10%. The "artistic" was 9.30%, followed by "idleness" with 7.8%, "intellectual" with 7%, and 4.5% for "tourism-related".

For Marcellino (2000), leisure should not be seen as a complement or compensation of work, or as a consumer activity, but rather seen and

thought as “from and for” personal and social development. Leisure can be experienced in any activity in the human sphere since it respects its creative, emancipatory and playful characteristics (DUMAZEDIER, 2008).

The data on the spontaneous obligations of men and women who were on paid work, the age group 45 to 54 had a percentage of 98.10% for work, followed by 29.60% for families and children and 24.40% for domestic chores.

Women of the same age indicated that their obligations were focused on work, followed by 75.5% for domestic chores and 42.5% for families and children. In the age group 25 to 34, the respondents indicated 98.90% of their obligations as work, followed by 28.90% of families and children and 27.60% of domestic chores. On the other hand, women of this age group accounted for 94.30% for work, followed by 70.70% for domestic chores and 52.30% for families and children.

The data showed that for both men and women work is the activity that takes the most time out of people. What was found to be discrepant were the data on domestic chores and families and children, who showed to be linked to women, with a low respondent index for men.

Also in relation to men and women, it was found that in the age group of 25 to 34, the percentage of men and women who answered were studying was very low, with 11.10% for men and 10.80% for women.

Men aged between 15 and 24 years who indicated work, with 93.70%, and 41% for studies and courses, followed by 23.90% for domestic chores, differed from women of this same age group, who also presented work as the most occupational obligation, accounting for 90.40%, followed by 42.40% for studies/courses, and 50% answered domestic chores. That is, Brazilian women work almost equally as men, and they also study more and take care of domestic chores. Women seem to have work taking most of their time.

Girls aged 11 to 14 years presented 92.20% of their study/course obligations, followed by 60.70% of domestic chores and 5.30% of work. Boys of the same age group presented 94% of studies/courses, followed by 34.40% of domestic chores and 5.70% of work. Once again, domestic obligations indexes have been high for girls from a very early age, compared to boys, which can be traced back to Brazilian sociocultural learning.

When we talk about work and women, we take into account the sociocultural sphere. Thompson (1998), when writing about

transformations on labor in the nineteenth-century, points out that the longest and most arduous work was that of women, who took turns doing domestic chores: “This pace was tolerable only because of work, with children and at home, had proved necessary and inevitable, and not an external imposition” (idem, 288). For the author, this situation is still present today; even with the advancement of technology and the time where the child is within the school environment, taking care of children and the chores at home did not diminish for the woman, since she has followed other natural and human rhythms, not the clock’s own rhythm. “She has not yet abandoned altogether the conventions of preindustrial society” (idem, *ibidem*).

In the survey, the percentage of women, which was 50.63%, had 1,215 responses regarding the obligation (stimulated): 93.4% said work, followed by domestic chores, with 85.4%, and family and children, with 57.7%. Therefore, the presence of women in the labor market and their use of time in domestic duties and taking care of the family and children prevails. Studies and courses also had a significant number, 21.5%, which validates the fact that women also care about their professional career.

Dumazedier (1973) states that the “three eights” scheme (eight hours of work, eight hours of sleep and eight hours of leisure time) was and is organized as if there were no domestic chores, and these activities take up a lot of computing time of work in the countries. These tasks are carried out mainly by the female population, which in turn develops two types of work: paid and unpaid work. The entry of women into the labor market increases, however, without reducing their amount of housework (PEREIRA; GELINSKI, 2005, p. 3).

We have also included maternity in the sphere of domestic chores, which is another function for women, although the obligations to take care of the home and children are tasks which in isolation already constitute an obstacle for women to exercise an equal profession condition in the labor market and the possibility of leisure time. Dumazedier (1973) points out that there is a difference between men’s free time and married women’s free time, pointing out that for a married woman with no children and no profession, leisure time is four hours and for women exercising a profession out of home or those who are responsible for two or three children, even if they remain indoors, the average of their free time does not exceed two hours and ten minutes. This time is reduced for women who have a profession and have two or three children. However, Dumazedier (idem)

indicates that there is a strong correlation in the reduction of domestic chores and the increase of leisure due to modernization. According to the author, in the old household, the housewife, as well as the craftsman, did all the housework, and today the most laborious jobs, like washing clothes, are at the mercy of machines. At this point, we must take into account, before the Industrial Revolution, even if the woman exercised some profit-making activity, the work was within their home, near the children and household chores. As for today, paid work is often outside the home, away from children and with scheduled hour. In this sense, Albornoz (1994) argues that, even if technologies try to overcome the barriers of time displacement between the place of residence and the workplace, they do not make these places closer to home, a factor that directly interferes with the lives of women, because they are the ones who culturally care for their children.

Pitanguy (2011) indicates that the index of women with schooling level has increased, however, they continue to receive lower wages compared to men, with the majority in informal occupations and more vulnerable, corresponding almost to the total of housekeeping jobs. In contemporary society, more and more women have been preoccupied with professional achievement, the model of the traditional Brazilian family has changed and continues to change. The number of women who work outside home contributes to the family income. The number of families headed by them also have become increasingly significant. This factor may also be the reason why many women worry about an activity that brings financial resources to the family, since financial independence becomes increasingly important in the face of a model of marriage that is often unstable and short.

However, Marcuse (1973) points out that a striking feature of the industrial society is to stifle the needs of individuals who demand liberation. Through the mass media, new social controls create irresistible needs for exacerbated consumption, and Albornoz (1994) complements by stating that, in this way, fatiguing and meaningless work is intended to keep the masses occupied, obedient and inert to this system. Research data showed that both men and women aged 45 to 54 had a low percentage of involvement with political and social commitments, 2.50% for men and 0.90% for women of this age group. These rates have been low in all age groups and also for social work and religious commitments,

indicating that many of the spheres that make up human life are not being addressed.

It is in this sense that capitalism keeps wages low, increasing the necessity for individuals to work harder to continue to consume what they need. Allied to this there is great stimulus for the increase of consumption as a form of fulfillment of dreams and desires that provide happiness and social status.

Previously, if the subjection of workers to the dominant layer was maintained with threats of loss of the means of survival, today, the technology appears as the central target of the subjection of workers. The use of computers, the worldwide computer network, the television, a private car, among others, validates the need for more work. The irresistible products and commodities, the cultural and entertainment industry that are available to the population, carry implicit, in themselves, attitudes and habits, with which the individual starts to identify (MARCUSE, 1973). Work wouldn't be alienated only by its emptying of meaning, but also alienating, since its activity reduces the capacity of opposition to the system and of possible transformations.

Changes in the individual's work and life habits have produced changes that do not always represent advances from the point of view of health. A negative relation between work and disease is noted, the result of routines and work systems, which are often too fast to allow the absorption of its rhythm and its meaning (LIPP, 2001).

Man has the machine as his competitor. Workers can be replaced by any other person or machine. Lima (2004) points out the machines that replace the worker, such as ATMs instead of bankers and courses held by medias instead of teachers.

Lipp (2001) argues that the excessive competition between people, the increasing desire to possess, the constant haste, the daily pressure that people impose to prove their capacity, situations of insecurity and uncertainty considerably impair the quality of people's lives, since this quality can only be adequate if everything is in harmony with all the spheres that make up the human life, that is, the social, emotional, professional, as well as the health spheres.

According to Dejours (1992), the lack of man's autonomy in their work to change his tasks in order to adapt them according to his physiological needs and his "psychological desires" causes suffering and a blockage in the relation between man and work. Based on Marx (1996),

Dejours (*idem*) understands that the organization of the present work goes against the man's desires, needs and health. The worker confuses his own desires with the impositions of work. There is still the fatigue, which is the last piece to ensure the work's organization with the worker's alienation, being easier to obtain from tired people, who prefer to rest and sleep to meet, fraternize, discuss, debate and organize themselves in their favor. Therefore, it is always easier to intervene at the end of the year than after the holidays and also during the week than the weekend (*idem*).

Regarding the participation of children in the survey, it was verified that 96.80% of them, from 7 to 10 years old, carried out studies and courses as stimulated obligations, and 30.90% were already doing domestic chores, followed by 11.60% of religious commitments.

The division of household chores has increased, there is greater involvement by men, but by sociocultural and political factors, they survey has shown that women are under the responsibility of excessive burden of domestic work associated with work outside their home.

Women's individual and social rights were amplified by the Federal Constitution of 1988 (BRASIL, 1988), consolidating the citizenship of women in public space and in the family life. We have seen some progress in Brazil regarding this issue, but it would be important if public and private institutions provided more support to women in regard to motherhood, since many need to work, but also need to take care of their children. The consequence is that these women end up working for hours on end and most of the pay is compromised by daycare centers. Of course, companies would not need to provide support if the time spent on women's paid work was shortened, freeing up more time for mothers to take better care of their children, but this would require, mainly from the companies, a logic that would not meet immediate profit.

In the field survey, direct data on child labor were not collected, but we can't approach the leisure of children without entering into the relevant and important issue of being combatted for their resistance and/or persistence. Child labor originates from the Industrial Revolution; the advance of machines allowed women and children to enter the labor factories, since the muscular strength of men was no longer necessary. The search for child labor was comparable to the sale of slaves, but the worker sold his labor force to the capitalist, then sold the labor force of his wife and children (MARX, 1996). However, the issue of child labor

nowadays generates debates that go far beyond the sphere of employment in childhood. Neto (2007) emphasize that this problem is linked to poverty, inequality and social exclusion, but factors of cultural, economic, educational and social organization of production also contribute to the worsening of this situation.

When children between the ages 11 and 14 were asked "what do you do as duty (stimulated)?" it was noted that 87.40% of them went to studies and courses, followed by domestic chores, with 74.90%, and paid work, with 18.70%. All children said they were doing some kind of paid work.

On many occasions, children work because parents rely on their children to survive. In these situations, through work, families can only obtain food for survival, and education becomes a luxury item, with no prospects for the future (BRASIL, 1988). In this sense, work at this stage of life can cause damage to school education, since the social environment of work diminishes the value that the child attributes to education, a fact that is common among children living in the streets (NETO, 2007). Not only are affective and cognitive aspects affected. Neto (*idem*) emphasizes that the child is in the development phase, which does not support the requirements demanded by the work; thus, a form of work that does not pose a risk to an adult can result in significant harm to a child. In the urban area, child labor is characterized by placing children in contact with other types of crime or risk situations, such as prostitution, drug trafficking, among others. In rural areas, the high risk is found in coal kilns, gemstones extraction, sisal processing, sugar cane agroindustry and salt extraction (BRASIL, 1998). However, there are also situations related to factors with traditional and familiar modes of economic organization, such as small agricultural production that lead to child labor (*idem*).

In contemporary society, this issue has assumed several approaches, because, from very early, the culture of valuing work has stimulated the child to assume commitments and obligations with the objective of withdrawing them from idleness. This has certainly to do with the level of understanding of families about childhood and the importance of studies for the future. In this sense, families take a stance to prematurely form the child, with the intention that in adult life children are prepared to face the market competition, scarcer, in view of the demands and the need to establish certain competences (NETO, 2007). The school, especially the private one, overloads children with tasks, with the intention of

succeeding in the selection processes to enter higher education. In this sense, we agree with Gonçalves (1994) when writing that teaching in schools constitutes a preparation for the future, forgetting the unique and existential moment that the child lives. In this way, it is understood that both the excess of commitments and school obligations as the presence of work in exchange for money or food steal the free time destined to playful activities, withdrawing from the child the way in which they seize the world.

In this survey, work appears as an activity that competes with leisure, because most of the responses regarding the restriction of leisure experiences are due to the lack of time due to the excess of dedication to work and other obligations. Work associated with obligations competes directly for the current or non-existent leisure experience of Brazilians. This was more evident in the Southeast region of the country, with 18.10%, with 439 respondents, followed by financial resources in the Southeast region, 12.50%, 303 respondents, followed by the Northeast, 10.20%, with 247 respondents.

Regarding the question “why don’t you do it in your spare time?”, participants aged between 7 and 64 years or older answered “time”, reaching 8.50%, from 25 to 34 years; 7.50%, from 15 to 24 years; 7%, from 35 to 44 years; 5.20%, from 45 to 54 years; and 2.70%, from 55 to 64 years or older.

Regarding the question about leisure, “Why don’t you do it in your vacation?”, The Southeast region had the highest rate, with 22.30% of respondents for lack of financial resources as an impediment to the leisure experiences that they would like to do, followed by the Northeast region, with 15%, and lastly, with 8.10%, the Southeast region, again pointing to the lack of time. Thus, the survey revealed that the lack of time and financial resources are configured as obstacles to the realization or not of leisure experiences.

References

- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho?* São Paulo: Brasiliense 1994.
- BOTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Editora Tavares & Tristão; Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- _____. Presidência da República. *Trabalho infantil no Brasil: questões e políticas*. Brasília, DF, 1998.
- CÁCERES, F. *História geral*. São Paulo: Moderna, 1995.
- DACOSTA, L. P. Lazer e trabalho: um único ou múltiplo olhares? In: DACOSTA, L. P.; MULLER, A. (Org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho*. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez, 1992.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva; SESC, 1973.
- _____. *Sociologia empírica do lazer*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva; SESC, 2008.
- FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- GONÇALVES, M. A. S. *Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação*. Campinas: Papirus, 1994.
- GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LIMA, F. B. *Stress, qualidade de vida, prazer e sofrimento no trabalho de call center*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.
- LIPP, M. E. N. Estresse emocional: a contribuição de estressores internos e externos. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 28, n. 6, p. 347-349, 2001. Disponível em: <<http://urutu.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol28/n6/artigos/art347.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- _____. *O capital*. Edição condensada. Bauru: EDIPRO, 2008.
- NETO, H. A. *Trabalho infantil na terceira revolução industrial*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007.

PEREIRA, R. S.; GELINSKI, C. O. Mulher e trabalho não remunerado. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre: FEE, v. 5, p. 79-87, 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2714>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

PITANGUY, J. *O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2014.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Obligation sphere: prioritizing family/ children, religious commitments and political/social commitments

Maria Cristina Rosa¹
Marccone Rodrigues da Silva²

Introduction

Contemporary society is marked by the acceleration and the growing sense of lack of time. The dissemination and circulation of information, technologies and people are intense; the many physical and virtual displacements create new configurations in the ways of living, changing interpersonal and social relations, family structures, educational processes, professions, time for work/work spaces, time for leisure/leisure spaces, among other practices.

In the work context, for example, the trends that impact a career today are the search for a better quality of life, the effect on the environment and the intensive use of technologies. Among the careers of the future, we can highlight: manager of eco-relations, director of innovation and retirement advisor (VESTIBULAR DE INVERNO..., 2014), professions that

- 1 PhD in Education and Master in Physical Education, emphasis on Leisure Studies. She is an associate professor at the School of Physical Education, Physiotherapy and Occupational Therapy at the Federal University of Minas Gerais. She has a degree in Physical Education and an Interdisciplinary postgraduate program in Leisure Studies.
- 2 Graduated in Physical Education by (UFOP/MG/2013). Specialist in Leisure (UFMG/MG/2015) and Master in Biological Sciences, Metabolic and Physiological Biochemistry (UFOP/MG/2017). Has experience in Physical Education School, Leisure and Health and Endocrine and Cardiovascular Physiology.

we would not imagine a few years ago, where habits and customs were others and the life expectancy was lower.

In the leisure context, there are also significant changes stimulated by the leisure and entertainment industry, which, at an increasing pace, increases demand and options. The leisure and tourism programs is, according to the survey, among the ones that will generate the most vacancies until 2020 (*idem*), corroborating with the data from the Brazilian's Leisure (2014), revealing that among the activities carried out by Brazilians in their time available at the weekends: social activities (28.1%, E=2%), physical-sports (18.4%, E=2%) and tourism (16.4%, E=2%) predominated. During vacation, leisure (36.8%, E=2%) and tourist-related interest (27%, E=2%) are the most emphasized. In addition, 78% of those surveyed, wish to experience activities of tourist-related interest in their vacations, revealing the potential of the area.

In this society in profuse transformation, how are the habits of Brazilians? Do they work a lot or a little? In addition to working, what activities do they do by obligation, what do they do by choice? How is their everyday life?

Relations between leisure, work and other obligations are discussed by different authors. The idea of separation between leisure and work is not very present in current academic production, predominating the counterpoint, which takes into account the dialectical influence between both (MARCELLINO, 2007; BRUHNS, 1997; DUMAZEDIER, 1980). However, there are other ways of perceiving the relations between these two spheres of life.

Stebbins (2014), when writing about the interfaces between leisure and work, highlights the relation between serious leisure and devotee workers and highlights the presence of a "common field" that influences one another, both occurring as a primary reward, the personal enrichment and self-realization. For Gomes (2014), the limits between leisure and work in everyday life are increasingly tenuous and diffuse, due to characteristics such as labor flexibility, gradual international division of labor and technological advancement. The author emphasizes multiple dialogical relations between leisure and work and affirms to be unimpressive to deal with opposition between them, to think of leisure only from the productive work.

The overlap between work time, family activities and spare time is revealed in a research conducted with Italians, in which are shown professions whose workers have difficulty separating these times

(ROMANO, 2002). In the same way, Perista (2002, 2010) shows that women's times and temporalities are more complex, fragmented, multiple and overlapping. The division between domestic work and care, leisure and personal time is unclear: "the multiple roles socially committed to women lead to a compression of their times and/or the suppression of some of them, such as the time for leisure or the time for themselves" (PERISTA, 2002, p. 453).

The dynamics of life are complex, and the intensity and complexity of everyday transformations have often not been captured by studies, which have other rhythms, as well as theoretical-methodological traditions, political and cultural influences difficult to break. It is important to take into account that leisure and work are related and for different authors (MARCELLINO, 2007; LOBO, 2011; GOMES, 2014; STEBBINS, 2014) the time aspect, sometimes associated to others, such as attitude (MARCELLINO, 2007) or space /place (GOMES, 2003, 2014), is relevant to understanding leisure.

Time is a cultural construct, a social object (PERISTA, 2002; BOSI, 1995; LE GOFF, 1990). The sequences of minutes, days, which constitute hour, week, and so on, are linked to culture and not to nature (LE GOFF, 1990). According to Perista (2002, p. 447), "as an expression of a way of representing and thinking of a social organization, the social meaning of time is far from being neutral, and it is a way of quantifying, but also of qualifying – of attributing value –, the human activities" in the different spheres of life.

The majority of surveys scale time only considering the work in which there is remuneration, not taking into account those not related to the logic of production, such as domestic and family care (*idem*). In Brazil, only from 2011, the census conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in the National Household Sample Survey (PNAD), also collects data on other tasks, such as personal care and leisure, besides productive occupations.

But what is an occupation? What is an obligation?

For Constantinidis (2012), the term occupation does not have a very precise definition and is very much associated to the common sense, to the quotidian, to the value system of a given culture. Among these values, the understanding that "occupation reinforces identity contours, giving a direction to existence [...], being occupied can amount to feeling useful, and that feeling can be the guiding axis of people in situations of vulnerability." The occupation is also "articulated to the productive

being, to have an active posture before life, as a necessary condition for the well-being, for health” (idem, p. 697).

The occupation is, therefore, closely associated with work values, overvalued in capitalist society in which production and consumption stand out, being recognized as something that identifies the subject and without which his identity goes into crisis (idem). Leisure is an opportunity to experience situations that provide pleasure and learning, cultural participation (MARCELLINO, 2007; STOPPA, 2007), happiness and development (LOBO, 2011). Although leisure is considered a human need (GOMES, 2014), it often stays on a secondary plane.

In Brazil, although it is a constitutional right, it is not so simple to experience leisure, just as it is not very accessible to the population. According to Sampaio (2006), one of the factors that interfere is the work rhythm and social obligations that are driven by an exclusive and competitive economic system, which may cause people not to value leisure as a right to pleasure, happiness, and even health.

The obligation is understood as “that which is or has become the moral necessity of someone”; “duty, burden”; “what one is entrusted with”; “craft, service, task”. It can be understood as occupation, when construed as “obligation to fulfill, role to play in certain professional sectors or not; position, function, office” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Understanding the different forms of obligation helps us to comprehend how the apportionment and occupation of time takes place, how responsibility for the tasks occurs, the investment in qualification, the commitment to institutions, and the realization of leisure.

According to data taken from IBGE, Brazilians occupy their time with activities in the field of work, personal care and leisure, such as: sleep, work and voluntary work; study; personal care and attention to their own health; domestic chores; use of mass media; games, hobbies and sports; socialization and care of family members (COMO O BRASILEIRO..., 2013). There is no indication as to whether or not the activities are carried out.

In this chapter, we highlight, according to the central theme addressed, activities related to the family/children, political/social commitment and religious commitment. These themes relate to others, such as family/children, which is very intertwined with domestic chores.

Activities with family/children are extensive, involving care with children and other relatives, regarding health, well-being, leisure, food, sociability; trips to school, hospital, tours, among others. Together they

are combined with domestic chores listed by IBGE, such as: preparing, serving food and washing dishes, cleaning the house, shopping and maintaining clothes and shoes (idem).

Perista (2002), when examining data from Portuguese Survey on Time Occupation – 1999, shows that domestic chores involve tasks such as preparing food, cleaning the house, taking care of clothes, gardening, shopping, administering accounts, taking care of animals. In addition to the administration of the house and execution of the tasks, it also includes taking care of the children and their school assignments.

As for the care of family members, according to data taken from IBGE, they include child care, travelling, and adult care (idem). There are families where special care is still needed with sick or disabled relatives.

Blascovi-Assis (1999, p.106) highlights the social difficulties of the families of people with mental disabilities who even interfere in the whole family dynamics, and asks: “What happens with the leisure of these families in that first moment? The least painful way ends up being social isolation, and leisure is left for a later time; after all, leisure is not important, it is secondary, superfluous”.

As Perista (2002, p. 460) shows, “families still represent the primary source of care for children and adults who require special care – due to age, illness or disability – and which most of such care is assured by women”. Even among female scientists and highly qualified women, this predominance remains (PERISTA, 2010).

Family/children activities are closely linked to the household, although there are outside activities such as taking and picking up children at school and other training classes, such as sports and language. In Portugal:

The provision of every day care to children (food, daily hygiene, etc.), the monitoring of their school life (helping with homework, school meetings, etc.) and, to a lesser degree, among the tasks most often undertaken by women. Also over-feminized, but with differences between men and women less pronounced, are the tasks of accompanying children in sports, leisure and entertainment: taking them to gymnastics or swimming, playing with them, taking them to the theater, movies, concerts [PERISTA, 2002, p. 461].

It is worth mentioning that most of the time and leisure activities take place within the family circle (RIBEIRO, 1997).

Romano (2002) analyzes the Italian context and states that the perception of time varies according to sex, age and family situation and, most important, by the professional status. Being part of the labor market strongly affects the organization of daily life, spare time and the perception of how time is spent. As explained, unemployed Italian women have less spare time than men in the same condition and at any age. Working outside their home is therefore paradoxically a form of protection for women in the time available, as it helps reducing the gap between men and women.

In Brazil, men work on average 1 hour and 27 minutes longer than women. In domestic chores, the activity that presents the most difference between the sexes and the care of family members shows that women are more involved (COMO O BRASILEIRO..., 2013). In Portugal the situation is similar, since men have a preferential investment in paid work and work more than one hour a day in their professional work. However, in domestic chores and family care, women spend three hours more per day than men. In Brazil, this hour average is 2 hours and 22 minutes (idem).

In relation to political/social commitments, which include activities of associativism, community meeting, among others, and to religious commitments, which refer to precepts, such as rituals and ceremonies that believers must follow, there are still few studies that say about the occupation time or the understanding of the compulsion or not of such activities.

In Aguiar's study (2011), for example, there are charts on the use of time in eight countries, from different continents, which include items such as: shopping, personal care, home and family care, leisure, study and participation. However, there are no observations made on activities regarding political/social and religious commitments. The same occurs in with data takes from IBGE (COMO O BRASILEIRO..., 2013). At one point, Aguiar (2011) cites the participation of people in voluntary activities, where political/social commitments may be present, but it's not possible to assert.

PNAD (2011) offers data regarding the association/affiliation of employees with unions. One of the observations is that the number of unions has increased but not unionized. This data gives clues about the involvement of workers in political/social activities. In the data taken from IBGE (COMO O BRASILEIRO..., 2013), sociability activities that can include activities in these two scopes have appeared (political/social and religious), however it's not possible to assert since such activities are

not described. The data showed that men are the most adept at these activities.

As Stoppa (2007, p 122) states, "the process of raising awareness, mobilization, and political participation of people does not occur automatically. This is due to the constraints of everyday life, which end up hampering opportunities for the individuals' politicization".

Some studies establish relations between leisure and associativism (MARCELLINO, 1999; STOPPA, 2007), highlighting the potential of both as to the social interests of leisure. According to Marcellino (1999, p. 89), "associations are born as a result of the needs felt by members of a community that are not being addressed by society as a whole". Usually they are groups of interest that meet for a common cause, establish a bond with the society, constitute a group of coexistence and assembly. Stoppa (2007) emphasizes the possibility of social engagement and collective experience through associativism and highlights social movements as a potential action in this field.

Studies also bring approximations between leisure and religion, showing how religions, such as Catholic and Pentecostal, have been using leisure activities in their actions and activities (CARMO; SALOMÃO, 2005); approximations with restrictions and sometimes in a harmonic manner between these two spheres (GABRIEL; MARCELLINO, 2007); the experience of rituals lived by young people, such as going to the mass or service, as leisure activities (SANTOS; MANDARINO, 2005). The theme is interesting and controversial since, for example, religious festivals cover both devotion and entertainment, going through licit and illicit practices.

In the scope of leisure studies, some research that study the dynamics of Brazilian life are still rare, including forms of occupation of time, activities developed and how leisure time is achieved. There are even less those that approach these themes from a qualitative and quantitative view.

Considering that work, leisure and other obligations are connected and therefore suffer/cause multiple interferences, analyzes on the sphere of obligation are important.

This chapter aimed to identify the main mandatory activities that Brazilians carry out in their daily life and the frequency in which they occur, highlighting family/children activities, religious commitments and social/political commitments, and, moreover, from the crossover with other variables, to contribute to the discussions in the scope of leisure.

Methodology

The analysis of mandatory activities may cover different variables, such as work, domestic chores, political commitment, religion, family/children, social work, study/course, among others. In this research, we sought to understand the obligations related to family/children, political/social commitment and religious commitment.

The survey was developed in five Brazilian regions, with a sample of 2,400 people, comprising 1,215 women and 1,185 men of different age groups, social classes, schooling, occupations, religions. A questionnaire consisting of 39 questions was applied. The central question developed in this chapter is: "Thinking about your day, from the moment you wake up to the moment you go to bed to sleep, you have activities that are mandatory and others you do by choice in the remaining time. What are the mandatory activities you do in your day?". The responses were given spontaneously by the respondent.

Later, another question was asked: "And, among these mandatory activities, which ones do you carry out in your day?", these responses were stimulated by means of a card/disk that included the most common mandatory activities:

- 1) Works
- 2) Studies/takes courses
- 3) Takes care of the children/family
- 4) Takes care of household chores
- 5) Goes to church
- 6) Does social work,
- 7) Political/social commitments (meeting of condominium, associations, etc.)
- 8) Other (other types of activities that the individual considers an obligation).

In both situations, the respondent could mark more than one option.

For the data analysis presented, descriptive analysis (mean, median, standard deviation) was performed for quantitative variables, such as obligation, sex, age group, social class, region and religion, and frequency distribution for categorical (or qualitative) variables.

In most of the analyzes the stimulated data were adopted. The results presented show graphs in the proportion of 100% of the frequency of the answers. The margin of error of the estimate (E) is equal to 5%.

Results and discussion

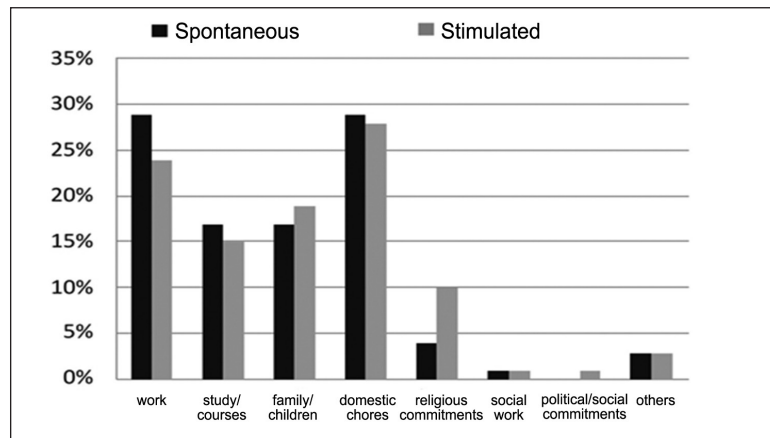
(Spontaneous) Obligation and (stimulated) obligation

By analyzing the data, the questions were answered in a spontaneous and stimulated manner (using a card/disk), and the following results were obtained (Figure 1) for the spontaneous responses: work (29%), study/courses (17%), family/children (17%), domestic chores (29%), religious commitments (4%), social work (1%), political/social commitments (0%), others (3%), as for the stimulated responses: work (24%), study/courses (15%), family/children (19%), domestic chores (28%), religious commitments (10%), social work (1%), political/social commitments (1%), others (3%).

Considering the results presented, it can be considered that, when compared to the percentages of the spontaneous manner and the stimulated manner, there was a reduction in what refers to what individuals consider as obligation in the work items; studies/courses and domestic chores. For the other items, there has been a considerable increase suggesting that when individuals are encouraged to understand mandatory activities, they highlight family/children, religious commitments, and political/social commitments. This may indicate that in some situations it has been difficult to understand what an activity of this nature is and that certain activities may in everyday life be mandatory or not for individuals, leading us to question the limit between what is or is not mandatory. Already observing the results specifically regarding the theme of this study, we can consider that individuals begin to identify and recognize family/children, religious commitments and political/social commitments as being one of the main daily obligations, which can influence the time available what they experience in leisure.

An interesting fact is that people often want to fill their available time with activities that are normally listed as mandatory, as seen in Portugal, where both men and women in different proportions wanted to fill their time available with housework and family care (4.1% and 9.4% for women and men respectively), work (3.8% and 3%), study (2.8% and

Figure 1 – Crossover between mandatory activities – spontaneous and stimulated

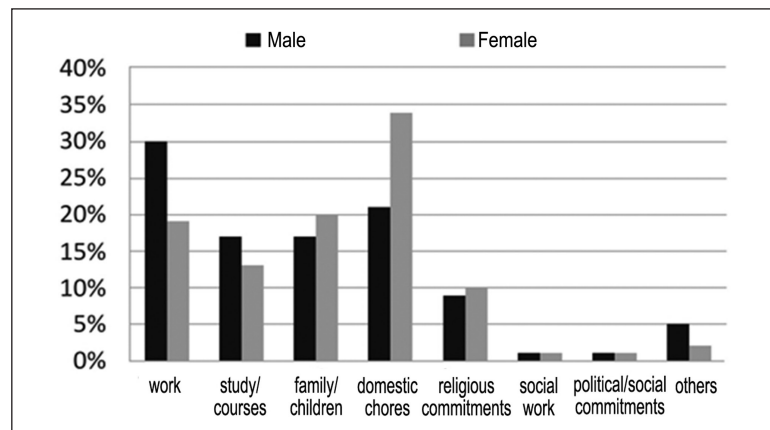


Source: Research database.

Authors elaboration.

Note: Variation of cross-results between mandatory activity in spontaneous manner, with 4,400 responses, and stimulated (card/disk), with 5,558 responses. The expressed results were based on the proportion of 100% of the response frequency for each mandatory activity, with E=2%.

Figure 2 – Crossover between (stimulated) mandatory activity and sex



Source: Research database.

Authors elaboration.

Note: Variation of the crossover results between the (stimulated) mandatory activity and the male (2,492 responses) and female (3,073 responses) sex. The expressed results were based on the proportion of 100% of the response frequency for each mandatory activity, with E=2.8% for both sexes.

4.1%) (Perista, 2002). In Brazil, there is also a willingness to carry out qualification-study/course activities (4.4% and 5.8%) in the available time (O LAZER DO BRASILEIRO, 2014), corroborating the data shown by Perista.

(Stimulated) Obligation and sex

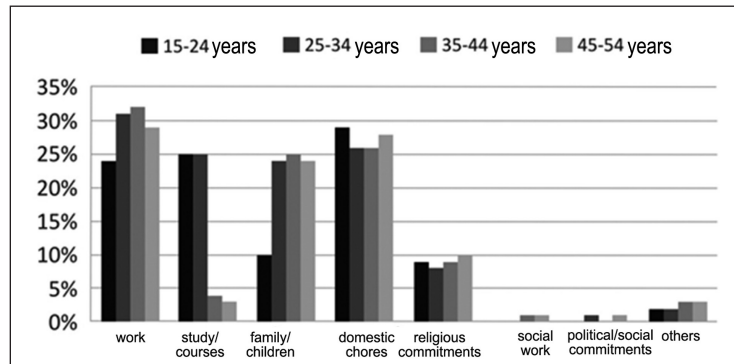
After analyzing the data of the crossover of stimulated obligations with the male and female sex (Figure 2), it is observed that men have as their main obligation work (30%) and domestic chores (21%), followed by studies/courses, family/children (17%), religious commitments (9%); social work and political/social commitments (1%); while women have domestic chores as their main obligation (34%); family/children (20%); work (19%); religious commitments (10%); social work and political/social commitments (1%). When analyzing the relationship of responses to the theme of this study, it is observed that women spend most of their time available with family and children (20%), religious commitments (10%). For the results found in relation to family/children, we can infer that this finding is in agreement with the results published by IBGE (COMO O BRASILEIRO..., 2013) and Perista (2002, 2010), even with women entering the labor market, in addition to committing themselves to a greater extent than men with domestic chores, they are primarily responsible for caring for the family/children, as well as caring for disabled and/or ill family members (PERISTA, 2002, 2010). It was observed that there was no difference when comparing women and men when analyzing political/social commitments (1%).

(Stimulated) Obligation and age group

When the data of the crossover of (stimulated) obligation with age group (Figure 3) were analyzed, for the relation with the family/children, different results are presented for the ages: for the age group of 15-24 years (10%), 25-34 years (24%), 35-44 years (25%), and 45-54 years (24%). We can consider that individuals in the age group of 35-44 tend to devote more time to family/children, since it is a period of family consolidation and that although there is more commitment to work, there is less investment in study/course.

As for religious commitments, there is a trend of greater participation in the 45-54 age group, while political/social commitments correspond

Figure 3 – Crossover between (stimulated) mandatory activity and age group

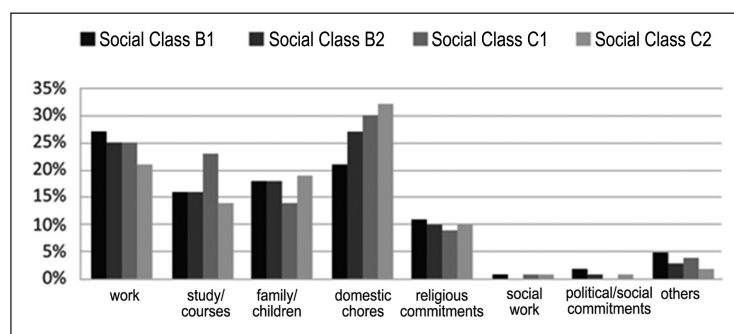


Source: Research database.

Authors elaboration.

Note: Variation of cross-results between (stimulated) mandatory activity and the age group 15-24 years (1,081 responses); age group 25-34 years (1,177 answers); age group 35-44 years (942 responses) and age group 45-54 years (758 responses). The results expressed were based on the proportion of 100% of the response frequency for each mandatory activity and E=4.5% for the age group 15-24 years, E=4.6% for the age group 25-34 years, E=5.1% for the age group 35-44 years, E=5.7% for the age group 45-54 years.

Figure 4 – Crossover (stimulated) mandatory activity and social class



Source: Research database.

Authors elaboration.

Note: Variation of cross-results between (stimulated) mandatory activity and social class. Results were based on the proportion of 100% of the response frequency for each mandatory activity, with E=5.9% for 692 responses from social class B1; E=4.2% for 1,286 responses from social class B2; E=3.2% for 1,509 responses from social class C1 and from E=4.3% for 1,163 responses from social class C2.

(1%) for the age group of 25-34 and a trend (1%) for the age group of 45-54 years.

(Stimulated) Obligation and social class

When analyzing the data of the crossover of (stimulated) mandatory social class (Figure 4), we observed distinctly the social classes B1 (with 692 responses, E=5.9%); the social class B2 (with 1,286 responses, E=4.2%); the social class C1 (with 1,509 responses E=3.8%) and the social class C2 (with 1,163 responses E=4.3%) for the general data presented. We observed that class B1 has work as the main activity (corresponding to 27% of responses), whereas classes B2, C1 and C2 have domestic chores as the main activity (corresponding 27%, 30% and 32%, respectively, of responses). When observing the results related to the theme of this study, we noticed that the social class C2 (19%) dedicates more time to family/children and domestic chores, this is possibly due to the lower qualification, which implies more time spent indoors. The social class B1 (11%), followed by social classes B2 (10%) and C2 (10%), presents a higher percentage of activities related to religious commitments, as for the social/political commitments observed, social class B1 is more involved.

(Stimulated) Obligation and religion

The data found from the crossover between (stimulated) mandatory activity and religion (Table 1) present a domain of the Catholic religion to the other related religions. When analyzed in relation to the study theme of this study, it was found that Pentecostals have 3% of their time to perform activities with the family/children, 6% to perform activities related to religious commitment, percentage which is superior to that of the Catholic religion, that is, Pentecostals spend more time with religious commitments. Thus, we may consider that possibly the Pentecostal religion has provided young people, for example, more experience in rites and/or worship services, which involve leisure activities, which would possibly collaborate with the increase of members. When we evaluate the Catholic religion, Catholics devote 12% of the time to activities involving the family/children and only 3% with religious commitments; as for political/social commitments, only members of this religion, consisting of 1% of the result, were found.

Table 1 – Crossover between (stimulated) mandatory activity and religion – (%)

	Evangelical Pentecostal (%)	Non-Pentecostal Evangelical (%)	Umbanda (%)	Candomblé or other Afro religions (%)	Spiritist/Kardecist, Spiritualist (%)	Catholic (%)	Judaism (%)	Other Religions (%)	Has no religion (%)	Atheist (%)
Work	4	2	0	0	1	14	0	0	2	2
Study	3	1	0	0	0	9	0	0	2	0
Family/ children	3	2	0	0	0	12	0	0	1	0
Domestic chores	6	2	0	0	1	16	0	0	3	0
Religious commitments	6	1	0	0	0	3	0	0	0	0
Social work	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Political/social commitments	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Others	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0

Source: Research database.

Authors elaboration.

Note: Variation of results after crossover between (stimulated) mandatory activity and religion (with 5,434 responses). The expressed results were based on the proportion of 100% of the response frequency for each mandatory activity, with E=2%.

Conclusion

This study investigated mandatory activities that affect the subjects' time and, consequently, interfere in leisure, since time is one of the aspects for leisure's viability. The data show that there are numerous activities that are performed in the field of obligations and are not recognized as such. This shows that there is a difficulty for individuals to recognize them as mandatory activities.

It also presented important data for understanding the Brazilians' daily routine, allowing a better understanding of how people use their time, which can contribute to the elaboration of public policies to improve the quality of life, especially for women, since gender issues are predominant. Although they are also increasingly inserted in the labor market, there is a greater involvement of women in activities related to family/children, generating a decrease in their spare time, a situation also recurrent in other countries.

There is a small number of studies on the political/social commitment and religious commitment issues. Data presented in this chapter show that individuals have little or no involvement with both spheres. There is a need for further research, as well as comparative studies with other populations, especially in Latin America.

References

- AGUIAR, N. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. *Política e Trabalho: revista de Ciências Sociais*, João Pessoa: UFPB, n. 34, p. 73-106, abr. 2011.
- BLASCOVI-ASSIS, S. M. Lazer para deficientes mentais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lúdico, educação e educação física*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999. p. 101-111.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRUHNS, H. T. Relações entre a educação e o lazer. In: _____. (Org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 33- 50.
- CARMO, G. C. M.; SALOMÃO, A. F. *Lazer e religião: algumas aproximações*. SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 9., 2005. Ponta Grossa: UTFPR, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processos-civilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa_debates/art14.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- COMO O BRASILEIRO usa o seu tempo. *O Globo Economia*. 8 ago. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/pesquisa-uso-do-tempo/>>. Acesso em: 1 jun. 2014.
- CONSTANTINIDIS, T. C. “Cabeça vazia, oficina do diabo”: concepções populares do termo ocupação e terapia ocupacional. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte: ABPS, v. 3, n. 24, p. 691-700, 2012.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- GABRIEL, O. P. B.; MARCELLINO, N. C. Algumas aproximações possíveis entre lazer e religião. *Licere*, Belo Horizonte: UFMG, v. 10, n. 3, p. 1-22, dez. 2007.
- GOMES, C. L. Recreação e lazer: apontamentos históricos no contexto da educação física. In: _____. (Org.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 15-56.
- _____. Lazer necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte: ANPEL, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- O LAZER DO BRASILEIRO, 2014. [Pesquisa Mimeografada].
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOBO, F. Lazer, felicidade e desenvolvimento: uma perspectiva latino-americana. In: FORTINI, J. L. M.; GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. (Org.). *Desafios e perspectivas da educação para o lazer*. Belo Horizonte: Editorial SESC/OTIUM, 2011.

MARCELLINO, N. C. *Para tirar os pés do chão: corrida e associativismo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: _____. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 9-30.

PERISTA, H. Gênero e trabalho não pago: o tempo das mulheres e o tempo dos homens. *Análise Social*, v. XXXVII, n. 163, p. 447-474, 2002.

_____. Mulheres, homens e usos do tempo: quinze anos após a Plataforma de Ação de Pequim, onde estamos, em Portugal? *Revista de Estudos Demográficos*, n. 47, p. 47-63, jun. 2010.

PESQUISA NACIONAL por Amostragem Domiciliar, Rio de Janeiro, v. 31, p. 1-135, 2011.

RIBEIRO, O. C. F. *A influência dos agentes sociais nos interesses físico-esportivos do lazer*. 88f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ROMANO, M. C. *Working time and not working time: what relation?* Lisboa: International Association of Time Use Research (IATUR), 2002. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cisep/conferencias/conferencia_20021016/Papers/romano86.PDF>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SANTOS, E. S.; MANDARINO, C. M. Juventude e religião: cenários no âmbito do lazer. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo: PUC, n. 3, p. 161-177, 2005.

SAMPAIO, T. M. V. Tecendo cultura com mediações que unem corpo, saúde e lazer. *Revista Movimento*, Porto Alegre: UFRGS, v. 12, n. 3, p. 73-96, set./dez. 2006.

STEBBINS, R. A. Quando trabalho é essencialmente lazer. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte: ANPEL, v. 1, n. 1, p. 42-56, jan./abr. 2014.

STOPPA, E. A. Associativismo, sociabilidade e lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 119-134.

VESTIBULAR DE INVERNO é opção para alunos ingressarem na faculdade. *Jornal Hoje*, 9 jun. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

The Brazilian's leisure: representations and concretizations in spaces and equipments

Gabriela Varjão Gruber¹
Edmur Antonio Stoppa²

Introduction

From the Constitution of 1988, leisure thus becomes understood as a social right of all Brazilians, a situation also assured in practically all state constitutions and organic laws of municipalities of our country. However, still today, a series of problems, such as the prevalence of a hierarchical need policy, the precarious dissemination and systematization of research, and the limited resources available, causes the lack of actions in the area which effectively covers the municipal, state and federal sphere.

The presentation of new studies in the area, discussions in congresses, have been changing, little by little, the research outlook. The number of research groups on the subject has been growing a lot in recent years, and the organization of public managers in specific associations and discussion forums has also contributed to the exchange of experiences and organization of the sector. Another highlight is the important contribution made by the federal government, through the Ministry

- 1 Bachelor in Leisure and Tourism at the School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo (USP). Scholarship holder of the agreement between the Interdisciplinary Group of Studies of the Leisure (GIEL/USP) and the Ministry of Sports in the research "The Leisure of the Brazilian".
- 2 Master's and Ph.D. in Physical Education, in the area of Leisure Studies by the University of Campinas (UNICAMP), professor of the undergraduate course in Leisure and Tourism and of the Postgraduate Program in Tourism of the School of Arts, Sciences and Humanities (EACH/USP) and co-leader of the Interdisciplinary Group on Leisure Studies (GIEL).

of Sports, for holding of the National Conference on Sport. However, there is a lack of research on the representation and realization of leisure developed by Brazilians.

Our objective with this project was to know in a comprehensive manner the Brazilian's leisure, with respect to its representation and concretization. The purpose of this research was to guide public policy actions and provide new bases for research in the area.

In this article, the discussion will present elements related to the theme of space, be it public or private, rural or urban, real or virtual. Therefore, the data presented are specifically related to the subject matter in question.

Leisure, space and equipment

The social space can be understood as a set of relations that conditions attributes and defines the positions occupied by individuals distributed in these places (RIBEIRO; LAGO, 2000). According to Fernandes (1992), every system of relationships is part of a space in which the place, social and cultural are closely related, a situation also pointed out by Portuguez (2001), stating that spaces, mainly consumption spaces, organize and establish social relationships.

In the dictionary, we find the definitions of space generally as being related to the capacity of place or referring to the understanding of a place, but Santos (1994), more than this, suggests he understands the space as a set of systems of objects and actions inseparable from each other.

Thus, there is no doubt that when we talk about leisure space, we are referring mainly to the urban space, because it is where we find the largest population contingent and the largest number of specific leisure equipment that meet the diverse cultural interests of society, as well as the largest educational centers, hospitals, job offers, cultural centers, among other items (MARCELLINO, 2008).

However, with the accelerated development of urban areas and the concentration of leisure spaces in central or more valued areas, a large part of the population lives, mostly, in peripheral areas of urban centers and, as we can see in São Paulo (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005).

In addition, the question still prevails that people from popular classes evoke a certain "shrine air" to specific leisure equipment

(CAMARGO, 1979), creating the idea that spaces such as museums, large shopping centers, theaters and libraries are not for this part of the population (MARCELLINO, 2002).

The centralization of such spaces in central or valued areas, with their consequent scarcity in the peripheral regions of the city, raises the need to think about important issues in order to minimize the problems arising from these situations. According to Marcellino (2008), if the leisure space and its experiences are privileges of a few, its democratization can't be dependent on the construction of other specific leisure equipment, but on the conservation of the existing leisure spaces, as well as its dissemination, in addition to the revitalization of urban environmental patrimony and the maintenance of empty spaces, as a space for coexistence.

Marcellino (2002, p.25) points out that "the space for leisure is the urban space" and, considering a series of variables to its democratization, indicates that, with the technological acceleration, the growth and development of the city end up evolving in disharmony. According to this author, our space is no longer natural, but social, of political nature, with reflections in spaces and leisure equipment. Just like the urban zone, such situations can also be found, preserved in the rural areas of our country.

Following this line of reasoning, several authors in the leisure area point out that with the increasing appreciation of leisure, there is a need for the dissemination of leisure equipment, which in itself is not a guarantee of an effective action, being necessary, the association with an efficient cultural animation system, in order to guarantee, in addition to relaxation and fun, the participants' personal and social development when fulfilling leisure activities (MARCELLINO, 2002; DUMAZEDIER, 1980b; MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

In addition, it is important to emphasize the importance of non-specific leisure equipment, which, within a policy in the area, must be properly adapted for the development of specific actions in any leisure content, in addition to maintaining and enhancing spaces of the city's empty spaces as a possibility of human encounter and conviviality, as well as revealing differences and conflicts (MARCELLINO, 2001, 2008; BARBUY, 1980; CAMARGO, 1979).

Contrary to this issue, Padovani (2003, p.17) states that "the public authorities are increasingly exempt from a serious proposal regarding public spaces". According to the author, this type of concern would not

have the priorities of governments precisely because it is not interesting to create spaces of coexistence in which individuals can achieve the proposal of integral development in their leisure time, contrary to the construction of private spaces for leisure, which receives great stimuli, which explains, among other factors, the considerable increase of proposals for such constructions.

Another important issue, which is increasingly taking care of the universe of leisure, is the cyberspace. The use of technology and computers for communication has become commonplace and extremely important. Schwartz and Moreira (2007) even say that these new means enable mental models of socialization. For the authors, “the virtual environment, used in the context of leisure, is also seen as a new way of cultural transmission, meeting the current expectations” (idem, p. 159).

The internet has emerged as a facilitator to disseminate information to the military to expedite the defense of nuclear attacks. Until then, the internet was used only for this purpose, from the 1990s, the virtual environment was publicized and open to civilians. Since then, it has facilitated physical meetings between distant people and, more than that, it has made, and still makes, these meetings to supposedly become dispensable in view of the evolution of machines and the ease of access to the most diverse peoples.

It is no wonder that today there are famous social networks, always understood as “a set of actors and their relations” (RECUERO, 2009, p. 69). In addition to being a major means of communication, the internet enables real-time communication to a large number of people at the same time. When we relate the use of such networks with leisure, the importance of this media in leisure and social life is perceptible, replacing even face-to-face interaction for most Brazilians.

Thus, the imbalances in the access and use of different leisure spaces and equipment point to the need to develop specific actions in the area. And, for actions to be developed based on the values of cultural participation, it is fundamental to discuss how these leisure policies are being developed.

It is important to emphasize that we are not only talking about an activity policy, a fact most commonly found in our daily lives, when administrations develop their action based on a series of events, often only with the intention of entertaining and diverting people’s attention to other issues, but also in relation to a policy of sociocultural animation,

to the creation and development process for action frameworks, to the need for a policy of urban land reordering, as well as a reordering of time and, fundamentally, the theme of our article, to the question of the construction and administration of leisure spaces and equipment, without losing sight of the social context in which it is developed, which leads to the need to understand leisure policies in close relation with the different public policies (MARCELLINO, 2001, 2008; REQUIXA, 1980; DUMAZEDIER, 1980b; CAMARGO, 1985).

The Brazilian’s leisure: the data collected and its analyzes

Two thousand and four hundred people were interviewed in urban and rural areas of the country. In the urban area, the sample size was 2,121 participants, of which 7.3% answered that they practiced leisure during the week (average of 3.8 hours per day) and 4.7% answered to practice tourist activities (average of 2,6 hours per day). A fact that drew attention to this issue was the percentage of those who practiced physical-sport activities, since 24.3% (approximately 16% men and 8% women) answered to practice on average 2.2 hours per day. As for artistic content, 9.7% was pointed by the respondents, 17.4% pointed to social contents, 1.7% to manual contents and 7.2% pointed to intellectual contents. In addition to these responses, 94.8% indicated other activities and 2.7% to qualification contents (courses and classes)

It’s important to remember that in this case, because it was a question of multiple choices, the sum of the percentages was greater than 100% and the margin of error was 2.1% for more or less. The emphasis is on the low percentage related to the objective of the activities, since only 13.3% of the people pointed out their objective as personal and social development, as opposed to relaxation and entertainment, which were most commonly identified as a factor of the activities.

In the rural area, out of 279 respondents, 30 responses indicated leisure time during the week, of which 8.4% were entertainment or relaxation (4.2% and 4.2%, respectively), and only 1.7% of responses indicated the goal of personal or social development. Physical-sport activities in rural areas also stood out as one of the most pointed out by respondents: during the week, 12.8% men and 6.7% women responded to practice them for relaxation, entertainment and personal/social

development purposes. In relation to this sample, we have a margin of error of 5.9% for more or less.

We should highlight here the importance of leisure policies (MARCELLINO, 2001, 2008; REQUIXA, 1980; DUMAZEDIER, 1980b; CAMARGO, 1985) as a tool for developing specific actions in the area, so that such actions can be carried out based on the values of cultural participation, privileging, in this case, personal and social development, based on a policy of sociocultural animation.

The activities carried out in the most referenced urban and rural areas were watching TV, with 64.75%; surfing the internet, with 20.67%; reading, with 6.42%; and resting/ sleeping, with 5.88%. It is interesting to note that the first physical activity that appears in the list of most performed activity was playing, with 3.29%, and fitness activities, with 2.50%, in eighth and ninth place respectively. This fact allows us to point out that the representations about what people do, both in rural and urban areas, are consistent with the concretization of what they actually do. This issue had previously been pointed out by Marcellino (2001) when discussing people's desire for wanting to do and actually doing a leisure activity.

Regarding the place where the activities are carried out, home was the main non-specific leisure equipment mentioned in five of the six cultural contents of leisure, and also when people opted for leisure as a leisure option, with 17.6% of the responses. An exception to this fact was the social content, which was indicated by 5.5% of the responses as being carried out in public places.

In the rural area, responses to this issue follow the same trend of the urban zone in relation to five of the six contents and leisure, with 23.6%. The difference is in relation to intellectual content, which is more accomplished in public places than at home. This fact reinforces observations made previously by different authors of the leisure area, who point to home as the main equipment used for people's accomplishment of leisure experiences, with the need to develop specific actions in the area, that stimulate people to know and participate in activities outside the domestic environment (MARCELLINO, 2008, 2002; CAMARGO, 1985; DUMAZEDIER, 1980a).

Regarding the use of the internet as a leisure option in the virtual space, out of the total of respondents, 1,435 participants of the survey, that is, 59.8%, a highly expressive number, answered that they access the

internet during the week, with a margin of error of 2.6% for more or less. Of this number, 7% say they like to lazy around; 5.1%, tourism-related content; 26.7%, physical-sport; 9.5%, artistic activities; 18.5%, social; 7.4%, intellectual; and only 1.4% indicate manual activities.

With a margin of error of 2.6% for more or less, the most referenced spaces and equipment used for internet access during the week were mainly home, with 52.4%, followed by work, with 8.2%, and "lan houses" (cyber cafes), with 4.8% of the responses. It is important to highlight that, of the total research sample, 20.67% of respondents pointed to the use of the internet as a leisure option, the second activity most developed by people during the week.

Among the activities carried out in the virtual space, physical-sports experiences were highlighted, with 18.5% of preference and 12.6% for social activities. We have a "negative" highlight for the low percentage related to intellectual activities, with 7.1%; tourism-related, with 4.5%, and manual, with 1% of the responses.

For questions related to the weekends, of the total of participants, with a margin of error of 2% for more or less, in the urban area the highlights were the experiences related to the social content, with 58.1%; physical-sports, with 37.7%; tourist-related, with 34.2%; and a little lower, artistic, with 14.2%. The other contents appear with low percentage, being 1.1% for manual interest and 3.5% for intellectual. In the rural zone, there was no highlight in any of the interests, with the social item obtaining 6.2% of the experiences, the greater percentage among all the contents.

These issues point to the need for actions to turn their attentions in the urban area more closely to the possibilities of leisure in relation to the less developed contents, stimulating their practice from the processes of sociocultural animation. In the same way, this issue must be conceived in the rural area with the stimulus, the adequate information to carry out all the contents so that it can increase the possibilities of leisure for the people at the weekends (MARCELLINO, 2002; CAMARGO, 1985; MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

In the urban area, with a margin of error of 2.1% for more or less, the places used for carrying out the different experiences varied according to the interests in question. For 15.7% of the participants, the tourist-related content is developed mainly in public places; followed by private places, with 7.2%; home, with 7%; and the street, with 6.1%. A balanced situation can also be found with physical-sports interests, which had

13.1% on the street, 11% at home, 9.7% in public places and 6.6% in private places for this purpose. Emphasis was given to the experiences of social content in public places, with 21.6%; followed by private places for this purpose, with 13.7%; at home, with 13.5%; in the street, with 12.1%; in other places, with 2.8%; at work, with 2.1% of the responses. The intellectual, manual and artistic contents had low percentage of responses, not exceeding the limit of 5.6% in different places.

In the rural area, with a margin of error of 5.9% for more or less, the physical-sports activities carried out in the street, with 15.6%, and social activities, with 18% in public places, 14.3% at home, 10.6% in the street and 10.3% in private places for this purpose. The other contents did not have greater prominence in relation to the presented percentages. Outside of leisure activities, the highest percentage of responses were in the “other” category, with 31% at home, including activities such as domestic chores, helping the mother, cleaning the house, repairing the home, taking care of the children’s homework, and other responses.

In the same way as the previous discussion, the actions necessary for cultural democratization should go through the analysis of the situation of issues previously pointed out, so that it can increase the access and possibilities of leisure, optimizing the use of different spaces and equipment in the urban zone and rural areas.

Regarding the use of the internet as a virtual leisure space, the initial data are similar to access during the week. Of the total sample, 1,435 participants of the survey, that is, 59.8%, with a margin of error of 2.6% for more or less, answered that they access the internet over the weekend. However, the realization of the contents undergoes changes in different contents and in relation to idleness. The responses indicate that 3.7% like to lazy around; 45.4% tourism-related content; 45.6% physical-sports; 17.8% artistic activities; 67.3% social; 4.3% intellectual; and only 0.9% point to manual activities. In addition, the category “Others” was cited by 59.1% of respondents. Thus, as in the other questions, it is important to remember that, because it is a question of multiple choices, the sum of percentages was greater than 100%.

The third activity on the weekend most referenced in the survey, with 11.67%, surfing the internet is an activity carried out mainly at home, in the different contents of leisure, followed by work and “lan houses” (cyber cafes). Also, the highlight here are the tourism-related, physical-sports and social activities, compared to other leisure contents.

When the survey directed the questions to what people did on their vacations, of the 2,121 respondents in the urban zone, 36.3% answered they liked to lazy around; 27.9%, tourism-related interest; only 3.3%, with physical-sports; 2.4%, social; 0.8% answered others; and 0.1% indicated qualification by studying and taking courses. The manual content had only one frequency in the answers, not generating percentage above zero in that question. As for the rural area, of the 279 interviewees, the data indicate that 40.8% like to lazy around, 20.7% tourism-related interest, 2.1% physical-sports, 1.7% social, and intellectual, manual and artistic contents. A negative highlight for that question was the large percentage related to the category “Does not know, did not answer”, with 33.6% of the responses.

In relation to the internet, there was prevalence of responses related to idleness as a leisure option, with 37.4%, and tourism-related interest, with 33.1%, followed by physical-sports and social interests, with 3.9% and 3.35, respectively. Here the category “Does not know, did not answer” had 21.1% of the responses. And once again, home was the main place of access, with 53.6% of the responses.

Another question from the survey was about what people would like to do in their spare time. And here we can see differences between what people do during the week or the weekend and what they would like to do in spare free time in the urban area.

The first observation is that people would like to lazy around much less than they actually do, because if during weekend, 3.9% of people lazy around, during the week 7.3% opted for such situation, and the question points out that only 1.8% would really like to enjoy a lazy moment.

A similar situation can be seen in relation to the tourism-related content. Although the numbers are close between “what do you do at the weekend” with 38.7%, and “what would you like to do in your spare time” with 43.8%, the question has quite different results when related to “what do you do during the week”, with only 4.7% of the responses.

Another observation can be pointed out in relation to physical-sports content. In a similar way to idleness, the ones experiencing physical-sports contents have a desire to do much less, with 23.1% of the responses, than those related to what people actually do during the weekend, with 42.6%, and similar to “what they do during the week”, with 24.3%.

This discrepancy may be related to the restricted understanding of leisure and/or idleness in our daily life, coupled with the fact that some leisure experiences are rarely offered, making it difficult for people to choose between the various options, causing, according to Marcellino (2002), the accomplishment of the same experiences of leisure in their daily life.

Differently from these contents, the artistic content has its achievement pointed out in values much higher than those that are placed like “what would you like to do in your spare time”, since 5.1% of the responses point out the necessity of accomplishment of this type of activity, while 16% say they do activities related to this field of interest at the weekend and 9.7% during the week.

A similar relation can also be found in the social interests of leisure in the relationship between what you do during the week and at the weekend and what you would like to do in your spare time. In the first two, the values are higher (17.4% and 65.7%, respectively) than what you would like to do (9.8%) when asked about this question.

As a factor for non-accomplishment of the activities, we observed the lack of time, with 37.8% due to the need to carry out other activities, such as caring for the children, work overload, need to have more than one job, as well as the issue of the lack of financial resources to 31.7%. The difficulty with respect to leisure place and spaces was referenced by 9.1% of the responses, where questions such as living too far away from the place, lack of transportation, because the person frequents places that don't have availability of equipment for activities, among other issues. Health was another impeding factor regarding activity to 3.5%. Other factors were referenced by 16.8% of responses, such as lack of motivation, not being a partner in that space, lack of company, because they like to stay at home, among others. Emphasis to 7.7% of the responses, stating they don't want to do anything, because they already do everything they like doing.

A situation similar to the urban zone can be found in the rural area when 2.1% of the respondents stated that they would like to lazy around, a much lower number than those interviewed when asked what they did during the week (11.3%) and what they did at the weekend (8.1%). A higher emphasis can be found in relation to tourism-related content, when 50.5% of people stated that they would like to do such

activities in their spare time, whereas only 1.7% stated that they developed such activities during the week, 29.6% on weekends and 20.7% on vacations.

Factors referenced as impediments to doing what they would like to do were lack of time, with 27.2% (“does not coincide with their parents' vacations”, “because of work”, “needs to take care of their children”, among other factors); issues related to spaces and places so they can accomplish the activities, with 12.4% (“lives far away”, “have no electricity where they live”, “lack of transportation”, “lack of places”, “there's no place near their house”, among others); 5.7% because to their health, 32.9% because of the lack of financial resources, 18.9% to other (“I don't have a membership”, “lack of motivation”, “does not ride a plane”, “parents only take them to the same places”, “likes to stay home”, etc.). Among those interviewed, 8.6% answered that they do not want to do anything, because they already do everything they like doing.

Finally, in the urban area, when asked what they would like to do on vacation, 79.1% answered that they would like to carry out activities related to tourism-related content, followed by other content with a low percentage of responses, such as social content, with 3.1%, physical-sports with 2.7% and idleness, with 1.5%. The great aspiration of the people interviewed in the cities was related to trips, travels, trips with the family, going to the beach, among other answers related to this interest. In this question, a really big difference also appears between the aspiration and the accomplishment of the activities in the different contents, especially in the tourism-related ones, since “only” 27,9% of people affirmed to carry out activities in this category.

Another important difference can be seen between what people would like to do on vacation and what they do on vacation when it comes to idleness. In the first case, 1.5% said they would like to lazy around while on vacation, while 36.3% said they create situations in this category during their vacation.

Among the reasons that cause people not to create the activities they would like to do, issues related to lack of time appear with 17.9%; issues related to spaces and places of the activities were 2%; health, with 0.7%; lack of financial resources to 56%; other factors to 14.9%; and 4.1% did not know/did not respond.

Similar data were found in the rural area. Again, the tourism-related content was the most referenced, with 76.7% of the responses, followed by does not know/did not respond, with 13.9%; other activities encompassing daily obligations and activities related to the domestic environment, with 2.5%; social interests, with 2.1%; idleness, with 1.7%; physical-sports content, with 1.4%; and artistic interest, with 0.7%. The differences between what you would like to do and what you do on vacation once again appear in the responses, since people do much more than they would like to do, as for idleness, with 40.8% of vacation time, or much less of what they would like to do, as for tourism-related interest, with “only” 20.7% in this period.

The data showing the impediments to not carry out the activities are very close to those of the urban zone. Issues related to lack of time appear in 16.8% of the responses; situations related to spaces and activities were 2.1%; with 0.7%; lack of financial resources were 53.7%; other factors to 17.9%; and 3.2% did not know/did not respond.

Final considerations

The data presented in the research, The Brazilian's Leisure, in its relations with spaces and equipment, point out the need for specific actions in the area to turn their attentions more closely to the possibilities of leisure in relation to the less developed contents, stimulating their practice from the processes of sociocultural animation, without ignoring the stimulation, initiation and proper orientation of the contents historically developed in the different places of the urban and rural areas of our country, so that it can increase the possibilities of leisure for the people in their daily life.

Imbalances between the representations and achievements of the Brazilian's leisure should be the object of specific actions in the area that aim to discuss and implement actions in the leisure area, related to the different elements of a leisure policy, such as the construction and administration of spaces and leisure facilities that facilitate, among other issues, access to these places, the development of a policy of sociocultural animation, with a policy of activities aimed at meeting certain unfulfilled aspirations of people during their available time, in a coordinated way with other public policies related to the social area, such as transportation, health, housing and education policies, among others.

References

- BARBUY, S. *O espaço do encontro humano*. São Paulo: ECE, 1980.
- BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Org.). *Retrato da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.
- CAMARGO, L. O. L. Recreação pública. *Cadernos de Lazer*, São Paulo: SESC, n. 4, p. 29-36, 1979.
- _____. Política de lazer. *Estudos do lazer*, São Paulo: SESC, n. 1, p. 3-7, 1985.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980a.
- _____. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. São Paulo, SESC, 1980b.
- FERNANDES, A. T. Espaço social e suas representações. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Portugal: Imprensa Portuguesa Porto, série I, v. 2, p. 61, 1992. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id11id25&sum=sim>>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: _____. (Org.). *Lazer e esporte*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 5-29.
- _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. Espaços e equipamentos de lazer. In: _____. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: São Paulo: Editora Alínea, 2008. p. 133-152.
- MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- PADOVANI, E. G. R. A cidade: o espaço e o tempo de lazer. In: GERARDI, L. H. O. (Org.). *Ambientes: estudos de geografia*. Rio Claro: UNESP; Associação de Geografia Teórica (AGETEO), 2003. p. 171-184.
- PORTUGUEZ, A. P. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Roca, 2001.
- RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. *Cadernos Metrópole: desigualdade e governança*. São Paulo: EDUC, n. 4, p. 9-32, 2000. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9300>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHWARTZ, G. M.; MOREIRA, J. C. C. O ambiente virtual e o lazer. In: MARCELLINO, N. C. *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 149-170.

The Brazilian's leisure: how time is experienced

Mirleide Chaar Bahia¹
Ronivaldo dos Santos Brito²

This chapter aims to address the leisure experiences of the Brazilian population considering the category “time”, using a wider research titled *The Brazilian's Leisure*.

The theoretical conception of leisure adopted here follows the same proposal in the basic project, in which leisure is understood as “culture³ – understood in its broadest sense – experienced (practiced or enjoyed), in the ‘available time’.

Fundamentally, it's as a defining trait, the ‘disinterested’ character of this experience. There is not, at least basically, any other reward for the satisfaction of the situation. The ‘availability of time’ means the possibility of opting for practical or contemplative activity” (MARCELLINO, 2011, p. 31).

Contemporary leisure experiences are intimately dependent on an “available” time in modern societies, so it is necessary to understand the category of “time”, given that historically the ways of perceiving time (and also space) varied according to with each society, throughout its civilizing process (ELIAS, 1998).

Leisure, in the configuration known today, is a modern phenomenon, which is configured from the emergence of urban-industrial society. Thus,

1 PhD in Socio-Environmental Development by the Center for High Amazonian Studies of the Federal University of Pará (NAEA/UFPA); Professor of the Postgraduate Program in Sustainable Development of the Humid Tropics (NAEA/UFPA).

2 Graduating in Physical Education of the UFPA.

3 “A set of ways of doing, being, interacting and representing that, produced socially, involve symbolization and, in turn, define the way in which social life develops” (MACEDO, 1982, p. 35).

it is argued that from the Industrial Revolution, there was an old time passing, which followed a rhythm based on changes in nature (circular and biological time), to a modern time, now based on a standardized logic (linear and mechanical time).

Before this period, there was no division separating such close and interrelated instances in people's lives (leisure time, working time and nature). As Thompson (1998) describes, among the primitives, the logic of time was associated to the working cycle or the succession of domestic chores (time to plant, harvest, fish, take the cattle to the pasture, etc.).

Boullón (2004) also illustrates this reality and describes that games, plays and festivals in primitive communities were not organized in times of little activity when there was nothing to be done, but, on the contrary, they remained associated to periods of activity, so that work was permeated by singing and the games and plays were mixed with productive activities and the influences of the biological cycle of time, governed by nature. Only with the winter inactivity or the seasons with rain that their habits of allowing the celebrations changed.

in the beginning, in primitive communities, the game was linked to the physical rest and to the same work during religious and magical festivities that were mixed to it [...]. For many centuries, the social behavior was greatly influenced by the day-night cycle and the changes of the seasons which, with their rhythm, imposed intense work in the times of planting and harvesting. In ancient times, the sun and the long winter nights indicated periods of activity or passivity[idem, p. 20].

Rybczynski (2000) has other entries that reveal that in the eighteenth century there was no division that separated people's lives as close and interrelated as leisure-work-environment. The work, experienced in family, in the harvests of the fields, had an intimate relation with leisure, because there was no separation between the moments lived, since the harvests were permeated by parties, dances, songs and joy. Time was settled with the seasons of the year, from sunrise to sunset. Life revolved around the signs demonstrated by nature and established itself in an interdependence between them.

for the eighteenth-century worker, the dividing line between work and leisure was not very different. Work was bound to a certain pleasure, and pleasure always aroused much interest. In addition,

many recreation activities were directly linked to the workplace, since corporations used to organize trips, had their singing and drinking clubs and their favorite taverns [idem, p. 99].

As a result of the complex social changes of an urban-industrial society, there was a need for more and more precise self-regulation mechanisms to measure, control and regulate the time of their activities. Time becomes a social symbol, the result of a long learning process, which is characterized as one of the symbols that human beings begin to apprehend and with which, from the evolution of society, they start to use as a medium guidance. For Elias (1998, p.85), "physical time represents a relatively late branching out of social time".

Some symbols were created for guidance. According to Elias (idem, p. 84), "What we call time is nothing more than a common element to this diversity of specific processes that men seek to mark with the help of clocks and calendars". As one of the mechanisms of time measurement, the clock was adopted, which serves to concretely materialize a social norm, an action established in the natural and/or social environment.

Clocks and instruments of measurement of time in general, whether made by human or not, are reduced to mechanical movements, of a particular type, which men put in the service of their own purposes [idem, p. 95].

The clock, in addition to just measuring social time, also serves as a controller of productive life, rooted in capitalism, characterized as a demarcated and controlled time "by the division of labor, supervision of work, fines, bells and clocks, cash incentives, preaching and teaching, suppression of fairs and sports – new work habits were formed, a new discipline of time was imposed" (THOMPSON, 1998, p. 297).

It is in this context of evolution of the civilizing process of societies that it is justified to understand, in contemporaneity, how the use of time has been characterized. For this reason, this study is relevant because it intends to reveal the ways for Brazilians to experience leisure, from the perspective of how their available time is experienced, and can bring significant elements to diagnose problems that can indicate how it is configured the leisure time of the Brazilian citizen; what is the reality of the use of time in urban and rural areas; how do Brazilians use in their time and why time it is not always used the way they would like it.

These mappings can contribute to the visualization of the representation and realization of the Brazilians' leisure, by subsidizing government actions appropriate to this reality, in order to minimize existing barriers to the leisure experience in modern society (MARCELLINO, 2008).

In this section of the study, we selected some questions directed to the subjects interviewed in the project: 1) What do you do in your spare time (weekend)?; 2) What do you do in your spare time (vacations)?; 3) What would you like to do in your spare time?; 4) And why don't you do it on your spare time?

In questions 1, 2 and 3, respondents had the option of choosing a number of activities previously arranged in the questionnaire, which were then grouped according to the following cultural interests of leisure (Marcellino, 1996): physical-sports; social; tourism-related; intellectual; manual; and artistic.

In question 4, it was possible for the respondent to opt for some alternatives that were grouped as follows: time; space/location; health; money/financial resources; others; nothing/does everything they would like to do; does not know/did not respond. These options give indications of the impossibilities and barriers imposed on the citizen in regard to experience of leisure.

It should be noted that due to the number of crossover between different categories of analysis, generating a significant amount of information, in this text, it was necessary to make options in relation to some of these information, and for each of the four questions described, the information to the general public. Next, you can see the detail of the information and the analysis of what the data shows.

The first question seeks to know about the experiences of leisure during the weekends, showing the choices in general context, according to their possibilities and barriers.

The tables detail the percentage of choice of each cultural interest (or content) of leisure for the general public. This same procedure will be executed to the other questions.

What do you do on the weekend?

From the nineteenth century, the way of experiencing leisure took on new contours and acquired characteristics very different from those

that existed before; now there's a special time to devote to leisure, as well as a special place to enjoy it.

It was not leisure mixed with work or vice versa. The leisure of the middle class, which emerged and influenced the whole society, had something new: a limit of time and place well marked, separating fun and work. More than anything else, this limit – of which the weekend is an example – came to characterize modern leisure [RYBCZYNSKI, 2000, p. 113].

Unraveling what people choose to do over the weekend is an important indicator of their choices in the time available to them, given the current context of social life. These data can be seen in Table 1.

Table 1 – Cultural leisure interests found by means of mapping, considering activities performed during the weekend

Interests of the general public	(%)
Social	64.6
Others	58.5
Physical-sports	42.1
Tourism-related	14.0
Artistic	15.4
Idleness	4.5
Intellectual	1.7
Manual	1.3
Qualification/Studies	0.7

Source: Research database.
Authors elaboration.

In a general overview of what Brazilians choose to do during their weekend, in the first place, with 64.6%, social activities, such as being with the family, going out to lunch, going to the bar, going to the nightclub, talking, going to events, going out at night, visiting, being and hanging out with friends.

Realizing that people seek activities that foster social interaction reflects on how there is a predisposition and need to have this social interaction. What has been witnessed is that in the modern and urbanized world, public spaces of social coexistence in most cities have been diminished and often do not even exist.

In today's big cities, there is little or no space opportunity for coexistence, because of the way in which they are constituted

and renewed, the void that lies between the clutter of things is insufficient to allow the more effective exercise of productive social relations in human terms [MARCELLINO et al., 2007, p. 18].

This greater interest in social activities reveals a human need for this, so it is necessary to think about public policies and distribution of public spaces in cities that can provide this opportunity for social coexistence.

As Bonalume (2002) and Marcellino et al. (2007) ponder, there is a growing privatization of public spaces of social coexistence in favor of privatized spaces that, in most cases, favor the most favored classes. Several examples can be pointed out: the neighborhood is replaced by a closed condominium, public spaces of leisure by clubs and centers of entertainment and the streets by shopping centers.

Even if it is looted and emptied of values from the human encounter, the city, however, is not eliminated. It resists, as the use value of space is not eliminated at once. And it reappears, among other possibilities, in leisure practices, from the perspective of personal and social development, of meeting and coexistence, of the body, as opposed to leisure merchandise – exchange value – or in the recovery of the party, says Lefebvre [MARCELLINO et al., 2007, p. 18].

Accessibility to leisure, to time, to public space, that is, to the city itself and its public facilities, is not only physical, because it has subjectivities and nuances “that go beyond the physical design of streets, squares, parks, shopping centers and public buildings” (SERPA, 2009, p. 16).

This accessibility is not limited to the material matter, but it also presupposes social representations and is loaded with symbolism, with some interdictions (physical, landscape, imagery barriers, etc.) that make accessibility to individuals leisure and time/space difficult (BAHIA, 2012).

The streets and sidewalks of cities, for example, the main public places of a city, besides having only the flow of vehicles and pedestrians, as a representation of passage and circulation, have other purposes and, as Jacobs defends (2000, p. 29), “are its most vital organs”. These public spaces are full of meanings, while remaining as places of daily perceptions and experience of people.

For the author, there is a social life on the streets and sidewalks, precisely because they are public, since they bring together people who do

not know themselves, however, “apparently unpretentious, unreasonable and random, the contacts in the streets constitute the small change from which the exuberant public life of the city can flourish” (idem, p. 78).

Public spaces, also understood as areas of sociability and leisure, are indispensable to the daily life of cities and can also be perceived with dual function, since, according to Figueiredo (2008), while providing leisure for the residents, they can be seen as a small cultural sample of what a certain society has, attracting visitors who want to know what can be classified as typical of that place.

In the study, another data was observed, in which 58.5% of the respondents stated to carry out other activities, such as domestic chores, helping with duties, caring for relatives, shopping, washing the car, surfing the internet, solving personal problems and doing social work.

This is, perhaps, an indicative of the fact that people do not distinguish leisure as a time for uncompromising experiences from obligations and list some obligations (domestic, family, social) as moments of leisure. Or, moreover, that their leisure time becomes increasingly diminished and “strangled” in the face of demands from obligations to be fulfilled in modern society, causing that there is not much alternative but to meet these demands in the so-called “free” time.

Remembering Munné (1980), there are four fundamental types of social time: psychobiological time (used to supply fundamental needs – sleep, food, physiological needs, among others); socioeconomic time (used to meet basic economic needs – work, study, domestic activities); sociocultural time (used to meet the sociability need of individuals); and spare time (used to meet the needs of freedom and individual choice). This can be used according to your awareness of value over your time.

Another important aspect to know in this study is what people do on vacation and what their interests are while using this time “available for vacation”, which was won through struggles of the working classes and, as a labor right.

What do you do in your spare time?

The enactment of Decree-Law No. 5.452 in 1943, which dealt with the Consolidation of Labor Laws (CLT), was received as an advance in Brazilian social relations and a decisive step for the economic, social and human development of the working class. According to Pinto (2009), the

CLT established a minimum period of rest for workers (art. 66); interval for resting/feeding at work (art. 71); remuneration for weekly rest (art. 67 to 69), holidays (art. 70) and *vacations* (art. 129 to 153, emphasis added).

As a result of a long social battle, the conquest of rights represented the individual's recognition as a citizen. Alongside civil and political rights, economic, social and cultural rights are now on the international agenda and are considered an essential prerogative of respect for human life and dignity (BAHIA, 2012). Among the labor achievements, the vacation time is configured as a legal right acquired, which should be enjoyed.

But how will the Brazilian citizen experience their vacation time, in the face of human needs and the increasing workload? This is what Table 2 demonstrates.

Table 2 – Cultural leisure interests found through mapping the general public, considering what they do on vacation

Interests of the general public	(%)
Idleness	36.8
Tourism-related	27.0
Physical-sports	3.2
Social	2.3
Manual	0.0
Others	0.7
Qualification/Studies/Courses	0.2
Does not know, did not respond	29.4

Source: Research database.
Authors elaboration.

You can notice that 36.8% of the respondents opted for leisure time and 29.4% did not know how to respond or did not respond.

It should be remembered that the word leisure/idleness, derived from the Latin *otium*, means the enjoyment of the vacant hours, of the rest and the tranquility, having as a possibility the sense of pleasant occupation.

In Old Greece, work and leisure/idleness figured as opposing concepts and values very different from those known today. If, today, temporality is the resource of the division between work and “non-work”, in that scenario, according to Aristotle, leisure/idleness was a state, that is, it was a condition of freedom relative to the need to work [AQUINO; MARTINS, 2007, p. 490].

In a society rooted in productivity values, often the option of idleness can represent the exhaustion of the individual before the complex movement of society and the increasing demands of productivity, having understood the human need of that time for its usufruct.

But you can also see a significant percentage of those who do not know or did not respond to what they do in their spare time. There are some assumptions for this result.

Many people do not understand the use of free time as a possibility to enjoy their spare time or leisure time or do not prioritize it in life. This fact can respond to what Magnani (2003) classifies as a low “social resonance of leisure”, so that the population, in the midst of the strenuous work routine, does not realize the importance that leisure has in their life, and don't relate it as a basic right of happiness, pleasure and fulfillment.

Therefore, the social resonance of leisure is quite different from that which deals with other aspects of everyday life, deemed as “serious.” Which demonstrates two interesting facts: one, the still latent discrimination on the leisure theme; and the other, that people experience leisure and this has importance in their life, but often do not identify what they do as leisure.

The attempt to unravel what these individuals have as a desire to experience in their vacation time may bring some new elements of analysis to the study.

What would you like to do in your spare time?

The variation of this time in the individual's life, whether on bigger or smaller scale, can be organized according to some assimilated patterns in society of how one must spend time for the various activities and how individuals use and value the sense of everyday time for themselves.

Knowing what they would like to do in their spare time can give indicatives of desires and needs that exist within themselves, but which may or may not be fulfilled. Table 3 demonstrates what people indicate as their desires.

There is a percentage of 78.8% of the respondents with the desire to experience tourism-related content, that is, to travel, to move around and to know new places, new cultures.

According to Figueiredo (1999), the word tourism comes from the Latin *tornare*, which means “to take a turn, to return to the starting

Table 3 – Cultural leisure interests found through mapping, considering what they would like to do in their spare time

Interests of the general public	(%)
Idleness	1.5
Tourism-related	78.8
Physical-sports	2.5
Artistics	0.1
Social	3.0
Manual	0.0
Intellectual	0.0
Others	1.2
Nothing/Does everything they would like to do	1.2
Qualification/Studies/Courses	0.6
Does not know, did not respond	10.5

Source: Research database.
Authors elaboration.

point”. The word was absorbed by the term *grand-tour* from the French language, which means the voyages held in the fifteenth, sixteenth and eighteenth centuries by the sons of aristocrats and new bourgeois to complete their studies.

From there, the English language used the term to designate leisure trips, to know other places.

the travel experience is important for the human being, since it is a sacred moment of transformation, of meeting with one's own self, of discovering diversity and identity. Traveling is a transformative necessity. Travel entries and the travel literature create and reinforce the idea of traveling as an important human action for the man's formation. Read the adventures of Marco Polo, the stories of Humboldt, Charles Darwin, Wallace, Bates, most of the travel narrators, the chroniclers to the scientists. Traveling is an act of transformation and education. It is a dense practice, a deep experience. The density of travelling is demonstrated, for example, in the work of James Clifford (2003) who, as a traveler, analyzes four museums on the northwestern coast of the United States and Canada [FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004, p. 179].

From what it is perceived, from the significant percentage indicating tourism or travelling as desires of the Brazilians, any spare time would be reason to have time for a trip.

However, considering the current social situation, many people find themselves forced to sell their vacation and start new working hours to meet their basic survival needs, or even in search of “consumer dreams”. This is a behavior that compromises people's quality of life and the possibility of significant leisure experiences (WERNECK, 2003).

Nowadays, with the contingent growth of unemployment and/or precarious work, the reduction of the working day and the right to work, return to the scenario as the main social flag, and with that, the increase of the worker's spare time, unfortunately, has a meaning, losses and flattening salaries.

The conflict over time, both quantitatively and qualitatively, has materialized as one of the great tensions generated by capitalist society. Question about the working time and its consequent reduction, have, historically, always been present as one of the central demands in the workers' struggle for their emancipation. Therefore, it is necessary to think of time reordering policies towards the collective construction of politics of leisure and cultural democratization.

And why don't you do it on your spare time?

Faced with the scenario in which the society is facing, it is interesting to map out the reasons why people are unable to fulfill their desires to choose what to do in their spare time . And Table 4 demonstrates this scenario.

Table 4 – Reasons found that justify why respondents do not do what they would like to do in their spare time

Reasons of the general public	(%)
Time	17.8
Space/Place	2.0
Health	0.7
Money/Financial resources	55.7
Others	15.2
Does not know, did not responses	4.0

Source: Research database.
Authors elaboration.

In a general overview, Brazilians do not do what they would like to do in their “free time” for lack of money and also for the lack of their own time. In this sense, it can be seen that, by associating the use of spare time

and the possibility of experiencing leisure, there is a strong link with the socioeconomic issue.

The possibility of experiencing leisure is not always part of people's lives, since some sociocultural barriers, which may exist between the different social classes (interclasses) or within the social classes themselves (intraclasses), are shown as limiting factors for this access (MARCELLINO, 1987).

Not all of them have, for example, the possibility of accessing leisure itself, to public spaces and leisure facilities in cities, either for lack of economic conditions, which limit their own movement for accessing them, or for lack of time to experiencing leisure, or because of the lack of public leisure policies for the purpose of cultural democratization.

In this way, it is necessary to recognize that there are sociocultural and economic differences and limits of accessibility to leisure for certain individuals and social groups, and it is up to the public authorities to minimize such differences and barriers by establishing leisure policies capable of expanding and diversifying opportunities, the democratization of access to the cultural experience of leisure.

the “democratization” (social rights available to all) implies “inclusion” that requires “equity”. These, in turn, imply “accessibility” (concrete experience of available opportunities) of the subjects and groups to leisure opportunities [PINTO, 2009, p. 32].

However, there is usually a true metamorphosis in the understanding of the notion of law, with the property right contradicting social rights, with the right of the consumer overlapping the so-called rights of citizenship. And, in this logic, leisure configures itself as a specific type of property, to which only a minority can have access.

Only in possession of this “right”, acquired in a relationship of purchase and sale, carried out in the market, not always directly, that the *citizen-consumer*, as owner, can use the right to consumption, benefiting from, enjoying, basking or appreciating of a certain complex of ludic experiences provided by what we shall henceforth be called *mercolazer* (the words leisure as commodity mixed together in Portuguese), a contemporary and tendential form of the manifestation of leisure as a commodity [MASCARENHAS, 2005, p. 105-106].

The contemporary city has been a place of contradictions and symbolic struggles, founded by capitalism. In this scenario, both the city and the leisure end up becoming commodities.

Access to leisure – understood as a basic social right, alongside work, education, health, housing, etc. – can be understood as a presupposition of citizenship and quality of life; and it is the duty of the public authority to guarantee the implementation of policies that effectively fulfill this role.

Inequalities produce deep segregation, undermining the strategic bases of life of those excluded. Therefore, a policy of “inclusion with equity” places us before the recognition and appreciation of the needs of people and their social and human development, the result of actions in a set of objective and subjective conditions that provide quality of life [PINTO, 2009, p. 29].

It is necessary to prioritize access to public leisure policies, that is, citizen participation in programs, projects and leisure actions, in the exercise of their rights, guaranteed by the Constitution of 1988. For Pinto (idem, p. 36, emphasis added), “in the perspective of ‘accessibility’, leisure is a time/space/opportunity of freedom of choice, with a view to a diversified experience of cultural practices”.

The issue of accessibility to public leisure policies, therefore, depends on policies that consider, as a priority, the fulfillment of social rights and fulfillment to inclusion with equity..

References

- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza: UNIFOR, v. 7, n. 2, set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2014.
- BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará*. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BONALUME, C. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A.; DACOSTA, L. P. (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 189-214.

BOULLÓN, R. C. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista*. Tradução Maria Elena Ortega Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2004.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FIGUEIREDO, S. L. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: _____. (Org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1999. p. 75-126.

_____. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: _____. (Org.). *Turismo, lazer, planejamento urbano e regional*. Belém: UFPA; NAEA, 2008. p. 79-92.

_____.; RUSCHMANN, D. V. M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, Belém: UFPA, v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/40/34>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MACEDO, C. C. Algumas observações sobre a cultura do povo. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J. (Org.). *A cultura do povo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1982.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *Lazer e humanização*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

_____. *Pedagogia da animação*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2011.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, É. A. O. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: OPUS, 2007.

MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. 308f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MUNNÉ, F. *Psicosociologia del tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trilhas, 1980.

PINTO, L. M. S. M. *Políticas participativas de lazer*. Belo Horizonte, 2009. Mimeografado.

RYBCZYNSKI, W. *Esperando o fim de semana*. Tradução Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SERPA, Â. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304

WERNECK, C. L. G. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. 322f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

Leisure of the Brazilian with disability: between the dream and reality

Liana Romera¹
Liana Poubel²

To think of the Brazilian's leisure referring to their imagination, to what they do and what they would like to do in their time available, on the weekends and on vacation, revealing the understanding built on this social time, what they dream about and what they realize that represents the propulsive springs of the present study.

In this chapter, in particular, the social group represented by people with disabilities who, for multiple reasons discussed here, face greater difficulties in accessing public and private leisure spaces. In this sense, the proposal of this text is to discuss the leisure of people with disabilities and not their deficiency, highlighting some of the barriers they encounter.

The combination of struggles for human rights has highlighted the issue of disability in the last decades, especially since the enactment of laws aimed at facilitating the access of those disabled to different urban spaces, guaranteeing human rights and dignity to a portion of the population that historically has not access to cultural and social assets.

The Federal Constitution of 1988, the Decennial Plan of Education for All of 1993, the Law on the Guidelines and Bases of National Education (BRASIL, 1996) and more specifically the Convention on the Rights of

- 1 Graduated in Pedagogy and Physical Education and specialized in Leisure studies. She has a master and a doctorate degree in Physical Education from Campinas State University (UNICAMP) and PhD degree in Leisure studies from University of Deusto, Spain. She is lecturer on the graduation and pos-graduation course in Physical Education at Federal University of Espirito Santo (UFES) and coordinates a research group in Leisure, Youth and Drug use studies.
- 2 Graduated in Physical Education from UFES. Member of the research team Andaluz/CNPq research group in Youth and Drug use studies.

Persons with Disabilities (BRASIL, 2007) are some official documents representing searches for improvements and visibility of this portion of the population.

In addition, the federal decrees N. 3.298/1999 covers the national integration policy, and N. 5.296/2004 refers to basic standards and criteria for promoting the accessibility of persons with disabilities or reduced mobility.

From the international discussions on human rights, the first international convention of the new millennium originated in the United Nations (UN), of which Brazil participated actively in the process of construction of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities signed in 2007.

The important document indicates guarantees of the rights of persons with disabilities, not only in relation to education and work, since it also extends to other rights, among which the accessibility and access to information and cultural goods, sport and leisure, because they are more directly related to the theme proposed here.

As for the accessibility matter, one of the main obstacles for the participation of people with disabilities in leisure activities, article 9 of this document states:

In order to enable persons with disabilities to live independently and to fully participate in all aspects of life, States Parties³ shall take appropriate measures to ensure that persons with disabilities have access, on an equal basis with others, to the physical environment, transportation, information and communication, including information and communication systems and technologies, as well as other services and facilities open to the public or for public use, both in urban and rural areas. These measures, which will include the identification and elimination of obstacles and barriers to accessibility, will be applied, among others: a. Buildings, roads, means of transportation and other internal and external facilities, including schools, residences, medical facilities and workplaces; b. Information, communications and other services, including

³ The Convention on the Rights of Persons with Disabilities and its Optional Protocol, which ensure monitoring and compliance with the State obligations, were signed without reservation on March 30, 2007, in a gesture of total commitment by the Brazilian government and 192 other countries members of the UN whose signatories are called States Parties.

electronic services and emergency services; 2. States Parties shall also take appropriate measures to: a. Develop, promulgate and monitor the implementation of minimum standards and guidelines for the accessibility of facilities and services open to the public or for public use; b. Ensure that private entities providing facilities and services open to the public or for public use take into account all aspects of accessibility for persons with disabilities; c. Provide training for all actors involved on accessibility issues with which people with disabilities are confronted; d. Provide buildings and other facilities open to the public or public use of Braille signs and in formats that are easy to read and understand; e. Offer forms of human or animal care and mediator services, including guides, readers, and body structures such as major diversion or loss.

The document aims to ensure the right to the city, urban mobility, as well as safe and unrestricted access to public and private spaces, ensuring dignity and minimizing external barriers.

In recent years there have also been changes in the way these people are treated. Field scholars seek the best ways to refer to this specific public and have different conceptions for people with disabilities, such as: people with special needs, disabled people, people with disabilities, from different denominations refer to the same group, which in this chapter will be mentioned as people with disabilities. To this end, we use the concept of disability presented in the Convention on the Rights of Persons with Disabilities as is the most comprehensive:

Persons with disabilities are those who have long-term physical, mental, intellectual or sensorial impairments, which, in interaction with various barriers, can obstruct their full and effective participation in society in equal conditions with other people [BRASIL, 2007, p. 16].

In the aforementioned document, the dynamism that permeates this concept and its transitory character is still recognized:

is an evolving concept and disability results from the interaction between people with disabilities and the barriers due to attitudes and the environment that prevent the full and effective participation of these people in society on an equal basis with other people [idem, p. 14].

We understand the scope of the concept presented by the Convention on the Rights of Persons with Disabilities not only because it embraces all forms of disability without distinction, but also because it highlights, among the barriers faced by this group, two important instances, environment and attitudes, leaving the difficulties that present themselves beyond the architectural limitations of urban or rural spaces and equipment.

Marcellino (2003) mentions some barriers to the access to leisure that he calls “all inhibitors”, formed by countless elements that minimize the possibilities of access and living, generally represented by economic, sex, age and educational factors. According to the author, women, children and senior citizens represent the most difficult characters to experience leisure situations, especially if they occur outside the domestic space.

We can add people with disabilities to the list of subjects with the greatest difficulties of leisure experiences presented by the distinguished sociologist and, to the list of factors that inhibit such experiences, three types of inhibiting barriers especially faced: architectural, social and information barriers.

Architectural barriers are related to urban mobility motivated by non-compliance with the accessibility norms that should be included in the different spaces and leisure facilities.

According to Blascovi-Assis (2003), social barriers are often more difficult to transpose than the physical, prejudices and standards established by society to cope with differences end up obliging disabled people to forced social isolation. Carvalho (2006), who calls these difficulties of attitudinal barriers, emphasizes that they are often more difficult to transpose because they depend on changing the society's attitudes and behaviors. Such changes, more complex, suggest actions in education in a joint effort between school, family and society, aiming to reduce the prejudices that marked the history of people with disabilities and that for a long time forced this social group to total seclusion⁴, making the access difficult to life opportunities in society.

In this sense, Blascovi-Assis (2001, p. 102) highlights differences between social integration and the simple insertion of people with

disabilities into public environments as elements that make life difficult for people with disabilities.

Today, studies show that integration is much more than simply occupying the same space, and this process needs to be carefully observed, since the noninteraction of mentally challenged child with the “normal” child can generate anxieties and frustrations at first. Therefore, the simple insertion of these people in public places does not guarantee that there is a positive and beneficial interaction, much less a social integration [idem, *ibidem*].

In addition to the architectural barriers, already known as access ramps, elevators, railing, among many other means of physical access, social barriers, which refer to the stigmas and prejudices suffered by people with special needs, are also necessary to the adequacy of audiovisual resources, Braille sign and other mechanisms that provide access to information and culture, as recommended in article 21 of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (BRASIL, 2007, p. 27) on freedom of expression and opinion and access to information:

States Parties shall take all appropriate measures to ensure that persons with disabilities can exercise their right to freedom of expression and opinion, including the freedom to seek, receive and share information and ideas on an equal basis with others and through all forms of communication of their choice, as provided for in article 2 of this Convention, among which: a) Provide, at no additional cost, to persons with disabilities all information intended for the general public in accessible formats and appropriate technologies for different types of disability; b) Accept and facilitate, in legal proceedings, the use of sign languages, braille sign, augmentative and alternative communication, and all other accessible means, modes and formats of communication, at the choice of people with disabilities; c) Urge private entities that provides services to the general public, including through the internet, to provide information and services in accessible formats that can be used by people with disabilities; d) Encourage the media, including internet information providers, to make their services accessible to people with disabilities; e) Recognize and promote the use of sign languages.

⁴ In the history of mankind, there are reports of exclusion of people with disabilities and non-recognition of their rights as citizens, as verified in Carmo (1988), Personaliti (1984), Blascovi-Assis (2001), among others.

If the urban accessibility is important to reduce the exclusion factors of this population, attention to the different forms of access to information, such as braille signs, sign language, sound guidelines, are also essential factors for inclusive exercise in spaces and equipment of leisure.

The difficulties comprised of these three inhibiting barriers to leisure access, as well as the qualification of the leisure professional for the attendance of said public in the leisure spaces, represent factors that restrict the leisure access of this layer of the population and demand focal public policies.

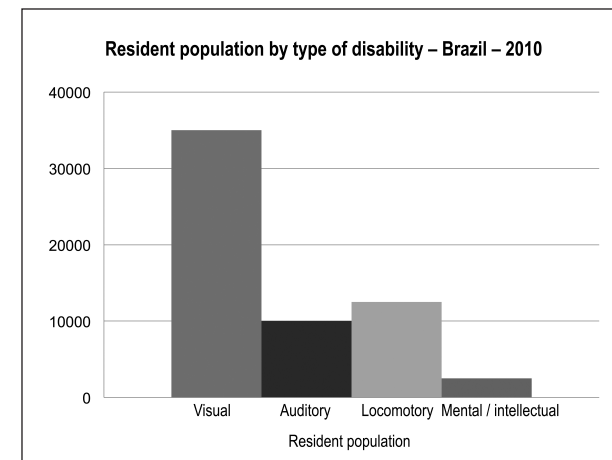
Research that address the leisure of people with disabilities in Brazil is still uncommon, signaling the need to deepen the studies about this relationship. In general, research involving this population is more focused on issues related to inclusion in the school environment and the labor market, also signaling a functionalist view that governs the society. A perception of a concern for professional inclusion to the detriment of the social life of the person with physical disability is also reinforced, as affirmed by França, Pagliuca and Baptista (2008, p. 113): “social inclusion is understood, both by the plural society and by the segment of people with disabilities, such as inclusion in the work”.

Analysis and discussion of the data

As previously announced, we have chosen to address in this chapter the leisure of people with disabilities and not their disabilities, so we will discuss here some of the issues they raise about their relationship with this time and space. The variables highlighted here are: 1) meanings of leisure for the life of people with disabilities; 2) what they do on their time available during the week; 3) what would they like to do on vacation/spare time; 4) reasons that prevent them from doing what they would like to do on vacation/spare time.

This deals with a very considerable number of people, according to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) of 2010, about 45.6 million people declared themselves to be disabled. This number corresponds to 23.9% of the Brazilian population (GARCIA, 2012). Let’s look at Graph 1 for the types of disability declared in the 2010 Census.

Graph 1 – Types of disabilities



Source: Garcia (2012).
Authors' elaboration.

Still according to IBGE, some people have stated that they have more than one type of disability. Therefore, when added to the occurrences of deficiencies, the number is greater than 45.6 million, which represents the number of people, not the number of occurrences of disability.

In general, people with disabilities that participated in the survey, a representative sample, understand leisure as a source of fun, 68.3%, and relaxation, 23.3%, representing relaxation and fun as the main understanding of leisure, totaling 91.6% of the answers obtained.

According to Dumazedier (1964), leisure is characterized by relaxation, fun and development, two of the functions that respondents agree to be ingredients that provide pleasure. This theory presented by the French sociologist in the 1960s was quite important at a given historical moment, especially in Brazil, when the studies began, however, the study started suffering criticism regarding the compensatory character that permeates this conception. Such criticism is directed more emphatically to the third “D”, referring to development, because it reveals a certain contradiction to the inherent characteristics of leisure. Because it is a search for pleasure and relaxation, there was no need for development, as this could, to some extent, mask other interests than that of leisure itself.

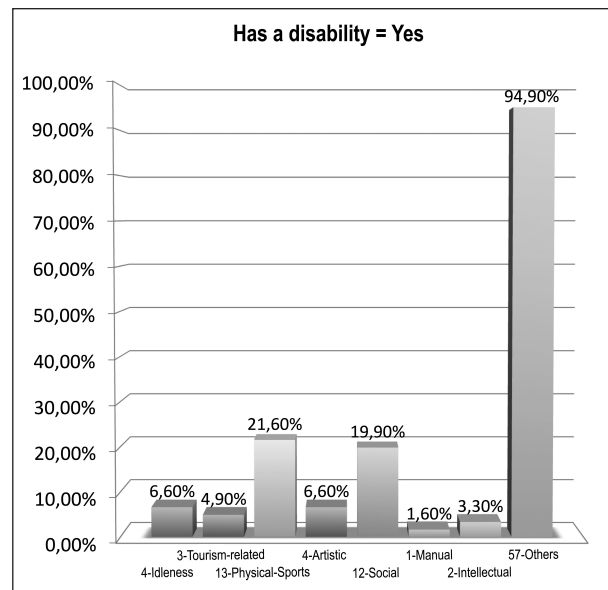
With regard to the activities developed in the time available during the days of the week, the respondents suggested some cultural interests

of leisure, as shown in Graph 2, whose question also gave the respondent the possibility of choosing more than one activity.

How do you use the time available during the days of the week? This time was indicated by 94.9% of respondents for the item “Others”, represented by numerous situations of daily life that were grouped into three distinct categories: the first related to caring for oneself and others, including helping with domestic chores and helping the family, such as children, grandchildren, nephews, parents.

The second group is related to humanitarian services, such as catechesis classes, evangelization, volunteer services and community work. The first two uses of the available time during the week pointed out by the respondents approach the categorization developed by Stebbins (1992), called by the author as serious leisure. According to the Canadian sociologist, serious leisure is comprised of activities developed by amateurs, people who develop hobbies and volunteer activities. The amateurs are linked to experiences related to the arts, sciences, sports and entertainment. Hobbies are marked by collectivities in general and the third group related to voluntary and humanitarian work.

Graph 2 – What people with disabilities like to do during the week



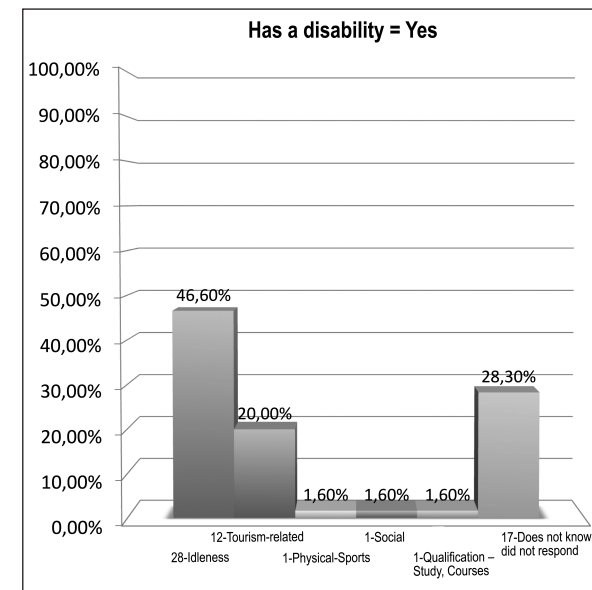
Source: Garcia (2012).
Authors' elaboration.

The third group of jobs available during the days of the week, pointed out by the respondents, refers to the use of media: watching television (sports programs, movies, soap operas) talking on the phone, using the computer, surfing on social networks.

It is important to note that the expressive number of respondents prefers to develop free time activities while at home or, in the case of the second group, in a known environment with which they are familiar with. We believe that this choice may still be related to a form of protection against social barriers characterized by attitudes that involve prejudices and stigma. According to Blascovi-Assis (2001), social barriers are characterized by forms of treatment marked by prejudices, making people with disabilities prefer to experience free time in the domestic environment, even if it means being reclusive at home.

When questioned about what they do during their vacation, 46.6% of respondents chose to mention the word idleness, which they say is related to staying at home, resting/sleeping, being alone, doing nothing, sunbathing. Again, we see domestic actions that avoid the need for exposure in an expressive way, according to Graph 3.

Graph 3 – What do you do during your vacation?



Source: Garcia (2012).
Authors' elaboration.

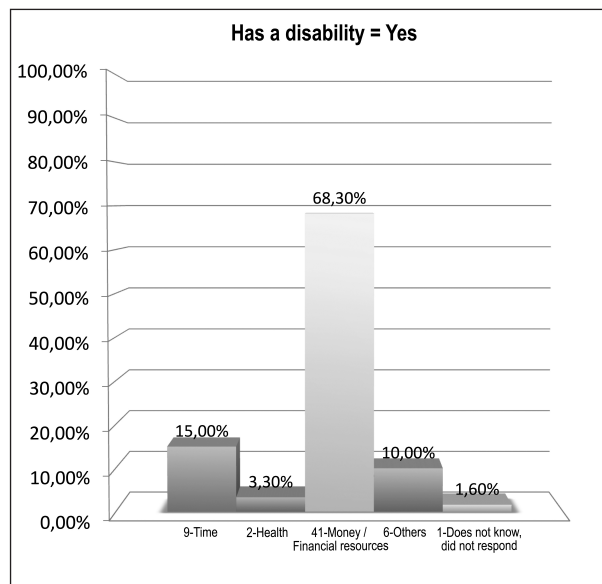
In the same sense, Chicon, Mendes and Sá (2013) research the relation of children with disabilities in the school environment during physical education classes and they emphasize:

the school, in the process of inclusion, may be training students to perpetuate/reproduce attitudes of segregation of students with special needs (SpN) for disability, making it natural for them to not participate in school and social activities, keeping within the exclusion. That is, it does not contribute to transforming the framework of segregation and discrimination existing before the inclusion movement..

When the reference to leisure is related to what people would like to do during their vacation, 80% of the respondents declared willingness to travel, a desire also pointed out by other non-disabled respondents.

However, among the justifications for not doing what they would like to do, the respondents pointed out lack of time, 15%; health problems, 3.3%; financial issues, 68.3%; in addition to other factors that, according to them, involve lack of motivation, opportunities and company and representing 10% of the answers (Graph 4).

Graph 4 – Justifications for not doing what you would like to do



Source: Garcia (2012).
Authors' elaboration.

Financial issues represent a strong argument for not participating in the desired leisure modalities, namely, tourism-related activities.

IBGE studies, the 2010 Census, point out that among Brazilians over 10 years of age with disabilities and engaged in the labor market, 46.4% earn a maximum minimum wage. If, on the one hand, low wages are related to the school level, the possibilities of travelling are associated to the economic power of this public, making it impossible to realize the experience of what they would like to do on their vacations.

Carmo (2002, p.12) also advocates the access of people with disabilities to cultural goods and thus causes:

irregardless of whether the individual is paraplegic, hemiplegic, mentally or visually impaired, we can't deny them the possibility of access to the knowledge and riches of mankind that he has also helped to produce in some way and which, for reasons of power and domination, have not had access.

In this sense, we observe the complexity that permeates the issue of leisure experience by this group, which in many cases will exceed the limits of the expiration of the barriers previously discussed.

Final considerations

Although the last decades have pointed out advances in the recognition of the rights of people with disabilities and of several efforts having been made to guarantee them, with the aim of greater social participation, the inclusion of this group in the field of leisure is not yet fully guaranteed.

If we consider the extrinsic factors motivating or restricting the leisure of the person with disability, we can observe pragmatic and attitudinal barriers, represented not only by the lack of physical and architectural structure, but also by prejudice, stigma and reflexes of disinformation.

The conjunction of such elements will impact intrinsic factors of leisure demands, provoking an exercise of domestic seclusion of this part of the population.

Perhaps the difficulties of overcoming the social barriers imposed by attitudes are more difficult to remove than those encountered in the form of architectural barriers. This observation assumes the need

for an education for diversities, as well as better preparation of leisure professionals to attend the various publics.

If much has already been done, there is still much more to do so that the architectural, social and information barriers mentioned here can be transposed by giving people with disabilities the leisure experience in a more free, autonomous and distanced way from the stigmas and prejudices which still animate part of society.

References

BLASCOVI-ASSIS, S. M. *Lazer e deficiência mental: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. Lazer para deficientes mentais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lúdico, educação e educação física*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 101-111.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)*. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismosde-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-deapoio-do-minc-apoio-a-projetos/>>. Acesso em: 17 out. 2007.

_____. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Ação Social. *Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: CORDE, 1997.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis n. 10.148, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível

em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

_____. *Convenção sobre direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais: protocolo facultativo sobre a convenção sobre direitos das pessoas com deficiências*. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

CARMO, A. A. *Deficiência física: a sociedade cria, recupera e discrimina*. Brasília, DF: MEC; Secretaria de Desportes, 1988.

_____. Inclusão escolar e a educação física: que movimentos são estes? *Revista Integração*, Brasília, SEE; MEC, n. 14, p. 6-13, mar. 2002. Edição Especial: Educação Física Adaptada.

CARVALHO, R. E. *Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CHICON, F. F.; MENDES, K. A. M. O.; SÁ, M. G. C. S. Educação física e inclusão: a experiência na Escola Azul. *Revista Movimento*, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 4, p. 185-202, out./dez. 2013.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1964.

FARIA, M. D.; FERREIRA, D. A.; CARVALHO, J. L. F. O portador de deficiência como consumidor de serviços de lazer extra doméstico. *Revista Turismo Visão e Ação*, Itajaí: Univali, v. 12, n. 2, p. 184-203, maio/ago. 2010.

FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F.; BAPTISTA, R. S. Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo: UNIFESP, v. 21, n. 1, p. 112-116, 2008.

GARCIA, V. *Censo IBGE: 46% das pessoas com deficiência recebem até um salário mínimo*. 2 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.deficienteciente.com.br/2012/07/censo-ibge-46-das-pessoas-com-deficiencia-recebem-ate-1-salario.html>>. Acesso em: 8 maio 2014.

HINGEL, M. A. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1993.

LIMA, R. M. C.; RIBEIRO, P. R. Q.; TONELLO, M. G. M. Percepção da qualidade de vida por pessoas com deficiências físicas praticantes e não praticantes de atividades de lazer. *Revista Licere*, Belo Horizonte: UFMG, v. 15, n. 4, p. 1-14, dez. 2012.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.

SILVA, S. C.; ROSA, M. C. Lazer, deficiência física e acessibilidade. In: ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Outro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOB, 2003. p. 195-217.

PESSOTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

STEBBINS, R. A. *The Serious Leisure: a perspective for our time*. New Jersey: Transaction, 1992.

Cartography and its application in leisure studies: some possibilities for the spatial understanding of the Brazilian's leisure

Natália de Souza Carlos Gonçalves¹
Bruna Eliza Previatello Peçanha²
Sidnei Raimundo³

Introduction

Since the Constitution of 1988, leisure has become a social right to all Brazilian citizens. This is also ensured in all state constitutions and municipal organic laws of our country.

However, this area still demands actions that effectively involve the three spheres of government. In this sense, there is a lack of research on the representation and realization of leisure developed by Brazilians, although researches on leisure will permeate several other disciplines. Along these lines, Marcellino (1992) points out the need to use this multidisciplinary character of leisure, uniting researchers from various areas, in order to achieve interdisciplinarity.

Leisure practices can take place in exclusively built or non-specific places. Along these lines, Santos (2006) recalls that in order to know the sport practiced in the city, there is a need to know the geographical space in which it occurs, and Marcellino *et al.* (2007) goes further and stresses

1 Bachelor of Leisure and Tourism at University of São Paulo (USP).

2 Graduation in International Business Management and Global Tourism in the Management and Tourism Program by LCC - ISS Faculty of Languages and Career of British Columbia. Bachelor of Leisure and Tourism at USP.

3 Assistant Professor at University of São Paulo. He has a Bachelor and Master degree in Geography at USP. PhD in Geography at the Campinas State University (UNICAMP). Post-Doctorate at the Tourism College at the University of Girona, Spain.

the importance of geographic space not only for physical-sports content, but also for other cultural contents of leisure.

Considering this information, cartography, as a spatial representation technique, can be a powerful tool for the study of leisure. It makes it possible to demonstrate changes that have occurred over time, of cartographic representations of the practices of leisure and its transformations in space, both social, economic, cultural and natural (SANSOLO; BACK, 2008, p. 1). It also makes it possible to represent the leisure of a certain region, improving the understanding of their needs and assisting in their promotion and planning, so that it can provide leisure managers with greater access to information and knowledge in the decision-making process.

Considering the cartography application, together with the Geographic Information System (SIG)⁴ technology, more directly to leisure, we developed the study that originated this chapter. It is a contribution not only to demonstrate leisure practices in a space based on the data collected by the Brazilian's Leisure survey, but also to promote possibilities for new research and provide information for public policy actions.

The purpose of the study presented in this chapter is, therefore, to bring forward some possibilities of mapping the leisure activities of Brazilians, thus contributing to a cartographic database for the understanding of the spatial distribution of Brazilians' leisure practices, the improvement of the cartographic representation of leisure studies and the development for the understanding of the Brazilian's leisure practices for decision makers and police makers.

Theoretical bases of cartography and its application to leisure studies

Since prehistory, men have created forms of communications by means of signals to represent their daily activities and their relocation. Over the centuries, other forms of representation, such as books and maps, have been produced and with them techniques and mechanisms for the improvement of perception and knowledge about space have

4 A set of procedures facilitated by specific software, which correlate information from a database (in this study, originated from the Brazilian's Leisure project) with spatial information, allowing the elaboration of maps.

been developed. Nowadays, with the help of new technologies, there are several ways of representing information, with cartography being one of them (MARTINELLI, 2008, p. 7-11).

In the 1980s, cartography took a leap forward due to technological advances in communication and information technology. Several programs, paid or free, with or without the help of the internet, were created as tools that favored the development and development of the maps. Some examples of these are *Google Earth*, *World Wind*, *ArcGlobe* and *ArcGis* (QUEIROZ FILHO; RODRIGUES, 2007, p. 11-12).

According to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the most widely accepted cartographic concept is that of the International Cartographic Association (ICA), conceived created in 1966, which was later rectified by the United Nations Organization for Education, Science and Culture (UNESCO), which states:

The Cartography presents itself as the set of scientific, technical and artistic studies and operations which, based on the results of direct observations or analysis of documentation, turn to the elaboration of maps, letters and other forms of expression or representation of objects, elements, phenomena and physical and socioeconomic environments, as well as their use⁵.

As expressed in the quote, cartography is a science, technique and art that brings together different means of representing reality.

Cartography, considered a universally understood visual language, has several functions and objectives that must be achieved through rules for better understanding (JOLY, 2009, p. 10-11). In order to maintain a relationship between the transmitter, the message and the receiver, the cartography is based on the graphic semiology, which allows the evaluation of the graphic representation based on the visual variables used in the cartographic symbolism (QUEIROZ FILHO; RODRIGUES, 2007, p. 37).

In this sense, drawing up a map is a very complex process and requires different skills. There are several steps from bibliographic research, field survey, production of drawings to the printing and publication of the final version of the map (JOLY, 2009, p. 8-17).

5 Available on: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoes/introducao.html>. Access on: Jan. 23, 2014

For this study, among others that complement the types of cartographic representation, the most appropriate instrument chosen was the map, which is an attempt to represent reality through the use of symbols, signals and appropriate tools. Through the map it is possible to gather information such as the locality, evaluation of distances, objects, forms, facts, relations contained in a space studied (idem, p. 7-9). According to IBGE, a map can present geographical, natural, cultural and artificial aspects of an area taken on the earth's surface in a flat representation and generally on smaller scales, delimited by physical, political-administrative elements, destined to the most varied uses, cultural and illustrative.

A map can have different characteristics depending on your goals and intended users. Thus, it is classified into three categories: general maps, special maps and thematic maps (OLIVEIRA, 1993). For this work, we chose thematic maps, because it is the one that best suits the objectives.

According to Oliveira (idem, p. 32), the thematic map has the following definition:

These documents are given at any scale, in which, on a basic geographical basis, geographical, geological, demographic, economic, agricultural phenomena are represented, aiming at the study, analysis and research of the themes, in their aspect special.

In this type of category, the symbology used for the representation of numerous and diversified subjects is varied, since, in the diversity of subjects to be emphasized, their forms of expression can be qualitative, quantitative, or both, ordered or not, or still dynamic (idem, ibidem). The approach of phenomena can be static, in which there are qualitative, quantitative or ordered representations, or it can be dynamic, in which there are representations of the state transformations and quantitative variations of time or movements in space (MARTINELLI, 2008, p. 34).

We adopted qualitative representation in this study. This is a way of showing on a map the presence, location, and extent of occurrences of the categories of phenomena that are distinguished by their nature and characteristics in order to be classified by the science that studies them (MARTINELLI, 1999, p. 112).

Each elaborate thematic map is the product of a theme, an element, with practical objectives. In this way, it is possible to study an isolated

phenomenon allowing a great way of scientific or technical analysis of the geographic space (JOLY, 2009, p. 61). In this sense, it was possible to elaborate maps that approached different themes of the Brazilian's Leisure project.

All forms of representation are more agile to be elaborated and also more precise, if carried out with digital solutions with the aid of specific software.

In Brazil, this set of operations carried out in a specific software was denominated geoprocessing. Geoprocessing is the understanding of "activities of acquisition, treatment, analysis and representation of specialized data, that is: georeferenced by a system of representation of the Earth", and encompasses several technologies, such as GIS, in which it processes and analyzes data in the form of digital maps.

In this context, the GIS is the constitution:

of automated devices for the acquisition, management, analysis, synthesis and presentation of georeferenced data that are interesting to space, object of geographic study, monitored in time, besides providing simulations of events and complex situations of reality [MARTINELLI, 2008, p. 28].

Sansolo and Back (2008, p.4) state that the GIS is composed of four basic parts: the computer (hardware), for storage and processing; specific programs (software) for application; data (georeferenced database/tables); and the user to interact with those elements.

In this sense, the GIS collaborate with the knowledge in this area, allowing the storage of information in a database, the quick and objective recovery through computational representations and the more accessible communication (idem, p. 2). When, in a study, the word "where" stands out in questions and problems that need to be solved by means of a computerized system, the GIS can be used (idem, p. 4). These systems can provide the answers to such impasses.

Methodological procedures

Prior to the beginning of this study, a training in a GIS software – *ArcGis* –, was carried out through a mini-course offered by the School of Communication and Arts of the University of São Paulo (ECA-USP), under the authorization of professor Reinaldo Miranda de Sá Teles, coordinator of this activity in the institution.

This course allowed the familiarization and mastery of basic principles and cartographic techniques, such as projections, coordinates, orientation, scale, as well as the generation of a database on the variables and phenomena studied that were extracted from the Brazilian's Leisure survey and applied in spatial analysis models (digitized maps), besides the management of said software.

In order to reach the proposed objectives of this work, a bibliographical research was later carried out, which enabled a review and a better understanding of the contents covered – that research is indicated in the previous topic of this chapter. Next, the systematization of the information from the Brazilian's Leisure project was carried out in classes referring to the equipment used and available, leisure practices, states, regions and zones.

From then on, the production of the cartography thematic begun, through the most varied representations, qualitative, quantitative, ordered and dynamic, in the chosen program: *ArcGis*.

Silva and Machado (2010, p. 5) explain:

ArcGis is a set of Geographic Information System software produced by the American company ESRI (Environmental Systems Research Institute), which provides standards-based tools for performing spatial analysis, storage, manipulation, spatial data processing and mapping.

Due to the limited space of pages, we have selected only five maps for this chapter. These maps show the correlation between one of the central questions: “What do you do on the weekend?”, inserted in the theme “What do you do”, and two variables: gender (male and female) and income (calculated based on the minimum wage), within certain geographic spaces (the states and the five regions of the country). The spatial analyzes could not arrive at more detailed scales, due to the limitation of the database, that were referring to the regions or States. From this correlation of data, it was possible to analyze in which geographic space the cultural contents of leisure are the most practiced by the Brazilian population.

In addition, these five maps are thematic and have qualitative expression, that is, it was possible to represent them: presence, location and extent of cultural content of leisure in the Brazilian space. In all of them, the diversity representation of the studied phenomena was achieved, due to the selectivity property of the chosen visual variables.

In these maps, a combination of visual variables such as shape, grain and value (gray tones) was used, varying in texture and orientation (hatches) to be easily understood. In addition, maps, following the cartographic conventions, contain a legend that is associated with each heading, so that the reader better understands the thematic content on the map (MARTINELLI, 2008, p. 38-39).

Considering this information, we present below the cartographic results developed.

Cartography of the Brazilian's leisure: some possibilities

Based on the resources of the GIS, Maps I and II are products of the analysis of leisure practices on the weekends according to the gender and the state in which the individuals reside. And Maps III, IV and V, result of the analysis of the same practices, but according to the economic income and the region where the inhabitants are.

Map I is the result of the analysis of leisure practices on the weekends, according to the male gender in each state of Brazil, according to the cultural contents of Dumazedier (1980) and Camargo (1986).

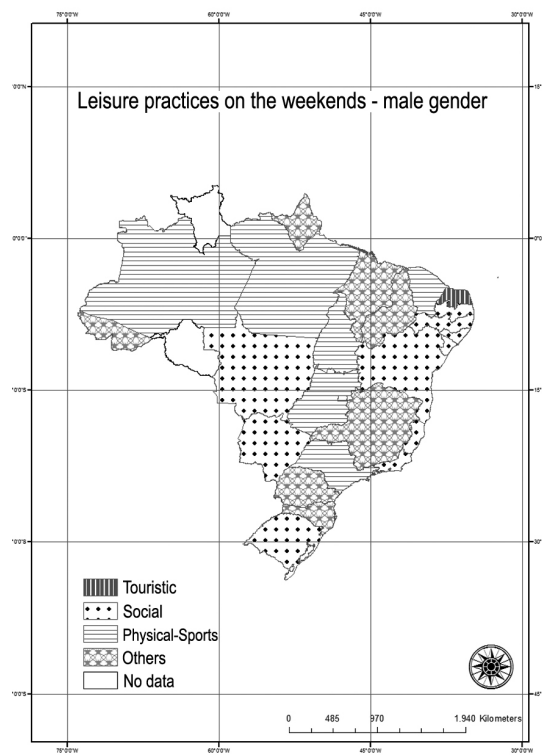
According to the caption, it is possible to notice five different lines, in which the treated aspects are inserted. They are: touristic, in thicker vertical lines; social, in fine texture (small circles); physical-sports, in thin horizontal lines; others, with the combination of textures (circles with stars inserted); and no data on a blank box.

It is identified that there is a mixture between two cultural contents, social and physical-sports, and there are also the data “Others”, which refers to practices that are not established among the six cultural contents.

Regarding the social aspect, it is important to note that there is a predominance in the Northeast region, as well as in the Central-West region, in counterbalance with only one state in the South region. In relation to physical-sports, it is interesting to observe that states with such the same content.

In addition, another element worth mentioning is that the states of Roraima and Rondônia have inconsistent data. In Roraima, all cultural contents were also referenced, and in Rondônia there is no data.

Map I – Leisure Practices on the Weekends – Men



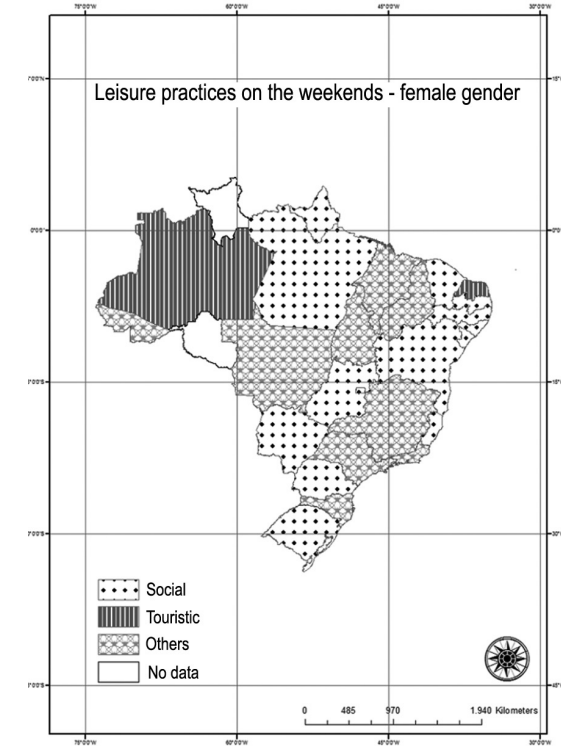
Source: Research database.
Authors' elaboration.

Map II is the result of the analysis of leisure practices on the weekends, according to the cultural content, according to the female gender in each state of Brazil.

In the caption, there are four different headings, in which the treated aspects are inserted. They are: touristic, in thicker vertical lines; social, in fine texture (small circles); others, with the combination of textures (circles with stars inserted); and no data on blank boxes.

In some states, cultural interests are different compared to the male audience. For example, in the states of Goiás, Pará, Amapá, Ceará and Paraná, the female public has a predominance of social interest. In Mato Grosso, São Paulo and Tocantins, the female opts for other interests than those denominated by Dumazedier (1980) and Camargo (1986).

Map II – Leisure Practices on the Weekends – Women



Source: Research database.
Authors' elaboration.

Another relevant change is that in the state of Amazonas the main interest changes to tourism-related activities. What remains in both genders is the social interest in the states of Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul and some states in the Northeast region.

A significant and curious fact is that in both male and the female public, the state of Rio Grande do Norte develops, predominantly, tourism-related practices on the weekends.

In Maps III, IV and V, we will realize that only three cultural contents will be present in the captions, namely: social, tourism-related and physical-sports. Identified by three different headings, according to the content addressed, namely: tourism-related, in thicker vertical

Map III – Main Cultural Leisure Interests of Class A in the Brazilian Regions



Source: Research database.
Authors' elaboration.

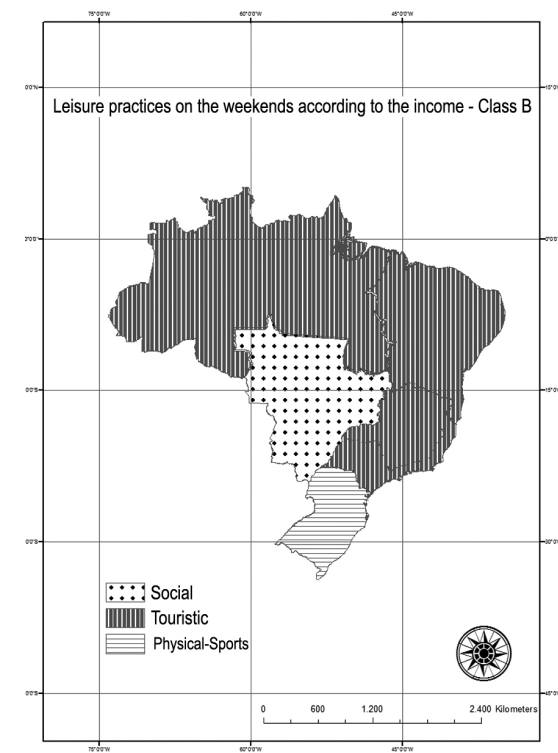
lines; social, in fine texture (small circles); and physical-sports, in thin horizontal lines.

In Map III, we can observe the analysis of leisure practices on the weekends, according to the cultural contents, according to the highest income, called class A, in the five regions of the country. The division of population by income followed the classification criteria of the Secretariat for Strategic Affairs (SAE)⁶.

It can be seen that, citizens of the country that belong to class A (with income higher than ten minimum wages) have leisure habits that make it possible to identify similarities in different regions.

⁶ Classification calculated according to the average monthly income in minimum wages. Available on: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17711>>. Access on: May 2014.

Map IV – Cultural Leisure Interests of Class B in the Brazilian Regions



Source: Research database.
Authors' elaboration.

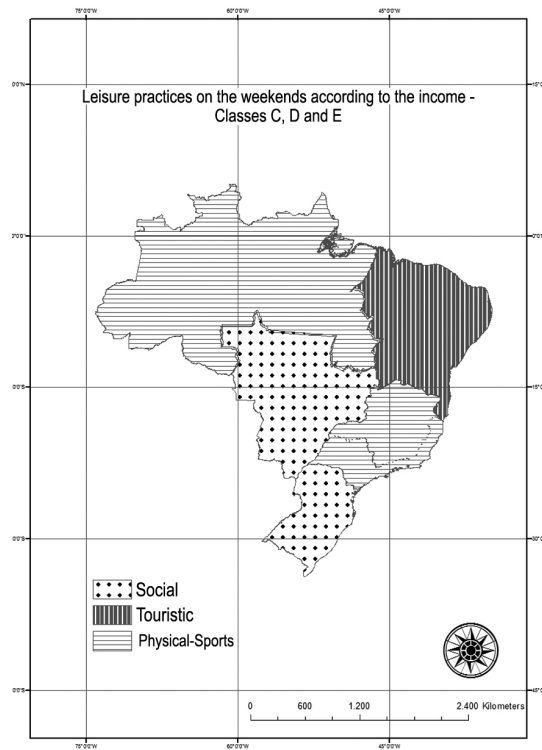
As an example, we see the predominance of physical-sports content in the North and South regions. Both have natural characteristics, territorial dimensions and different cultural habits, according to the colonization process, but they present as similarity the preference for physical-sports content.

An important fact to note is that in both this and the other economic classes, the Central-West region has as its main interest the social item, as can be seen in Maps IV and V.

Another similarity with the other maps is the fact that the Northeast region, predominantly, and independent of the social class, presents as its main interest the tourism-related content.

It is worth noting that such characteristics may be associated with the imaginary of the respondents, since it is assumed that the Southeast

Map V – Cultural Leisure Interests of Classes C, D and E in the Brazilian Regions



Source: Research database.
Authors' elaboration.

(main region responsible for sending out tourists) and Northeast (main region receiving tourists) regions have an important economic development sector in tourism, which may reflect in their main cultural interest. However, the database did not consider such situations and a future study can be developed along these lines.

In Map IV, the analysis carried out is about the leisure practices during the weekends in class B (with income between four and ten minimum wages), in the five regions of the country. It can be noticed that there is a predominance of the tourism-related content in the Southeast, Northeast and North regions. In relation to Map III, on class A, there is the increase of the North region, in tourism-related interests, when correlated with the income of class B.

One possible inference is about the emergence of new consumers of tourism products, who obtained an increase in the monthly income with the increase of the minimum wage and began to consume leisure products related to this area.

As already observed, the Central-West region maintained the social interest as the most referenced and the Northeast region also maintained the tourism-related interest as the most practiced. In the case of the South region, we see again the predominance of cultural and physical-sports content among the most usual practices during the weekends.

It can be seen from Map IV that there is a curious variation in interests that allows us to reflect on leisure habits and their relationship, regardless of income in some cases. It is erroneous to say that people who travel in the same social class have the same leisure habits without regard to where they live.

What we see in this case is that, for reasons still unknown, people who have the same average monthly income have preference for different leisure practices. In this way, the cartographic visualization allows to identify with greater ease such differences and to promote new investigations on this and other phenomena that are represented herein.

The last map to be presented (Map V) deals with leisure habits during the weekends according to the income of classes C, D and E (income of up to four minimum wages) taking into account the five regions of the country.

The first notable change of Map V in relation to the more affluent classes of society is the fact that the social content appears not only in the Central-West region, but also in the South region, thus arousing a new questioning. Hypothetically, we can say that the change has a direct link with income, since the lower the income, the greater the social contact among individuals, because of the impossibilities of practicing other interests that would demand extra resources, such as tourism and culture. The questioning is associated to the Northeast region, which remains as its main interest the tourism-related content. Such approaches, however, remain as questionings and suggestions for future studies, as there is no available database to explore the peculiarities of each region.

Another interesting change is to realize that only in the so-called low-income classes of society, physical-sports content predominates in

the Southeast region, a fact that again opens up a range of options and questionings that can be deepened in future works.

An interesting similarity and another possible reflection is about the North region presenting physical-sports interest in both the highest income and the lowest income. Only the middle range is predominantly interested in tourism.

Thus, analyzing together the three maps with the variable income, it is possible to perceive connections between different salary ranges and different regions of the country. At this point, spatial and social distances do not interfere with the confluence of interests.

Final considerations

Closing this chapter without pretending to exhaust the subject, given its rich nature and the possibility of new discussions, we believe it is interesting to highlight some of the points mentioned above.

First, the Brazilian's Leisure project provides content-rich information for the most diverse types of analysis and development, including new cartographic studies.

Elaborating this chapter is to begin a series of possible works to be conducted, as well as to explore the cartographic art in a field in which it presents itself still very timidly, that is, the leisure cartography. This is because, within the cartography thematic, it is possible to find maps linked to tourism rather than to leisure.

In a second moment, we believe that the information explained in this simple way and of a dynamic reading can facilitate the emergence of studies in the specific states or regions according to the different genders and income. This allows even thinking about public policies or leisure projects in a more assertive way, according to the state or region chosen.

The maps allow us to visualize how dangerous it is to generalize leisure habits according to gender or income, considering the country as a whole for the application of these policies. When checking the specific preferences of each location, avoiding generalizations of the national territory, the possibility of success of the intervention may increase.

In this way, we hope to contribute to the increase of the database on leisure issues. Understanding the theme in all its complexity and helping in its understanding, making use of its multidisciplinary aspect when relating it with geography and thematic cartography.

Referências

- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Noções básicas de cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/indice.htm>. Acesso em: nov. 2013.
- JOLY, F. *A cartografia*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2009.
- MARCELLINO, N. C. O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre: CBCE, v. 12, n. 1, p. 313-317, 1992.
- _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MARCELLINO, N. C. et al. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: Opus, 2007.
- MARTINELLI, M. As representações. In: _____. *As representações gráficas da geografia: os mapas temáticos*. 1999 (Concurso de Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 112-118.
- _____. *Mapas da geografia e cartografia temática*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MELLO, R. Pesquisa promete definir classes econômicas. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 12 ago. 2013. Economia. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=131649>>. Acesso em: maio 2014.
- MOURA, A. C. M.; OLIVEIRA, S. P.; LEÃO, C. Cartografia e geoprocessamento aplicados aos estudos em turismo. *Geomática*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 77-87, 2006.
- OLIVEIRA, C. *Curso de cartografia moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- QUEIROZ FILHO, A. P.; RODRIGUES, M. *A arte de voar em mundos virtuais*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SANSOLO, D. G.; BACK, G. Inovação da pesquisa na América Latina. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR), 5., 2008, Caxias do Sul. *Resumos...* Universidade de Caxias do Sul, 2008. p. 1-4.
- SANTOS, E. S. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. *Revista Raêga*, Curitiba: UFPR, v. 11, p. 25-33, 2006.

SILVA, V. C. B.; MACHADO, P. S. *Curso de geografia e análise ambiental: iniciando no Arc-Gis*. Belo Horizonte: Departamento de Ciências Biológicas, Ambientais e da Saúde, 2010.